

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Escola de Arquitetura

Josarlete Magalhães Soares

Das Minas às Gerais:
um estudo sobre as origens do processo de formação
da rede urbana da Zona da Mata mineira

Belo Horizonte
janeiro 2009

Josarlete Magalhães Soares

Das Minas às Gerais:

um estudo sobre as origens do processo de formação
da rede urbana da Zona da Mata mineira

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal de Minas Gerais em
atendimento às normas para obtenção do
título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Área de Concentração: Teoria, produção e
experiência do espaço

Linha de Pesquisa: Planejamento e dinâmicas
sócio-espaciais

Orientadora: Prof.a Dr.a Fernanda Borges de
Moraes

Belo Horizonte
janeiro 2009

FICHA CATALOGRÁFICA

S676d Soares, Josarlete Magalhães
Das Minas às Gerais : um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira / Josarlete Magalhães Soares - 2009.
235f. : il.

Orientadora: Fernanda Borges de Moraes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Urbanização - Mata, Zona da (MG) - História 2. Crescimento urbano - Mata, Zona da (MG) 3. Cidades e vilas - Mata, Zona da (MG) - I. Moraes, Fernanda Borges de II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 711.4098151

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 29 de janeiro de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Fernanda Borges de Moraes (Orientadora – EA-UFMG)

Prof. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos (UFMG)

Prof. Dr. Altino Caldeira (PUC-Minas)

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho trilhado para elaboração desse trabalho, algumas pessoas e instituições contribuíram de forma importante, muitas vezes decisiva, para o delineamento e o conteúdo da pesquisa agora finalizada (ou pausada), merecendo uma palavra de sincero agradecimento nessas poucas linhas que se seguem.

Agradeço, assim, aos professores Paulo Tadeu Leite Arantes e Denise da Silva Gonçalves, que marcaram presença importante em minha vida durante a graduação na Universidade Federal de Viçosa, pela presteza e atenção com que leram a primeira versão do projeto de pesquisa.

À Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, pela acolhida enquanto estudante de mestrado e pelo apoio no desenvolvimento desta dissertação.

À professora Fernanda Borges de Moraes, orientadora e amiga, obrigada por acreditar na minha proposta de pesquisa, me recebendo com grande entusiasmo, e pelas conversas ao longo desses últimos dois anos. A ela devo a apresentação das possibilidades de trabalho com a cartografia histórica. Não fosse isso, provavelmente esse texto teria conteúdo um pouco distinto.

Ao Centro de Referência em Cartografia Histórica, em especial à professora Márcia Maria Duarte dos Santos, agradeço a gentileza com que me disponibilizou o acervo cartográfico sob sua guarda.

Aos membros da banca do Seminário de Dissertação, professores Roberto Luís de Melo Monte-Mór e Ralfo Edmundo da Silva Matos, agradeço imensamente pelas observações cuidadosas e muito pertinentes. Elas foram fundamentais para a melhoria da qualidade do trabalho ora apresentado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu a tão desejada dedicação exclusiva.

Aos colegas do mestrado, valeu a amizade, as conversas sobre o curso e sobre a vida, o apoio como companheiros de caminhada.

À minha prima Meire, agradeço pela solicitude com que me recebeu em sua casa e pela estadia agradável durante o primeiro mês de BH.

À minha família – minha mãe, Arlete, meu pai, José, e meus queridos irmãos, Tiago e Joarle –, obrigada pelo apoio irrestrito e por manterem-se presentes mesmo na distância.

E, finalmente, ao Rodrigo, meu companheiro e conselheiro de todas as horas, agradeço pelo carinho e confiança, por continuar acreditando mais em mim do que eu mesma e dividir comigo seus mais sinceros sonhos de futuro.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	X
RESUMO.....	XII
ABSTRACT	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	17
I.1. TEMPO, ESPAÇO, PROCESSOS SOCIAIS E URBANIZAÇÃO	17
I.2. CIDADE: GÊNESE E INTERAÇÃO COM O ESPAÇO	23
CAPÍTULO II - A MATA NO CONTEXTO DA ATIVIDADE MINERADORA.....	39
II.1. O PROCESSO DE POVOAMENTO DO TERRITÓRIO MINEIRO E AS MEDIDAS DE CONTROLE SOBRE SUA OCUPAÇÃO	39
II.2. O CAMINHO NOVO	45
II.3. AGROPECUÁRIA, ABASTECIMENTO E COMÉRCIO NAS MINAS.....	55
II.4. PRIMEIRAS INVESTIDAS OFICIAIS SOBRE OS SERTÕES DE LESTE	61
II.5. CONFIGURAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS NA MATA AO LONGO DO SÉCULO XVIII	69
CAPÍTULO III - ABERTURA OFICIAL E EXPANSÃO DO POVOAMENTO.....	89
III.1. A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A ESTRUTURA TERRITORIAL E MUNICIPAL DE MINAS GERAIS	89
III.2. ALDEAMENTO INDÍGENA E INCORPORAÇÃO DAS REGIÕES DE FLORESTA À ECONOMIA MINEIRA.....	94
III.3. A CHEGADA DO CAFÉ	112
III.4. CONFIGURAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS NA MATA EM MEADOS DO SÉCULO XIX	117
CAPÍTULO IV - CAFÉ E PUJANÇA ECONÔMICA	139
IV.1. DIFUSÃO DA LAVOURA CAFEEIRA	139
IV.2. A HIPERCENTRALIDADE DE JUIZ DE FORA	146
IV.3. FERROVIAS E REDE URBANA.....	155
IV.4. CONFIGURAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS NA MATA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS.....	185
ANEXO 1 - Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 5.....	202
ANEXO 2 - Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 11.....	204

ANEXO 3 - Tabela de assentamentos humanos – FIGURAS 14 e 19.....	207
ANEXO 4 - Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 21.....	212
ANEXO 5 - Genealogia dos municípios da Zona da Mata emancipados até 1900..	219
ANEXO 6 - População dos núcleos urbanos da Zona da Mata e proximidades - 1830.....	221
ANEXO 7 – Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 34.....	223
ANEXO 8 - Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 35.....	227

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Zona da Mata, MG: municípios e concentração populacional.....	7
FIGURA 2 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, segundo o IBGE.....	11
FIGURA 3 - Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais.....	12
FIGURA 4 - Parte do <i>Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas</i> , transposto para a base cartográfica atual, com a identificação dos topônimos e da classificação atual dos núcleos urbanos (acrescida extensão do Caminho Novo até o Rio de Janeiro).....	13
FIGURA 5 - Parte do Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778), representando os assentamentos humanos ao longo dos Caminhos Novo e Velho.....	50
FIGURA 6 - Sertões explorados durante o governo de D. Rodrigo José de Meneses.....	66
FIGURA 7 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1734-35.....	71
FIGURA 8 - Mapa da Comarca de Vila Rica, 1778.....	75
FIGURA 9 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1800.....	76
FIGURA 10 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1804.....	77
FIGURA 11 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata ao findar do século XVIII (base cartográfica atual).....	78
FIGURA 12 - Vilas erigidas ao longo do século XVIII no território de Minas Gerais e seus respectivos termos.....	87
FIGURA 13 - Divisões Militares do Rio Doce e Zona da Mata atual.....	96
FIGURA 14 - Mapas de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821.....	104
FIGURA 15 - Caminhos, fazendas e vilas na região da Zona da Mata, 1821.....	105
FIGURA 16 - Freguesias/capelas na região da Zona da Mata, 1821.....	105
FIGURA 17 - Aldeias indígenas e guardas na região da Zona da Mata, 1821....	105
FIGURA 18 - Assentamentos humanos e hidrografia na região da Zona da Mata, 1821.....	105
FIGURA 19 - Mapa de Assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821 (base cartográfica atual).....	109
FIGURA 20 - Assentamentos humanos identificados até 1821 e microrregiões da Zona da Mata atual.....	111
FIGURA 21 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855.....	121
FIGURA 22 - Caminhos e fazendas na região da Zona da Mata, 1855.....	122

FIGURA 23 - Vilas na região da Zona da Mata, 1855.....	122
FIGURA 24 - Freguesias na região da Zona da Mata, 1855.....	123
FIGURA 25 - Capelas na região da Zona da Mata, 1855.....	123
FIGURA 26 - Registros, quartéis e aldeias na região da Zona da Mata, 1855.....	123
FIGURA 27 - Assentamentos humanos e hidrografia na região da Zona da Mata, 1855.....	123
FIGURA 28 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855 (base cartográfica atual).....	127
FIGURA 29 - Evolução do povoamento na região da Zona da Mata ao longo da primeira metade do século XIX (base cartográfica atual).....	128
FIGURA 30 - Municípios criados na região da Zona da Mata ao longo da primeira metade do século XIX.....	131
FIGURA 31 - Malha férrea, estações ferroviárias, cidades e vilas na região da Zona da Mata, 1893.....	157
FIGURA 32 - Evolução da malha ferroviária na região da Zona da Mata (1870-1900).....	158
FIGURA 33 - Divisão das comarcas da província de Minas Gerais, 1858.....	165
FIGURA 34 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1862.....	168
FIGURA 35 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1893.....	172
FIGURA 36 - Cidades e Vilas na região da Zona da Mata, 1893.....	173
FIGURA 37 - Freguesias na região da Zona da Mata, 1893.....	173
FIGURA 38 - Povoações na região da Zona da Mata, 1893.....	173
FIGURA 39 - Conjunto dos assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1893.....	173
FIGURA 40 - Municípios criados na região da Zona da Mata ao longo da segunda metade do século XIX.....	175
FIGURA 41 - Níveis de centralidade e desenvolvimento (Minas Gerais, 1831-40).....	176
FIGURA 42 - Níveis de centralidade e desenvolvimento (Minas Gerais, 1872)...	177

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 - Sesmarias concedidas em Minas Gerais e nas regiões de floresta dos termos de Mariana, Barbacena, Queluz, Caeté e Vila do Príncipe, 1701-1829.....	97
--	----

GRÁFICO 2 - Cartas de sesmarias concedidas nas zonas de floresta do rio Doce e da Mata, 1720-1822.....	98
TABELA 1 - Minas Gerais: valor real das exportações, 1818-1892 (em contos de réis, a preços de 1860).....	113
TABELA 2 - População em alguns distritos da Zona da Mata, 1905.....	152
TABELA 3 - Densidade demográfica da província de Minas Gerais por comarcas escolhidas (1854 e 1862).....	164

RESUMO

A busca pelas origens, pelo modo como se processou a concentração urbana de certas populações fornece pistas valiosas para se compreender a complexidade atual de sua rede de cidades e cria, no interior dessas populações, um sentimento de identificação e valorização de suas características locais, abrindo possibilidades para ações no âmbito do planejamento regional. Nesse sentido, a pesquisa que subsidiou o desenvolvimento deste trabalho teve como propósito explicitar o modo como se deu a ocupação do território que hoje corresponde à Zona da Mata mineira, tendo como referência o processo de formação de seus núcleos urbanos. Partimos, assim, para uma identificação das características desse processo e dos agentes e interesses que nele estiveram presentes, procurando lançar algumas luzes que possibilitem entender a atual conformação da rede urbana regional.

Nesse sentido, as análises aqui arroladas se direcionaram para o resgate do processo histórico de constituição do conjunto dos centros urbanos da região, tendo como recorte temporal os séculos XVIII e XIX. Foram destacados os elementos que balizaram a formação dessas aglomerações, procurando realçar as relações políticas, econômicas e simbólicas que se estabeleceram no território e a maneira pela qual elas contribuíram para a ocupação do espaço.

O ponto de partida de nossa investigação foram os “sertões” de floresta adjacentes à área central mineradora, ainda durante os setecentos. As dificuldades impostas pelo meio natural repercutiram sobre o povoamento, mantendo-o relativamente contido nesse momento. Entretanto, a queda nos rendimentos da extração aurífera, associada à expansão da agricultura de subsistência, modificou esse quadro, apontando para um processo de abertura oficial e aproveitamento econômico dessas áreas. Tal processo se intensificou nas primeiras décadas do século XIX, sendo ainda potencializado pela expansão da lavoura cafeeira. A partir desse momento, estrutura-se efetivamente a rede urbana da Zona da Mata, com a consolidação de diversos núcleos urbanos em seu território.

Palavras-chave: Zona da Mata mineira, ocupação territorial, rede urbana.

ABSTRACT

The search for the origins, for the way the urban concentration of certain populations have worked provides valuable clues for the comprehension of the present complexity of their network of cities and inspires in those populations a feeling of identification with and appreciation of their local characteristics, allowing for new possibilities for action in relation to region planning. In that sense, the study that have subsidized the development of the present work have as aim to show the way the occupation of the territory that presently corresponds to “Zona da Mata” region of the Brazilian estate of Minas Gerais have worked, having as reference the formation process of its urban nucleus. We proceeded, then, to the identification of the features of that process, and of the agents and interests involved in it, trying to shed some light that allows us to understand the present conformation of the regional urban network.

In that sense, the analyses presented here have aimed to recover the historical process of constitution of the set of urban centers of the region, having as research timeframe the eighteenth and nineteenth centuries. The elements that served as landmarks for those agglomerations have been delineated, in order to highlight the political, economical and symbolical relationships that have established in the territory and the way that have contributed the occupation of the space.

The starting point of our investigation was the forest regions adjacent to the central mining area, back in the seventeenth century. The hardships imposed by the natural environment have affected the settlement, keeping it relatively constraint in that moment. However, the drop in the income of gold mining, associated to the expansion of subsistence agriculture, have modified that scenery, leading to a process of official openness and economical exploration of those areas. That process have been intensified in the first decades of the nineteenth century, being further potentialized by the expansion of coffee plantations. From then on, the Zona da Mata urban network becomes effectively structured, resulting in the consolidation of several urban nuclei in its territory.

Keywords: “Zona da Mata mineira”, territorial occupation, urban network

“...a cidade são os canais que levam o homem à presença dos outros homens, e os recintos para todas as formas de convivência que aplacam a angústia de ser só.”

Nelson Omega, 1961

INTRODUÇÃO

A proeminência do espaço urbano na sociedade contemporânea conferiu à cidade uma atenção especial dentro do campo de estudos das ciências humanas e sociais. A cidade é palco privilegiado das mais diversas formas de relação humana, é construção coletiva que desafia a natureza, imprimindo a necessidade de gestão da produção e da vida social. Ela altera as formas de relacionamento entre homem e natureza a partir de um processo de sedentarização e de domínio permanente de um território, corporificando em si centralidades que se expressam de diversas formas: um templo religioso, um mercado, uma sede administrativa e de decisões, um centro de produção (em princípio artesanal, depois industrial). Desse modo, a necessidade de gestão da vida humana em sociedade, no que se refere aos seus aspectos organizacionais, materiais e simbólicos, fez da cidade o espaço por excelência para o exercício do poder político, econômico e religioso.

A origem das cidades confunde-se com a própria história da organização de nossas sociedades. Os primeiros registros da existência de comunidades que poderíamos chamar de urbanas, mesmo que primitivas, foram encontrados no sudoeste da Ásia e datam de pelo menos 10.000 anos atrás¹. Contudo, foi a partir da consolidação do modo de produção capitalista, na Europa moderna, que as cidades ampliaram sobremaneira suas dimensões e potencializaram sua capacidade de articular os diferentes tipos de fluxos e trocas, numa dimensão que alcança atualmente o mundo inteiro.

A colonização da América Portuguesa foi parte desse processo de expansão tanto da economia européia quanto de sua cultura e modo de organização social. Assim, numa terra habitada por populações que, devido às suas formas de interação com o meio ambiente, mantiveram praticamente intactas as características do espaço natural, poderíamos dizer que a história das cidades começou praticamente do zero. Entretanto, tal processo trouxe consigo todo um arcabouço cultural, social, político e econômico que, interagindo com as imposições diversas do ambiente novo, marcou decisivamente o desenvolvimento subsequente de nosso meio urbano.

¹ SOJA, Edward. Putting Cities First. In: _____. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Backwell, 2000. p. 19-49.

Os primeiros esforços para o estudo sistemático e para o entendimento do processo de formação de cidades em território brasileiro foram empreendidos a partir da década de 1930 e se debruçaram prioritariamente sobre o período colonial. Sérgio Buarque de Holanda foi um dos pioneiros na abordagem sobre o assunto. Sua tese sobre o caráter de desleixo e de falta de método relativo à implantação das cidades na América Portuguesa – se comparado ao rigor observado para a América Espanhola² – instigou outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema. Entretanto, apenas muito lentamente foram surgindo novas contribuições. Além do enfoque sobre o período colonial, as pesquisas mais recentes vêm contemplando, em grande parte, aspectos relativos às modernizações urbanas de finais do século XIX e se direcionando, em muitos casos, para o desenvolvimento de estudos monográficos sobre cidades específicas³. Desse modo, algumas lacunas ainda mantêm-se abertas, especialmente no que se refere aos estudos de conjunto sobre as origens da urbanização no Brasil e relativamente à ampliação dos recortes temporais, de modo a cobrir, por exemplo, o período imperial, momento de constituição propriamente dita da nação brasileira.

Dentro desse contexto, Minas Gerais apresenta-se como um território particularmente fértil. A descoberta do ouro provocou grandes alterações no quadro social e político-administrativo da América Portuguesa. A forma de extração do metal possibilitou o aparecimento de aglomerações humanas relativamente densas e a conseqüente formação de diversos núcleos urbanos. A cidade mineradora foi, assim, um fenômeno precoce e inédito no contexto da colonização, fixando-se antes mesmo que os mecanismos para o seu abastecimento fossem estruturados de forma eficiente. O sistema social e econômico criado em torno da mineração também

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulo 4 - O Semeador e o Ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138.

³ Para uma visão geral sobre o panorama de estudos sobre a história da cidade no Brasil ver FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teoria e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1998. p. 13-28; e PINHEIRO, Eloísa Petti, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. Retrazando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constituição de um campo de estudos. In: PINHEIRO, Eloísa Petti, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.). **A cidade como história**: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 19-42.

exigiu uma atitude mais cuidadosa quanto ao aparelhamento do Estado, o que se refletiu sobre a hierarquia e a estrutura dos núcleos urbanos⁴.

Sylvio de Vasconcellos foi provavelmente um dos mais importantes estudiosos da cidade mineradora. Seus trabalhos, de caráter ensaístico, privilegiaram aspectos relativos ao desenvolvimento orgânico dos núcleos urbanos e também questões referentes ao legado cultural e artístico das Minas setecentistas⁵. Embora deva ser reconhecida a importância da obra de Sylvio de Vasconcellos, o fenômeno urbano mineiro ganhou estudos mais sistemáticos sobre seu conjunto apenas recentemente. As atenções vêm se voltando, assim, para a complexidade desse conjunto e a diversidade de relações que os assentamentos humanos empreenderam entre si, além de investigações minuciosas sobre o modo como se deu a atuação e o controle metropolitano sobre as formações urbanas mineiras⁶. Entretanto, a continuidade do processo de povoamento e de difusão de núcleos urbanos no território das Minas Gerais, principalmente após os desdobramentos do processo de independência e durante o século XIX, ainda não recebeu a atenção devida por parte dos estudiosos, mantendo-se como campo aberto a novas investidas.

Nesse sentido, a região hoje conhecida como Zona da Mata mineira se apresenta como objeto de estudo particularmente interessante. Diversos autores têm apontado a existência de dois fluxos migratórios que marcaram o povoamento de Minas Gerais: um fluxo inicial no sentido *centrípeto* (das regiões distantes da colônia,

⁴ Ver MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.; e PAULA, João Antônio. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.

⁵ Dentre a vasta obra de Sylvio de Vasconcellos, poderíamos citar como representativas da abordagem indicada: LEFEVRE, Renee; VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas**: cidades barrocas. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976. 86p.; VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica**: Formação e desenvolvimento – Residências. São Paulo: Perspectiva, 1977. 214p.; e VASCONCELLOS, Sylvio. Formação das povoações de Minas Gerais. In: _____. **Arquitetura no Brasil**. Pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959. p. 3-6.

⁶ Relativamente aos estudos urbanos sobre Minas Gerais no seu conjunto, merecem destaque os trabalhos de Cláudia Damasceno Fonseca e Fernanda Borges de Moraes. Tais pesquisadoras lançam um olhar importante sobre as características da administração portuguesa em relação aos núcleos urbanos que se formaram durante o século XVIII no território mineiro. (FONSECA, Cláudia Damasceno. **Des terres aux villes de l'or**: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais, Brésil, XVIIIe siècle. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 606p.; MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.)

e mesmo da metrópole, para as áreas de mineração, as *Minas*) e um fluxo posterior no sentido *centrífugo* (das Minas para o interior da capitania, as *Gerais*⁷). Francisco Igléias⁸ destaca, inclusive, a naturalidade desse fenômeno em áreas ocupadas pela mineração. Tal fenômeno as diferencia da ocupação empreendida pela atividade agropecuária, que incorpora terras em extensões contínuas. Desse modo, a possibilidade de enriquecimento com a extração do ouro provocou um surto migratório sem precedentes no interior da América Portuguesa, concentrando grande parte da população na área centrais mineradoras. Diversas regiões do atual estado de Minas Gerais, onde não foram encontrados metais preciosos em quantidade significativa, acabaram sendo ocupadas de forma mais lenta ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse é o caso da Zona da Mata, que correspondia à porção sudeste do território mineiro, coberta pela vegetação de mata atlântica então existente. Durante o período colonial, a imagem construída sobre essa região, e reproduzida por muitos historiadores, era a de uma “área proibida” à ocupação:

A região que até o presente conserva o nome de Matta, como já se disse, além dos aldeamentos do Pomba e do Presídio de S. João Baptista, até os anos de 1784 nenhuma diligência para seu aproveitamento mereceram por parte do governo.

A mineração, que tudo determinava, assim como deu azo a dilatar-se o povoado aos mais remotos sertões, por onde apareciam indícios de ouro, assim também foi causa que outras regiões ficassem intactas e até desconhecidas em vizinhança, às vezes, das mais antigas povoações.

Com as mattas de Leste succedeu também que, por não darem ouro, foram rigorosamente conservadas, sendo-lhes impedido o acesso, como barreira contra os extravios, e por isso se chamavam áreas proibidas.⁹

De fato, enquanto foi vigorosa a mineração nas áreas centrais, a Coroa procurou manter o isolamento e o despovoamento dos territórios a leste da capitania como forma de evitar a proliferação de rotas que permitissem o extravio dos quintos reais. Embora a efetividade das medidas proibitivas possa ser questionada¹⁰, a

⁷ O topônimo “Minas Gerais” refere-se provavelmente à ocorrência difusa dos achados auríferos ao longo da Serra do Espinhaço. No entanto, o processo de formação territorial do atual estado – que se inicia no século XVIII, mas ainda se estende pelo XIX – levou à identificação do topônimo com a própria geografia da ocupação territorial.

⁸ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo II, v. 2: O Brasil Monárquico: dispersão e unidade. p. 364-412.

⁹ VASCONCELLOS, Diogo. **História Media de Minas Gerais**. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 274.

¹⁰ Ver CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 75-82.

densa floresta que cobria a região, onde se refugiaram diversas nações indígenas, configurou-se como uma barreira natural ao povoamento contínuo. Entretanto, à medida que os rendimentos das lavras começaram a decrescer e a agricultura ganhou maior importância relativa dentro das atividades econômicas mineiras, as áreas de plantação intensificaram seu avanço pelo interior da capitania.

Numa tentativa de sistematizar o processo de povoamento da Zona da Mata, Giovanini¹¹ identifica duas gerações de ocupação. A primeira, durante o século XVIII, teve como componentes duas frentes distintas: uma ao longo do Caminho Novo¹², ainda na primeira metade do século, e a outra desencadeada pelas migrações oriundas da região central, já na segunda metade dos setecentos, como consequência da queda dos rendimentos da atividade mineradora. Tais migrações foram responsáveis pela implantação de propriedades de subsistência e pequenos núcleos voltados para o auto-sustento, polarizados por Mariana e Vila Rica. A segunda geração partiu do sul da Mata, com a expansão da lavoura de café a partir do Vale do Paraíba fluminense, tendo relevância destacada principalmente a partir de meados do século XIX.

Estudando mais detidamente o período colonial, Carneiro¹³ também identifica os dois processos característicos da frente de ocupação no século XVIII, explicitando as formas diferenciadas de apropriação do solo rural ao longo do Caminho Novo e na região limítrofe à área central mineradora. No entanto, esse autor aponta que, desde os primórdios da descoberta do ouro, o leste da capitania foi um espaço instável, com surtos variáveis de ocupação territorial e em contínua formação. Mesmo as migrações oriundas da região central tiveram início ainda na primeira metade do século XVIII, como parte de um processo de expansão gradativa da atividade agropecuária e da própria extração mineral.

¹¹ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. 204p.

¹² Esse caminho atravessou a porção sul da Zona da Mata, transpondo a Serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú. Desse modo, o ouro extraído da região central das minas passou a ser escoado diretamente para o porto do Rio de Janeiro, encurtando de forma significativa a viagem e evitando o percurso por mar de Parati para aquele porto. A ligação com a capitania do Rio de Janeiro foi provavelmente a mais importante para Minas durante os séculos XVIII e XIX. A dificuldade de passagem imposta pela Serra da Mantiqueira fez do Caminho Novo uma via fundamental para o comércio tanto de importação quanto, principalmente, de exportação em Minas Gerais.

¹³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. 278p.

Para a segunda geração de ocupação, durante os oitocentos, Sylvio de Vasconcellos defende uma visão que chega a contrariar a noção de povoamento centrífugo:

No século XIX, quando as Minas entram em decadência, a nova fase da história regional não interpenetra nem continua a anterior. É nova e outra em todos os sentidos. Ecologicamente, os generalistas não penetram a área das minas; rodeiam-na, circunscrevem-na em movimento envolvente que parte do litoral também rural, no qual se apóiam. Trata-se de uma nova penetração do Interior, outra vez vinda do norte e do sul, por intermédio do boi e do café.¹⁴

Embora deva ser reconhecido que os séculos XVIII e XIX representam momentos históricos diferenciados, não devem ser perdidas de vista certas permanências, continuidades e processos de transição que podem ter contribuído para a conformação do território e da sociedade de Minas Gerais. Relativamente à Zona da Mata, conforme atenta Giovanini, “*o novo arranjo foi estabelecido sobre as velhas estruturas, que deixa[ra]m alguns legados*”¹⁵. Tais legados, entretanto, ainda não foram elucidados e o que parece existir é um hiato entre processos que possivelmente se interpenetraram e agiram conjuntamente na conformação do povoamento e da rede urbana regional.

Marcada, assim, por um processo de ocupação complexo e estendido no tempo, a Zona da Mata é hoje a segunda região mais densamente povoada de Minas Gerais, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua rede urbana é caracterizada pela existência de um grande número de municípios de pequeno e médio porte. Cerca de 73% desses municípios possui população de até 10.000 habitantes, 88% até 20.000. Juiz de Fora é o município mais populoso, com 456.432 habitantes. No segundo município mais populoso, Muriaé, esse número já cai para 91.525. Dos 142 municípios da Zona da Mata, apenas 8 possuem população superior a 50.000 habitantes¹⁶ (FIG. 1).

¹⁴ VASCONCELOS, Sylvio. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 194.

¹⁵ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 128.

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>, acesso em 09/06/2005.

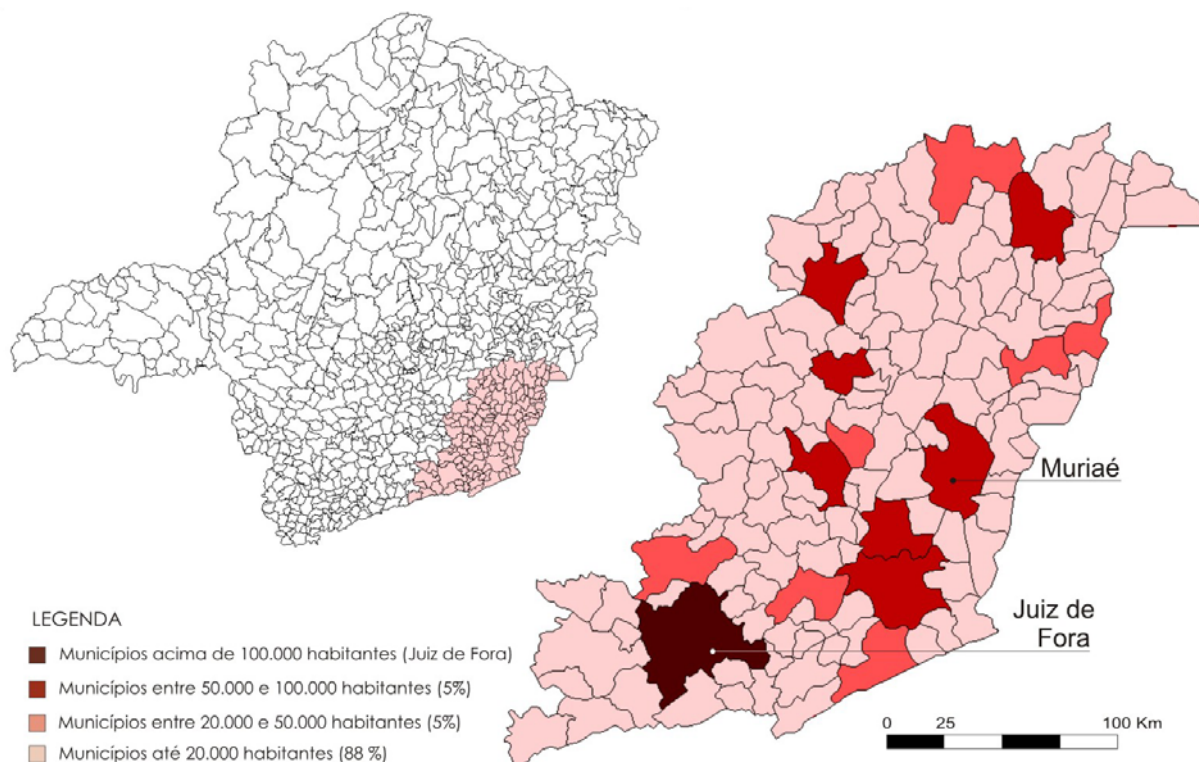


FIGURA 1 – Zona da Mata, MG: municípios e concentração populacional (2000)

Fonte: Adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo 2000. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>, acesso em 09/06/2005; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

Tendo em vista o panorama histórico apresentado e a conformação atual dos municípios na região, o objetivo central desta pesquisa foi a explicitação do modo como se deu a ocupação da Zona da Mata tendo como referência o processo de formação de seus núcleos urbanos. Nosso ponto de partida foi, assim, a identificação dos diversos momentos desse processo e dos agentes e interesses que nele estiveram presentes, de modo a lançar algumas luzes que possibilitem entender como a região adquiriu as características de sua rede urbana atual.

Com este estudo acreditamos estar contribuindo para o avanço das investigações sobre a constituição do meio urbano no território brasileiro, realçando suas especificidades inerentes e o modo como elas repercutem ainda hoje na dinâmica territorial. Também procuramos realçar os desdobramentos e a continuidade do processo de formação de cidades no Brasil, com o objetivo de preencher, mesmo que limitadamente, a lacuna temporal anteriormente apontada. Outro apontamento que julgamos importante é a necessidade de se empreender

pesquisas sobre as pequenas e médias cidades brasileiras e sobre as inter-relações que elas estabeleceram entre si à medida que o sistema urbano foi tomando forma.

...nota-se predominância absoluta de estudos monográficos centrados em cidades específicas. Com isto, só as grandes cidades vêm sendo contempladas, o que se configura uma história urbana das capitais brasileiras, desconsiderando-se as outras cidades, o vasto interior do país, as relações entre cidades e suas respectivas áreas de influência. A tematização dos trabalhos em torno de eixos relacionados ao intra-urbano deixa assim de propiciar um desenvolvimento paralelo no que diz respeito à própria história da urbanização no Brasil.¹⁷

Embora a grande metrópole tenha se tornado um problema urbano sério na atualidade, e por isso merecedor de importantes estudos, numericamente as pequenas e médias cidades são maioria no território brasileiro, predominando de forma quase absoluta no atual território da Zona da Mata mineira. Talvez uma das soluções para conter o inchamento maléfico das metrópoles seja mesmo a promoção de desenvolvimento e de alternativas sócio-econômicas para essas pequenas e médias cidades. Desse modo, também se coloca como questão fundamental para este trabalho a problemática atual da Zona da Mata. Considerada em alguns estudos como uma “área-problema”, a região vem sendo alvo, nas últimas décadas, de políticas governamentais para dinamização de seu crescimento¹⁸. Assim, o povoamento denso e difuso característico da região não encontra mais respaldo em sua dinâmica econômica. Com exceção de algumas cidades que desenvolveram um potencial industrial e comercial – Juiz de Fora é o melhor exemplo –, grande parte dos municípios da Mata apresenta um quadro de estagnação de suas economias.

Estamos lidando, no entanto, não com as metrópoles hipertrofiadas, sufocadas pelo próprio crescimento, com problemas sérios de moradia, segurança e transporte, mas sim com uma outra realidade, de municípios pequenos e médios que ainda usufruem de uma atividade urbana menos conturbada. Essas cidades mantêm uma qualidade de vida já perdida nos grandes centros e que deve ser explorada e preservada. Contudo, elas também sofrem com a pobreza advinda da estagnação

¹⁷ FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teoria e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1998. p. 25.

¹⁸ Ver BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata**: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento. Belo Horizonte: BDMG, 2000. 158p.

econômica, configurando um quadro de problemas e potencialidades que deve ser devidamente considerado.

Nesse sentido, a ampliação do conhecimento histórico sobre a urbanização da Zona da Mata justifica-se enquanto ponto de partida para o entendimento global da região, estimulando a formação de um posicionamento crítico frente à realidade e reforçando sua identidade regional. Este estudo pretende fornecer, assim, alguns subsídios para a busca de propostas e projetos de âmbito mais abrangente e de forma conjunta, tendo em vista as especificidades que marcaram e ainda marcam o território da região.

Para o desenvolvimento deste trabalho lançamos mão, num primeiro momento, de fontes secundárias, promovendo uma ampla revisão bibliográfica relativa ao material publicado em livros e também em periódicos, dissertações e teses. Num segundo momento, as fontes primárias foram trazidas à análise, tanto as já publicadas e compiladas quanto as documentais e iconográficas, destacando-se aqui a cartografia histórica coeva. Também foram consultadas as descrições dos viajantes que percorreram a região e o território mineiro durante o século XIX e os relatórios dos presidentes da então província de Minas Gerais (1822-1889).

Nosso principal instrumento de análise foi, entretanto, o material cartográfico. A identificação e escolha dos mapas se deu a partir da consulta a algumas publicações¹⁹ que se empenharam na compilação desse material. Trabalhamos com mapas do século XVIII e XIX, a maioria já reproduzida e publicada, o que possibilitou a elaboração de diversos desenhos analíticos. Nossas análises foram direcionadas fundamentalmente para as cartas produzidas por iniciativa do governo da capitania e depois província de Minas Gerais. Também privilegiamos aqueles documentos reconhecidos atualmente pela importância e originalidade no momento em que foram produzidos. Essas cartas permitiram mapear o incremento do número de assentamentos humanos e aglomerações urbanas, assim como identificar as linhas de força que se impuseram à ocupação territorial. Os relatos dos viajantes foram importantes para a identificação do nível de povoamento e para a caracterização

¹⁹ São elas: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 83p. (28 mapas em bolso); COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 245p. ; GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. 434p.

geral do território e dos núcleos urbanos. E os relatórios dos presidentes da província nos ajudaram a perceber as relações políticas construídas entre a Mata e o governo provincial, assim como a visão oficial sobre a região dentro do período em estudo.

Cabe agora explicitar os limites espaciais e temporais aos quais viemos nos referindo implicitamente. Como não podemos escapar à contingência do momento presente, faz-se necessário apresentar ao leitor o que entendemos hoje como Zona da Mata mineira e, a partir daí, olharmos para o passado. No confronto entre o momento presente e o passado acreditamos poder delimitar, com certa clareza, os parâmetros de nossa análise.

Quando falamos em Zona da Mata mineira atualmente nos referimos a uma divisão territorial adotada tanto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE quanto pela antiga Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, hoje Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, do Governo do Estado de Minas Gerais. Entre os anos de 1987 e 1989, foi realizado um amplo estudo pelo IBGE²⁰ com o propósito de instituir, para fins estatísticos, uma divisão do território brasileiro em meso e microrregiões. Tal divisão se realizou respeitando os limites administrativos dos municípios e estados da federação. Desse modo, para Minas Gerais foram identificadas doze mesorregiões geográficas, dentre elas a Zona da Mata (FIG. 2). Segundo o próprio IBGE,

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o **processo social** como determinante, o **quadro natural** como condicionante e a **rede de comunicação e de lugares** como elemento de **articulação espacial**. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma **identidade regional**. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.²¹
[grifos nossos]

Mesmo que as conformações dessas divisões mesorregionais de Minas Gerais possam ser contestadas, o que é perfeitamente cabível frente a dificuldade de se estabelecer no espaço limites territoriais rígidos para processos sociais dinâmicos, elas não devem ser desconsideradas, uma vez que tiveram como elementos balizadores as interações entre sociedade e espaço e as articulações

²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 137p.

²¹ Ibidem. p. 8.

entre os municípios que as compõem. Para o estudo aqui desenvolvido, a consideração de tais aspectos constitui um fator particularmente relevante.



FIGURA 2 – Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, segundo o IBGE.

Fonte: Adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Território**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/lisopcmapa.asp?z=t&o=4>>, acesso em 10/10/2007.

A configuração das atuais Regiões de Planejamento do estado se aproxima, inclusive, da conformação das mesorregiões. A antiga SEPLAN adotou a mesma divisão microrregional estabelecida pelo IBGE, fazendo, entretanto, alguns ajustes e rearranjos entre as mesorregiões, de forma a delimitar dez Regiões de Planejamento²² (FIG. 3). Foi utilizado, neste caso, o critério da polarização, realçando, assim, as relações de interdependência entre as cidades integrantes de cada região.

Podemos perceber que tanto a SEPLAN quanto o IBGE atentaram para as características de integração espacial entre os municípios componentes do recorte e, embora tenham divergido em alguns pontos, para a Zona da Mata houve correspondência entre as duas regionalizações. Desse modo, a conformação atual atribuída à região da Zona da Mata nos parece uma referência razoavelmente adequada para olharmos em direção ao passado.

²² MINAS GERAIS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **As Regiões de Planejamento**. Disponível em <<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/minas?op=estruturaConteudo&coConteudo=27160&coSeqEstrutura=394&coEstruturaPai=12>>, acesso em 10/10/2007.



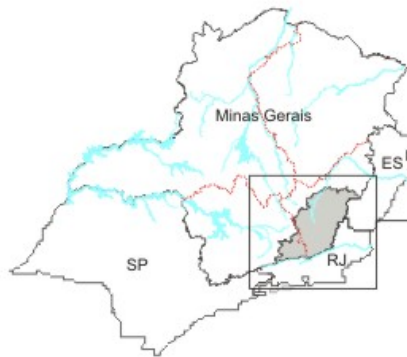
FIGURA 3 – Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais

Fonte: MINAS GERAIS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **As Regiões de Planejamento**. Disponível em <<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/minas?op=estruturaConteudo&coConteudo=27160&coSeqEstrutura=394&coEstruturaPai=12>>, acesso em 10/10/2007.

A FIG. 4 corresponde à transposição para a base cartográfica atual de parte do *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas*, datado de 1778 e elaborado por José Joaquim da Rocha²³. Nela incluímos os contornos da Zona da Mata atual. A produção cartográfica de José Joaquim da Rocha é de inestimável valor para o estudo da formação do território mineiro e de sua rede urbana setecentista. Dentre os mapas de sua autoria, um conjunto particularmente significativo foi concluído em 1778, com a representação das quatro comarcas que então constituíam a capitania de Minas Gerais (Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio) e ainda um mapa geral da capitania. Ao longo deste estudo voltaremos à análise da produção cartográfica de José Joaquim da Rocha de forma mais detida, para o momento consideramos suficientes as informações transcritas na FIG. 4.

²³ ROCHA, José Joaquim da. *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas (1778)*. In: _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapa em bolso)

Mapa-chave (região sudeste do Brasil com destaque para a delimitação atual da Zona da Mata, na cor cinza)



LEGENDA:

- ▲ Sede municipal
- ▲ Distrito/Povoado
- Caminho Velho
- Caminho Novo
- Caminhos
- Limite de comarca

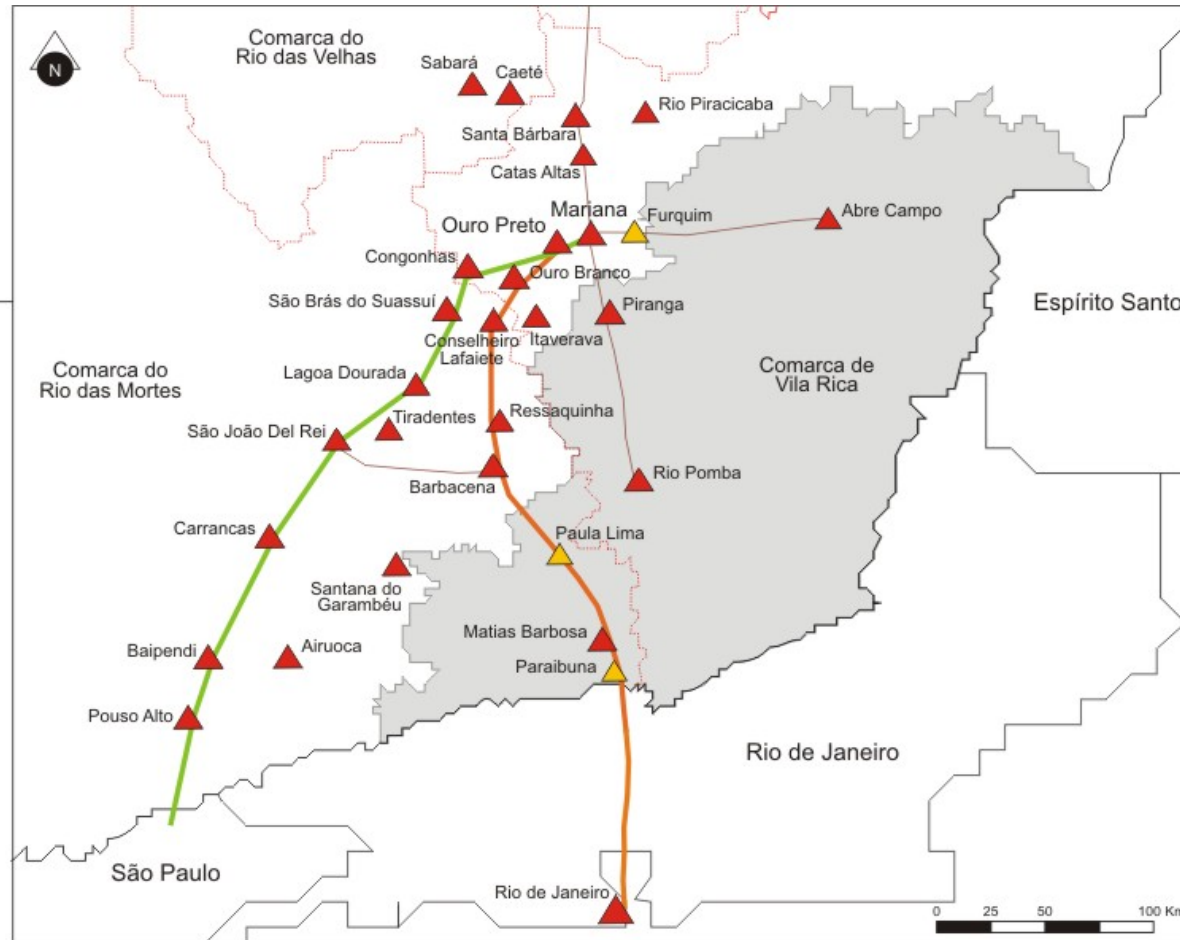


FIGURA 4 – Parte do *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas*, transposto para a base cartográfica atual, com a identificação dos topônimos e da classificação atual dos núcleos urbanos (acrescida extensão do Caminho Novo até o Rio de Janeiro).

Fonte: Elaboração a partir de dados de: ROCHA, José Joaquim. *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas*. In: _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapas em bolso); MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 2, p. 358-413. v. 3, MAPA II.11; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

Pela observação desse mapa, percebemos que a região hoje chamada de Zona da Mata em parte integrava o território da então Comarca de Vila Rica – embora tais delimitações fossem bastante imprecisas nesse momento –, sendo bastante próxima de dois dos mais importantes núcleos urbanos mineradores: Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e Mariana. Sua porção sul, no entanto, pertencia à Comarca do Rio das Mortes. O mapa também nos informa que, durante o século XVIII, parte da região foi contornada pelo Caminho Novo e atravessada por ele em sua porção sul. Ao norte, um caminho de penetração ligava Vila Rica a um assentamento humano conhecido como presídio de Abre Campo, atual sede do município de mesmo nome.

A partir do cotejamento entre o contorno atual da região e os elementos iniciais de penetração em seu território, propomos um acompanhamento do processo de ocupação partindo de Vila Rica e Mariana em direção à fronteira sudeste do que foi a capitania e depois província de Minas Gerais. Tomamos como referência o povoamento ao longo do Caminho Novo e do caminho que levava a Abre Campo, incluindo também toda a área compreendida entre eles. É importante ressaltar que não existiu rigidez nessa delimitação. Uma vez utilizada como referência espacial, muitas vezes foi necessário incluir áreas e assentamentos humanos adjacentes a esses caminhos, com o intuito de manter a própria coerência das análises.

Entretanto, considerando uma investigação em que um grande hiato temporal separou o objeto investigado e a realidade em que vive o agente da investigação, devemos reconhecer que os contornos atuais da Zona da Mata também se colocaram como uma referência para as análises. E, embora tais contornos sejam uma construção mental do presente, acreditamos que tê-los mantido em mente, admitindo sua existência e sua influência sobre os estudos contemporâneos, foi uma conduta mais segura do que simplesmente tentar abstraí-los. Reiteramos ainda mais uma vez que não existiu rigidez nessas delimitações. Assim, nas páginas que se seguem, chamamos de Zona da Mata não só a macrorregião definida pelo IBGE e pela SEPLAG, mas a porção aproximadamente sudeste do território da capitania e província de Minas Gerais, cujo processo de integração à rede urbana mineira procuraremos visualizar.

Quanto ao recorte no tempo, ele ficou condicionado pelo próprio direcionamento da proposta de estudo aqui formulada. A historiografia tem nos informado que, embora o início da ocupação do território mineiro tenha se dado durante o século XVIII, para a Zona da Mata tal processo se efetiva no século seguinte, como resultado sobretudo da expansão da lavoura cafeeira. Uma vez que nossas investigações pretendem captar o momento inicial de formação das aglomerações urbanas na região, direcionamos nossos olhares para o século XVIII e, principalmente, para o século XIX. O final dos oitocentos, marcado pela queda do regime imperial, pela abolição da escravidão e pela primeira crise do café (em 1897) introduziu algumas modificações no quadro político, social e econômico do país, marcando, de certa forma, o término de uma etapa da história brasileira. Tal etapa, evidentemente, deixou suas heranças e influências, mas elas configuram assuntos para outros estudos.

De modo a evocar as questões teóricas pertinentes e cobrir o recorte de tempo adotado, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, realizamos uma discussão sobre a produção acadêmica e sobre os estudos que subsidiaram e permearam nossas análises, além de inserirmos esta investigação no contexto das pesquisas até então desenvolvidas. Procedemos, assim, ao levantamento do referencial relativo à temática trabalhada e à revisão da produção científica que lhe deu suporte.

Nos capítulos seguintes, passamos à contextualização e apresentação dos resultados obtidos a partir das pesquisas nas fontes consultadas. A seqüência dos capítulos obedeceu, em grande parte, a própria seqüência temporal de estudo. Isso se justifica tanto pela facilidade que essa abordagem oferece à compreensão do processo em si, uma vez que ele se reveste de um cunho eminentemente histórico, quanto pela possibilidade de visualização das interações entre as “*rugosidades*”²⁴ que foram se imprimindo ao espaço e as novas facetas que se apresentaram ao longo do período estudado. Sendo assim, iniciamos nosso percurso pela formação dos espaços urbanos da Zona da Mata pelo momento que corresponde ao seu próprio princípio, o século XVIII. Desse modo, no Capítulo II é apresentado o

²⁴ O termo “*rugosidade*” é utilizado por Milton Santos no sentido de herança, de formas espaciais que se constituíram no passado e se cristalizaram no espaço, impondo ao presente sua materialidade e condicionando o próprio cotidiano. (SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 136-140)

panorama relativo ao processo de controle sobre o povoamento da capitania de Minas Gerais ao mesmo tempo em que se expandia e consolidava uma economia de base agrícola, pressionando a ocupação dos territórios de floresta.

O terceiro e quarto capítulos tomam como recorte temporal o século XIX. No terceiro, referente à primeira metade dos oitocentos, foi analisado o processo oficial de abertura dos sertões de floresta ao povoamento e a procura por atividades que propiciassem seu aproveitamento econômico. Esse período foi marcado pela chegada da Família Real, o que resultou num novo fôlego de investimentos sobre o Brasil. Esse também é o momento de implantação de uma política oficial de aldeamento indígena na capitania de Minas Gerais, fator que possibilitou uma ampliação considerável do número de assentamentos humanos na Mata. Além disso, uma nova atividade agrícola, a lavoura de café voltada para a exportação, ganhou terreno, marcando de forma permanente o processo de povoamento da região.

O quarto e último capítulo é direcionado para a análise da dinâmica da rede urbana da Mata no auge da produção cafeeira. Sua importância econômica aumenta significativamente nesse momento, o que implica também numa maior expressão política. Esse contexto traz conseqüências não só para a formação e conformação dos núcleos urbanos, mas também impulsiona fortemente o crescimento populacional. Diversos trechos de ferrovias são implantados nesse momento, conformando um novo elemento balizador da estrutura urbana.

Nas considerações finais procuramos, enfim, alinhar todo o processo descrito e analisado, levantando, assim, os aspectos mais relevantes que se impuseram para a formação e conformação da rede urbana da Zona da Mata e as principais marcas impressas por esse processo no espaço regional.

CAPÍTULO I

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

I.1. Tempo, espaço, processos sociais e urbanização

No bojo de um estudo que pretende resgatar as características iniciais de um processo de formação de núcleos urbanos, ou seja, que pretende compreender como os homens se apossaram de uma porção do espaço, interagiram com ele e o transformaram num território diferenciado, faz-se necessário explicitar alguns pressupostos conceituais que serão o ponto de partida e que permearão as investigações ao longo das páginas seguintes. Estamos lidando com a materialidade viva de embriões urbanos que iam se fixando e crescendo, reclamando sua autonomia e identidade, dentro da dinâmica do momento inicial de conquista e apropriação da terra. As implicações de tal processo são diversas e bastante férteis à pesquisa. Nesse sentido, algumas considerações relativas às interações entre tempo, espaço e processos sociais, compreendidas no interior de um processo de urbanização, impõem-se como fundamentais.

Os dados que orientam nossa tentativa de reconstrução do momento inicial da história urbana da Zona da Mata mineira são fornecidos, principalmente, por duas disciplinas, que se complementam mutuamente ao longo desse estudo: a História e a Geografia. Entretanto, a relação entre elas foi marcada por uma dicotomia histórica, que empobreceu os dois campos de estudo. Nas últimas décadas do século XIX, o processo de institucionalização dessas disciplinas – e a busca de cada uma em se afirmar enquanto ciência autônoma – marcou uma profunda separação entre elas. A História assumiu a prerrogativa da análise dos fenômenos no tempo e a Geografia se encarregou de organizá-los no espaço. Como resultado, a perspectiva historicista foi fortemente difundida, consolidando a primazia do tempo nas análises sociais em detrimento da categoria espaço. Conforme nos informa o geógrafo Edward Soja²⁵, a organização do espaço passou a ser encarada como um contingente ou um reflexo externo da dinâmica social e a espacialidade inerente à vida em sociedade foi neutralizada quanto ao seu potencial de causar impactos e de interagir com os

²⁵ SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 42-47.

processos sociais e históricos. O espaço acabou desvalorizado e despolitizado, considerado inerte e não dialético, um mero receptor das ações humanas.

Essa perspectiva vigorou durante a maior parte do século XX. Entretanto, a partir do processo de reestruturação do sistema capitalista iniciado durante a década de 1970 e com os impactos que tal processo vem causando nas articulações entre tempo e espaço, começou a ganhar forma uma discussão sobre a incoerência da dicotomia existente entre tais elementos e entre a própria História e a Geografia. A partir desse momento, iniciou-se uma gradativa revalorização da categoria espaço dentro das análises das ciências sociais, configurando o que parece ser sua volta à perspectiva de investigação da sociedade, agora não mais como um receptor de processos, mas como uma instância com a qual tais processos necessariamente têm que interagir.

Os geógrafos, particularmente, vêm se esforçando nessas reformulações. Uma proposição bastante atrativa é a de David Harvey:

A distinção entre processos sociais e forma espacial é sempre considerada mais como artificial do que real; mas, nos últimos capítulos a distinção é concebida como irreal mais do que como tendo sido diferente. As formas espaciais são então vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que **contém** os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais **são** espaciais.²⁶ [grifo no original]

No Brasil, essa discussão foi inaugurada a partir dos estudos de Milton Santos²⁷. Numa crítica à fragmentação excessiva da disciplina geográfica e sua posição dicotômica em relação à História, Milton Santos chama a atenção para a necessidade de se implementar efetivamente a interdisciplinaridade nos estudos geográficos, de modo a contribuir para uma compreensão integral da sociedade em seus diferentes aspectos. *“A geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual”*²⁸. Nesse sentido, a Geografia deve ser pensada historicamente e suas pesquisas devem se direcionar não para a investigação do espaço em si, mas para a investigação da produção do

²⁶ HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 2.

²⁷ Ver, principalmente, SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236p.

²⁸ Ibidem. p.105.

espaço, o estudo do espaço como produto histórico, sua gênese, seu funcionamento e sua evolução. O espaço geográfico define-se, então, como a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho. Milton Santos rechaça a idéia de espaço enquanto mero reflexo da sociedade e consubstancia sua proposta com base em três formulações fundamentais: o espaço enquanto *fato*, *fator* e, conseqüentemente, *instância social*.

O espaço é *fato social* porque, embora seja produto da ação humana, existe fora do indivíduo, é uma realidade objetiva que se impõe tanto ao indivíduo quanto à sociedade como um todo. E, enquanto resultado do trabalho humano, o espaço torna-se um artefato. Embora a percepção individual de determinado espaço possa admitir variações, sua realidade material e objetiva é inquestionável. Entretanto, na medida em que admitimos o espaço como um *fato social*, recusamos sua interpretação fora das relações sociais que o definem. O espaço é fato social do mesmo modo que é fato histórico, é elemento de um conjunto em que realiza a dupla função de definir e ser definido por uma dada realidade, é simultaneamente produto e produtor, determinante e determinado.

Seguindo essa linha de raciocínio, o espaço é também *fator social*. Uma configuração espacial existente influencia de modo decisivo a evolução dos novos arranjos sobre o território. As raízes de um processo de povoamento influenciam o desenrolar desse processo. “*Não se pode negar a tendência que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força*”²⁹. Esse mecanismo se dá com bastante intensidade, por exemplo, relativamente à questão da infra-estrutura: uma organização espacial que já é mais densa e importante num país tende a se reforçar e até impõe ao governo fazer investimentos que reafirmem sua centralidade. Isso se aplica não só no caso das metrópoles e da sociedade moderna, mas também em sociedades mais rústicas. Nas comunidades rurais, a terra já trabalhada exerce influência sobre a atitude dos indivíduos diante da ocupação do território. Existe aí uma “*inércia dinâmica*”, ou seja, as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos subseqüentes.

²⁹ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.131.

O espaço considerado como *fato e fator social* torna-se, assim, *instância social*. E como as demais instâncias³⁰, ele tende a reproduzir-se de modo ampliado, acentuando seus traços dominantes. O espaço é instância social pois age e reage sobre as demais estruturas sociais e sobre a sociedade como um todo, de modo que as determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais pré-existentes.

As formas espaciais são resistentes à mudança social e uma das razões disso está em que elas são também ou antes de tudo matéria. (...) As formas espaciais criadas por uma geração ou herdadas das precedentes têm como característica singular o fato de que, como *forma material*, não dispõem de uma autonomia de comportamento, mas elas têm uma autonomia de existência. Isso lhes assegura uma maneira original, particular, de entrar em relação com os outros dados da vida social.³¹

A dimensão espacial possui, assim, uma dinâmica própria, pois tanto reflete as relações sociais quanto interfere diretamente sobre elas. Edward Soja fundamenta sua dialética sócio-espacial adotando pressupostos bastante parecidos com os de Milton Santos. Segundo Soja, a espacialidade se expressaria como “*um produto (ou resultado) social e uma força (ou meio) que modela a vida social*”³². Procurando incitar uma revalorização da dimensão espacial dentro das análises sociais contemporâneas, esse autor propõe o restabelecimento da necessária associação entre tempo e espaço: “*Meu objetivo é espacializar a narrativa histórica, é associar à dureé uma geografia humana crítica permanente*” [grifo no original].³³

Para as análises aqui pretendidas, tal associação revela-se não só bastante proveitosa, mas fundamental para a compreensão dos processos arrolados dentro do universo de estudo. Conforme apontado por Fernanda Borges de Moraes³⁴, os estudos históricos sobre Minas Gerais muito pouco exploraram as formações

³⁰ Segundo o autor (SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.142), as demais instâncias seriam: “1. a base econômica, ela própria determinada pelas forças produtivas; 2. a ordem política e jurídica que lhe é correspondente; 3. as superestruturas ideológicas que encimam o edifício.”

³¹ Ibidem. p. 150.

³² SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 14.

³³ Ibidem. p.7. O conceito de *dureé* foi desenvolvido pelo historiador francês Fernand Braudel e se refere à longa duração, à extensão temporal, às permanências mentais, materiais e sociais que alinhavam os acontecimentos ao longo da história. Fundamental para as análises históricas, Braudel já chamava a atenção para a validade e a contribuição que essa percepção oferece às demais ciências sociais. (Ver BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1976. 261p.)

³⁴ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 53-59.

espaciais de seu passado e o modo como ocorreram as interações entre os processos sociais e o território. Esses estudos relegaram a um segundo plano as especificidades e imposições dos elementos geográficos, o peso das dificuldades de transposição das distâncias, os contextos materialmente diversos daqui e de além-mar. Nesse sentido, faz-se necessária uma tentativa de trazer ao discurso da história as especificidades da construção e transformação do espaço e os modos como as materialidades diversas se conformaram aos aspectos da dinâmica social. Trata-se, assim, de assumir como prerrogativa de pesquisa um tipo de enfoque que tem sido identificado com a disciplina chamada geografia histórica, ou seja, introduzir uma sensibilidade geográfica nos estudos das sociedades do passado³⁵. Dentro dessa perspectiva, se antes as “geografias passadas” eram coisas a serem explicadas, agora elas são parte da explicação.

Nessa tentativa de reconciliação entre tempo e espaço, Fernanda Borges de Moraes, em concordância com Soja, também sugere a extensão das concepções de tempo formuladas pelo historiador Fernand Braudel aos estudos sobre a história de nossas formações territoriais. Braudel³⁶, objetivando aprimorar o método histórico, propõe o desenvolvimento de uma consciência e de uma distinção entre as diversas durações do tempo, num percurso que vai do instante à longa duração. A análise do tempo se daria, assim, em três escalas: evento, conjuntura e longa duração. O evento seria caracterizado pelo acontecimento, pelo “fato jornalístico”, configurando-se como o tempo breve da vida cotidiana. A conjuntura, ou estrutura, seriam os limites aos quais o homem não pode escapar: os obstáculos geográficos, as realidades biológicas, os limites de produtividade. A longa duração se caracterizaria como o tempo longo das permanências dos sistemas sociais e suas materialidades, das tradições, dos velhos hábitos de pensar e de agir.

Quer nos coloquemos em 1558 ou no ano de graça de 1958, para quem pretende captar o mundo, o problema é definir uma hierarquia de forças, de correntes e de movimentos particulares, e, mais tarde, reconstituir uma constelação de conjunto. Em cada momento desta investigação, é necessário distinguir entre movimentos longos e impulsos breves,

³⁵ Ver PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et al. (org.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 269-298.

³⁶ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1976. 261p.

considerados estes últimos nas suas fontes imediatas e aqueles na sua projeção de um tempo longo.³⁷

Assim, a compreensão dos processos sócio-espaciais que se arrolaram ao longo de nossa história deve atender tanto para as estruturas gerais que se impuseram ao território quanto aos aspectos específicos da realidade aqui existente. Formas de administração e organização social que se constituíram dentro de um tempo longo tiveram que interagir com uma terra que também possuía suas longevidades. Nessa interação, as especificidades conjunturais e a força dos eventos também se fizeram sentir. A visualização dos pesos de cada tempo específico em sua dialética com o espaço tem o mérito de possibilitar um entendimento mais amplo da complexidade que caracterizou a construção de nossas espacialidades. Os nuances administrativos, econômicos e culturais arrolados ao longo da história, quando confrontados à materialidade do espaço, oferecem uma compreensão mais clara sobre o modo como se constituíram nossas formações sociais e territoriais. Desse modo, a reconciliação entre tempo e espaço e seu tratamento de forma conjunta se faz imprescindível.

Nesse sentido, o estudo sobre os processos de formação de nosso meio urbano configura-se como um campo privilegiado para as análises, permitindo visualizar a associação promissora entre a *longa duração temporal* (dos modos de vida, de organização e de integração social) e uma *longa duração espacial* (das estruturas territoriais materializadas nas divisões administrativas, nos assentamentos humanos, nos caminhos). E, além das longas permanências, o meio urbano também nos ajuda a visualizar as conjunturas e as especificidades que os novos momentos históricos impuseram à conformação do território mineiro. Conforme atenta Milton Santos, “os estabelecimentos humanos são definidos por uma combinação local de variáveis da qual cobram sua originalidade”³⁸. Descortinar permanências e originalidades em sua interação com os aspectos sociais mais amplos impôs-se como o desafio a ser vencido ao longo deste trabalho.

³⁷ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1976. p. 28.

³⁸ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 212.

Nessa empreitada, a urbanização foi entendida enquanto um *processo social*, conforme defendido por Nestor Goulart Reis Filho³⁹. Dentro desse entendimento, o caráter social e o caráter espacial da urbanização são tratados de forma conjunta e relacionada. A principal instância de análise torna-se, assim, a própria interação entre sociedade e espaço. Adotando tal perspectiva, procuramos aproximar nossas investigações da proposta de resgate da dialética sócio-espacial anteriormente apresentada.

I.2. Cidade: gênese e interação com o espaço

De forma a nos aproximarmos gradativamente de nosso objeto de estudo e explicitarmos certos elementos que nos ajudarão nas investigações, fazem-se ainda pertinentes algumas considerações sobre a própria noção de cidade e sobre os fatores condicionantes da formação do meio urbano, além de uma atenção relativa às interações que a cidade implica sobre o território mais amplo à sua volta.

Diversos estudos sobre o meio urbano apontam para a dificuldade de uma definição consensual de cidade, principalmente se considerarmos critérios de população urbana e sua diferenciação em relação à população rural. Conforme atenta Milton Santos, “*definir cidades como Nova York, Londres, Paris, São Paulo, não apresenta dificuldades, mas quando se trata de definir, já não direi formas embrionárias, mas formas primárias do fenômeno urbano, começa a dificuldade.*”⁴⁰

No Brasil, desde o período colonial, o conceito de cidade sempre teve uma conotação oficial. Elas caracterizavam e ainda caracterizam o nível máximo da hierarquia administrativa municipal, sendo as sedes dos municípios integrantes do território hoje nacional. Entretanto, essa concepção baseada em critérios administrativos não manteve, ao longo da história, uma correspondência direta e inequívoca com as características de desenvolvimento dos núcleos urbanos⁴¹. Tais

³⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. p. 200-201.

⁴⁰ SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação de centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959. p. 11.

⁴¹ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 156-162.

critérios corresponderam e ainda correspondem, muitas vezes, a estratégias e decisões de cunho político.

Pedro P. Geider⁴², discutindo a complexidade da adoção de padrões uniformes, aponta que enquanto no Brasil o quadro urbano se caracterizava pela presença da autoridade administrativa, no México tal quadro se definia pela concentração mínima de 2.500 habitantes; nos Estados Unidos, além da autonomia administrativa e da concentração mínima de 2.500 habitantes, para a caracterização de um aglomerado urbano suas ruas deveriam ser pavimentadas; no Haiti, tais exigências eram ainda mais severas, pois também se consideravam critérios econômicos, como certas percentagens de distribuição da população ativa pelos setores secundário e terciário. Isso para o ano de 1958! Pode-se perceber a partir daí a existência de uma variedade de critérios baseados principalmente na objetividade dos dados numéricos e estatísticos sobre a população urbana. Entretanto, devido às suas variações ao longo do tempo e de acordo com os diferentes países, todo um cuidado deve ser despendido na manipulação de tais números.

Quanto aos critérios relativos aos valores totais de população, Braudel⁴³ apresenta alguns dados particularmente elucidativos. Para a caracterização de uma cidade na França, um aglomerado deve possuir um mínimo de 2.000 habitantes; na Inglaterra, o número usado é 5.000. A estimativa de 25% de população urbana para a Inglaterra em 1801 passaria a 40% caso se tomasse como base as comunidades acima de 2.000 habitantes. No caso da Alemanha, no final da Idade Média, foram identificadas 3.000 localidades com o direito de cidade adquirido, tais localidades contavam com uma população média em torno de 400 indivíduos. Percebe-se, assim, que as variações são grandes, expressando as particularidades de cada momento e contexto específico onde o fenômeno urbano se instalou.

Outro critério numérico é aquele relativo à densidade demográfica. Os cuidados aqui não devem ser menores, veja-se os números apresentados por

⁴² GEIDER, Pedro P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1963. p. 8.

⁴³ BRAUDEL, Fernand. Capítulo 8: As Cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. (As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível). p. 442-443.

Marcel Roncayolo⁴⁴: entre as cidades medievais da costa do mediterrâneo, Gênova atingiu 900 habitantes por hectare; nas cidades da Espanha muçulmana esse número girava em torno de 60. No princípio do século XIX, Paris atinge entre 500 e 700 habitantes por hectare; a Paris de Haussmann, por volta de 1880, 290; e a Paris contemporânea oscila em aproximadamente 350. Esses índices representam uma média e como tal devem ser analisados. Nos anos de 1950, os bairros superpovoados do velho centro de Paris ultrapassavam 1.000 habitantes por hectare, enquanto os subúrbios burgueses oscilavam em torno de 200. A Londres de 1958 atingiu a já fraca densidade de 85 habitantes por hectare. Nos limites da grande Londres, menos de 50. Tais variações resultam das especificidades locais da aglomeração, das condições topográficas impostas ao crescimento urbano, das heranças históricas, dos modos de vida e das características das construções, dificultando sobremaneira as generalizações.

Desse modo, embora organismos internacionais venham tentando uma padronização das estatísticas, diversos autores apontam para a responsabilidade do pesquisador em desenvolver uma sensibilidade no tratamento de realidades específicas, relativizando os critérios de acordo com tempos e espaços analisados. Uma definição que tome por base apenas dados numéricos de população pode excluir momentos e aspectos importantes principalmente no que se refere ao processo de gênese da aglomeração urbana. Atento a isso, Braudel deixa sua sugestão, e com ela concordamos:

É até estes limites inferiores que a história urbana deve estender seu estudo, pois as pequenas cidades (...) acabam por 'vencer' os seus campos circundantes, insuflam-lhes 'consciência cidadina' enquanto elas próprias são devoradas, submetidas pelos grandes aglomerados mais povoados e ativos do que elas.⁴⁵

É importante salientar que, quando voltamos nossas análises para o estudo de um processo inicial de formação de núcleos urbanos, estamos atentos para o fato de que a cidade é produto do crescimento e não de uma criação instantânea. O processo de urbanização – ao qual direcionamos um olhar sobre suas origens –

⁴⁴ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Região. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8. p. 401.

⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. Capítulo 8: As Cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. (As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível). p. 442.

continua em curso ainda na atualidade, se revestindo de elementos e de dinâmicas novas que se associam de maneira dialética às marcas deixadas pelo processo original.

No entanto, se é difícil estabelecer critérios relativos ao contingente populacional para aglomerações urbanas em formação, tais contingentes são de grande validade para se estabelecer níveis hierárquicos entre os centros. O tamanho da população é fator indicativo de um maior desenvolvimento do núcleo urbano, de sua maior atratividade e centralidade, o que corresponde a uma maior significância na estruturação dos fluxos comerciais de sua região. Desse modo, mais do que para a identificação dos núcleos urbanos, os dados populacionais nos servem, aqui, para sua classificação quanto à centralidade e importância relativa no interior da rede urbana.

As caracterizações clássicas sobre o processo de gênese e evolução das cidades também passam pela sua diferenciação em relação ao campo e a identificação de certas funções que o meio urbano assumiu ao longo desse processo. Sob o ponto de vista econômico, o aparecimento da cidade seria possibilitado pela produção de um excedente alimentar que permitiu a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a atividades não-agrícolas. Esse processo inaugurou uma divisão do trabalho entre campo e cidade e um processo de especialização de suas tarefas⁴⁶. Desse modo, a domesticação do cultivo de plantas e a criação de animais, a chamada Revolução Agrícola, ao possibilitar a produção desse excedente alimentar permitiu também a formação do meio urbano. O campo precederia, assim, a cidade, sendo fator determinante para o seu aparecimento.

Entretanto, alguns autores têm questionado tal interpretação. Resgatando uma argumentação suscitada por Jane Jacobs, Edward Soja⁴⁷ sustenta a hipótese de que o espaço da cidade pode ter se originado antes mesmo da Revolução Agrícola (ou, pelo menos, foi simultâneo a ela). Segundo esse autor, evidências arqueológicas têm indicado a existência, em certas regiões da Ásia, de aglomerações humanas significativas compostas por comunidades de caçadores e coletores. Esse meio urbano primitivo desenvolveu-se em tal magnitude que

⁴⁶ SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 7-27.

⁴⁷ SOJA, Edward. Putting Cities First. In: _____. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Blackwell, 2000. p. 19-49.

pressionou e acelerou a domesticação de plantas e animais, levando, assim, à Revolução Agrícola. Partindo desse princípio, Soja confere à cidade um potencial extra em relação a sua capacidade de organização das relações econômicas e sociais no território, num momento muito anterior àquele em que a maioria dos pesquisadores admite que tal característica tenha se tornado evidente⁴⁸. O autor admite a existência de uma instância psicológica e social que levou e ainda leva os homens a viverem reunidos. A formação urbana teria, assim, uma sinergia própria, caracterizada pela tendência natural da sociedade humana à aglomeração e pela força que essa aglomeração, uma vez estabelecida, exerce sobre os processos sociais que ocorrem em seu interior e ao seu redor. O fenômeno urbano ganha, segundo essa perspectiva, características bastante instigantes para investigação, superando a mera oposição com o meio rural.

Ao longo do processo de colonização da América Portuguesa, a relação campo-cidade também não foi uniforme. Nos dois primeiros séculos, as cidades se constituíram como entrepostos comerciais, fazendo a ligação da produção rural aqui instalada com o mercado urbano europeu⁴⁹. A exportação de produtos agrícolas (principalmente o açúcar) e a importação de produtos manufaturados estabeleceu, de certa forma, uma divisão do trabalho entre cidade e campo em nível internacional. A rede urbana formada apresentava polarizações muito fortes, correspondendo quase que exclusivamente à necessidade de apoio à agricultura de exportação. Composta por alguns centros regionais, de fraca articulação entre si, construídos sob supervisão da Coroa, essa rede se completava com núcleos de menor importância, implantados, em geral, ao longo da costa. Tais centros configuravam-se como locais de encontro dos brancos-senhores e como ponto de instalação do aparato administrativo colonial. Materializavam, assim, o contato dos colonos com o sistema de colonização e, enquanto local de articulação entre a produção agro-exportadora e seus mercados, assumiram a função de sede do capital comercial. No entanto, o centro produtivo da economia estava no campo.

⁴⁸ A cidade passa a ser vista como elemento fundamental da organização territorial a partir da Revolução Industrial e ao longo dos últimos dois séculos, quando o espaço urbano torna-se o *locus* da produção e do gerenciamento das atividades econômicas, contribuindo para a consolidação do sistema capitalista em nível mundial.

⁴⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. p. 18-57.; OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 6, 1982, p. 37-40.

Esse padrão sofreu profundas alterações na região dos descobertos auríferos. A urbanização mineira, em seus primórdios, foi resultado da concentração populacional gerada pela atividade mineradora, que aglutinou os indivíduos nos locais específicos onde se localizavam as lavras. Desse modo, o centro produtivo da economia mineira passou a ser o próprio meio urbano, pois era ele o local da produção. Gerando bens – no caso, ouro e diamantes – que, para a subsistência de seus habitantes, deveriam ser trocados por outros produtos, a cidade mineradora era um centro de produção e troca, gerando e organizando o espaço rural à sua volta⁵⁰.

Com o correr do século XVIII, a economia mineira ganhou maior complexidade. Concomitantemente à queda dos rendimentos da mineração, as atividades agropecuárias se fortaleceram e paulatinamente assumiram a posição de atividade econômica principal⁵¹. A virada do século foi marcada, assim, por um processo de “ruralização”. Segundo Alexandre Cunha⁵², ocorreu uma inversão na lógica de produção do espaço em Minas Gerais. Se durante as primeiras décadas dos setecentos foi a precoce base urbana que impôs a criação do espaço rural – para o próprio abastecimento dos núcleos citadinos –, no século XIX é a expansão das atividades agropecuárias que irá desencadear a formação de novos centros urbanos, para comercialização dos gêneros produzidos e organização dos fluxos comerciais. “*Do urbano como força primeira da dinâmica econômica no século XVIII passar-se-ia progressivamente para uma conjuntura em que o rural viria a ocupar essa posição*”⁵³. Nota-se, assim, a complexidade e o dinamismo que a relação campo-cidade assumiu no território mineiro.

Essa inversão da dinâmica econômica, no entanto, não significou uma retomada do padrão de urbanização até então característico da atividade agrícola na América Portuguesa. O quadro é novo e bastante diferenciado. Conforme veremos no próximo capítulo, grande parte desse processo de expansão rural teve como base o mercado interno colonial. Além disso, a existência de uma cultura urbana já

⁵⁰ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. 14p. (Texto para discussão; 164). Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>>, acesso em 15/10/2008.

⁵¹ Ver Capítulo II, item II.3. Agropecuária, abastecimento e comércio nas Minas.

⁵² CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007. p. 96-121.

⁵³ *Ibidem*. p. 97.

presente em Minas Gerais alterou o contexto de formação e desenvolvimento dos novos núcleos urbanos. Frente aos recortes temporal e espacial adotados neste trabalho, o momento de inflexão da base econômica mineira e de rearranjo da relação campo-cidade configura-se como um dos pontos focais de investigação. No entanto, é importante ressaltar que nossas análises não pretendem dicotomizar meio urbano e meio rural, muito pelo contrário, embora o centro das investigações sejam as formações urbanas, campo e cidade são aqui tratados como um sistema, no qual cada um é setor essencial para a compreensão do todo.

Considerando tais especificidades do processo de formação do meio urbano em território mineiro, é forçoso esclarecer alguns elementos ou linhas de investigação que balizaram o estudo aqui empreendido. Como nosso objetivo é retroceder às origens das formações urbanas na Zona da Mata, consideramos pertinente atentar para algumas peculiaridades inerentes ao meio urbano em sua essência, que tem levado, invariavelmente, à diferenciação do espaço natural. Tais peculiaridades são o desdobramento do que poderia ser considerado como a principal característica do fenômeno urbano: sua centralidade. A cidade atrai por algum motivo: existência de um centro de culto, de um mercado permanente, concentração de órgãos de decisão e de gestão e do aparato administrativo do Estado. Desde os momentos iniciais de formação do meio urbano, tal aspecto se impõe e garante, assim, a permanência de determinadas funções urbanas no tempo e no espaço, sua radicação definitiva no ambiente⁵⁴.

Na tentativa de sistematizar as diversas manifestações de centralidade, sobretudo aquelas determinantes para o processo de formação do meio urbano, foram identificados três aspectos que poderíamos considerar como fundamentais: o aspecto econômico, o político-administrativo e aquele referente às questões culturais e simbólicas. Embora diferentes cidades possam apresentar níveis variáveis de importância relativa entre tais aspectos, é a sua observação em conjunto que permite uma compreensão global do fenômeno urbano em suas mais diversas aparições, pelo menos no mundo ocidental.

A centralidade inerente ao aspecto econômico materializou-se de diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Entretanto, nos momentos iniciais, sua

⁵⁴ Ver RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Região. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8. p. 396-487.

principal manifestação se deu com a instalação do mercado. A cidade configurou-se como o local por excelência para a concentração do excedente coletivo e para a realização das trocas comerciais. A importância dessa função levou alguns autores a considerarem a cidade como um estabelecimento de mercado⁵⁵. Tal característica, provavelmente, foi a que trouxe as maiores transformações para o meio urbano nos últimos dois séculos. Foi a partir da potencialização das atividades comerciais urbanas que a relação de complementaridade entre campo e cidade cedeu lugar a um processo de domínio da cidade sobre o campo, que se intensificou com o advento da produção industrial. A partir desse momento, a cidade experimentou um processo de potencialização de seu crescimento e de sua capacidade de organização da sociedade e da economia. Transformando-se no espaço privilegiado da produção, do consumo, das correntes de trocas e de circulação e do gerenciamento dos investimentos, o meio urbano assegurou para si um poderio econômico que acabou por subordinar o meio rural, assumindo, assim, uma posição privilegiada dentro do sistema capitalista em processo de consolidação⁵⁶.

Relativamente ao estudo da formação da cidade no Brasil, uma atenção relativa à importância das rotas e trocas mercantis foi despendida por Fernanda Borges de Moraes⁵⁷. Sua pesquisa ressalta o desencadeamento de um processo de articulação do território da América Portuguesa a partir do delineamento de fluxos de comércio entre as diversas partes desse território e a região das Minas. A dinâmica mercantil, tanto em nível regional quanto macrorregional, teve um papel importante na formação e consolidação de diversos assentamentos humanos e núcleos urbanos ao longo dos caminhos e, conseqüentemente, na formação da rede urbana não só no território mineiro, mas em toda a América Portuguesa.

Nesse sentido, uma questão relevante para o estudo que aqui se delineia é a continuidade e a expansão de uma estrutura de comércio por meio das tropas de mulas e seu caráter enquanto elemento balizador na formação dos assentamentos

⁵⁵ WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-96.

⁵⁶ Essa dimensão do fenômeno urbano foi provavelmente uma das mais exploradas, tendo levado diversos autores a se debruçarem sobre a relação entre urbanização e industrialização. Citamos, a título de iniciação nessa temática: MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Cidade e o Urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio L. (org.). **As cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 185-197.

⁵⁷ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

humanos. Conforme nos informa Braudel, “*é também a geografia, de certo modo ligada à velocidade, ou melhor, à lentidão dos transportes da época, que explica as miríades de pequenas cidades*”⁵⁸. A necessidade de uma infra-estrutura de pousos que viabilizasse a circulação mercantil deixou suas marcas sobre o povoamento do território e sobre a conformação dos assentamentos humanos. A introdução de novos sistemas de transporte, principalmente o ferroviário, na segunda metade do século XIX, correspondeu a uma materialização das necessidades de fluxo comercial da nova atividade econômica da Zona da Mata – a lavoura de café para exportação –, no entanto, teve que interagir, ou se sobrepor, à estrutura de caminhos já existente.

No entanto, embora as questões relativas ao aspecto econômico sempre estivessem presentes, nunca estiveram sozinhas. A cidade, desde seus primórdios, foi também o local privilegiado onde o poder político se exerceu e onde os embates sociais se realizaram com maior força. Ao longo da história, a cidade coincidiu com o próprio Estado, em suas diversas manifestações, materializando não só o poder local e municipal, mas o próprio poder central⁵⁹. Mesmo os aspectos de defesa militar são um desdobramento da representatividade urbana enquanto sede do poder de Estado.

Esse aspecto, e seus desdobramentos sobre a formação de núcleos urbanos no território brasileiro, receberam mais atenção por parte dos pesquisadores. A argumentação pioneira de Sérgio Buarque de Holanda⁶⁰, comparando e contrapondo a regularidade da cidade da América Espanhola em relação à organicidade e ao “desleixo” da cidade da América Portuguesa, teve como principal instância de análise o papel (e o controle) dos Estados Metropolitanos no processo de formação de tais cidades. A discordância de Nestor Goulart Reis Filho⁶¹ em relação a esses apontamentos também se fundamentou numa análise sobre a

⁵⁸ BRAUDEL, Fernand. Capítulo 8: As Cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. (As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível). p. 459. O autor está se referindo especificamente ao território da Alemanha no século XV. Entretanto, ressaltando-se as devidas diferenciações, a observação vale para o contexto da colonização portuguesa na América e para grande parte do século XIX.

⁵⁹ Ver RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Região. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8. p. 396-487.

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulo 4: O semeador e o ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138.

⁶¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. 239p.

atuação da Metrópole Portuguesa. Nestor Goulart procurou demonstrar como o desenvolvimento de nossas formações urbanas foi determinado pelas características do processo de colonização em seu esforço para controlar o povoamento e as atividades econômicas sobre o território: “...a organização da vida urbana, dos núcleos e dos principais aspectos destes, é o produto, em cada época, das condições históricas precedentes e da atuação dos agentes do processo de colonização e urbanização”⁶². A política metropolitana para nossas cidades se orientou, assim, de acordo com as especificidades que se impuseram à colonização. Elaborada ao longo dos dois primeiros séculos, tal política urbanizadora consolidou-se efetivamente no alvorecer do terceiro:

...ao terminar a segunda década do século XVIII estariam concluídas essas transformações, consolidadas as novas formas político-administrativas e definida a situação dos colonos, de tal modo que estariam maduras as condições para aplicação de uma política altamente centralizada, como a que caracterizou a ação da Metrópole, dessa época em diante.⁶³

Uma investigação sobre essa “política altamente centralizada” pode ser encontrada no estudo de Roberta Marx Delson⁶⁴. Nele a autora delinea a constituição de um “projeto português” para a colonização da América a partir da implantação de arraiais e vilas planejadas no interior do território colonial ao longo dos setecentos:

Influenciados pela descoberta do ouro na década de 1690 e diretamente ameaçados, os administradores metropolitanos buscavam ansiosamente os meios de ampliar o seu controle; um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, constituiu o processo pelo qual o interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado.⁶⁵

A autora enfatiza, assim, a importância das cidades (e das relações que elas geravam no interior da América Portuguesa) para o domínio do território e para o êxito da empresa colonial lusitana. Dentro dessa perspectiva, o papel da cidade enquanto materialização do poder de Estado é, de certa forma, potencializado.

⁶² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. p. 197.

⁶³ Ibidem. p. 28.

⁶⁴ DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva/CIORD, 1997. 124p.

⁶⁵ Ibidem. p. 4.

Relativamente ao território mineiro, destacamos as pesquisas desenvolvidas por Cláudia Damasceno Fonseca⁶⁶ e Fernanda Borges de Moraes⁶⁷. Essas pesquisadoras apresentam perspectivas importantes sobre a maneira pela qual a Metrópole portuguesa exerceu sua ação sobre os núcleos urbanos em Minas Gerais. O modo como se constituíram as diversas instâncias da administração do território mineiro e a própria hierarquia administrativa⁶⁸ de sua rede urbana expressou os processos ora de centralização, ora de descentralização do controle exercido pela Coroa sobre a capitania. Cláudia Damasceno Fonseca ainda nos traz informações relativas às orientações para implantação dos assentamentos urbanos e as preocupações com sua regularidade e salubridade. Tais preocupações se materializaram em ações constantes, embora pontuais, dos diversos agentes da Coroa presentes no território mineiro. Fernanda Borges de Moraes nos mostra como a própria produção e representação cartográfica relativa à América Portuguesa e à capitania de Minas Gerais refletiu certos aspectos de sigilo e controle por parte de Portugal em relação ao território que progressivamente ia sendo desbravado, conhecido e ocupado. Todo esse processo não se fez, obviamente, sem embates e divergências com a população que se fixava e crescia. As imposições oficiais e as ações de transgressão estiveram igualmente presentes na dialética da ocupação do espaço.

A terceira implicação do caráter de centralidade inerente ao meio urbano se refere às questões culturais e simbólicas. Sua manifestação ocorreu e ainda ocorre de forma expressiva relativamente às evocações religiosas. No caso do Brasil, tal

⁶⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais, Brésil, XVIIIe siècle**. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 606p.

⁶⁷ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

⁶⁸ As escalas da hierarquia administrativa dos núcleos urbanos se expressavam, *grosso modo*, na elevação de um arraial à freguesia, de freguesia à vila e de vila à cidade. Os arraiais eram pequenos povoados, abrigando muitas vezes uma capela visitada esporadicamente por um sacerdote. As freguesias correspondiam às sedes de paróquia, servidas por um padre permanente. As vilas se diferenciavam pela autonomia administrativa, ou seja, pela presença de um conselho encarregado de administrar a gestão do território sobre sua jurisdição, a câmara. As cidades, por fim, possuíam as mesmas prerrogativas das vilas, sendo simbolicamente superiores por se fundarem em terrenos próprios. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as divisões políticas (vilas e cidades) e eclesiásticas (freguesias) se encontravam imiscuídas, do mesmo modo em que eram confusos os poderes do Estado e os da Igreja Católica. (Ver MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: Terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.143p.)

aspecto merece um olhar cuidadoso, uma vez que, durante todo o período colonial e mesmo durante o Império, Estado e Igreja Católica mantiveram-se unidos.

Permaneceu esquecido, ou bastante desconsiderado, o fato de que, entre nós, até um século atrás, a Igreja esteve ligada ao Estado. Em consequência, os reflexos dessa realidade institucional não têm sido devidamente relacionados com a organização inicial, com a expansão ao longo de mais de quatrocentos anos e com a consolidação da nossa rede de cidades.⁶⁹

Murillo Marx foi provavelmente o principal pesquisador a estudar as implicações dessa união para a formação de nossos núcleos urbanos. Seus estudos destacaram, sobretudo, as imprecisões entre o espaço sagrado, o espaço público e o espaço privado (ou, no caso do período colonial, espaço concedido) e suas consequências sobre a conformação de nosso meio urbano⁷⁰. Nesse sentido, um fator fundamental e que fornece muitas pistas sobre o processo de urbanização aqui investigado diz respeito ao papel da Igreja no processo de ocupação e fixação no território.

Unida ao Estado, a Igreja tornou-se também um agente ativo da colonização, materializando em suas ações as diretrizes de atuação da própria metrópole colonizadora. E ainda, segundo Murillo Marx, nos assuntos em que o Estado possa ter ficado ausente, a Igreja manteve-se atuante: “*Enquanto nunca houve uma codificação colonial portuguesa, as normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente estabelecidos.*” E mais: “*...às vagas determinações civis contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano.*”⁷¹ Desse modo, a interferência da Igreja na implantação dos assentamentos humanos e na própria paisagem urbana foi significativa, tanto por meio da legislação eclesiástica quanto através da influência imediata que ela exerceu a partir de seu patrimônio construído: “*A capela acolhe moradores em pequenas porções de sua gleba, torna-se instrumento de urbanização e cria uma nova paisagem.*”⁷²

Um aspecto que também ajuda a entender a importância da atuação da Igreja Católica sobre nossas formações urbanas é sua profunda ligação com o princípio da

⁶⁹ MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p. 17.

⁷⁰ Ver MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1988. 219p. e MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.143p.

⁷¹ MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p.11.

⁷² Ibidem. p. 43.

territorialidade⁷³. Sua estrutura territorial, materializada nas dioceses e paróquias, permitiu uma forte organização institucional repousada no dogma da centralidade e da representação. Esse fator garantiu, inclusive, a grande difusão da Igreja Católica pelo mundo e, particularmente, pelo território hoje brasileiro. É importante ressaltar que sua atuação, enquanto instituição, também se constitui como um dos aspectos da materialização das relações de poder no ambiente urbano. Entretanto, a imposição desse poder eclesiástico – e seu diálogo com outras formas de poder – só se tornou possível porque ele se exerceu sobre uma população cujo imaginário religioso e místico era muito presente.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido pelo historiador Sérgio da Mata⁷⁴ também aponta alguns aspectos aos quais devemos manter olhares atenciosos. Dentro de um recorte espacial e temporal que particularmente nos interessa (Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX), esse autor procurou verificar de que maneira espaço e religião interagiram e de que modo aspectos relativos ao catolicismo popular e suas representações configuraram-se como fatores determinantes para o processo de fixação dos primeiros assentamentos urbanos, ou proto-urbanos, como ele próprio sugere. Seu estudo descortina a maneira como o espaço recebeu e materializou aspectos rituais e de visão de mundo dos habitantes das Minas antigas. A manutenção do catolicismo como religião oficial após a independência e durante todo o período imperial, além da própria permanência do simbolismo que a religião representava – e, de certa forma, ainda representa –, contribuiu provavelmente para a manutenção da influência religiosa sobre a vida social e também sobre a paisagem urbana.

Frente a todos esses estudos apresentados, acreditamos que, para uma compreensão mais global sobre o processo de gênese das formações urbanas, um olhar atento deve ser despendido relativamente aos aspectos econômicos, políticos e simbólicos em suas diversas interações com o espaço e, principalmente, em suas manifestações de centralidade.

⁷³ BADIE, Bertrand. Capítulo 2: A lenta ascensão do princípio da territorialidade. In: _____. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 39-59.

⁷⁴ MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX**. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. 304p.

A cidade, no entanto, não é uma realidade autônoma. Ela interage com o meio circundante – o campo – e com outras cidades. Ao longo de sua formação e desenvolvimento, os núcleos urbanos admitem diferenciações relativas ao volume e aos tipos de serviços e produtos comercializados, às atividades político-administrativas, ao tamanho demográfico. Tais diferenciações determinam uma série de relações entre os diferentes núcleos, configurando uma estrutura de fluxos de mercadorias, de capitais e de pessoas que caracteriza a chamada rede urbana. Em nosso estudo, comungamos com a assertiva de Fernanda Borges de Moraes, segundo a qual:

A urbanização (...) não está relacionada apenas ao crescimento demográfico e econômico de algumas cidades, mas também implica em uma série de transformações e articulações expressas na organização do espaço regional e nas relações de dependência e hierarquia, que conformam um sistema integrado de maior amplitude: a rede urbana.⁷⁵

Desse modo, nossas investigações também se direcionaram para a apreensão das relações que paulatinamente se estabeleceram entre as povoações que se fixavam e os demais núcleos urbanos pré-existentes. Partimos, assim, do entendimento de que a rede urbana “*reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade.*”⁷⁶ E, como tal, tem muito a nos dizer sobre o processo de interação entre sociedade e espaço.

Mais uma vez, é o caráter de centralidade do núcleo urbano o responsável pela coordenação e direção das diferentes atividades no espaço que se organiza ao seu redor⁷⁷. Os diferentes graus de centralidade entre os núcleos, materializados principalmente pela qualidade e quantidade de bens e serviços que oferecem, determinam a hierarquia urbana e a conformação de suas áreas de influência. É nesse sentido que a cidade e sua articulação maior com o território são agentes fundamentais de estruturação e organização do espaço. Conforme nos informa Michel Rochefort:

⁷⁵ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 162.

⁷⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. p. 8.

⁷⁷ SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação de centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959. p. 12.

A unidade real de organização é pois constituída pelo conjunto dos centros necessários para fornecer a totalidade dos serviços reclamados pelas atividades econômicas e pela vida da população. O estudo dessa realidade geográfica repousa por conseguinte, em primeiro lugar, na análise dos tipos de centros de serviço e de suas respectivas zonas de influência, apreendendo-os nas suas relações recíprocas, e depois, na organização do espaço que daí resulta.⁷⁸

Embora o objeto de estudo aqui tratado caracterize um momento muito incipiente do processo de formação da rede urbana na porção sudeste do território mineiro, sua importância reside na possibilidade de captar as forças primevas de estruturação e articulação do território. Investigaremos, assim, a formação das primeiras “rugosidades” desse espaço regional, marcadas pela fixação dos assentamentos humanos e núcleos urbanos pioneiros e pelos elementos que possibilitaram suas inter-relações: os caminhos. Conforme atenta Pierre George⁷⁹: “...os diversos tipos de vínculos entre a cidade e seus arredores, mais ou menos próximos, exprimem-se e são representados cartograficamente através de eixos ou linhas de força que correspondem a vias de circulação e de transporte.” Desse modo, a conformação dos caminhos – e depois das ferrovias e rodovias – é um importante indicador dos modos como se deram as articulações entre os núcleos urbanos nascentes.

Resta, ainda, um apontamento importante: se consideramos que a organização territorial, a função e a localização das cidades estão em estreita interdependência entre si, as noções de rede urbana e de região passam a se identificar. Assim, a conformação das redes urbanas é concomitante e leva à própria organização regional. Sob esse ponto de vista, cidade e região são solidárias entre si.

Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região. Como tal, não pode, nem deve, ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região. (...) Assim, não se pode considerar a cidade como *apartada* do processo de produção de uma economia regional.⁸⁰

⁷⁸ ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas**. Ensinando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 19.

⁷⁹ GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 223.

⁸⁰ IPEA; IBGE; UNICAMP. **Redes urbanas regionais**: Sudeste. Brasília: IPEA, 2002. p. 22.

Como transparece nesse trecho, as relações entre rede urbana e região têm sido estudadas, classicamente, a partir de um enfoque sobre as atividades econômicas que fundamentam os fluxos e as trocas, sejam de mercadorias, de serviços, de mão-de-obra. Entretanto, o conceito de região, centro das preocupações dos geógrafos, admite classificações diversas que deixam transparecer a dificuldade em definir e dar consistência a uma noção adquirida muitas vezes de forma intuitiva⁸¹. Para os propósitos desse trabalho, partiremos da percepção de “*a região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço.*”⁸² Nesse processo de diferenciação, acreditamos que os fatores econômicos, políticos e culturais agiram e interagiram conjuntamente com os elementos do meio natural, deixando suas marcas sobre a fisionomia do território. A pesquisa sobre o processo de formação de núcleos urbanos, uma vez considerados como formas espaciais aglutinadoras e articuladoras desses diversos fatores, fornece pistas importantes sobre os mecanismos que determinaram a própria conformação regional. É nesse sentido que o estudo da cidade, quando extrapola seus limites intraurbanos, evoca e se relaciona intimamente com os conceitos de rede urbana e de região.

⁸¹ Ver GOMES, Pedro Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76; e RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Região. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8. p. 161-189.

⁸² Ibidem. p. 60.

CAPÍTULO II

A MATA NO CONTEXTO DA ATIVIDADE MINERADORA

II.1. O processo de povoamento do território mineiro e as medidas de controle sobre sua ocupação

A descoberta do ouro na última década do século XVII foi resultado de um longo processo de quase dois séculos de exploração e de reconhecimento do território da América Portuguesa. Esforços expressivos foram despendidos em expedições de penetração no interior, em que as esperanças de encontrar riquezas minerais sempre estiveram presentes. Promovidas diretamente pelo impulso oficial da Coroa ou pelo interesse particular de seus executores, tais expedições partiram de vários pontos da costa hoje brasileira – Bahia, Sergipe, Ceará, Espírito Santo, São Paulo – procurando pelo Sabarabuçu, pela Itaberabuçu dos Tupiniquim ou pela Serra Resplandecente de prata e esmeraldas. Nessa empresa, destacaram-se de maneira particular as bandeiras paulistas, tanto pelo número de campanhas empreendidas quanto pelo sucesso obtido. Intensificadas, sobretudo, durante a segunda metade do século XVII, essas bandeiras foram responsáveis pela descoberta de vários veios auríferos não só no território mineiro, mas também nas regiões que vieram a conformar os estados de Goiás e Mato Grosso⁸³. A partir das descobertas e com o início da extração mineral, foi desencadeado o povoamento de uma porção considerável do interior da América Portuguesa.

Em fins do século XVII, a notícia dos achados rapidamente se espalhou, provocando um grande fluxo migratório em direção às minas. Partindo de diversas regiões da colônia e também do reino, milhares de pessoas se fixaram junto às áreas mineradoras, possibilitando o surgimento de diversos assentamentos humanos. E, na medida em que os trabalhos de extração mineral iam ganhando maior complexidade, uma série de arraiais, inicialmente com instalações de caráter bastante rudimentar, foram tomando forma de estabelecimento permanente. A consolidação e o crescimento desses núcleos conferiu vigor a uma intensa vida urbana na região mineradora.

⁸³ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. O bandeirismo pesquisador de riquezas. In: ____ (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo I, v. I: Do descobrimento à expansão territorial. p. 289-296.

No entanto, a amplitude do afluxo populacional e a variedade de interesses e tipos humanos reunidos foram responsáveis pelo enfrentamento de grandes dificuldades e a ocorrência de inúmeras desordens e conflitos na região das minas. Crises de fome e revoltas pontuaram as três primeiras décadas da história mineira e evidenciaram a necessidade de se imprimir um controle mais efetivo sobre essa sociedade em formação e, principalmente, sobre a arrecadação dos tributos relativos aos rendimentos das lavras. Diversos foram os instrumentos utilizados na tentativa de promover tal controle, interferindo tanto nos mecanismos de extração e tributação do ouro e do diamante quanto nas demais atividades econômicas da capitania. Além disso, a própria organização e implantação das estruturas territoriais da administração régia correspondeu, em grande parte, à necessidade de melhor estruturar sua atuação na região das minas.

Ao tentar estender seus tentáculos – tanto sobre os confins do território, quanto nos enclaves insubmissos –, a Coroa buscou impor sua ordem, cuja expressão espacial deu-se pelo delineamento de recortes territoriais, desde os mais amplos, como o do território da Capitania de Minas Gerais, até aqueles de amplitude territorial mais restrita, como a implantação estratégica de registros e presídios e, por vezes, itinerante, como as guardas e patrulhas.⁸⁴

Várias medidas foram adotadas de modo a dar forma à estrutura político-administrativa e judiciária básica da região das minas: criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709, e depois da própria capitania de Minas Gerais, em 1720; ereção das nove primeiras vilas entre os anos de 1711 e 1730; implantação das quatro primeiras comarcas nos anos de 1714 e 1720⁸⁵. Essas ações foram resultado de um processo de relativa descentralização administrativa adotada pela Coroa no sentido de melhor estruturar a gestão do território, principalmente quanto

⁸⁴ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 1. p. 219.

⁸⁵ Em 1711, foram criadas as três primeiras vilas do território mineiro: Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; em 1713, foi criada a vila de São João de El Rei; em 1714, Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe (atuais Caeté e Serro); em 1715, Piedade do Pitangui; em 1718, São José de El Rei (Tiradentes); mais tarde, em 1730, Minas Novas, sendo a última vila instalada em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII e até o ano de 1789. Em 1714, foram criadas as comarcas de Vila Rica, do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, com suas sedes, respectivamente, em Vila Rica, Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará e São João de El Rei. Em 1720, foi criada a comarca do Serro Frio, desmembrada da comarca do Rio das Velhas, tendo como sede a Vila do Príncipe. (MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.)

às questões da justiça e do fisco, e ao mesmo tempo responder às expectativas de reconhecimento almejadas pela sociedade mineira em formação⁸⁶.

Segundo Francisco Iglésias⁸⁷, esse remodelamento das estruturas político-administrativas que acompanhou o povoamento inicial do território mineiro representou um efetivo fortalecimento da presença e da ação do Estado na América Portuguesa. Ao longo do século XVIII, a capitania de Minas Gerais se consolidou como eixo de um processo de centralização política⁸⁸ e de articulação entre as diferentes partes do território colonial. Conforme apontado por Iglésias, Portugal não adotou uma conduta única, mesclando ações ora de centralização, ora de descentralização, ao sabor das conveniências e necessidades que o próprio processo de colonização impunha. Desse modo, naquele momento fez-se indispensável o fortalecimento da máquina administrativa para que a arrecadação dos rendimentos com a exploração do ouro e das pedras preciosas fosse garantida. Procedeu-se, assim, a um rápido aparelhamento do Estado e dos mecanismos de tributação e controle fiscal, não só na capitania de Minas Gerais, mas em boa parte do centro-sul da América Portuguesa.

A economia mineradora também foi responsável por um processo de articulação do território colonial, uma vez que possibilitou o fortalecimento de seu mercado interno. A mineração, como não produzia gêneros de subsistência, exigiu que se estruturasse, desde muito cedo, uma atividade comercial dinâmica, o que contribuiu para o desenvolvimento do artesanato, das atividades manufatureiras e de uma agricultura de abastecimento. As demais regiões da América Portuguesa dirigiram suas atenções para o fornecimento dos mais diversos gêneros ao mercado mineiro⁸⁹, esboçando pela primeira vez uma integração territorial que se tornou fundamental para a conformação do território brasileiro na atualidade. Importantes

⁸⁶ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

⁸⁷ IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974.

⁸⁸ Segundo Iglésias, a centralização política não correspondeu a uma centralização administrativa. Embora mais atenção tenha sido despendida com a montagem do aparelho estatal nas Minas, conferindo maior coesão ao próprio processo colonizador, a Coroa procurou reconhecer as particularidades locais existentes em cada porção do território da América Portuguesa, evitando a imposição de uma unidade administrativa rígida. (IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974.)

⁸⁹ Ver ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo:HUCITEC/EDUSP, 1990. 247p.

rotas comerciais se consolidaram, tornando constante e diversificado o fluxo humano pelos caminhos e possibilitando a fixação do povoamento ao longo dos percursos por eles definidos.

E, à medida que o acesso à região mineradora tornou-se mais concorrido, potencializaram-se as formas de contrabando do ouro e as maneiras de burlar a cobrança dos impostos de passagem, exigindo da Coroa maior rigor no controle sobre a ocupação do território. A abertura de novos caminhos para as Minas foi proibida e mesmo a circulação pelos caminhos já existentes passou por algumas restrições. Diversos foram os alvarás e ordens régias nesse sentido. Em 1701, foi emitida uma ordem proibindo qualquer comunicação da Bahia para as Minas, que foi estendida, em 1704, também à capitania do Espírito Santo. Em 1710, foi reiterada a proibição de aberturas de caminhos entre as Minas e o Espírito Santo, com o objetivo de coibir os extravios do ouro. Em 1727, uma ordem régia vetava a abertura de picadas entre as Minas Gerais e as minas de Cuiabá e as de Goiás⁹⁰. O alvará de 20 de outubro de 1733 tornou proibida a abertura de quaisquer caminhos para as regiões de mineração já descobertas e estabeleceu como condição para novas picadas a autorização prévia por parte da Coroa. Também regulamentou as penalidades aos infratores e instituiu recompensas aos denunciante:

Eu El Rey Faço saber aos q este meu Alvarâ em forma de Ley virem, q sendo enformâdo a desordem com q algumas pessoas no Estâdo do Brazil se intrometem a fazer picadas e abrir caminhos p.a as Minas sem atenderem aos grandes inconvenientes q se podem seguir e devendo eu evitalo, Fuy servido estabelecer a prezente ley p.la q.al prohibo daqui em diante abriremce novos caminhos ou picadas p.a quayq.r Minas q estiverem já descobertas ou p.a o futuro se descobrirem tanto q nellas se tiver dado forma de arrecadaçô da m.a Real Fazenda. (...) empondoce aos q os abrigarem digo aos q os abrirem ou por elles entrarem as mesmas pennas dos q os dezemcaminhaô os quintos do ouro e q sejaô perdidas as fazendas q por estes caminhos ou picadas se entroduzirem, metade p.a a Real fazenda e metade p.a o denunciante na forma q nella se declara (...)⁹¹

⁹⁰ Uma listagem relativa a essa legislação de controle sobre a abertura de caminhos nas Minas foi feita em PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 22 e 23.

⁹¹ [Alvará em que se torna proibido a abertura de picadas e caminhos na região das Minas sem a autorização da Coroa Portuguesa - 20 de outubro de 1733]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 5, fls. 149, 149v e 150. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa "Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica", sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

Mesmo sob forte repressão, a prática de abrir caminhos de penetração no interior para o plantio de roças ou para fugir à cobrança dos tributos reais nunca deixou de existir, o que se comprova pela própria insistência em proibi-los. Ainda no ano de 1733, a Coroa determinava ao governador da capitania de Minas Gerais que não permitisse a abertura de caminhos que dessem passagem pelos rios Doce e Cuieté. Em 1758, uma ordem régia proibia a abertura de picadas entre Aiuruoca e o vale do rio Paraíba. E ainda no último quartel do século XVIII, quando as regiões do vale do rio Pomba e do Presídio de Abre Campo já estavam em processo de devassamento, as picadas só poderiam ser abertas em direção ao rio Paraíba, onde havia sido instalado o registro de Porto Novo do Cunha⁹².

Tais proibições foram, assim, uma expressão da política centralizadora empreendida pela Coroa ao longo dos setecentos e da constante necessidade de manter o controle sobre a extração mineral. Entretanto, o processo de colonização impôs sempre o convívio entre os espaços da ordem e os da desordem, entre as determinações oficiais e as ações clandestinas, entre o conhecido e o desconhecido. Os limites entre a “civilização” e o meio hostil eram sempre muito tênues e, talvez por isso mesmo, desperte tanto fascínio tentar desvendar, mesmo que limitadamente, o modo como os homens interagiram com o território, fixaram-se sobre ele e o transformaram. Embora tenha articulado regiões distantes da América Portuguesa, conferindo-lhe certa unidade, a ocupação da capitania de Minas Gerais não se deu de maneira uniforme. As especificidades do processo de desbravamento do território e de estruturação da economia mineradora, associadas às características primitivas da terra, resultaram na conformação de regiões diferenciadas no interior da própria capitania.

A região que hoje conhecemos como Zona da Mata mineira, embora próxima ao principal núcleo minerador das Minas, permaneceu, durante todo o século XVIII, como uma área de fronteira, sendo parte dos extensos sertões da capitania. A partir do momento em que a atividade mineradora se estruturou, as medidas de controle sobre os descaminhos do ouro vieram a incidir diretamente sobre o território da Mata. Dentre essas medidas, podem ser citadas as proibições de abertura de caminhos entre Minas Gerais e a capitania do Espírito Santo. Ao longo dos séculos XVI e XVII,

⁹² PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 22 e 23.

algumas expedições partiram do litoral espírito-santense adentrando a região do Rio Doce e suas imediações⁹³. Embora não tenham obtido sucesso na procura pelas lendárias esmeraldas, esse acesso à região de Minas Gerais foi explorado, tornando conhecida sua relativa proximidade. Entretanto, uma vez consolidado o caminho para o porto do Rio de Janeiro, a Coroa procurou mantê-lo como o único acesso ao litoral, de modo a facilitar o controle sobre o comércio e o escoamento do ouro. Desse modo, as proibições vieram no sentido de impedir os extravios e o contrabando através da Mata, que se configurava como uma área de passagem natural tanto para o litoral espírito-santense quanto para o do norte fluminense. As demais medidas de controle sobre a abertura de picadas também incidiram sobre a região e, pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, expedido em 13 de maio de 1736, sua ocupação foi oficialmente proibida, juntamente com as demais regiões não povoadas da capitania:

(...) E attendendo aos inconvenientes que tem resultado das chamadas posse, pertendendo-se com a facil occupação de mui pequena porção de terra adquirir a posse de todas as vertentes de que tem resultado muitas mortes, que ficão sem castigo pelos dezertos em que se comettem, alem de outras feitas pelo gentio brabo nas partes mais remotas: prohibo, que do dia da publicação deste em diante ninguem lance semelhantes posses, sob pena de duzentas oitavas, e de se julgarem nulas, e que dellas não rezulte posse algúa na terra immediata, e que fica dentro das mesmas vertentes; e querendo algúa pessoa povoar, ou lançar rossas nas extremidades não povoadas deste Governo, o não possão fazer sem licença minha, ou de meus successores por escripto, que fique registada na Secretaria, a qual se concederá, ou negará, segundo for conveniente a utilidade publica, e Serviço de S. Magestade.⁹⁴

Mesmo reconhecendo a aplicação limitada dessa legislação numa área vasta e pouco conhecida como era o interior da América Portuguesa⁹⁵, outro fator

⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O bandeirismo pesquisador de riquezas. In: ____ (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo I, v. I: Do descobrimento à expansão territorial. p. 292.

⁹⁴ Terras mineraes: relação das ordens sobre terras mineraes, que, por copia, foi enviada ao Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 1, out./dez. 1896. p. 711.

⁹⁵ Embora devamos reconhecer que, mesmo proibidas, as posses foram lançadas, outro fator contribuiu para o avanço da ocupação territorial à revelia da legislação: a existência de um comércio de terras rurais mesmo durante o período colonial. A venda de parcelas de sesmarias foi prática comum (para definição de sesmaria, ver p. 49, nota 108). Como a extensão dessas glebas era vasta e muitas vezes imprecisa, a alienação de algumas de suas porções beneficiava tanto aos sesmeiros – pela renda que aferiam – quanto aos compradores – pela possibilidade de acesso mais fácil à terra rural. A imprecisão quanto ao tamanho dessas concessões contribuiu, assim, para o avanço da ocupação nos meandros da lei. (ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 220-

contribuiu para conter uma difusão mais efetiva do povoamento ao longo do século XVIII: a existência de uma densa floresta de mata atlântica que cobria a região leste de Minas Gerais e que era habitada por nações indígenas que ainda não haviam estabelecido contato com o colonizador português. A construção de uma imagem de civilização indígena feroz foi, inclusive, alimentada pela Coroa, o que contribuiu, ao mesmo tempo, para controlar o processo de ocupação⁹⁶. Segundo Carneiro⁹⁷, “*mais do que a legislação proibitiva, foram os conflitos com os indígenas, principalmente os Botocudos, que influíram na marcha do povoamento*”, tornando-a inconstante ao longo dos setecentos.

Entretanto, esse quadro não se manteve estático, pelo contrário, conjunturas novas foram tomando corpo. Relativamente ao processo de expansão dos assentamentos humanos sobre as regiões de floresta – com a conseqüente formação de novos núcleos urbanos – essas novas conjunturas se fizeram sentir sobretudo a partir de meados do século. Antes disso, porém, faz-se necessário destacar um acontecimento importante para o início do processo de fixação no território da Mata: a abertura do Caminho Novo.

II.2. O Caminho Novo

Embora incursões pela região que hoje corresponde ao território da Zona da Mata tenham ocorrido desde o século XVI e também as bandeiras paulistas, no século XVII, tenham a alcançado⁹⁸, a abertura do Caminho Novo foi o primeiro movimento efetivo no sentido de fixação do agente colonizador. Conforme já comentado na Introdução deste trabalho e apresentado no MAPA 1 (p. 13), esse caminho seguia, a partir de Vila Rica, contornando a Mata e a atravessava em sua porção sul, atingindo o território fluminense e chegando à cidade do Rio de Janeiro.

223; e CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 94 e 125.)

⁹⁶ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 29.

⁹⁷ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 131.

⁹⁸ MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma Região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 15-20.

Numa carta ao Rei de Portugal, datada de 24 de maio de 1698, o governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, explicita os motivos que justificavam a abertura de tal caminho:

(...) pareceume conveniente ao serviço de v. Mag.de buscar todos os caminhos p.a q. os quintos do ouro de lavage se não extraviem, como também o augmento das Minas, e como as dos Cathaguases são taõ ricas, conforme dizem, pareceume conveniente facilitar aquele caminho de forma q. Convidasse a facilidade delle aos moradores de todas as villas, e aos do Rio de Janeiro à irem minerar, e poderem ser os mineiros mais providos de mantim.tos, (...), o q. Me obrigou a fazer dilligencia em São Paulo por pessoas q. abrisse o caminho do Ryo de Janr.o p.a as d.as minas (...). Sabido este negocio por Garcia Rodrigues Pais o descobridor das chamadas Esmeraldas se me veyo offerecer com todo o zello e desemteresse p.a fazer este caminho (...); e he sem duvida q. se o d.o Garcia Rodrigues Pais conçegue o q. intenta, faz grande serviço a v. Mag.de, e a este Povo grande obra; porq. depende o intereçe de se augmentarem os quintos pella brevidade do caminho, porq. por este donde agora se vão aos Cathaguases se porâ do Rio de Janeiro mais de tres meses, e de São Paulo he sincoenta dias, e pello caminho q. se intenta abrir conceguindoçe seporaõ pouco mais de quinze dias; agora seguesse a utilidade dos Campos Gerais, os quais são tão ferteis p.a os gados q. dizem estes homens virão a ser outro Buenos Ayres porq. p.a a parte do sul comfinaõ com os caminhos da Noua Collonia, e p.a a parte do Norte com os currais da Bahya, conformandome com a opinião dos práticos, e do Ryo de Janeiro a estes Campos, aberto o caminho, se porão seis, athe sete dias, e dahi as Minas pouco mais de outo, e virá a render huã consideravel fazenda para os dízimos, pella qual rezaõ crescerá m.to o contrato, (...) e também fica m.to facilitado o descobrimento do Sabará-bussú pella grande vizinhança em q. fica desta Praça (...).⁹⁹

Desse modo, o Caminho Novo significaria um encurtamento expressivo na viagem entre a região das Minas e o Rio de Janeiro, passando de um período de três meses para apenas quinze dias, sendo ainda mais curto que o percurso até São Paulo, que demandava cinqüenta dias. O governador explicita ainda duas razões principais que tornariam vantajoso a brevidade da viagem: a maior eficiência na arrecadação dos quintos e na própria exploração dos metais preciosos (com a possibilidade de novas descobertas) e também as melhorias no abastecimento da região mineradora a partir do incentivo ao comércio e à expansão das áreas de criação de gado. Pelo Caminho Novo também se evitariam os lamaçais da Serra da Mantiqueira e o perigoso percurso por mar entre o porto de Parati e o Rio de Janeiro

⁹⁹ [Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro (1697-1702), Arthur de Sá e Menezes ao rei de Portugal, D. Pedro II (1667-1706), informando sobre as conveniências de se construir um novo caminho entre o Rio de Janeiro e as Minas dos Cataguases - 24 de maio de 1698]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, 2a. edição, vol. XVIII, 1942, p. 317-318.

– trajeto realizado até então, que ficou conhecido como Caminho Velho¹⁰⁰. Sendo a rota mais curta entre as Minas e um porto marítimo (no caso, o do Rio de Janeiro), o Caminho Novo seria o principal eixo de escoamento do ouro e de circulação de diversos produtos, tanto da América Portuguesa quanto daqueles vindos da Europa. A capitania do Rio de Janeiro sairia visivelmente fortalecida econômica e politicamente.

Conforme sugerido pelo governador Arthur de Sá e Meneses, a Coroa transferiu os encargos dessa empreitada a um particular: Garcia Rodrigues Paes. Sertanista experiente, filho de Fernão Dias Paes¹⁰¹, ele iniciou os trabalhos no mesmo ano e já em outubro de 1699 estava aberta uma picada para a passagem de pedestres. De modo a possibilitar o financiamento e a continuidade dos melhoramentos nessa picada, tornando-a compatível também com a circulação de animais de carga, a Coroa concedeu a Garcia Paes o privilégio de exploração exclusiva da nova via, por um período de dois anos. A ele caberia o estabelecimento de pousos, roças e vendas ao longo do caminho, o que tornou tal empresa provavelmente bem mais rendosa do que os prejuízos sofridos inicialmente¹⁰².

O curto período de tempo demandado para a abertura da picada inicial, associado aos resultados de pesquisas arqueológicas mais recentes, vem levando alguns autores a afirmar que, ao contrário de uma via construída, o Caminho Novo pode ter sido o resultado da apropriação de uma antiga picada indígena¹⁰³. E não somente sua rota, mas os próprios pontos de assentamento podem ter sido ocupados por roças indígenas bem antes da chegada do colonizador europeu,

¹⁰⁰ Ver SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. p. 86.

¹⁰¹ Fernão Dias Paes foi o líder de uma das mais conhecidas expedições à procura de riquezas minerais no território da América Portuguesa. Motivado pela busca das esmeraldas, partiu de São Paulo em 21 de julho de 1674, acompanhado pelo genro, Manuel de Borba Gato, e o filho, Garcia Rodrigues Paes, além de mais de trinta paulistas e muitos índios. Durante sete anos, uma grande área da região centro sul do Brasil foi explorada. Embora não tenha obtido sucesso no descobrimento das pedras preciosas, essa bandeira abriu uma importante rota de penetração no continente, possibilitando o descobrimento do ouro cerca de duas décadas mais tarde. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. O bandeirismo pesquisador de riquezas. In: _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo I, v. I: Do descobrimento à expansão territorial. p. 294-295).

¹⁰² MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 1. p. 207.

¹⁰³ VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. **Varia Historia**, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH/UFMG, n. 21, jul. 1999, Número especial Códice Costa Matoso, p. 181-189.

sendo apropriados posteriormente num processo de identificação e conquista. Entretanto, de forma diferente da presteza com que foi aberto, mais alguns anos foram necessários para que tal apropriação se efetivasse. O próprio Garcia Paes começou a se esquivar de suas obrigações, alegando uma série de dificuldades e contratempos, além da falta de recursos para o término de seu empreendimento¹⁰⁴.

As maiores dificuldades de deslocamento, tanto para Garcia Paes no momento de implantação do Caminho quanto para os viajantes que por ele passaram a trafegar, concentravam-se no trecho fluminense e no trecho mineiro até a chamada “borda do campo” (região próxima à atual cidade de Barbacena-MG). Essas dificuldades, impostas principalmente pela travessia das Serras do Mar e da Mantiqueira e pela densa vegetação de mata atlântica, possivelmente contribuíram para a morosidade do processo de consolidação efetiva do Caminho Novo. Correspondendo ao trecho mineiro de difícil transposição, o percurso pela área correspondente à Zona da Mata se fazia entre o rio Paraíba e a “borda do campo”. Bastante forte deveria ser a impressão causada pela vasta cobertura vegetal, nomeando a região por três séculos e ainda em nossos dias, mesmo que da vegetação original muito pouco tenha restado.

Enfim, a conclusão dos trabalhos foi anunciada por Garcia Paes em 1705:

Na obra do caminho acisti ate de prezente desde o primeiro de Junho de 1704 que sahi das minas, e o tenho já de todo em aberto, mas se não pode inda curçar por falta de mantimentos. Vou agora plantar as roças, e da Paschoa por diente se pode andar por elle. Pelo qual são daqui às minas corenta legoas o mais, que he menos da tersa parte do caminho de Parati, e com muito menos rios e serranias, e sem o deterimento e risco da viagem do mar.¹⁰⁵

Durante as duas primeiras décadas do século XVIII, algumas melhorias e rotas variantes, sobretudo no território fluminense¹⁰⁶, ainda viriam a facilitar a vida dos viajantes e mercadores. E dois tipos de assentamentos humanos se fariam

¹⁰⁴ Ver MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 1, p. 209-211; e SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. p. 84-86.

¹⁰⁵ [Carta de Garcia Rodrigues Pais ao rei D. Pedro II, informando que o Caminho Novo estava concluído - 30 de agosto de 1705]. In: Antonil, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 427-430.

¹⁰⁶ SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. p. 82-83.

fundamentais para possibilitar o efetivo usufruto e também o controle sobre a circulação pelo caminho: os registros¹⁰⁷, para que fossem coibidos os descaminhos do ouro e realizada a cobrança de impostos de passagem sobre as diversas mercadorias que afluíam às minas, e as roças e pousos, para abastecimento e descanso dos viandantes. A implantação de tais assentamentos se realizou, inclusive, com incentivos oficiais através da doação de sesmarias¹⁰⁸, das quais se beneficiaram amplamente Garcia Paes e sua família¹⁰⁹.

Sendo uma rota de importância relevante para o abastecimento das Minas e para as trocas comerciais que se estabeleceram entre essa capitania e o Rio de Janeiro, o Caminho Novo era muito freqüentado pelo comércio volante e suas tropas de mulas ou mesmo de escravos. O estabelecimento de uma série de assentamentos humanos ao longo de seu trajeto foi, assim, uma consequência direta de sua abertura. Segundo o relato do ouvidor-geral Caetano da Costa Matoso¹¹⁰, referente à viagem realizada em 1749, nesse ano já se encontrava o Caminho Novo pontuado por diversas roças, ranchos, pousos e povoados, inclusive no trecho entre o rio Paraíba e a “fazenda da Borda do Campo” (FIG. 5).

¹⁰⁷ O mesmo que *contagem*, expressão abreviada para *registro de contagem*. Um registro era uma espécie de posto fiscal onde se fazia o controle da entrada de mercadorias na região das minas. A passagem pelo registro implicava no pagamento de impostos à Coroa sobre os produtos então comercializados. A capitania de Minas Gerais foi, provavelmente, onde mais se concentrou o número de registros existentes na América Portuguesa durante o período colonial (BOTELHO, Ângela Vianna. Registro. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 253-256)

¹⁰⁸ As sesmarias eram glebas ou porções de terra rural concedidas para o estabelecimento de atividades agropecuárias. Inicialmente essa concessão era feita pelos capitães donatários (enquanto vigorou o sistema de capitanias hereditárias) e depois passou aos governadores das capitanias. Entretanto, foi muito difundida a ocupação ilegal de terras devolutas, que depois eram requeridas como sesmarias. (BOTELHO, Ângela Vianna. Sesmaria. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 274-276.)

¹⁰⁹ Além de nomeado guarda-mor vitalício das minas por cinco gerações, Garcia Paes também recebeu quatro sesmarias para si e mais quatro para seus filhos, obteve privilégio de controlar as passagens dos rios Paraíba e Paraíba e ainda recebia um soldo anual de cinco mil cruzados. (CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 2, p. 44)

¹¹⁰ MATOSO, Caetano da Costa. Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais (1749). In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1, p. 882-897.

Mapa-chave (atual estado de Minas Gerais com destaque para a delimitação da Comarca do Rio das Mortes em 1778)



FIGURA 5 - Parte do *Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778)*, representando os assentamentos humanos ao longo dos Caminhos Novo e Velho

Fonte: Adaptado de ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Rio das Mortes. In: _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapa em bolso); [Mapa da Comarca do Rio das Mortes, com identificação e classificação dos assentamentos humanos], gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa "Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica", sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/FAFICH/UFMG e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/UFMG.

NOTAS:

1. Foram mantidas as denominações originais dos assentamentos humanos. A identificação e correspondência com os topônimos atuais pode ser encontrada na FIG. 11 e ANEXO 2;

2. Para a hidrografia, foram inseridos os topônimos atuais, sendo mantida a nomenclatura da carta de 1778 entre parênteses. Estão diferenciados pela cor o cursos d'água cujos topônimos não foram identificados.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Paróquia
- ▲ Capela
- ▲ Capela não identificada
- Fazenda
- Fazenda não identificada
- ★ Registros, guardas e patrulhas de soldados
- ☆ Registros, guardas e patrulhas de soldados não identificados
- Caminhos
- Caminho Novo
- Caminho Velho
- - - Caminho Novo - variantes
- Hidrografia identificada
- Hidrografia não identificada

Dois registros foram estabelecidos na fronteira entre as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro: o do Paraibuna (atual povoado do município de Simão Pereira), onde eram exigidas licenças de passagem para a entrada na capitania de Minas Gerais, e o de Matias Barbosa (próximo à roça de Matias Barbosa da Silva e núcleo de povoamento inicial do município homônimo), onde se fazia a arrecadação propriamente dita dos impostos sobre as mercadorias que ali circulavam. Este último era tido como o registro mais lucrativo da capitania, dado o volume do comércio por ele realizado.

O Caminho Novo permitiu um aumento significativo do intercâmbio comercial entre a região das Minas e a cidade do Rio de Janeiro. Quando o ouro foi descoberto, São Sebastião do Rio de Janeiro era um núcleo urbano pequeno, de pouca importância econômica e demográfica. Com a abertura do Caminho Novo, região alguma pode disputar com o porto carioca a função de “boca das minas”. Além de servir como porto escoadouro para as pedras e metais preciosos, a facilidade de comunicação possibilitou a expansão das lavouras, currais e engenhos no interior fluminense. O Rio de Janeiro enviava às Minas tanto produtos da terra como artigos importados – vidros, sedas, azeite, armas, pólvora, sal e, principalmente, escravos. Em meados do século XVIII, o porto carioca manteve, isoladamente, o mais volumoso comércio externo da América Portuguesa¹¹¹.

O aumento da importância econômica e demográfica das capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, associado às questões de defesa das fronteiras no sul, explica, inclusive, o deslocamento da capital administrativa de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. “*Ao traçado do Caminho Novo deve, em parte, a cidade do Rio de Janeiro a honra de ser escolhida como capital (...) e à circulação o seu desenvolvimento comercial, assim como o povoamento das terras marginais*”¹¹². A posição política e econômica da praça carioca reforçou, assim, sua influência e centralidade sobre a região das Minas, numa relação de reciprocidade que perdurou durante os séculos XVIII e XIX.

Servindo como rota comercial privilegiada e eixo importante para o povoamento do território mineiro, o Caminho Novo recebeu uma atenção especial

¹¹¹ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. p. 65-69.

¹¹² PEIXOTO, Léa Q. C. **Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Imprensa Estadual, 1951. p. 36.

por parte dos agentes da Coroa portuguesa. Uma série de medidas foram compreendidas no intuito de tomar conhecimento e manter o controle sobre a ocupação em suas imediações. Já em 1718, o governador da capitania de Minas Gerais, D. Pedro de Almeida, enviou uma ordem ao coronel D. Rodrigues da Fonseca para que demarcasse os moradores que viviam desde o Paraibuna até a Vila do Carmo. É visível a preocupação do governador com o estado de conservação do caminho, mas também era necessário conhecer o modo com ocorria seu povoamento:

(...) remeto a ordem inclusa para que, com toda a eficácia, procure logo demarcar os moradores que vivem desde o Paraibuna até este sítio (...). E advirto a vossa mercê que se deve pôr todo o cuidado em que esses moradores entrem logo a esta obra sem falta alguma, porque os caminhos se não ponham em pior estado do que estão de presente; e não perdoe v.m. aos que se descuidarem, antes pratique com eles o que mando na minha ordem para que sirva de exemplo aos mais (...).¹¹³

Na medida em que o tráfico – e também o contrabando do ouro – se intensificou, as determinações oficiais ganharam um caráter mais repressivo e controlador. Numa ordem de 6 de setembro de 1730, o governador D. Lourenço de Almeida mandava uma patrulha ao Caminho Novo para averiguar os descaminhos dos quintos reais, procedendo a buscas e confiscos. Os patrulheiros deveriam estar atentos à falsificação das marcas das Casas de Fundição nas barras de ouro transportadas:

Ordeno ao cabo de esquadra Joseph de Souza que marcha com os soldados que se lhe tem nomeado, e que vá para a borda do mato do Caminho Novo do Rio de Janeiro para evitar que por ele se não desencaminhe ouro aos reais quintos e o observará nas buscas e confiscos que fizer as minhas ordens há de entregar o cabo de esquadra que vá render e patrulhar as estradas até o Paraibuna [...] e ter particular vigilância em examinar as barras de ouro que forem marcadas para conhecer se as marcas são falsas (...).¹¹⁴

¹¹³ [Ordem do governador D. Pedro de Almeida (1717-1721) ao Coronel D. Rodrigues da Fonseca para que demarque os moradores que vivem desde o Paraibuna até o sítio de vila do Carmo - 18 de novembro de 1718]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 11, fl. 76. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

¹¹⁴ [Ordem do governador D. Lourenço de Almeida (1721-1732) para que se patrulhe o Caminho Novo até o Paraibuna, de modo a impedir o descaminho dos reais quintos - 6 de setembro de 1730]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 27, fls. 74v-75. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado,

Nessa passagem, o governador também nos fornece uma indicação sobre o trecho do Caminho Novo onde mais atenção deveria ser despendida: da “borda do mato” até o rio Paraibuna, na divisa com a capitania do Rio de Janeiro. Como seria de se esperar, esse trecho era justamente a região de floresta, a “zona da mata”, que, pela própria vegetação, era um esconderijo natural, facilitando o desvio de rota pelos contrabandistas. Freqüentes foram, assim, as picadas abertas na floresta, como pode ser apreendido no trecho abaixo, extraído de uma denúncia relativa à abertura de entradas na região de Ibitipoca, Simão Pereira e no rio Paraibuna, no ano de 1754:

Dou parte a vossa senhoria em como por este distrito que compreende da Borda do Campo até Simão Pereira há vários moradores que andam botando [posses] pelos matos gerais seguindo uns aos outros por picadas [diretas] de sorte que hum já tem as sesmarias de Luiz [?] de Oliveira e outros me dizem andam na mesma diligência a sahirem a varias partes tomando [?] botarem rossas a pedi llas a v. senhoria por sesmarias com grande prejuízo da real fazenda e nesta forma em breves tempos haverao várias estradas para os transgressores de ouro e diamantes as quais não se poderão vadiar (...); isto me dizem tem princípio pellas partes da Ibitipoca [cá] pronde agora entrarao hum quilombo que se acha pegado a rosa de Simão [Pereira] rio da Parahibuna asima e as pessoas de que tenho notícia tem entrado por duas picadas a que mais vizinhas os tais sujeitos [?] que a v.senhoria (...).¹¹⁵

Entretanto, o motivo da abertura de picadas na mata nem sempre estava relacionado ao contrabando do ouro ou a estratégias para fugir à cobrança dos impostos de passagem. O cultivo de gêneros alimentícios, para fornecer aos viajantes que transitavam pelos caminhos, sustentando inclusive suas tropas, e, principalmente, para comercializar nas vilas mineradoras, desde muito cedo se mostrou bastante lucrativo na região. Nessas vilas, uma parte dos braços estava concentrada na atividade de mineração, sendo necessário o fornecimento de alimentos através do comércio dos gêneros produzidos nas roças. Com a expansão do povoamento ao longo do século XVIII, tais roças também se expandiram¹¹⁶,

Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

¹¹⁵ [Denúncia de um colono sobre a abertura de picadas na região de Ibitipoca, Simão Pereira e rio Paraibuna - 19 de outubro de 1754]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 115, fls. 130 -130v. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

¹¹⁶ Uma discussão mais minuciosa sobre essa questão será feita no item seguinte, II.3. Agropecuária, abastecimento e comércio nas Minas.

penetrando inclusive pelas regiões de floresta próximas aos núcleos mineradores. Desse modo, a abertura de novos caminhos poderia estar relacionada à expansão das lavouras e do próprio comércio. Exemplar desse processo foi uma justificativa dada por dois lavradores, residentes na freguesia da Borda do Campo, para as picadas que haviam aberto na mata. Segundo eles, tais picadas facilitariam o transporte dos produtos que cultivavam, além de serem mais convenientes aos viajantes por tornarem a viagem mais curta e cômoda:

Senhor governador. Dizem Antônio G. Ribeiro e Constantino da S., lavradores de mantimentos e moradores da freguesia de N.Sra. da Piedade da Borda do Campo, que ali de presente foram notificados por mandado do capitão Manoel Lopez de Oliveira à ordem de vossa Senhoria para não abrir caminho nem picadas nos matos gerias (...). Porque os suplicantes são senhores e possuidores de umas terras que possuem nos ditos matos gerais por títulos de sesmaria, na forma das ordens de v. Majestade e nele cultivam e plantam mantimentos, e criam várias criações e de toda a qualidade; por justa causa e sem dúvida que carecem de fazerem todos os caminhos tanto de bestas como para carros que lhe forem convenientes para a boa arrecadação e apreciação de todos os frutos que [?] e a cujas [povoações] tem a sua mais cômoda saída na mesma fazenda pelos viandantes com suas tropas, e na estrada geral, ou na freguesia ou para qualquer das partes, carecem de fazer e conservar os caminhos mais breves (...). Portanto, pede a vossa senhoria mande mandar por seu despacho com os suplicantes se não entenda mal e enquanto o cultivam das suas fazendas e caminhos [?] há das gerais mais breves e convenientes que lhe forem [precisos] nos graus par a boa saída dos seus mantimentos, e melhor aproveitamento dele e de todos os mais usos e frutos na forma que lhes [?] para o geral e bem comum de todos. (...)¹¹⁷

Entretanto, o então governador da capitania, José Antônio Freire de Andrada, não reconheceu essas boas intenções, mantendo a decisão de fechar os caminhos e, em caso de descumprimento da decisão, os lavradores deveriam ser presos e suas mercadorias, confiscadas.

O que fica patente a partir desses relatos é o aumento da pressão exercida pelo crescimento populacional sobre a ocupação do território da capitania de Minas Gerais, tendo ainda o Caminho Novo como um de seus grandes eixos. Não obstante tal processo, a Coroa mantém, na medida do possível, sua conduta controladora. Assim, a história da formação territorial de Minas Gerais ao longo do século XVIII foi em parte a história de uma conquista gradativa de seus diversos sertões, iniciada

¹¹⁷ [Justificativa de dois lavradores da freguesia de Borda do Campo para a abertura de picadas nos matos - 20 de dezembro de 1754]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 115, fl. 138. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

com as bandeiras de exploração mineral e depois continuada com a expansão das atividades comerciais, de abastecimento e de subsistência. Esse processo foi ainda marcado pela constante instabilidade entre as ações dos colonos e as dos agentes da Coroa, numa combinação que paulatinamente foi dando formas ao território mineiro. Uma das marcas desse processo foi o próprio Caminho Novo e a rede de assentamentos humanos que se formaram ao longo de seu trajeto. Conforme discutiremos nos próximos capítulos, esse caminho ainda sofrerá, durante o século XIX, melhoramentos que virão a reafirmar sua importância enquanto uma das principais rotas de comércio de Minas Gerais.

II.3. Agropecuária, abastecimento e comércio nas Minas

Na tentativa de compreender o desenrolar do processo de ocupação do território mineiro, torna-se necessário trazer à discussão algumas questões que vêm permeando o debate historiográfico na contemporaneidade e que consideramos de fundamental importância para tal compreensão. Nas últimas décadas, tem sido empreendida uma revisão sobre o caráter de decadência econômica vivenciada pela capitania após os anos de maior rendimento da atividade mineradora. A visão estrutural sobre o processo de colonização, desenvolvida por autores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado¹¹⁸, privilegiava as relações de comércio externo da América Portuguesa, destacando suas interfaces com o mercado europeu na condição de fornecedora de gêneros primários (agrícolas e minerais) e consumidora de produtos manufaturados. Embora as proposições desses autores tenham sido de grande importância para a compreensão da macroestrutura do capitalismo em formação, elas negligenciaram, de certa forma, aspectos relativos ao funcionamento interno e à complexidade da sociedade que se formava. Assim, o debate foi instaurado principalmente a partir da década de 1970, trazendo à tona algumas reflexões e estudos sobre a questão do mercado interno colonial e sobre o desenvolvimento de uma agricultura para o abastecimento.

¹¹⁸ Esses autores influenciaram fortemente os estudos relativos à história do Brasil ao introduzirem a noção de *sentido da colonização*. Esse termo foi usado por Caio Prado Júnior na tentativa de propor uma explicação geral para a formação do Brasil, inserindo-o na macroestrutura do capitalismo mercantil à época da colonização. (PRADO JÚNIOR, Caio. *Sentido da Colonização*. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 19-32; FURTADO, Celso. *Fundamentos econômicos da ocupação territorial*. In: _____. **Formação Econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. p. 3-38.)

Especificamente sobre o contexto mineiro, abordagem pioneira foi feita por Mafalda Zemella¹¹⁹, em sua tese de doutoramento defendida em 1951. Essa autora, ao discutir a peculiaridade do processo de povoamento de Minas Gerais – bastante rápido e concentrador de população –, destaca a questão do abastecimento como peça importante para a estabilidade social na região mineradora. O cultivo de roças para subsistência foi preocupação da própria administração metropolitana, principalmente após as crises de fome dos primeiros anos. Segundo Zemella, a regularidade de abastecimento foi alcançada, inicialmente, a partir do estabelecimento de linhas regulares de tropas que convergiam de diversas regiões da América Portuguesa em direção às Minas, estimuladas pelos altos preços pagos. Esse comércio de gêneros de subsistência promoveu, inclusive, uma maior integração do território colonial. Durante o século XVIII, as atividades agropecuárias em solo mineiro cresceram ao mesmo tempo em que a mineração começou a dar sinais de enfraquecimento. Ao final dos setecentos, a agricultura estava tão desenvolvida que sua produção não só bastava ao consumo dos habitantes da capitania como havia excedentes para a exportação.

Carlos Magno Guimarães e Liana Reis¹²⁰, por meio da análise da concessão de cartas de doações de sesmarias, propõem uma reavaliação da importância da agricultura de abastecimento e subsistência mesmo no período considerado de auge da atividade mineradora: a primeira metade do século XVIII. Analisando o número de sesmarias doadas, os conteúdos descritivos das cartas de doação e o contingente de escravos destinados à lavoura, esses autores procuraram deixar evidenciada a relevância da atividade agropecuária nesse período. Segundo José Newton Coelho de Menezes¹²¹, as atividades econômicas nas Minas possuíam um padrão bastante diversificado. Os produtores de alimentos, em sua maioria, tinham outra atividade ocupacional, como a de comerciantes, mineradores ou funcionários da administração colonial. Desse modo, a mineração, desde muito cedo, dividiu espaço e mão-de-obra com a agricultura, a pecuária e as atividades manufatureiras:

¹¹⁹ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. 247p.

¹²⁰ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 4, p. 85-99, jun.1987; e _____. Agricultura e caminhos em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 2, p. 7-36, jun.1986.

¹²¹ MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. 266p.

O homem desse continente sabia conciliar atividades e associar conjunturas físicas, humanas e sociais para produzir alimentos, prestar serviços, minerar, confeccionar panos e ferramentas, enfim, viver em consonância com os objetivos de busca de fundação e consolidação social. Assim, no tempo “da seca” minerava e no “das águas” amainava a terra e a plantava. A mão-de-obra, cativa em sua maioria, e também livre, era disposta de acordo com o tempo, a aptidão e o interesse produtivo, comercial ou de prestação de serviços.

A decorrência desse planejamento rústico, simples e pragmático é que, nesse tempo, a produção de alimentos era regular e estável.¹²²

Como seria de se esperar, esse dinamismo do setor produtivo se refletiu no setor mercantil de Minas Gerais. Cláudia Chaves¹²³, por meio da pesquisa nas anotações dos registros existentes na Delegacia Fiscal do Arquivo Público Mineiro, nos informa sobre o perfil dos produtos comercializados e dos próprios comerciantes, esboçando um mercado interno articulado e bastante diversificado durante os setecentos.

Sobre as Minas do século XIX, as pesquisas também têm se renovado e intensificado. A polêmica sobre o caráter introvertido ou extrovertido¹²⁴ do mercado mineiro nos oitocentos, instaurada no início da década de 1980, suscitou estudos importantes, como os de Clotilde Paiva¹²⁵ e Marcelo Godoy¹²⁶. Tais pesquisadores esboçaram uma imagem bastante plural do comércio na província. Sustentando uma das maiores taxas de crescimento populacional do Império – tanto da população escrava quando liberta –, Minas Gerais apresentava uma economia mercantil dinâmica e diversificada, com fortes vinculações aos mercados externos e, ao mesmo tempo, vigoroso comércio interno. Diferenças regionais, associadas à grande

¹²² MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. p. 167.

¹²³ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999. 181p.

¹²⁴ Esse debate teve como protagonistas os professores Roberto Borges Martins e Robert Slenes. Na tentativa de explicar o crescimento do plantel de cativos durante o século XIX, Martins descortinou uma economia mineira bastante dinâmica, mas voltada para o mercado interno provincial. Slenes, embora sustentando o caráter dinâmico da economia mineira, questionou seu caráter introvertido, procurando demonstrar a expressividade das relações de comércio para fora da província. (MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1980. 55p.; SLENES, Robert W. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988.)

¹²⁵ PAIVA, Clotilde. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. 229p.

¹²⁶ GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios**. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 2v.

diversidade da atividade agropecuária e, conseqüentemente, dos artigos produzidos, possibilitaram conciliar introversão e extroversão econômica. Uma vasta rede de linhas comerciais articulava as regiões mineiras e ligava a província aos mercados externos, conformando fluxos interprovinciais, inter-regionais e intra-regionais.

O que transparece a partir desse panorama é um amplo processo de diversificação produtiva e de desenvolvimento da base econômica agropecuária, que teve evolução contínua desde o século XVIII e se consolidou efetivamente no século XIX. Ao contrário da propalada decadência, o que tem sido reconhecido atualmente pela historiografia é a ocorrência de um processo chamado por Douglas Libby¹²⁷ de “*acomodação evolutiva*”, ou seja, a gradativa mudança da atividade econômica principal, de mineradora a agrícola, na passagem do século XVIII para o XIX mineiro.

Essa evolução possibilitou, inclusive, que Minas Gerais se tornasse o principal centro abastecedor do mercado carioca após a chegada da Coroa portuguesa em 1808. Trabalhos como o de João Fragoso¹²⁸ e Alcir Lenharo¹²⁹ destacam essa participação, sobretudo da região do Sul de Minas, no fornecimento de artigos para o abastecimento da Corte então sediada no Rio de Janeiro. Fragoso chama a atenção para a grande proporção relativa abarcada pelos artigos de abastecimento interno nas exportações da capitania, logo depois província, procurando evidenciar o dinamismo econômico do setor agropastoril e sua capacidade de promover o comércio interprovincial. Lenharo direciona sua análise para a articulação política gradativamente construída pelos agricultores do setor de abastecimento. Considerando a relação direta entre poder econômico e político, fica evidente a relevância desse setor na economia mineira durante as últimas décadas do período colonial. O autor também atribui à agricultura de abastecimento o acúmulo dos capitais necessários para a expansão da lavoura cafeeira em meados do século XIX, ressaltando de forma inovadora a expressividade do setor.

Desse modo, ao crescimento da importância política, econômica e demográfica do Rio de Janeiro – capital da colônia e depois do Império –

¹²⁷ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. 404p.

¹²⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 324p.

¹²⁹ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, 1993. 136p.

correspondeu uma dinamização e um estreitamento de suas relações comerciais com Minas. Cresceram tanto as exportações mineiras quanto as importações de produtos europeus e artigos da indústria de transformação carioca¹³⁰. Sendo a principal praça de consumo e de exportação dos produtos mineiros durante os oitocentos, a cidade do Rio de Janeiro viu reforçada sua centralidade e polarização sobre o sul e sudeste da província. Aos núcleos urbanos das Minas, mesmo alguns dos mais antigos, coube a função de organizar os fluxos do comércio intra e interprovincial, servindo como entrepostos¹³¹.

Esse amplo panorama de desenvolvimento da produção rural e de diversificação produtiva trouxe, conseqüentemente, repercussões sobre o processo de ocupação territorial. A atividade agrícola foi em grande parte responsável pela paulatina incorporação das regiões de fronteira à economia mineira. Nessas regiões a produção de gêneros de abastecimento destinada ao mercado se ampliou ao longo do século XVIII, impulsionada principalmente pela migração de pequenos lavradores. Segundo Angelo Carrara¹³², *“se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas colonial é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis”*. O processo de povoamento das regiões de floresta da capitania de Minas Gerais ocorreu fundamentalmente a partir dessa expansão das atividades agropecuárias. Esse é o caso de boa parte da Zona da Mata. No entanto, sua ocupação não se deu de forma uniforme e contínua, algumas especificidades marcaram o território desde os momentos iniciais de sua formação.

Segundo Carneiro¹³³, processos diversos de ocupação do solo rural, associados às peculiaridades das atividades econômicas desenvolvidas e ao regime de propriedade, foram responsáveis pela diferenciação do espaço agrário da Mata

¹³⁰ GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios**. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004. v. 1, p. 408.

¹³¹ CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província**: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007. p. 98.

¹³² CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 66.

¹³³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 146-232.

desde o início do século XVIII. Nos vales do alto rio Doce e rio Pomba (ver FIG.11, p. 78) predominou uma população camponesa assentada em pequenas propriedades rurais. Apresentando características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária, a ocupação desses vales se deu a partir do lançamento de posses em áreas não povoadas, como alternativa à necessidade de sobrevivência de populações marginais. Possuindo uma produção agrícola diversificada, esses lavradores produziam para sua própria subsistência e comercializavam o excedente no mercado urbano dos distritos de mineração. Com o declínio da circulação do ouro em pó – consequência da diminuição do volume do metal extraído – e a queda nos níveis de consumo, a capacidade de ampliação dessa atividade ficou extremamente reduzida. A conquista de novos mercados esbarrava nas grandes distâncias e nos custos do transporte.

De modo diferenciado, nos vales dos rios Paraíba do Sul e Paraibuna fixou-se, desde o início da exploração do ouro, o grande e médio proprietário escravista. Essa região era servida pela principal rota de comunicação e abastecimento de Minas Gerais, o Caminho Novo. Por meio da concessão de sesmarias ao longo do caminho, alguns poucos lavradores concentraram todo o comércio de gêneros para abastecimento das tropas que por ali circulavam. Com a queda dos rendimentos da mineração ao longo do século XVIII, se somariam a esses lavradores os migrantes da região central de Minas, trazendo os capitais da atividade mineradora decadente. E ambos se beneficiariam com a proximidade do mercado consumidor carioca. Embora o refluxo da mineração tenha esboçado um momento de desconcentração da atividade agrícola na área – entre as décadas de 1770 e 1780 –, a produção voltada para o abastecimento da Corte e, principalmente, a difusão da lavoura cafeeira na primeira metade dos oitocentos propiciaram um reforço da concentração fundiária.

Esse processo de ocupação agrária diferenciada corrobora alguns aspectos de diferenciação intra-regional apontados por Carrara¹³⁴. Embora a proposta de distinção em sub-regiões não seja uma formulação original desse autor, ele a resgata como um mecanismo indispensável para se compreender o processo de

¹³⁴ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. p. 13-29.

constituição do território atual da Zona da Mata. Pela análise do histórico de ocupação territorial ao longo dos séculos XVIII e XIX, dos padrões de uso do solo rural, distribuição da população escrava e estrutura da rede de transportes, o autor nos apresenta uma diferenciação em três sub-regiões: norte, que corresponde à área de vizinhança da fronteira do médio rio Doce, território dos atuais municípios de Ponte Nova, Manhuaçu, Abre Campo, Araponga; central, caracterizada por propriedades camponesas menores e alta densidade populacional, correspondendo aos atuais municípios de Ubá, Viçosa, Rio Pomba, Senador Firmino, etc.; e sul, com propriedades rurais maiores, equivalente aos municípios de Juiz de Fora, Rio Novo, Mar de Espanha, Leopoldina, Além Paraíba. Desse modo, a sub-região central teria se caracterizado pela ocupação camponesa que se difundiu, mais tarde, para o norte. O sul da Mata foi ocupado por propriedades maiores, cuja produção mercantil tinha um caráter mais pronunciado.

Obviamente, esses processos não são tão puros e coesos, formações camponesas e mercantis certamente coexistiram numa mesma sub-região e também numa mesma propriedade. No entanto, as predominâncias de determinadas formas de ocupação do solo rural e modos de inserção econômica, dentro de uma determinada realidade geográfica, conformaram padrões sociais diferenciados que provavelmente interferiram sobre a totalidade das formas de interação com o espaço, inclusive sobre as formações urbanas e, principalmente, sobre a teia de relações que os núcleos urbanos estabeleceram entre si. Sendo assim, ao longo deste trabalho procuraremos verificar o modo como essas formas diferenciadas de ocupação do solo rural e inserção econômica repercutiram sobre a formação da rede urbana regional.

II.4. Primeiras investidas oficiais sobre os sertões de leste

Durante o século XVIII e mesmo no XIX, afora as áreas centrais mineradoras onde o povoamento se adensou de forma mais rápida, grande parte do território mineiro era reconhecido como “sertão”, inclusive as regiões de floresta a leste da capitania, cuja porção sudeste corresponde ao atual território da Zona da Mata. De um modo geral, os sertões eram lugares não povoados ou de povoamento escasso, com fronteiras incertas. Especula-se que a origem da palavra venha do latim, “desertus”, e do latim vulgar, “desertanu”, designando, assim, locais desertos,

incultos, selvagens. O sertão era um espaço situado nas margens do mundo conhecido, onde imperavam as forças destrutivas da natureza – feras, doenças, índios. Ao mesmo tempo, era atraente e misterioso, despertando o ímpeto do desbravamento e o sonho do enriquecimento rápido. Sua fronteira era móvel e oscilava à medida que a colonização avançava pelo interior do território¹³⁵. Desse modo, toda a ocupação do interior da América Portuguesa correspondeu a um processo de transformação paulatina de seus vastos e diversos sertões em territórios conhecidos e incorporados à administração colonial.

No imaginário do colonizador, o sertão também era considerado lugar de transgressão, de revolta e motim, onde viviam quilombolas, indígenas, vagabundos e criminosos. Segundo Carla Anastasia¹³⁶, a construção dessa imagem foi alimentada pela própria Coroa ao tornar proibidas as regiões não povoadas da capitania. Se o desbravamento consentido não poderia ocorrer, ele acontecia à revelia de qualquer consentimento. Os sertões tornaram-se esconderijos e rotas de fuga preferenciais para os criminosos. Contudo, as dificuldades de controle sobre o povoamento permitiram que não só os criminosos mas também a população comum adentrasse paulatinamente essas regiões.

As tentativas de controle da Coroa fracassaram tanto nas áreas proibidas que foram, ao longo do século XVIII, sendo ocupadas de forma aleatória e furtivamente, quanto nos sertões, onde a presença de potentados e de seus bandos, além de toda gama de malfeitores, gerou a criação de territórios de mando e a exacerbação da violência.¹³⁷

Os sertões eram, assim, espaços instáveis e, muitas vezes, conflituosos. No entanto, embora pairassem sentimentos de medo e desordem, numa visão eminentemente negativa, esses lugares também suscitavam expectativas de vida nova e enriquecimento. Mesmo bravios e desconhecidos, os sertões estavam abertos a novas descobertas e conquistas. Espíndola¹³⁸ nos traz uma exposição bastante elucidativa sobre esse aspecto. Fundamentado em fontes primárias, esse autor nos apresenta a trajetória da longa persistência do mito das riquezas ocultas, tendo como foco de sua exposição os sertões de floresta. Tal crença acompanhou

¹³⁵ ROMEIRO, Adriana. Sertão. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 271-272.

¹³⁶ ANASTASIA, Carla. **A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 36-43.

¹³⁷ Ibidem. p.42-43.

¹³⁸ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 94-99.

as investidas do colonizador português desde o início do processo de ocupação territorial da América, perpassando centenas de anos e sendo ainda encontrada no século XX. A esperança de descobrir riquezas minerais era a principal alimentadora desse imaginário. Assim, no momento em que as minas de ouro começaram a dar sinais de esgotamento, já na segunda metade dos setecentos, um dos fatores a impulsionar novas expedições oficiais foi a possibilidade de novos descobertos.

A presença de uma vasta área florestada na porção leste do território mineiro acabou contribuindo para a manutenção do mito. Segundo a concepção da época, a floresta apresentava-se como um empecilho para a real averiguação das riquezas, a densa vegetação efetivamente as ocultava. A existência de nações indígenas no interior dessas matas também se apresentava como fator complicador. Se a princípio essas dificuldades foram aproveitadas e potencializadas como barreira à exploração e ocupação, aos poucos tais barreiras se converteram em entraves inconvenientes ao descobrimento de novas jazidas minerais.

Desse modo, poderíamos dizer que alguns dos sertões da capitania de Minas Gerais – as matas de leste, por exemplo – acabaram conformando uma espécie de “reserva técnica” da Coroa. Na medida em que as regiões tradicionais de mineração foram apresentando queda em seus rendimentos, as atenções começaram a se direcionar para as possibilidades de novos descobertos em áreas mais afastadas. Conforme relatado por Espíndola, mesmo frente a diversos insucessos, a crença permanecia. Os malogros eram associados às dificuldades impostas pela mata e suas doenças ou aos confrontos com os grupos indígenas. As riquezas ainda estariam lá, esperando serem encontradas por braços astutos e valentes:

Essa permanência do mito do Eldorado, ou melhor, esse retorno ao início, caracteriza a idéia de sertão, lugar do acontecer de novo como se fosse sempre a primeira vez, do acontecimento resultante da ação humana não ficar na memória, de conservar na lembrança coletiva apenas a crença nas riquezas que nele existem esperando pelos que tiverem a boa graça da fortuna e a coragem de enfrentar o perigo.¹³⁹

Aos poucos, os fracassos na procura por metais preciosos foram deslocando as expectativas para as possibilidades de encontrar minérios menos nobres, como o ferro, e para a procura de plantas medicinais ou com algum tipo de valor comercial, além da possibilidade de exploração da fertilidade do solo das regiões de floresta.

¹³⁹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 95.

Desse modo, foi em meio a um contexto de refluxo da atividade mineradora e início de um processo de desbravamento oficial das regiões de floresta que se lançaram algumas expedições às matas de leste da capitania de Minas Gerais, sobretudo no último quartel do século XVIII. Entretanto, tais expedições não foram abertas aos particulares, como ocorrera durante o século XVII. Pelo contrário, na medida do possível a Coroa procurou manter o controle sobre o processo de desbravamento e somente os agentes oficiais, sob ordem do governador, ou expedições autorizadas poderiam explorar as matas e abrir caminhos. Esse posicionamento pode ser verificado numa carta, datada de 22 de julho de 1779, enviada pelo governador D. Antônio de Noronha ao capitão Francisco Pires de Farinho, ordenando o fechamento de picadas abertas na floresta sem autorização oficial:

Tem me sido presente que algumas pecoas desse Destricto movidas por seu filho Manoel Pires Farinho e juntas em Bandeyra penetraram no mez de Março deste anno os Mattos que ficão nas visinhanças do Turvo Novo e que se emcaminhão à Serra (...).

Se Vm.^{ce} cumprice como deve as Suas obrigaçoens e as ordens de meus Ex.^{mos} predecessores que mandei observar, não consenteria que com a entrada da dita Bandr.^a Se rompessem os Mattos daquelles Citios; faceletando deste modo a Comunicação p.a a Capitania do Rio de Janeiro pelos Campos dos Itacazes por onde se poderão fazer grandes extravios; e p.^a evitar este damno Ordeno a Vm.^{ce} que logo faça tapar as ditas picadas q' abrio o Sobred.^o Manoel Pires Farinho e que não consenta q' Sem ordem m.^a Se armem Bandeiras nem que Se penetrem os Matos desse Destricto e me Remeterá presos todos aquelles que axar Comprehendidos (...) ¹⁴⁰

O mesmo D. Antônio de Noronha pouco antes havia mandado abrir o caminho para a “*Conquista do Cuyeté*”, estimulando o povoamento nas margens do rio Cuieté e no interior dos sertões do rio Doce. O objetivo de tal empreitada era promover a “*civilização dos mesmos Índios que vivem fora do gremio da Igreja*” e, principalmente, estimular novos descobertos auríferos. Essa região já vinha recebendo expedições oficiais de exploração mineral desde meados do século e algum ouro, mesmo em pequena quantidade, havia sido encontrado em afluentes do rio Doce. Entretanto, algumas décadas ainda seriam necessárias para que a queda gradativa dos rendimentos auríferos despertasse efetivamente o interesse da administração metropolitana em empreender a exploração de tais minas. O próprio governador viajou pessoalmente ao aldeamento do Cuieté “*para estabelecer nella [nele] a forma*

¹⁴⁰ Documentos históricos: XII - Fechamento de caminhos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 6, jan./mar., 1901, p. 197.

de governo que me [lhe] pareceu mais útil aos Reaes e publicos interesses e mais proporcionado a extracções do ouro de que está cheio aquelle vastissimo certão” ¹⁴¹.

Desse modo, a possibilidade de maior aumento nos extravios do ouro – que nesse momento já eram alarmantes, segundo o pensamento oficial – levou a Coroa a assumir a empresa exploratória, procurando manter sob seu controle o processo de desbravamento e de ocupação das matas de leste. Contudo, a abertura foi ocorrendo de forma gradativa, na medida em que se reconhecia a impossibilidade de um controle verdadeiramente eficiente e que também crescia o interesse pelo sertão.

No ímpeto de encontrar novas minas e assim promover um “reflorescimento” da capitania, novas investidas sobre a floresta pontuaram as duas últimas décadas do século XVIII. Num relatório datado de 04 de agosto de 1780, D. Rodrigo José de Meneses, governador entre os anos de 1780 e 1783, apontava a “vocaçãõ” da capitania de Minas Gerais para a extração aurífera, chamando para si – para a administração metropolitana – a responsabilidade de superar o estado de declínio a partir de um maior esforço na procura de novas catas minerais:

O Ouro, tão util para Portugal, he a produção destas ricas montanhas, que merece a maior parte da atenção e desvêlo não só daquelles a que dezejo de enriquecer anima a procura-lo; mas tambem de quem pelo Soberano se acha encarregado de as regêr. ¹⁴²

Além de uma série de medidas para incrementar o volume do ouro extraído nas minas então existentes, D. Rodrigo José de Meneses também esteve atento à necessidade de estimular os descobertos. Durante o seu governo foram empreendidas diversas expedições às matas de leste, inclusive com a presença do governador em algumas delas. Tais expedições foram direcionadas, sobretudo, para três regiões ¹⁴³, perfazendo parte do território da atual Zona da Mata: os sertões do

¹⁴¹ Bando fixando os limites entre as comarcas de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro do Frio, pela parte do rio Doce – 13 de novembro de 1779. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 7, jan./jun. 1902, p. 411.

¹⁴² Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo - 04 de agosto de 1780. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, abr./jun. 1897, p. 311.

¹⁴³ Ver ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 94-99; Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, abr./jun. 1897, p. 311-327; e RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000200011&Ing=en&nrm=iso>, acesso em 04/05/2006.

Cuieté (na região do rio Doce), os sertões dos Arrepiados e os sertões da Mantiqueira (FIG. 6).

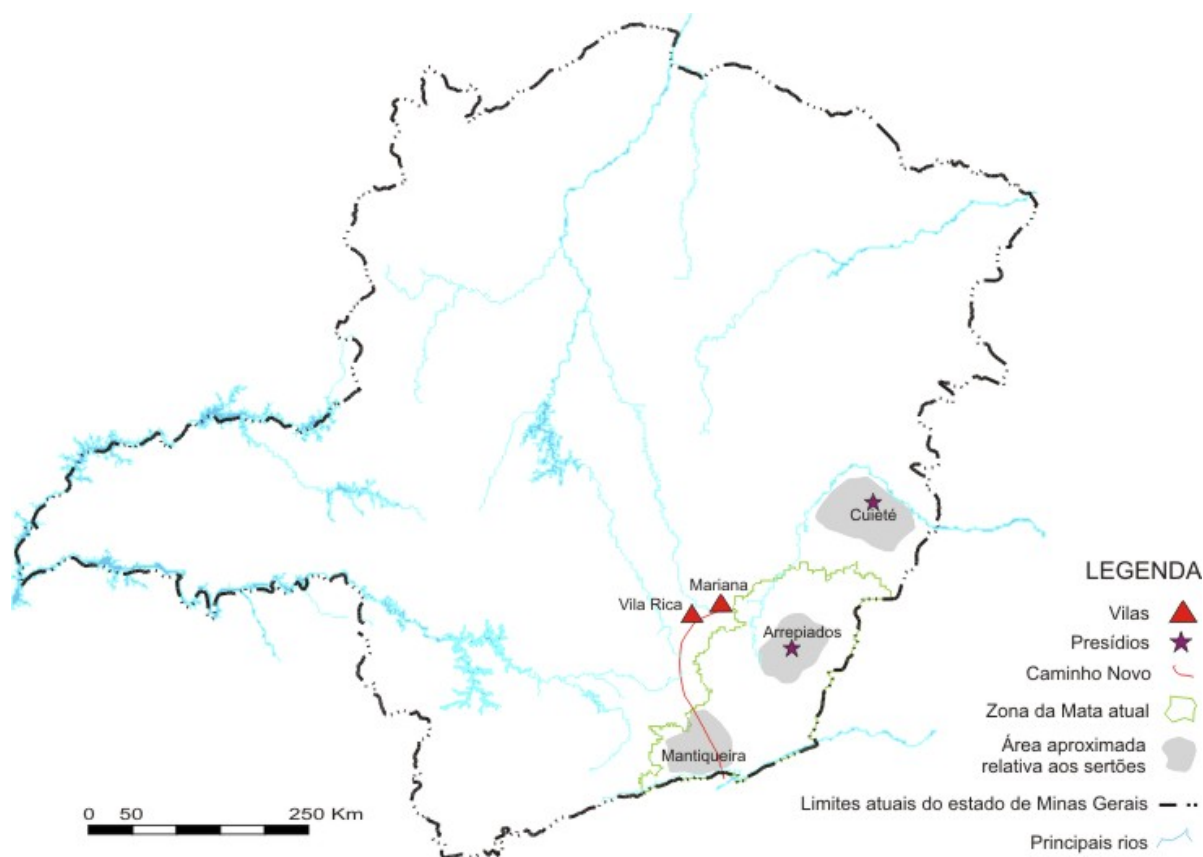


FIGURA 6 – Sertões explorados durante o governo de D. Rodrigo José de Meneses

Fonte: Elaboração a partir de dados de RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 253-270. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000200011&lng=en&nrm=iso>, acesso em 04/05/2006; BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 30 e 107; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

A própria proibição da abertura de picadas e da ocupação das áreas não povoadas da capitania acabou sendo vista por D. Rodrigo como um atraso e um impasse ao devido aproveitamento dos sertões. Essa posição se fez explícita num ofício datado de 03 de junho de 1781, remetido à Coroa. Nele o governador informa sobre sua intenção de empreender uma viagem para o distrito da Mantiqueira, a fim de repartir as terras ocupadas de forma ilegal e verificar se o registro de Matias Barbosa e as patrulhas do mato eram suficientes e adequados para evitarem-se os extravios do ouro. Segundo o governador, as proibições impediam a ocorrência de

novos descobertos e a existência de áreas afastadas da “civilização” facilitava os descaminhos:

O essencial da questão não consiste em haverem muitos ou poucos caminhos; mas sim em serem dirigidos para fora dos quais não possa passar coisa alguma de todo o recinto interior sem ser registrada, a fim de não haverem extravios (...). Eu não sei que estes se possam evitar sem um conhecimento corográfico do país. Enquanto nesta Capitania houver sertões dilatados, contíguos à do Rio de Janeiro, mal se pode conhecer o sem número de veredas que no interior dos matos tem praticado a cobiça ajudada pela natureza. De algumas há suspeitas muito bem fundadas, a que se não pode dar remédio sem que os distritos sejam habitados.¹⁴⁴

O sertão da Mantiqueira era a área de floresta atravessada pelo Caminho Novo ainda dentro do território mineiro, correspondendo à porção sul da atual Zona da Mata. Conforme apontado no item II.2, a pressão pelo povoamento dessa região foi aumentando ao longo do século XVIII, favorecida tanto pelo intenso fluxo comercial ali existente como pela possibilidade de expansão das atividades agropastoris em áreas relativamente próximas ao Caminho, mas ainda não ocupadas. Diversas proibições tentaram coibir a ocupação, mas ela acabou ocorrendo à revelia, beneficiando inclusive alguns potentados locais.

André Figueiredo Rodrigues¹⁴⁵ nos informa sobre esse processo e apresenta as impressões do governador D. Rodrigo José Meneses sobre a situação encontrada quando de sua visita à região. Tendo enviado uma diligência anterior para averiguar o nível de povoamento da área, o governador estava ciente da ocupação irregular e decidiu repartir legalmente as terras em sesmarias e datas minerais de modo “*a anexar o sertão à ordem colonial, penetrando, conhecendo e civilizando as áreas inóspitas, transformando-as em colônia*”¹⁴⁶. A permanência daqueles sertões como “área proibida” não deveria ser mantida, pois desviava a

¹⁴⁴ [Carta do governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783) à Coroa em que informa sobre uma viagem para o distrito da Mantiqueira, a fim de repartir as terras e verificar se o Registro de Matias Barbosa e as patrulhas do mato são suficientes para evitarem-se os extravios - 03 de Junho de 1781]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 224, fls. 29-31v. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

¹⁴⁵ RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000200011&lng=en&nrm=iso>, acesso em 04/05/2006.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 262.

atenção dos representantes metropolitanos do efetivo devassamento que então ocorria.

Luís da Cunha Meneses, sucessor de D. Rodrigo, também enviou uma expedição de reconhecimento e exploração aos sertões de leste. Numa portaria de 16 de abril de 1784, foi determinada a organização dessa diligência, comandada pelo Sargento Maior Pedro Affonso Galvão de São Martinho e auxiliada pelo Coronel do Primeiro Regimento da Cavalaria Auxiliar da Comarca do Rio das Mortes, Manoel Rodrigues da Costa, e pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier:

Como a minha noticia tem chegado que nos certos para a parte de Leste da estrada que segue desta para a Capital do Rio de Janeiro denominadas Areas prohibidas e que vão terminar nos confins desta com aquella Referida Capitania, se tem estabelecido muitos povoadores, e de maneira que se acha terem os ditos certos huma barreira imaginaria, e que de se lhe dar alguma justa providencia tendente aos uteis fins da Segurança dos Reaes interesses, e não o poder eu fazer Sem ter hum total conhecimento fisico da Sua Verdadeira Cituação, e Senuzidades do Seu terreno; (...) ordeno ao mesmo Sargento Maior que passe aos Referidos Certos (...) a examinar e averiguar os ditos Certos.¹⁴⁷

Além de averiguar a ocorrência de ouro na região, um amplo reconhecimento geográfico deveria ser procedido, com o mapeamento e descrição dos rios, estradas e caminhos; identificação dos estabelecimentos humanos, informando o número de seus povoadores, suas ocupações e a distância que estavam da capitania do Rio de Janeiro; indicação dos elementos naturais que poderiam demarcar a divisa das duas capitanias e os locais mais apropriados para o estabelecimento de registros e patrulhas. Embora o resultado final da diligência não tenha sido tão amplo, pelo próprio custo e o nível de capacitação técnica que despenderia, parte da Zona da Mata foi percorrida, sendo fundados os registros do Cunha, da Ericeira e do Lourival, nas margens do rio Paraíba do sul¹⁴⁸.

Diante do exposto, o que pode ser percebido é o início de um processo de reconhecimento e incorporação oficial dos sertões de floresta ao sistema social, econômico e político então vigente. Entretanto, uma abertura mais ampla e efetiva só ocorrerá no século XIX, principalmente após a chegada da Família Real Portuguesa à América, assunto este que será tratado no próximo capítulo.

¹⁴⁷ Varios documentos: I - comissão confiada ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, pelo governador Luiz da Cunha Menezes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, p. 348-349, abr./jun. 1897.

¹⁴⁸ VASCONCELLOS, Diogo. **História Media de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 276.

II.5. Configuração do povoamento e dos assentamentos humanos na Mata ao longo do século XVIII

Como seria de se esperar, o incipiente processo de penetração nos sertões de floresta foi acompanhado pelo estabelecimento de novos assentamentos humanos nas regiões desbravadas. Durante o século XVIII, alguns tipos específicos de assentamentos caracterizaram o povoamento da Mata, constituindo-se como os núcleos iniciais formadores de sua rede urbana. Para a visualização desse estado de povoamento, utilizaremos como referência primária a cartografia produzida ao longo dos setecentos.

Nossa análise se inicia na década de 1730, por um mapa que é parte de um conjunto de cartas reconhecido como a principal produção cartográfica sobre a capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Trata-se do “[*Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00’ - 21°30’ Sul*]¹⁴⁹, datado de 1734-35 e atribuído aos jesuítas Domenico Capacci e Diogo Soares. Sua produção esteve inserida no ambicioso projeto de elaboração do “*Novo Atlas da América Portuguesa*”, cujo objetivo era realizar um amplo mapeamento das terras portuguesas na América¹⁵⁰. A descoberta do ouro e os constantes embates com os espanhóis nas fronteiras do sul provocaram uma renovação dos interesses de Portugal sobre o continente, tornando imprescindível a realização de levantamentos cartográficos que possibilitassem um conhecimento mais apurado do território luso-americano. Dessa tarefa foram incumbidos o jesuíta italiano Domenico Capassi, que já atuava em Portugal como funcionário da Coroa, e o português Diogo Soares.

Devido à magnitude do trabalho a ser realizado e com a morte dos então conhecidos “padres matemáticos” – Capassi em 1736 e Soares em 1748 –, essa

¹⁴⁹ CAPACCI, Domenico; SOARES, Diogo. [Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00’ - 21°30’ Sul], ca. 1734-35. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso)

¹⁵⁰ COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 139-145; MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 76-87. Para informações mais detalhadas desse projeto ver ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. 208p.

obra permaneceu inconclusa. No entanto, vários mapas regionais foram elaborados, sobretudo da região sul do que é hoje o território brasileiro e de Minas Gerais. Tais mapas, no entanto, não podem ser considerados como fruto exclusivo de levantamentos científicos. Frente à extensão territorial a ser cartografada, os jesuítas certamente recorreram a informações secundárias, como o conjunto de dezoito *Notícias Práticas*, referentes a relatos de sertanistas e oficiais da administração régia, a eles direcionadas. Os equívocos e inexatidões registrados nos mapas provavelmente se relacionam a esse processo de compilação de informações.

Mesmo visivelmente inacabado e contendo alguns desses equívocos¹⁵¹, o mapa aqui apresentado nos permite perceber e visualizar um processo incipiente de penetração na porção sudeste da capitania de Minas Gerais (FIG. 7). Como seria de se esperar, uma maior concentração de núcleos urbanos pode ser observada junto à área de mineração polarizada por Vila Rica e o arraial de Ribeirão do Carmo, que, em 1745, junto com o título de cidade ganharia a denominação de Mariana¹⁵². Também chama a atenção o fato de que, mesmo não representada pelos autores, a direção do Caminho Novo aparece demarcada com relativa clareza na porção sudoeste do mapa. Uma sucessão de fazendas, roças e ranchos acaba por indicar tal direção, deixando evidenciada, mais uma vez, a força desse caminho enquanto rota de comércio e eixo de penetração do povoamento.

No entanto, a principal informação que esse mapa nos traz se refere ao avanço da ocupação no alto vale do rio Doce, mais especificamente na área da bacia do rio denominado como Guarapiranga, hoje Piranga. Partindo da região central mineradora, já se observa a penetração de alguns caminhos pelo vale desse rio. Seguindo seu curso e ao longo de seus afluentes estavam instalados, nesse momento, certo número de assentamentos humanos, alguns mais estáveis – como as freguesias/capelas na margem esquerda, mais próximas de Vila Rica – e outros mais rústicos – as fazendas, roças e ranchos nos afluentes da margem direita.

¹⁵¹ Alguns elementos deixam evidente o aspecto inacabado do mapa, como o cartucho vazio no canto inferior direito; a falta de identificação de uma série de assentamentos humanos, inclusive das vilas de São João Del Rei (atual cidade homônima) e São José Del Rei (atual Tiradentes); e o colorido incompleto de alguns símbolos iconográficos. Quanto às inexatidões, elas podem ser percebidas principalmente pelo traçado da hidrografia, mas também por erros como o uso de símbolos diferentes para classificar os arraiais de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, uma vez que ambos estavam elevados à categoria de vila nesse momento.

¹⁵² BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 197.

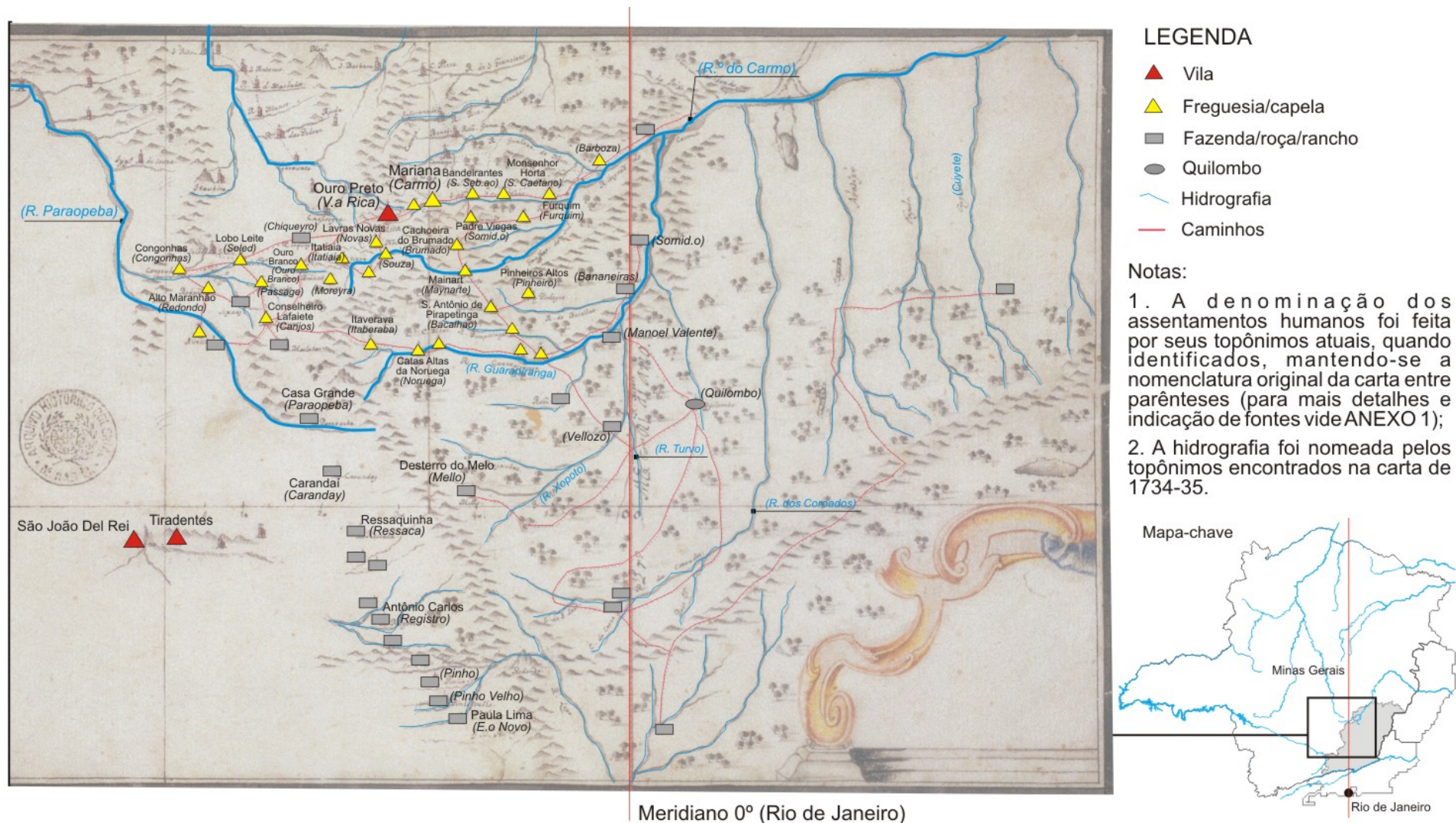


FIGURA 7 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1734-35.

Fonte: Elaboração a partir de dados de CAPACCI, Domenico; SOARES, Diogo. [Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00' - 21°30' Sul], ca. 1734-35. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso); MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 3, MAPAS I.2 e IV.10.

Conforme apontado por Carneiro¹⁵³, à revelia da legislação proibitiva – mesmo antes de 1733, quando foi lançado o bando proibindo a abertura de novos caminhos nas Minas – e ainda no auge da produção mineradora, a penetração pelos espaços fronteiriços começou a ocorrer. A presença de veios auríferos, as características favoráveis à introdução da atividade agrícola e a proximidade com dois dos mais importantes núcleos urbanos de Minas Gerais no período colonial (Vila Rica e Ribeirão do Carmo) permitiram certo crescimento demográfico dos distritos do vale do rio Piranga. Contudo, a marcha do povoamento não se deu de forma contínua. Os conflitos com as populações nativas imprimiram variações de ritmo a esse processo.

A inconstância da frente pioneira, associada ao seu caráter eminentemente rural, deixou poucos registros que permitissem identificar os pontos de fixação de alguns dos que seriam os futuros núcleos urbanos da região. Talvez mesmo porque tais pontos ainda não estavam fixados nesse momento. Corroborar essa hipótese a interpretação da FIG. 7 à luz de um dos relatos que lhe serviu de fonte, referente à expedição comandada pelo capitão-mor Luís Borges Pinto:

Saí do arraial da Guarapiranga nos princípios de Abril de 1726, com 97 armas tôdas à minha custa, e providas de facões, patronas, pólvora, chumbo, o Prático a oitava e os mais à proporção: saiu também comigo o R. P. Manoel da Silva Borges, que sempre nos disse Missa a meia oitava de esmola. A primeira marcha que fizemos, foi à barra do Xipotó, gastamos nela dois dias por estar por aquela parte já feito todo o caminho, é todo mato geral com bastantes roças, fazendas e lavras, e algumas não tem dado pouco ouro. Passado o Guarapiranga, e o Xipotó, no sítio de Manoel Valente, comecei a romper o mato, que há, e grosso, buscando o sul, e costeando o Xipotó; depois de 12 ou 13 dias de boa marcha, voltando quase ao Sueste, fui dar com um quilombo de negros, que tive a princípio por alguma aldeia de gentio pela força, roças e ranchos, de que estava provida: foram cercados, investidos e mortos quatro, e os restantes se amarraram para serem remetidos a seus senhores. Fica este quilombo nas cabeceiras de um córrego, que chamam o Turvo, e deságua no Guarapiranga 6 léguas abaixo do Xipotó, e antes do Sumidouro. Daqui fui buscar logo as cabeceiras do rio dos Coroados seguindo o rumo do Sudoeste: gastei na viagem 17 dias, é tudo mato grosso com bastante caça e vargeria. Nestas cabeceiras fui ameaçado do gentio chamado Lopo, que habita nelas.¹⁵⁴

¹⁵³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 113-131.

¹⁵⁴ 1ª PRÁTICA - Que dá ao R. Pe. Diogo Soares o Capitão-mor Luís Borges Pinto, sobre os descobrimentos da célebre casa da casca compreendidos nos anos de 1726-27 e 28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço D'Almeida [s. d.]. In: TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Sertanistas**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953. p. 161-162.

Esse quilombo às margens do rio Turvo encontra-se demarcado no mapa¹⁵⁵. No entanto, o próprio autor do relato nos informa a destruição desse assentamento quando de sua passagem pelo local. Também os assentamentos demarcados nas cabeceiras do “rio dos Coroados”, provavelmente o atual rio Pomba, onde essa etnia indígena vivia no século XVIII – o cartógrafo teria se enganado ao colocá-lo como afluente do rio Doce –, podem se tratar de aldeias indígenas, que possuíam originalmente um caráter itinerante. A classificação aqui adotada como “fazendas/roças/ranchos” abarcou, assim, assentamentos cujo caráter poderia ser instável. Entretanto, embora tais assentamentos não tenham tido, nesse momento, um crescimento que os levasse à fixação enquanto núcleos urbanos, eles foram importantes no processo de desbravamento e domesticação da floresta, possibilitando a intensificação paulatina das frentes migratórias e o adensamento demográfico da região. Uma condição indispensável para a formação de seus núcleos urbanos.

Ao longo do século XVIII, mesmo de maneira vacilante, a ocupação conheceu certo avanço. Na tentativa de visualizar tal processo, reunimos alguns mapas produzidos no último quartel dos setecentos. Com a paulatina queda dos rendimentos da mineração, uma série de descrições, memórias e instruções passaram a ser elaboradas com o intuito de fornecer subsídios ao governo da capitania de Minas Gerais, em conformidade com os pressupostos de uma administração ilustrada, então vigentes. Para tanto, a própria produção cartográfica foi atualizada, destacando-se, nesse momento, os trabalhos realizados pelo militar português José Joaquim da Rocha. Tendo percorrido e conhecido profundamente o

¹⁵⁵ A demarcação de um quilombo nesse mapa trata-se de uma exceção ao que foi observado em todas as cartas analisadas ao longo deste trabalho. Embora seja reconhecida a existência de diversos desses assentamentos no território mineiro e também na região que hoje constitui a Zona da Mata (vide GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 1983. p. 181-186), eles não costumavam aparecer nos mapas. Escondidos em áreas de difícil acesso, acabavam não sendo contemplados pelas representações cartográficas do período. Na maioria das vezes o mapeamento de quilombos era feito para que se procedesse à sua destruição, como no caso aqui relatado. Além disso, como estavam de certa forma à margem da sociedade luso-brasileira, escassos são os registros relativos à formação de núcleos urbanos a partir de quilombos.

território mineiro, o mapeamento de Rocha é considerado o mais completo de Minas Gerais no século XVIII¹⁵⁶.

De modo a verificar a configuração do povoamento na porção sudeste da capitania, procedemos à identificação dos assentamentos humanos e elementos geográficos presentes em dois mapas elaborados por José Joaquim da Rocha, o “*Mapa da Comarca do Rio das Mortes*” e o “*Mapa da Comarca de Vila Rica*”¹⁵⁷, ambos de 1778 (FIG. 5 e 8, respectivamente). Essas cartas foram utilizadas como base para a elaboração da FIG. 11. Como nosso interesse de pesquisa recai principalmente sobre os assentamentos humanos que vieram a conformar os atuais centros urbanos da Zona da Mata mineira, lançamos numa base cartográfica atualizada aquelas localidades que puderam ser identificadas com as cidades, distritos e povoados hoje existentes dentro de nosso recorte de estudo. Os caminhos também foram lançados nessa base, tendo como referência sua relação com a hidrografia. Aos mapas de José Joaquim da Rocha foram acrescentados alguns assentamentos humanos mais recentes, encontrados na “*Planta Geral da Capitania de Minas Gerais*”¹⁵⁸, de autoria desconhecida, datada de 1800 (FIG. 9), e na “*Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais*”¹⁵⁹, de Caetano Luís de Miranda, de 1804 (FIG. 10). A classificação dos assentamentos humanos seguiu as categorias já apresentadas por José Joaquim da Rocha, acrescidas da categoria “presídios”, sendo adotadas as denominações que mais se aproximavam dos atuais topônimos desses assentamentos (ver ANEXO 2). A FIG 11 é, assim, uma transposição das cartografias de 1778, 1800 e 1804 para a base cartográfica atual, sendo representativa da configuração geográfica do povoamento da Zona da Mata no final do século XVIII.

¹⁵⁶ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 87- 105.

¹⁵⁷ Reproduções de ambos os mapas, com as mesmas denominações, podem ser encontradas em: ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (5 mapas em bolso)

¹⁵⁸ PLANTA GERAL da Capitania de Minas Gerais (1800). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

¹⁵⁹ MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

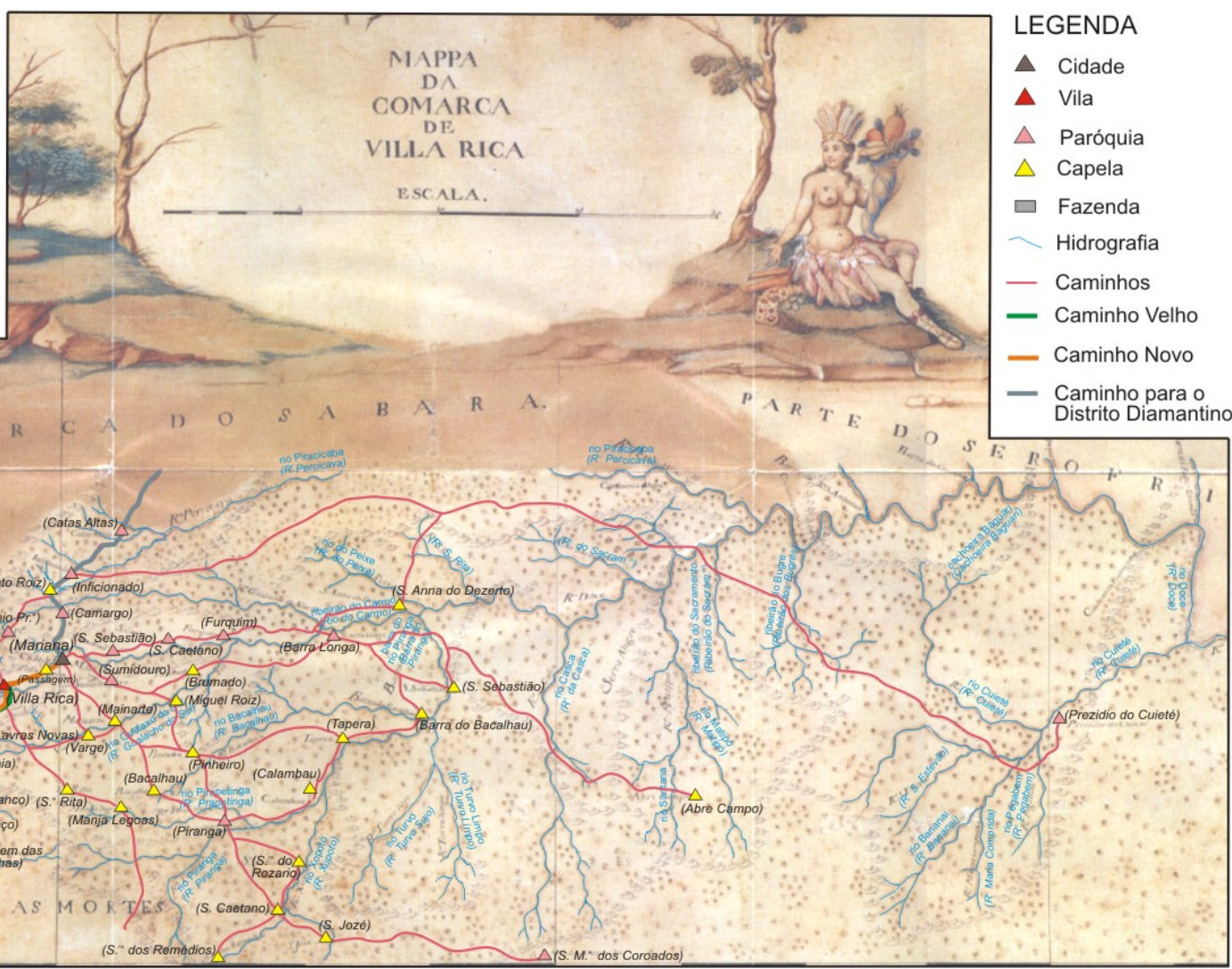


FIGURA 8 - Mapa da Comarca de Vila Rica, 1778

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.** Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 3, MAPA VI. 14.

Notas:

1. Foram mantidas as denominações originais dos assentamentos humanos. Para correspondência com topônimos atuais vide FIG. 11 e ANEXO 2;
2. Para a hidrografia, foram inseridos os topônimos atuais. A nomenclatura da carta de 1778 entre parênteses.



LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia/capela
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo
- Caminhos
- Rios

Notas:

1. Foram mantidas as denominações originais dos assentamentos humanos. A correspondência com topônimos atuais pode ser encontrada no FIG. 11 e ANEXO 2;
2. Para a hidrografia, foi mantida a nomenclatura da carta de 1800 entre parênteses.

Mapa-chave



FIGURA 9 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1800

Fonte: Adaptado de [Planta geral da Capitania de Minas Gerais (1800), com identificação e classificação dos assentamentos humanos e de seus topônimos atuais], gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG.

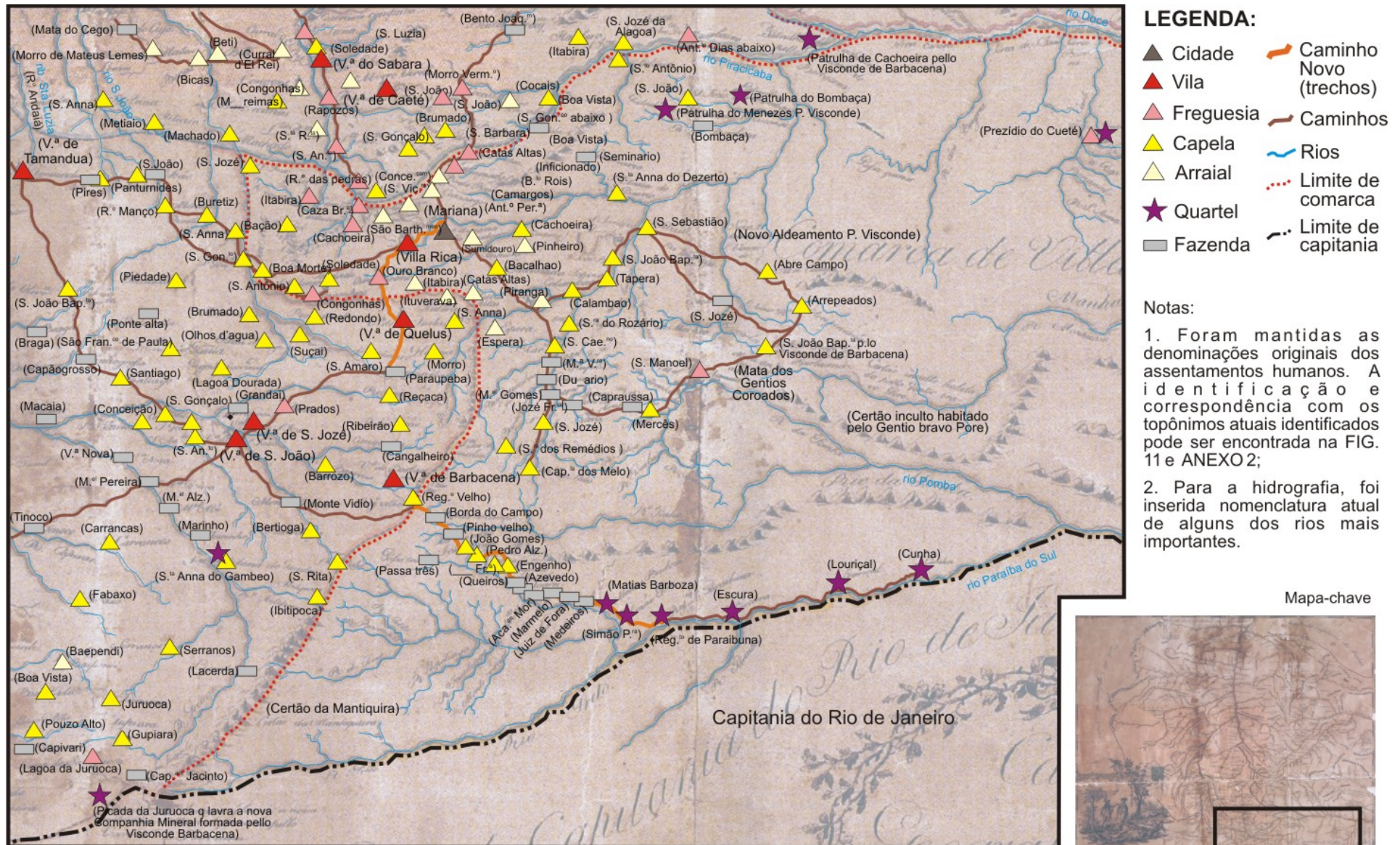


FIGURA 10 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1804

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 3, MAPA IV.19.

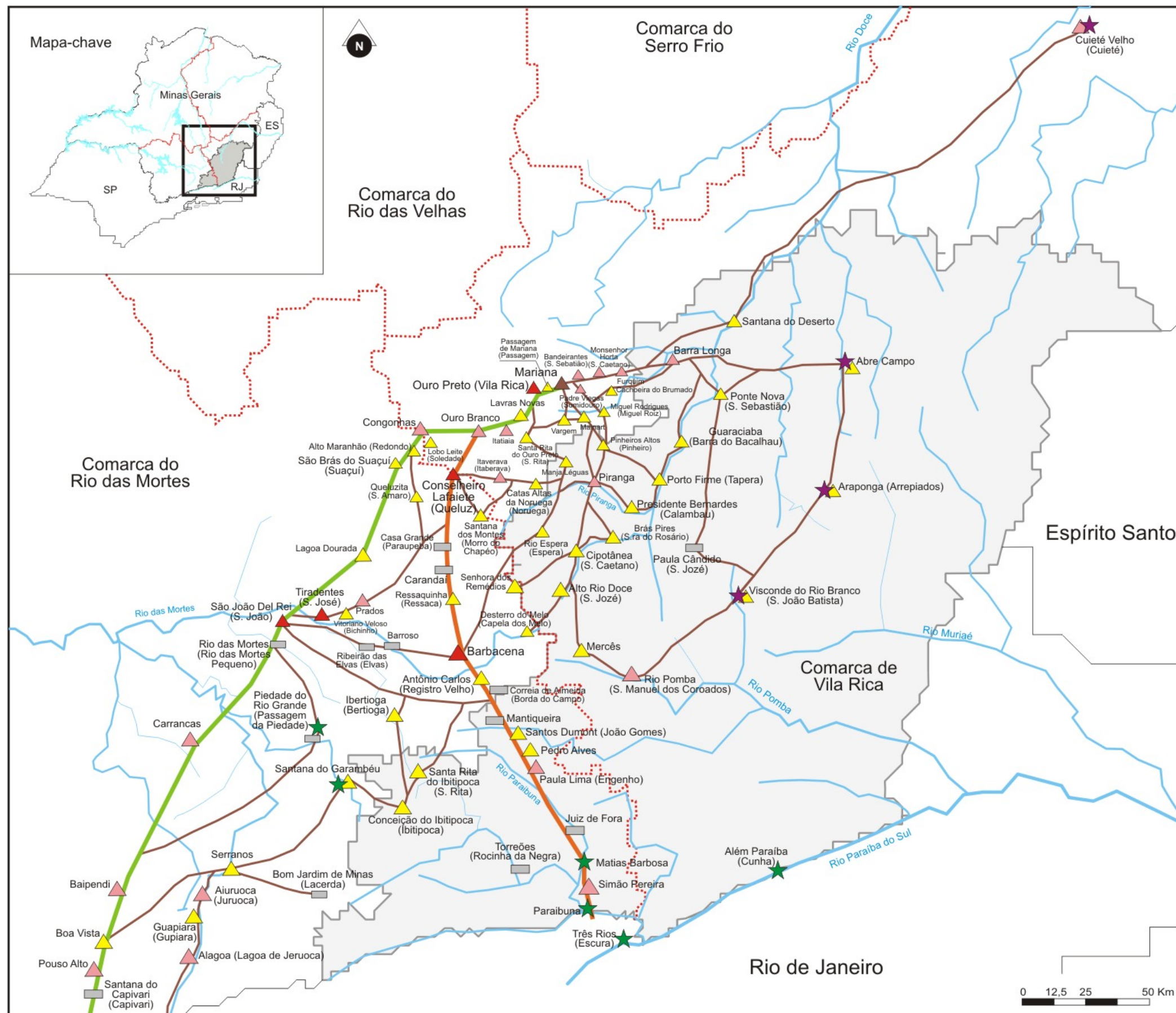


FIGURA 11 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata ao findar do século XVIII (base cartográfica atual)

Fontes: Vide indicação nas FIG. 5, 8, 9 e 10 e ANEXO 2; base cartográfica sobre a qual os dados foram lançados e localização georeferenciada dos assentamentos humanos pode ser obtida em: MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

Notas:

1. Este mapa é resultado da reunião e transposição para a base cartográfica atual dos assentamentos humanos identificados nas cartas de 1778, 1800 e 1804. Trata-se, no entanto, não apenas de uma transposição, mas também da interpretação dos mapas e seu cotejamento com outras fontes (indicadas no ANEXO 2). Desse modo, a classificação dos assentamentos humanos corresponde à interpretação das informações obtidas tanto de forma gráfica quanto à própria nomenclatura dada pelo cartógrafo, como a indicação de "registros" e "presídios";
2. A denominação dos assentamentos humanos foi feita por seus topônimos atuais, cuja grafia também foi atualizada. Quando houve divergência entre topônimos antigos e atuais, a nomenclatura original encontrada nas cartas foi deixada entre parênteses (para mais detalhes e indicação de fontes vide ANEXO 2);
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura destacada apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Capela
- ★ Registro
- ★ Presídio
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo
- Caminhos
- Rios
- Zona da Mata atual
- ... Limite entre comarcas

Coerente com a política de abertura das regiões de floresta que começou a se esboçar ao final do século XVIII, alguns desses assentamentos se estabeleceram pela iniciativa estrita do Estado, tendo um caráter tanto fiscal, como os registros, quanto militar, os presídios. Os primeiros registros instalados na Mata, conforme já mencionado anteriormente, foram contemporâneos ao processo de abertura do Caminho Novo. Sendo esse caminho a via principal pela qual circulava tanto o ouro extraído como uma série de artigos comercializados nas Minas, era natural que a cobrança dos impostos de passagem fosse feita sobre os viajantes que por ele trafegavam. Entretanto, à medida que o povoamento se intensificou e os sertões tornaram-se mais ocupados, fez-se necessária a implantação de novos registros, já na segunda metade do século XVIII. Este é o caso dos registros de Passagem da Piedade (hoje cidade de Piedade do Rio Grande), Garambeo (hoje Santana do Garambéu), Espera (Rio Espera) e Porto Novo do Cunha (Além Paraíba). Estabelecidos em pontos estratégicos tanto para se evitar o desvio de rota pelas picadas quanto para atender à demanda de um povoamento que se estendia pelo território.

Os presídios foram uma das expressões espaciais mais características do processo de desbravamento oficial dos sertões de floresta. Segundo o Barão de Eschwege, mineralogista alemão que viveu em Minas Gerais entre os anos de 1810 e 1821, *“dá-se aqui o nome de presídio aos lugares onde se estabelecem as forças militares destinadas à defesa ou civilização dos índios, bem como à prevenção do contrabando”*¹⁶⁰.

Num breve relato sobre a fundação do Presídio do Cuieté, Demerval José Pimenta¹⁶¹ nos conta que foram incursões indígenas às proximidades da freguesia de Furquim, ainda na primeira metade do século XVIII, que levaram à organização de uma expedição oficial para exploração dos sertões do rio Doce. Esse rio foi percorrido em canoas e, nas barras de seus afluentes, foram feitas pesquisas minerais onde algum ouro foi encontrado. O resultado da expedição foi o estabelecimento de guardas militares na região do rio Cuieté, ficando assim

¹⁶⁰ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 67 (nota de rodapé).

¹⁶¹ PIMENTA, Demerval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. XIV, 1969-1970. p. 388.

instalado o presídio. Desse modo, foi inicialmente a necessidade de defesa contra os ataques indígenas, e depois a possibilidade de “civilizá-los”, um dos motivos para a implantação dos presídios. Além disso, eles também representavam pontos avançados no interior da floresta, servindo de apoio ao processo de conquista desse espaço.

A unidade militar era composta por uma guarnição de soldados chamados “pedestres”, pois não tinham vínculo com o regimento regular, sendo destacados em rondas nas vilas¹⁶². Tais destacamentos eram compulsórios e privilegiavam os “desocupados” e “desordeiros”, homens livres pobres, sem ocupação permanente, taxados de “vadios”. Ao se referir à obra de abertura do caminho para o Cuieté, D. Rodrigo José de Meneses nos deixa um relato sobre esse processo:

Encarreguei a direcção desta obra a um homem muito perito, e capas de dar conta de si, e para nela trabalharem mandei por toda a Capitania prender os vadios, q.e se encontrassem, e remetelos para aquele Citio, fazendo deste modo com pouca despesa aquela importante obra, e purgando tambem a sociedade Civil dos perturbadores dela.¹⁶³

Desse modo, os presídios também eram reconhecidos como locais de degredo, onde as dificuldades de enfrentar a floresta e os índios impediam as fugas. São encontradas referências sobre a instalação de três presídios na região da Zona da Mata durante o século XVIII (FIG. 11): Abre Campo, São João Batista (atual cidade de Visconde do Rio Branco) e Arrepiados (atual Araponga). Estando localizados numa região de fronteira, pouco povoada e de difícil acesso, a manutenção desses núcleos nem sempre era fácil. Tome-se, por exemplo, o caso do presídio de Abre Campo. Segundo nos informa Waldemar de Almeida Barbosa¹⁶⁴, esse presídio foi fundado, em 1734, durante uma expedição realizada pelo mestre de campo Matias Barbosa, mas teve vida efêmera. Em 1741, no mesmo local, foi criada a freguesia de Santa Ana e Senhora do Rosário da Casa da Casca, mas a paróquia também não manteve-se por muito tempo. Os indígenas, considerando seu espaço vital ameaçado, atacavam constantemente o povoado. Num desses ataques,

¹⁶² ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 51.

¹⁶³ Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo - 04 de agosto de 1780. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, abr./jun., 1897, p. 311. p. 314-315.

¹⁶⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 16. Ver também TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1945. p. 40.

as duas capelas que então existiam foram completamente arrasadas pelo fogo. Somente nas últimas décadas do século XVIII o arraial se refez, com o nome de Abre Campo, e apenas em 1850 foi restituída a paróquia.

Arrepiados também encontrou dificuldades para sustentar seu povoamento. Foi implantado de maneira peculiar, durante uma expedição com a presença do próprio governador D. Rodrigo José de Meneses, em 1781. Nessa ocasião, foram concedidas sesmarias e datas minerais. O arraial dos Arrepiados surgiu, assim, por iniciativa do governador, que mandou recrutar vadios nas vilas para promover a abertura de picadas e a exploração dos matos, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da povoação. Entretanto, o ouro encontrado não foi suficiente para manter o dinamismo inicial, os moradores se dispersaram e o povoado manteve-se bastante reduzido¹⁶⁵.

O estabelecimento dos presídios representou, assim, uma das formas oficiais de contato e de tentativa de domesticação das regiões de fronteira, tanto em relação à floresta como em relação aos povos indígenas. Em relação a estes últimos, uma outra forma de domesticação foi iniciada, ainda que de maneira incipiente, durante o último quartel do século XVIII. Tratava-se do mecanismo de atrair e reunir os indígenas em aldeamentos, no intuito de promover sua catequese e “civilização”. Se os índios representavam um obstáculo à ocupação e ao aproveitamento econômico dos sertões, agindo de forma selvagem e alheia aos preceitos da fé, fazia-se necessário empreender mecanismos para pacificá-los e trazê-los à moral religiosa, conduzindo-os à virtuosidade do mundo “civilizado”. Com esse propósito foi instalada, em 1767, uma das poucas freguesias em território da Mata durante os setecentos: a do Mártir São Manuel do rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados¹⁶⁶, hoje cidade de Rio Pomba (FIG. 11).

Algumas expedições exploratórias durante a primeira metade do século XVIII já haviam se confrontado com grupos indígenas habitantes dos sertões do rio

¹⁶⁵ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 30.

¹⁶⁶ Sobre o processo de instalação da freguesia e aldeamento indígena na região do Pomba, descrito na seqüência, ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 286-287; TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1945. p. 229-236; VASCONCELLOS, Diogo. **História Média de Minas Gerais**. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 203-210.

Pomba, em encontros muitas vezes hostis. Com o aumento do interesse na exploração da região, em 1767 o governador Luís Diogo Lobo da Silva dirigiu-se ao bispado de Mariana solicitando a indicação de um sacerdote que promovesse o aldeamento dos índios coropós e coroados, etnias dominantes naqueles sertões, atraindo-os para a catequese e civilização. Ofereceu-se para a missão o padre Manuel de Jesus Maria, que se fixou junto ao rio Pomba e tornou-se vigário da nova freguesia. Para o governo civil dos índios o governador nomeou, como comandante e curador, o capitão Francisco Pires Farinho, tendo ele acompanhado o sacerdote e também se fixado nos sertões do Pomba. O capitão tinha por incumbência ajudar o padre Manuel de Jesus Maria na cooptação e aldeamento dos indígenas e também não deveria permitir a entrada de expedições naquelas paragens que não fossem comprovadamente destinadas a novos descobrimentos de ouro e que não estivessem munidas de licenças oficiais. A partir de então, foi estabelecido o arraial, com o provimento de roças para seu sustento, ereção da capela da Matriz, construção de uma escola de primeiras letras e da residência do cacique. Conforme atenta Diogo de Vasconcellos¹⁶⁷,

...verificamos como se organizou o aldeamento, conservando-se os índios no seu regime, que se poderia dizer civil, mediante o chefe natural, ao passo que o comandante Francisco Pires representava a autoridade régia, que com o cacique mantinha a ordem e defendia a tribo, ficando o vigário com o serviço do culto e do ensino doutrinário.

Em 1770, o governador D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, Conde de Valadares, concedeu sesmaria aos índios da freguesia e, a partir do aldeamento inicial, muitos brancos livres também foram atraídos para a região.

O Presídio de São João Batista também teve seu povoamento impulsionado a partir da requisição do Pe. Manuel de Jesus Maria, em 1787, para ereção de uma capela junto ao “presídio dos Índios Puris”. Além do quartel de soldados, essa localidade manteve as mesmas prerrogativas do aldeamento de São Manuel do Pomba, com a nomeação, em 1791, do padre Francisco da Silva Campos para a catequese e civilização dos índios¹⁶⁸.

¹⁶⁷ VASCONCELLOS, D. **História Média de Minas Gerais**. 4ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 209.

¹⁶⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 370; TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de**

Desse modo, Estado e Igreja, unidos que estavam, procuraram estender pelo território tanto o poder civil quanto o eclesiástico, mantendo sua atuação conjunta durante a abertura dos sertões de floresta ao povoamento regular. Concomitantemente, intensificava-se a expansão da atividade agropastoril e o aproveitamento econômico dessas regiões, o que pode ser verificado tanto pela penetração das fazendas (FIG 5, 9 e 10) quanto pelo estabelecimento dos assentamentos humanos denominados capelas (FIG. 8, 9, 10 e 11). A disseminação desses rústicos templos religiosos foi, na realidade, um processo difuso de fixação de pequenas centralidades que, pelo próprio modo como se constituíam, possibilitou a formação de inúmeros núcleos urbanos pelo interior das áreas de expansão rural.

À medida que as atividades agropastoris se expandiam, a população se deslocava para áreas cada vez mais distantes das sedes de suas paróquias, o que imprimia a necessidade de se levantar novos templos. Mesmo em espaços onde poderia existir certa “liberdade” no que compete aos rituais católicos, a moral religiosa impunha a necessidade premente do rito da missa e dos sacramentos. A religiosidade era, assim, também um fator que interferia no processo de ocupação do território¹⁶⁹.

Ao descrever a origem do atual município de Senhora dos Remédios, Sérgio da Mata transcreve um trecho do pedido de permissão para o levantamento de uma capela no local, datado de 1764 ou 1765. Nele os moradores da região justificam a necessidade do templo devido à distância em que se encontravam da matriz da Borda do Campo:

...motivo porque são poucos os que ouvem missa mais do que de ano e mesmo padecendo uma total falta de pasto espiritual pela distância referida, de tal forma que quase sempre fica todo aquele numeroso povo sem missa; estando em evidente perigo de morrerem sem sacramentos. E para evitarem tão considerável dano, querem os suplicantes erigir uma capela na fazenda de Manuel Souza Barbosa, o qual não só consente em que se faça a dita capela na sua fazenda, no pé da própria casa em que vive, mas também está pronto a fazer-lhe patrimônio, tudo a fim de poderem todos os domingos e dias santos ouvir missa e terem prontos os mais sacramentos, pois estão vivendo como gentios, sem uso da igreja, falta de doutrina e de

Mariana. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1945. p. 243-244.

¹⁶⁹ MATA, Sérgio da. **Chão de Deus:** Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. p. 199-221.

todos os sacramentos, sendo tão perniciosas faltas o motivo de não estar mais povoado aquele continente.¹⁷⁰

A implantação das capelas ocorria, assim, a reboque de um povoamento rural que se expandia, atendendo aos anseios dos cristãos desgarrados e à própria legislação eclesiástica. Pelas “*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*” – que orientaram grande parte das ações da Igreja na América Portuguesa –, todo templo religioso, além de não poder ser implantado em locais ermos e despovoados, deveria ser dotado de uma renda mínima que permitisse sua conservação. Essa renda correspondia ao “patrimônio” da capela. Ao contrário da doação direta em dinheiro, na maioria dos casos prevaleceu a doação à Igreja de uma porção de terras por um senhor ou por vários vizinhos, em favor de um santo de devoção. Não só a capela era erigida nessas terras, como parte delas poderia ser parcelada e concedida a quem pretendesse construir uma casa ou venda no referido patrimônio, mediante o pagamento de uma taxa anual, o foro. Em tese, esse sistema garantia a manutenção do templo e das visitas dos padres para ministrar os sacramentos católicos¹⁷¹.

A constituição do patrimônio em terras também era uma forma de garantir o povoamento nas proximidades do templo, pois sua concessão parcelada possibilitava a formação e o crescimento de arraiais. “*Entre o mundo rural e o urbano – menos quanto ao resultado físico do que como processo social – desabrochavam então pequenas povoações alterando a paisagem e, lentamente, o meio social.*”¹⁷² A denominação usual de alguns assentamentos humanos como “capelas” correspondia, na realidade, a núcleos urbanos fixados e em processo de desenvolvimento.

Segundo Murillo Marx¹⁷³, as capelas e seus patrimônios também configuravam uma brecha no sistema de sesmarias, pois permitiam à população não possuidora de terras um meio de instalar suas moradias e de prover sua

¹⁷⁰ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Armário 24, caixa 3. apud MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX.** Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. p. 210.

¹⁷¹ MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: Terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p. 31-49; MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX.** Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. p. 145-150.

¹⁷² MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: Terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. p. 38.

¹⁷³ Ibidem. p. 36-46.

subsistência. Correspondiam, assim, à possibilidade de obter um chão, embora restrito, para construir um abrigo e plantar alguma coisa para si, quem sabe para vender. Nesses arraiais também se contava com o apoio de outros na mesma situação e o respaldo espiritual oferecido, mesmo que intermitentemente, por uma capela. Essa brecha, no entanto, não vinha à revelia do sistema. Correspondia a uma continuidade dele, servindo a suas necessidades e limitações:

Para os proprietários fundiários, a instituição de um patrimônio religioso era vantajosa: pela cessão de uma pequena porção de terra garantiam a presença, no local, de uma população gregária que lhe era bastante dependente, notadamente para a obtenção de trabalho. Para os colonos, por sua vez, a obtenção de um chão, por menor que fosse, significava ter acesso à terra. Da repartição desses patrimônios surgiram, portanto, pequenos arraiais, alguns dos quais prosperaram e tornaram-se freguesias. Muitos foram mais tarde elevados à categoria de vilas.¹⁷⁴

Mesmo no interior de um regime escravista, a diversificada sociedade mineira possibilitou a formação de uma classe de trabalhadores livres que, por sua vez, contribuiu de forma decisiva para a disseminação desse tipo de nucleação urbana. As capelas eram, assim, a materialização de uma centralidade muitas vezes requerida pela população. Tornavam-se não só referência espiritual, mas ponto de encontro para trocas comerciais e prestação de serviços.

Como pode ser observado pela FIG. 11, elevado número de capelas estava instalado na região da Zona da Mata em fins do século XVIII, fixando os embriões iniciais de uma série de cidades que se consolidariam nos séculos seguintes. Além dos assentamentos ao longo do Caminho Novo, que datam da primeira metade dos setecentos, nesse caso também estavam, por exemplo, as capelas de Calambau (atual cidade de Presidente Bernardes), cujo patrimônio foi doado em 1733; Barra do Bacalhau (atual Guaraciaba), com patrimônio constituído em 1752; Tapera (Porto Firme), patrimônio constituído em 1753; São Caetano do Xopotó (Cipotânea), patrimônio doado em 1757; Espera (Rio Espera), patrimônio doado em 1763; São José do Xopotó (Alto Rio Doce), patrimônio doado em 1764; São Sebastião (Ponte Nova), patrimônio doado em 1770; Capela dos Melo (Desterro do Melo), patrimônio doado em 1777; Mercês (cidade homônima), cujo patrimônio foi constituído em

¹⁷⁴ ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 233-234.

1791¹⁷⁵. Essas datas confirmam, assim, a continuidade do processo de interiorização e fixação do povoamento, que ganha força sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Entretanto, nenhuma vila é criada no interior das regiões de floresta durante esse período. O que pode ser atribuído, em grande parte, à própria incipiência do processo de povoamento, mas que mantém coerência com a orientação da política metropolitana nesse momento, mais centralizadora e controladora – principalmente quanto aos núcleos urbanos mineradores –, não interessando à Coroa conceder mais autonomia aos colonos a partir da implantação de casas de câmaras¹⁷⁶. Desse modo, ao final do século XVIII, a totalidade da área hoje pertencente ao território da Zona da Mata era abarcada pelos termos da Vila de Barbacena e de Mariana (FIG. 12). E apenas cinco freguesias foram instaladas na Mata até o findar do século: a de São Manuel do Pomba, conforme já mencionado; a de Piranga, instituída em 1724, estando essa região engajada na produção de abastecimento da capitania desde o início do século¹⁷⁷; a de Barra Longa, em 1741; a do Engenho (atual povoado de Paula Lima, no município de Juiz de Fora), em 1764; e de Simão Pereira, em 1718. No entanto, as duas últimas enfrentaram sérias dificuldades para sua implantação efetiva, funcionando de forma intermitente ao longo do século XVIII e mesmo durante parte do século XIX¹⁷⁸.

Quanto à configuração geral da rede de assentamentos humanos, a FIG. 11 deixa explícitas as duas frentes de ocupação que marcaram o povoamento da Zona da Mata durante os setecentos: uma ao longo do Caminho Novo, mais contida ao longo desse caminho, correspondendo à formação mercantil apontada no item II.3; a outra, mais difusa e visivelmente partindo da área central mineradora, caracterizou o

¹⁷⁵ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 22, 89, 114, 144, 202, 265, 266, 270 e 283.

¹⁷⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de minas gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS: 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 2001. p. 769-785.

¹⁷⁷ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 176.

¹⁷⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 246 e 345. Ver também TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1945. p. 110, 306 e 307.

processo de formação de uma economia camponesa na região limítrofe dos centros urbanos de Vila Rica e Mariana.

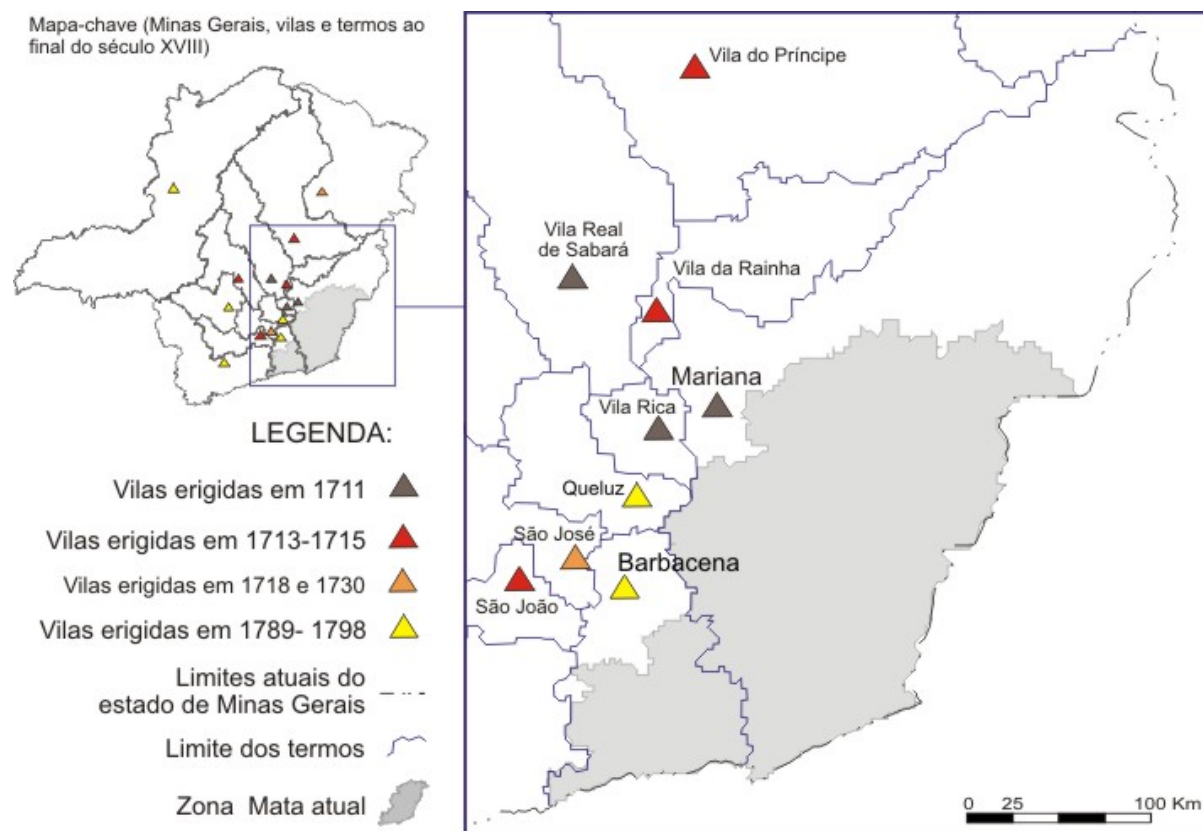


FIGURA 12 – Vilas erigidas ao longo do século XVIII no território de Minas Gerais e seus respectivos termos

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais:** na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 3, MAPA IV.19; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

Nesse momento, todo o vale do rio Piranga se encontrava pontuado por arraiais e o povoamento já alcançava a vertente do divisor de águas entre as bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul. Os pontos de fixação humana caracterizavam-se, assim, como apoios importantes ao processo de penetração e incorporação desse novo espaço ao sistema sócio-econômico das Minas. Constituíam-se como pequenas centralidades em nível local, polarizadas regionalmente por Vila Rica e Mariana.

A conformação dessa rede foi consubstanciada tanto pela iniciativa dos colonos – a partir da expansão da atividade agropastoril – quanto pelas ações inseridas na política oficial da metrópole, como a própria abertura do Caminho Novo e a instalação dos presídios na linha de frente da ocupação territorial. Desse modo,

aspectos políticos, econômicos e também sócio-culturais estiveram presentes dando forma ao processo de conquista e conformação desse novo espaço, que paulatinamente vai se convertendo num território com limites mais definidos. Entretanto, tal processo apenas se inicia durante os setecentos. O século seguinte aprofundará as transformações e trará ainda outras novidades que necessariamente deverão interagir com as primeiras rugosidades que então se estabeleceram.

CAPÍTULO III

ABERTURA OFICIAL E EXPANSÃO DO POVOAMENTO

Ao longo deste capítulo discutiremos as transformações territoriais desencadeadas pelo processo de transição política que levou o Brasil à condição de país independente e também aquelas advindas do período de consolidação do Império brasileiro. Desse modo, o foco de análise recai, aqui, sobre a primeira metade do século XIX. Esse momento se distingue pela intensificação do povoamento nas regiões de floresta de Minas Gerais, com destaque especial para o território hoje abarcado pela Zona da Mata mineira.

III.1. A constituição do Império brasileiro e sua implicação para a estrutura territorial e municipal de Minas Gerais

A primeira década do século XIX foi marcada por um acontecimento bastante singular no contexto da colonização do continente americano: a transferência, em 1808, da sede do governo português para a cidade do Rio de Janeiro. Dispondo de poucos recursos materiais para enfrentar o avanço das tropas napoleônicas, a Família Real, acompanhada de todo o aparato administrativo reinol, embarcou em direção à América pouco antes da invasão de Lisboa. Enquanto sede da monarquia portuguesa, o Brasil passou por uma série de transformações em sua organização político-administrativa. Ao longo de todo o período de permanência da Corte no Rio de Janeiro – entre 1808 e 1821 –, o território brasileiro foi acometido por um amplo processo de abertura política e econômica, acompanhada de diversas tentativas de dinamização dos mais diversos ramos produtivos¹⁷⁹. A amplitude dessas transformações alterou significativamente o quadro político brasileiro, rearticulando sua posição frente a Portugal e às demais nações européias. Antecipando ações e políticas que teriam continuidade e aprofundamento durante o Império, esse contexto foi responsável pela elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, e culminou com a própria independência do país, em 1822.

¹⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial - sua desagregação. In: _____ (dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1965. Tomo II, v. 1: O Brasil monárquico: o processo de emancipação. p. 9-39.

A administração de Dom João VI direcionou várias de suas ações para a capitania/província de Minas Gerais. O objetivo era encontrar meios de potencializar a extração das riquezas minerais e promover uma exploração mais efetiva do vasto território mineiro. Foram implementadas medidas de estímulo à produção mineral, inclusive com a vinda de técnicos estrangeiros para auxiliar nos processos de extração; ficaram suspensas as antigas proibições à instalação de manufaturas, incentivando-se as atividades de tecelagem; e finalmente foi permitida a abertura de estradas, tanto para o leste quanto para o norte da província¹⁸⁰.

Do ponto de vista econômico, a transferência da Corte representou um grande incremento do mercado consumidor urbano carioca. Conforme apontado no capítulo anterior, os mineiros, principalmente os do sul, estavam entre os principais abastecedores de gêneros agrícolas à praça carioca. Enquanto local de residência da Corte, e, após a independência, como sede do governo imperial, a cidade do Rio de Janeiro teve sua centralidade reforçada, propiciando o fortalecimento de seu intercâmbio comercial e cultural com Minas. Quando de sua viagem pelo Brasil, os naturalistas Spix e Martius nos deixaram um relato sobre esse processo:

Antes da vinda do rei, consistia o total da população do Rio, numas cinqüenta mil almas (...). No ano de 1817, em compensação, contava a cidade, segundo supunham, mais de cento e dez mil habitantes. Deve-se crer que, do ano de 1808 em diante, para aqui vieram da Europa uns vinte e quatro mil portugueses (...). Nota-se, porém, sobretudo nas condições dos ricos negociantes da capital e mesmo do interior das Províncias de Minas Gerais e de São Paulo, como a civilização, as necessidades da vida e as indústrias tomaram novo desenvolvimento com os imigrantes. (...) Foi sobretudo incalculável, em todos os sentidos, a influência da corte real no Brasil. (...) O Brasil assumiu, sob todos os aspectos, nova dignidade; como tivesse aqui o rei e negociasse relações diplomáticas além-mar, de certo já entrava no concerto das nações européias.¹⁸¹

Em decorrência do processo de abertura política, foram finalmente eliminadas as restrições existentes à entrada de estrangeiros na América Portuguesa. As expedições científicas passaram a ser estimuladas e mesmo patrocinadas pelas autoridades régias¹⁸². Atraídos pela exuberância de um quadro físico e natural até

¹⁸⁰ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo II, v. 2: O Brasil monárquico: dispersão e unidade. p. 364-412.

¹⁸¹ SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 1. p. 51.

¹⁸² OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, v. 1: O Brasil monárquico: o processo de emancipação. São Paulo: DIFEL, 1965, p. 119.

então muito pouco explorado e conhecido, especialistas de diversas partes do mundo empreenderam uma série de viagens exploratórias, observando e descrevendo aspectos de nossa fauna e flora, da geografia, geologia e paleontologia, além de preciosas narrativas a respeito das características da população aqui residente, seus costumes, sua organização social e seus modos de vida. Inúmeras foram as expedições pelo território de Minas Gerais. Praticamente a totalidade delas percorreu a região correspondente à Zona da Mata no trecho em que ela era cortada pela principal estrada da província, o antigo Caminho Novo. Além da caracterização do intenso fluxo comercial que por ali circulava, os relatos nos trazem informações sobre aspectos diversos relativos aos arraiais, registros, pousos, ranchos e roças existentes ao longo do trajeto¹⁸³. Algumas dessas expedições adentraram o interior da região, possibilitando visualizar certas especificidades dos núcleos urbanos em processo de formação, conforme veremos ao longo deste capítulo.

O início dos oitocentos foi marcado, assim, por um efetivo processo de abertura da capitania de Minas Gerais. Embora muitas das ações empreendidas nesse momento não tenham alcançado o êxito desejado, elas representaram uma mudança de perspectiva em relação à administração do território colonial. No caso particular de Minas Gerais, algumas dessas ações tiveram grande impacto sobre sua configuração territorial e, conseqüentemente, sobre a rede urbana. No âmbito do processo de constituição da nação brasileira, estava incluída a resolução das questões relativas à integração territorial e ao provimento de um sistema de comunicações e transporte. Desse modo, esforços foram direcionados tanto no sentido de estimular a expansão do povoamento quanto no de prover o território mineiro de infra-estrutura. Numa província central, as estradas tornaram-se uma prioridade para o governo, motivando, inclusive, a aprovação do Primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais, em 1835¹⁸⁴. De acordo com o Plano, seriam construídas quatro estradas principais que, partindo da capital Ouro Preto se dirigiriam às cidades e vilas mais remotas, localizadas ao norte, sul, leste e oeste da província. Dessas estradas principais partiriam ramais servindo de acesso às demais cidades e vilas. Também seriam construídas quatro estradas ao sul de Ouro Preto,

¹⁸³ Embora muitos viajantes tenham feito esse percurso, a descrição de Saint-Hilaire é provavelmente uma das mais densas. (ver SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 1. p. 77-108.)

¹⁸⁴ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 39.

dirigindo-se aos limites com a província do Rio de Janeiro. O objetivo era colocar as regiões por elas servidas em comunicação com a capital do Império.

Frente à magnitude do projeto e aos escassos recursos provinciais, o plano não foi executado conforme o previsto. Entretanto, suas linhas gerais evidenciam, mais uma vez, a importância da comunicação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o que ainda se confirma pela única obra efetivamente executada: a Estrada do Paraibuna. Essa estrada correspondia, na realidade, a ações de retificação e melhoramento no traçado do Caminho Novo. Saindo da ponte do Paraibuna, próxima à divisa com o Rio, a estrada passaria por Ouro Preto e chegaria em Diamantina. Entretanto, as intervenções se restringiram ao trecho entre Ouro Preto e a ponte do Paraibuna, com as obras se concentrando entre Barbacena e a referida ponte¹⁸⁵. Tais melhorias favoreceram a expansão do povoamento e das atividades mercantis principalmente no sul do que é hoje o território da Zona da Mata.

Além das iniciativas de caráter material, o Império também instituiu mudanças na estrutura governamental. A entidade administrativa representada pelos municípios – entidade esta que particularmente nos interessa – foi profundamente impactada com o processo de afirmação do estado brasileiro. Um corpo de leis foi criado de maneira a restringir a autonomia municipal, fortalecendo, por outro lado, o poder das províncias e do próprio Império. Até a independência, as câmaras municipais desfrutavam de um amplo controle político em nível local, reunindo funções administrativas, legislativas e judiciárias. Também mantinham contato direto com a Coroa portuguesa, encaminhando suas reivindicações e até mesmo questionando as determinações vindas do ultramar. Conforme apontado por Cláudia Damasceno Fonseca¹⁸⁶, dentro do território mineiro esse caráter autônomo e questionador contribuiu inclusive para a restrição do número de localidades elevadas à condição de vila. Após a independência essa situação muda. As câmaras são destituídas de sua função judiciária e têm a função legislativa bastante reduzida. Mesmo a função administrativa sofre restrições, uma vez que os atos municipais tornam-se subordinados às assembleias provinciais.

¹⁸⁵ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 44-67.

¹⁸⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de minas gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS: 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 2001. p. 769-785.

As atribuições das câmaras foram redefinidas pela lei de 1º de outubro de 1828, que as tornou, a partir de então, “*corporações meramente administrativas*”¹⁸⁷. Toda e qualquer deliberação deveria ser dirigida ao Conselho Geral da Província, inclusive as propostas de leis e posturas para o município, solicitações de obras públicas e requisição de recursos financeiros. A centralização administrativa processou-se, assim, a partir de uma transferência de poder dos municípios para as províncias. A tutela foi ainda reforçada pela lei de 12 de agosto de 1834, que instituiu, em seu artigo 10, as atribuições das assembleias legislativas provinciais, dentre elas a de “*legislar sobre a política e economia municipal, precedendo propostas das Camaras*”¹⁸⁸.

No entanto, mesmo enfraquecidos – talvez por isso mesmo –, os municípios mineiros tiveram seu número aumentado de forma expressiva ao longo do século XIX. Às 16 câmaras instaladas durante todo o período colonial foram acrescentadas mais 108 até 1900¹⁸⁹. Estando fortemente subordinadas às assembleias provinciais, tanto em relação a iniciativas quanto a recursos, as câmaras municipais representavam, de certa forma, uma extensão dos braços do poder provincial. Sua instauração significava, assim, uma forma de afirmar esse poder nos locais mais remotos da província.

O modo de organização territorial da administração permaneceu, entretanto, sem grandes alterações. Embora lentamente comece a se esboçar um movimento no sentido de separação, os poderes civil e eclesiástico permaneceram imiscuídos durante todo o Império. Desse modo, a hierarquia da rede urbana manteve-se apoiada na instituição das paróquias, vilas e cidades. No entanto, o processo de ascensão nessa hierarquia foi mais dinâmico ao longo do século XIX. A novidade nesse momento foi a instituição dos Distritos de Paz como a menor unidade territorial da administração da justiça, tendo as câmaras autonomia para implantá-

¹⁸⁷ BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828 - “Dá nova forma ás Camaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição e dos Juizes de Paz”. COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_19.pdf>, acesso em 17/06/2008.

¹⁸⁸ BRASIL. Lei de 12 de agosto de 1834 - “Faz algumas alterações e adições á Constituições Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832”. COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf>, acesso em 17/06/2008.

¹⁸⁹ COSTA, Joaquim Ribeiro. Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais. **Revista do Instituto histórico e Geográfico de Minas Gerias**. Belo Horizonte, v. X, 1963. p. 67-75.

los¹⁹⁰. A criação dos distritos foi provavelmente uma tentativa de responder às constantes reivindicações populares pela extensão do aparato judicial a todo o território da província. As queixas sobre crimes e desmandos eram muito comuns durante o período colonial, servindo inclusive como justificativa para o pedido de ereção de novas vilas e cidades.

No geral, o processo de constituição do Império do Brasil – desencadeado a partir da transferência da Corte – promoveu ações de impacto sobre a estrutura territorial e sobre o próprio povoamento do território, reconfigurando ou reforçando articulações regionais. Conforme será visto nas páginas seguintes, a Zona da Mata, uma região de fronteira até esse momento, sofreu de forma direta esses impactos, que culminaram com a efetiva incorporação de seu território à sociedade e à economia de Minas Gerais.

III.2. Aldeamento indígena e incorporação das regiões de floresta à economia mineira

A chegada da Corte à América Portuguesa também promoveu um revigoramento da política indigenista aqui implantada, conferindo-lhe um caráter mais ofensivo. Conforme mencionado no capítulo anterior, os índios eram tidos como obstáculos para o aproveitamento econômico das regiões de floresta. Em meio ao amplo processo de abertura empreendido pela Coroa e à necessidade de promover alternativas de dinamização econômica, impunha-se a adoção de mecanismos que propiciassem a liberação dos territórios ocupados pelos índios de maneira a possibilitar a expansão agrícola e a introdução de atividades mercantis. Desse modo, desde as décadas finais do século XVIII e, sobretudo, ao longo do século XIX “*a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras*”¹⁹¹.

A política indigenista adotada pelo governo de Dom João VI foi regulamentada pelas cartas régias de maio e dezembro de 1808, nas quais ficou declarada uma guerra ofensiva aos Botocudos e aos índios habitantes de zonas de

¹⁹⁰ BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832 - “Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia”. COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_18.pdf>, acesso em 17/06/2008.

¹⁹¹ CUNHA, Manuela C. da. Política indigenista no século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133.

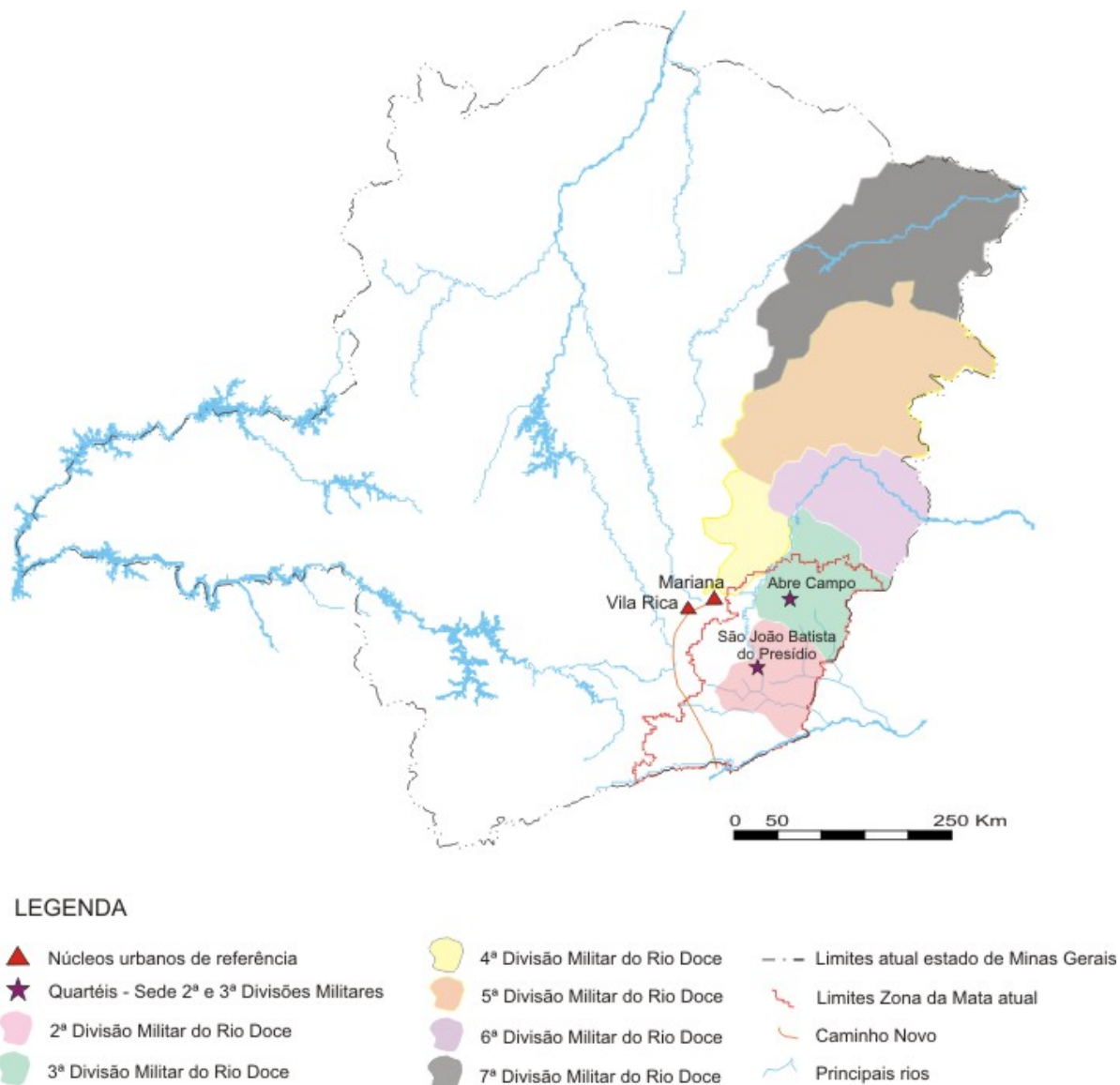
floresta¹⁹². O território mineiro foi alvo privilegiado dessa política. Suas regiões de floresta – que compreendiam, além da atual Zona da Mata, os vales dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri – foram divididas em sete partes e, para cada uma delas, foi nomeado um comandante e composto um corpo de tropa denominado Divisão Militar do Rio Doce. Condizente com a natureza das operações que deveriam realizar – no caso, operações de guerra –, essas divisões não faziam parte da administração da capitania/província e sim do exército. Estavam subordinadas a uma junta militar denominada Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce, estabelecida em Vila Rica. Além da abertura das fronteiras para o povoamento luso-brasileiro, a pacificação indígena também era parte de um projeto que pretendia fornecer a Minas uma alternativa fluvial de acesso ao mar através da navegação pelo leito do rio Doce.

Conforme pode ser observado na FIG. 13, parte do atual território da Zona da Mata ficou sob tutela das 2ª e 3ª Divisões Militares. Esta, sediada em Abre Campo, compreendia os vales dos rios Casca, Matipó, cabeceiras do rio Manhuaçu e afluentes meridionais do rio Doce, aquela, com sede no arraial de São João Batista do Presídio, abarcava os vales dos rios Pomba e Muriaé.

Podem ser distinguidas duas fases diferentes da política indigenista ao longo do século XIX: uma em que predominou a alternativa do extermínio, entre 1808 e 1818, e outra em que prevaleceu a idéia do aldeamento indígena. Durante a fase de extermínio, consubstanciada pela declaração de “guerra ao botocudo” e encampada pelo governo de Dom João VI, as ações consistiam na penetração das tropas no interior das florestas na estação de seca, eram realizados ataques aos acampamentos indígenas de modo a demonstrar superioridade militar e aterrorizá-los a ponto de pedirem paz e se sujeitarem ao “jugo das leis”. Essa fase foi relativamente curta e não obteve os resultados esperados. Ainda durante a administração de Dom João VI, mas principalmente após a independência, a política indigenista se revestiu de um caráter “ético”. A recomendação passou a ser a utilização de meios brandos e persuasivos no trato com os índios, de modo a

¹⁹² As informações e mesmo as interpretações sobre as ações vinculadas à política indigenista ao longo do século XIX, sobretudo em sua primeira metade, foram extraídas dos seguintes estudos: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 105-244; e CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.

incorporá-los à sociedade civil. A partir de então, a alternativa adotada foi o processo de sedentarização em aldeamentos. No entanto, “a vontade de extermínio ou de domesticação conviveu durante o século 19, tendo o Estado adotado a segunda alternativa, embora as duas, em última instância, tenham produzido o mesmo resultado, isto é, o desaparecimento do índio como etnia.”¹⁹³



OBS.: A 1ª Divisão Militar do Rio Doce compreendia o leito e as margens do mesmo rio entre a 3ª e 4ª Divisões

FIGURA 13 – Divisões Militares do Rio Doce e Zona da Mata atual

Fonte: Adaptado de ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 157 e 188; e MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

¹⁹³ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 155.

As Divisões Militares tornaram-se pontos avançados para o contato, atração e aldeamento dos povos nativos, estimulando a adoção da agricultura como base de subsistência. A educação religiosa e civil nas aldeias foi entregue a sacerdotes católicos. Ações vinculadas à catequese, como a construção de igrejas e a realização de cerimônias religiosas, eram consideradas instrumentos importantes no processo de “civilização”. O sistema de aldeamento era tido, assim, como uma etapa de transição para a assimilação completa dos indígenas.

A redução da população nativa em aldeamentos era apenas o primeiro passo para o seu desaparecimento. Objetivava-se, do ponto de vista tático, diluir a população indígena no conjunto da população nacional, fazendo seus aldeamentos evoluírem até tornarem-se povoados nacionais.¹⁹⁴

A política indigenista foi moldada de maneira a incentivar a ocupação das zonas de floresta. Uma série de vantagens, como a concessão de privilégios, isenções fiscais e a doação de sesmarias, foi oferecida àqueles que se dispusessem a habitar os sertões. Os sesmeiros também tinham o direito de utilização da mão-de-obra indígena sob regime de servidão. Era tarefa das Divisões Militares proteger a frente de povoamento pioneira, resguardando as áreas de penetração demográfica das incursões dos nativos. O povoamento regular era, assim, tanto uma consequência da política de pacificação como um meio para que o processo de ocupação territorial tivesse sua continuidade garantida. O resultado disso foi uma entrada expressiva de fazendeiros nas regiões de floresta, sobretudo no território da Zona da Mata, a partir de 1810, o que fica evidenciado pelos GRÁFICOS 1 e 2.

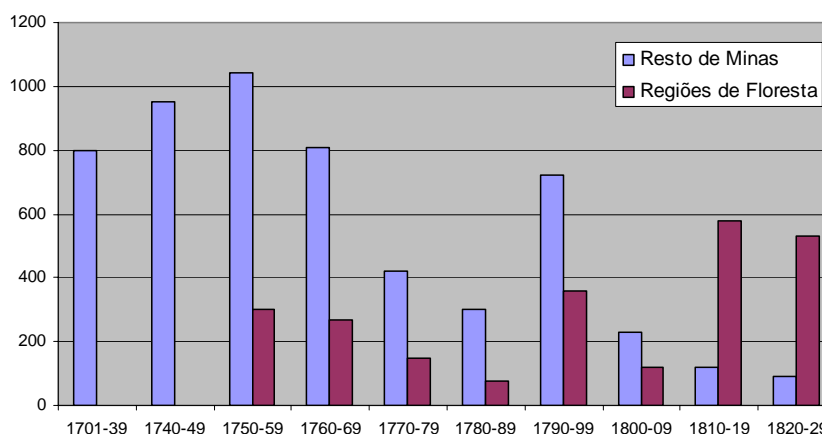


GRÁFICO 1 – Sesmarias concedidas em Minas Gerais e nas regiões de floresta dos termos de Mariana, Barbacena, Queluz, Caeté e Vila do Príncipe, 1701-1829.

Fonte: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 249.

¹⁹⁴ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 171.

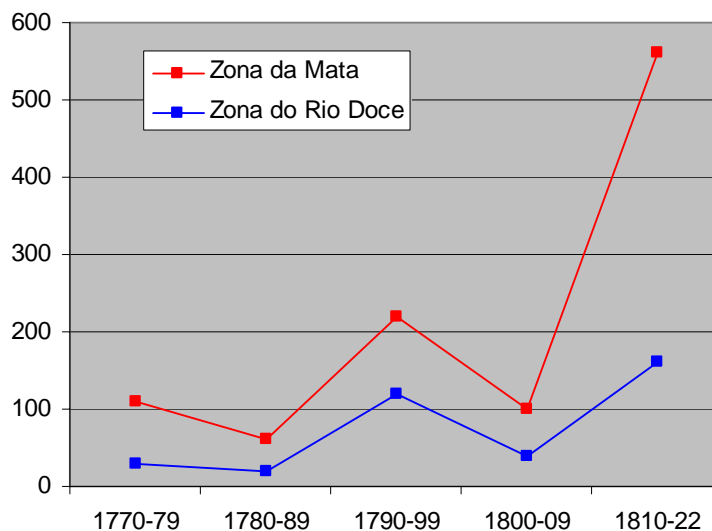


GRÁFICO 2 – Cartas de sesmarias concedidas nas zonas de floresta do rio Doce e da Mata, 1720-1822.

Fonte: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 290.

Essa intensificação do processo migratório foi registrada pelo Barão de Langsdorff, quando da passagem de sua expedição científica pela região, em 1824:

Presídio consiste de uma longa fileira de casas localizadas num vale, no sopé de alguns morros e de uma suave colina, sobre a qual está a capela de São João Batista. Ela foi construída, com a paróquia, há mais de trinta anos para a conversão dos índios. Nessa época, ninguém quis se estabelecer aqui, mas, há cerca de 10 anos, de repente, muitas pessoas, principalmente da região de São Miguel, depois de Catas Altas, mudaram-se para cá.¹⁹⁵

Após a independência foi suspensa a concessão de sesmarias e até 1850, ano em que foi promulgada a Lei de Terras, seguiu-se um longo período de ausência de mecanismos de regulação da posse de terras¹⁹⁶. Num momento particularmente crítico da expansão do povoamento na Zona da Mata, esses 28 anos de vazio da legislação contribuíram para ampliar o devassamento e a ocupação da região, expandindo-se as posses tanto de grandes como de pequenas extensões territoriais.

Como a economia indígena era fundamentada na existência de grandes áreas florestadas que possibilitassem migrações sazonais, a abertura de fazendas e sítios acabou por desestruturar o ambiente das populações nativas, obrigando-as a

¹⁹⁵ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 91.

¹⁹⁶ ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 228.

redimensionar seu espaço de caça e coleta. As tribos voltaram-se umas contra as outras e, no limite, a escassez poderia levá-las a cometerem saques às propriedades rurais. Tais fatos, obviamente, produziram um aumento da pressão em favor da violência contra os índios. Além disso, a agricultura itinerante até então praticada na América Portuguesa tratava o solo como um recurso descartável, não existindo a idéia da conservação de sua fertilidade. Resumidamente, o preparo do solo consistia na derrubada da floresta e queima das matas, com o plantio sobre as cinzas. Esse procedimento era bastante comum, sendo utilizado inclusive pelos índios – embora numa escala menor. No entanto, tal prática provocava um rápido esgotamento do solo, havendo a necessidade constante de áreas de mata não apenas para a expansão mas para a própria manutenção do nível da atividade agrícola. Desse modo, a remoção dos indígenas e a liberação de seus territórios para a abertura de fazendas tornaram-se componentes importantes da expansão econômica.¹⁹⁷

As ações desencadeadas pela política de aldeamento tiveram, assim, forte impacto sobre o território da Zona da Mata, principalmente durante os anos de atuação do diretor-geral dos índios Guido Thomaz Marlière. Militar nascido na França, Marlière era alferes do exército português em 1807, vindo para o Brasil em 1808, junto com a comitiva da Corte portuguesa. Em 1813, foi mandado à região do Presídio de São João Batista para apaziguar querelas territoriais entre índios e colonos. No mesmo ano, foi designado “Diretor de Índios da Freguesia de São Manoel do Pomba, de São João Batista e aldeias anexas”. O sucesso das ações de Marlière possibilitou o aumento e a extensão gradativa de seus poderes, o que levou a sua nomeação como Inspetor Geral de todas as Divisões Militares de Minas Gerais em 1820. Nesse cargo permaneceu até 1829, quando foi afastado já com sessenta anos de idade¹⁹⁸.

Dentro de seu tempo, Marlière foi um defensor da causa indígena. Para ele os nativos deveriam ser tratados com igualdade de direitos frente aos luso-brasileiros. Seu trabalho “civilizador” esteve fundamentado em quatro pontos principais: respeito

¹⁹⁷ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 166 e 206.

¹⁹⁸ Dados detalhados sobre a vida de Marlière e sua atuação na região da Zona da Mata podem ser encontrados em: JOSÉ, Oiliam. **Marlière, o civilizador**. Esboço biográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. 217p.; e ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 176-179 e 214-220.

ao índio, fixação em aldeamentos, promoção de atividades agrícolas para a manutenção das aldeias e catequese como forma de torná-los mais dóceis e mais apegados aos centros onde existiam capelas e matrizes.

Ao longo dos anos em que permaneceu vinculado às atividades de pacificação, as maiores dificuldades enfrentadas por Marlière estavam relacionadas à mediação dos conflitos entre os colonos que adentravam as regiões de floresta e os grupos nativos. Marlière opunha-se à utilização do trabalho servil indígena, denunciava os assaltos contra suas terras, o roubo de suas mulheres e filhos, os assassinatos e massacres. Emblemática, nesse sentido, foi sua ordem aos praças e diretores de todas as Divisões para que não permitissem aos taberneiros a venda de aguardente aos índios. A bebida tinha um efeito extremamente maléfico sobre os povos nativos:

Eles não conseguiam limitar sua ingestão, perdiam a temperança e bebiam até cair completamente embriagados. A bebida fazia desaparecer o respeito por seus líderes. Matavam-se uns aos outros. Em troca de bebida davam as mulheres e os filhos ou entregavam as ferramentas e os objetos que recebiam das divisões, ou seja, faziam de tudo para obter a cachaça.¹⁹⁹

Marlière não fornecia dinheiro diretamente aos índios e, nas viagens de retorno a suas terras, mandava-os com escolta, tudo para evitar que gastassem o recurso que dispunham na primeira venda que encontrassem. Também sugeriu aos deputados da província a renovação das proibições de venda de bebidas alcoólicas aos indígenas. Entretanto, não foram poucos os que se aproveitaram dessa fraqueza para roubar e explorar o trabalho dos nativos. Durante sua expedição às terras dos índios coroados, o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, mineralogista e funcionário do governo português, acompanhado do viajante-naturalista Georg Wilhelm Freyreiss²⁰⁰, relatou a maneira como era extraída a ipecacuanha. Essa raiz medicinal, também conhecida como poaia, era muito aceita não só no mercado brasileiro, mas também na Europa. Os comerciantes dessa droga reuniam o maior

¹⁹⁹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 217.

²⁰⁰ Eschwege e Freyreiss viajaram juntos à região dos aldeamentos de São Manoel do Pomba e São João Batista. Partiram de Mariana em 22 de dezembro de 1814. Passaram pelos arraiais de Santana dos Ferros (atual cidade de Guaraciaba) e Santa Rita do Turvo (atual Viçosa) até a chegada ao Presídio de São João Batista, onde permaneceram por alguns dias percorrendo a região e observando os modos de vida indígenas. (ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil**, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 47-68 e 135-149; FREYREISS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 77-106.)

número possível de índios e saíam com eles para a coleta nas matas. Os nativos costumavam entregar o material coletado em troca de aguardente. Não raro eles eram embriagados pelos comerciantes, que fugiam com a ipecacuanha coletada durante dias.

Demonstrando grande sensibilidade à causa indígena para a época em que viveu, Eschwege chega a criticar as leis indigenistas vigentes no Brasil, apontando suas incoerências frente ao modo de vida desses povos e a existência de lacunas que possibilitavam os mais diversos tipos de burla. Ao longo de seu relato de viagem, ele denuncia o desrespeito, a violência e as crueldades cometidas contra os índios pelos portugueses e brasileiros. Critica também a ineficiência da “Junta de Conquista e Civilização dos Índios” tanto no processo de civilização abrangente das populações nativas quanto no fomento à navegação do rio Doce. Segundo seu relato, existia uma completa falta de escrúpulos nas ações dos diretores das Divisões, que estavam mais preocupados em enriquecer do que em defender a causa indígena.²⁰¹

Eschwege tece elogios ao trabalho de Marlière. Entretanto, a impressão geral transmitida – não só pelo seu relato e o de Freyreiss mas pelo de outros viajantes que estiveram nessa região²⁰² – é de um implacável processo de dizimação dos povos da floresta a partir do contato com a “civilização”. Nesse processo de eliminação étnica, ao alcoolismo e à violência também se juntaram doenças como varíola, sífilis e tuberculose, que se disseminavam de forma avassaladora entre os

²⁰¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 74-78.

²⁰² Durante a primeira metade do século XIX, também percorreram o interior da Zona da Mata, estabelecendo contato com os indígenas, os batavos J. B. von Spix e C. F. P. von Martius e a expedição chefiada pelo cônsul russo Georg Heinrich Langsdorff. Tendo empreendido sua viagem entre os anos de 1817 e 1820, Spix e Martius fizeram praticamente o mesmo trajeto de Eschwege e Freyreiss, chegando, entretanto, até a fazenda de Guidowald, propriedade de Guido Marlière. Embora suas descrições sobre o caráter e os sentimentos dos índios partam de uma concepção de mundo bastante eurocêntrica, eles relatam a tendência dos índios ao alcoolismo e a rapidez com que as doenças venéreas se espalhavam entre eles (SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil. 1817-1820.** São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 1. p. 232-261). Langsdorff percorreu a Zona da Mata em 1824. Vindo do Rio de Janeiro pelo Caminho Novo, sua expedição tomou o “caminho do mato” após a vila de Barbacena, passando pelo arraial das Mercês (atual cidade homônima), Aldeia do Pomba (Rio Pomba), Descoberta Nova (Descoberto), Aldeia d’Ubá (Ubá), Presídio de São João Batista (Visconde do Rio Branco), Santa Rita do Turvo (Viçosa), Santana dos Ferros (Guaraciaba), e chegando, enfim, a Mariana. Comentando sobre os indígenas da região, Langsdorff destacou que “*Eles se entregam à bebedeira de aguardente e vão sendo cada vez mais cercados e confinados pelos portugueses, até mesmo exterminados. Os poucos que aqui se vêem são civilizados, pelo menos batizados, e a maioria, vestida.*” (SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff.** Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 89.)

nativos e causavam grande mortandade. Além disso, a desestruturação de seu modo de vida foi um golpe fatal para a reprodução e manutenção da etnia:

A política indígena não concebeu a possibilidade de as populações nativas continuarem existindo com sua cultura e valores próprios, nem aceitou a organização tribal e a segregação da sociedade abrangente. Os índios não foram vistos como uma coletividade, mas como indivíduos e mão-de-obra a ser utilizada; nessa condição deveriam ser incorporados à sociedade colonial ou eliminados, caso se tornassem um empecilho para que a região pudesse ser aproveitada economicamente.²⁰³

A partir de meados do século XIX, frente ao fracasso das iniciativas de empreender a navegação do rio Doce, a política de aldeamento passou a cargo da Igreja, com o envio de frades capuchinhos italianos às regiões onde ainda existiam populações nativas, sobretudo aos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e margem esquerda do rio Doce. Quanto à Zona da Mata, foi nessa região que a política de aldeamentos alcançou seus maiores resultados – se é que podemos chamar assim a dizimação procedida. Ao longo da primeira metade dos oitocentos, a abertura de seu território à atividade agrícola foi completada, possibilitando a escalada ascendente da cafeicultura e sua efetiva incorporação ao circuito mercantil da província.

Desse modo, foi em meio a um contexto de desbravamento oficial e de derrocada dos povos nativos que muitos dos núcleos urbanos da Zona da Mata se formaram ou ganharam um impulso vigoroso para seu crescimento e consolidação. Embora as matas ainda causassem grande impressão, e mesmo pavor, aos viajantes que por elas adentravam, eram freqüentes os relatos sobre a existência de roças e fazendas ao longo dos caminhos percorridos²⁰⁴, evidenciando a penetração e a intensificação do povoamento.

Um instrumento valioso para a visualização desse processo é o mapa elaborado pelo Barão de Eschwege entre os anos de 1811 e 1821. Eschwege não foi um viajante naturalista como tantos outros que acorreram ao Brasil após a chegada da Corte. Ele era funcionário do governo português, contratado como especialista em fundições de ferro. Veio para o Brasil em 1810, a pedido de Dom

²⁰³ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 131.

²⁰⁴ FREYREISS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 80; SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 62-64, 66, 74, 105, 111; SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 1. p. 235, 236, 240, 243.

João VI, para reanimar as atividades de mineração de ouro e trabalhar na nascente indústria siderúrgica. Voltou para Portugal em 1821, logo após o retorno da Corte. Fez diversas viagens pelo interior do Brasil e principalmente pelo território mineiro, tendo confeccionado mapas de várias províncias e publicado uma série de estudos²⁰⁵. O “*Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*” foi, assim, a última carta de Minas Gerais elaborada antes da independência.

Embora concluída em 1821, essa carta nunca foi publicada na íntegra, mantendo-se inédita até os dias atuais. Um recorte de sua porção central foi reproduzido em 1833, na Alemanha, quando da publicação da obra *Pluto Brasiliensis*, também de autoria do Barão de Eschwege. Em 2002, foi publicada pela primeira vez no Brasil uma cópia desse recorte²⁰⁶. É a partir dessa cópia que empreenderemos a maior parte de nossa análise. Existe ainda uma outra versão do mapa total, elaborada pelo naturalista Martius a partir do desenho de Eschwege e publicada originalmente em 1834, no conjunto das pranchas do atlas de viagem de Spix e Martius²⁰⁷. Essa versão, no entanto, não permite a legibilidade de todos os elementos representados devido à utilização de uma escala muito reduzida. Mesmo assim, alguns elementos puderam ser identificados, sendo então inclusos nas análises.

A FIG. 14, apresentada na seqüência, é um extrato da carta publicada originalmente em 1833, referente à região central do mapa de Eschwege. Parte do atual território da Zona da Mata está aí representado. Foram ressaltados os assentamentos humanos, caminhos e elementos geográficos destacáveis. A partir dessa figura foram produzidas mais 4 imagens (FIG. 15 a 18) em que determinados tipos de assentamento humano aparecem de forma isolada, facilitando a visualização e a análise de sua distribuição sobre o espaço.

²⁰⁵ Ver RENGER, Fredrich E. Eschwege, o brasilianista. In: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil**, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 11-17.

²⁰⁶ ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

²⁰⁷ ESCHWEGE, W. L. von; MARTIUS, C. F. P. von. Mapa do Leste do Brasil. In: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Reise in Brasilien 1817-1820** (Atlas). Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm.-Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967. prancha 44.

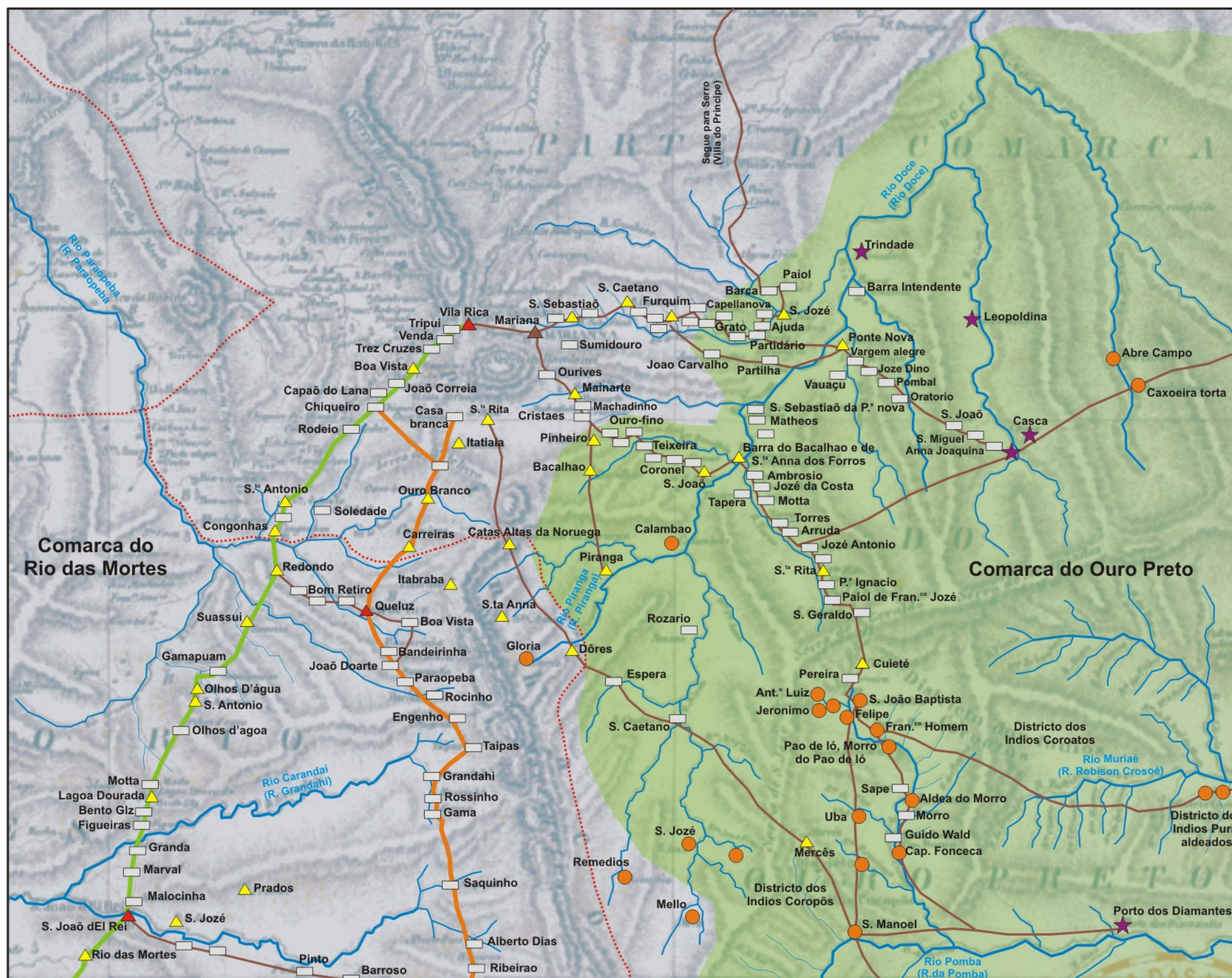


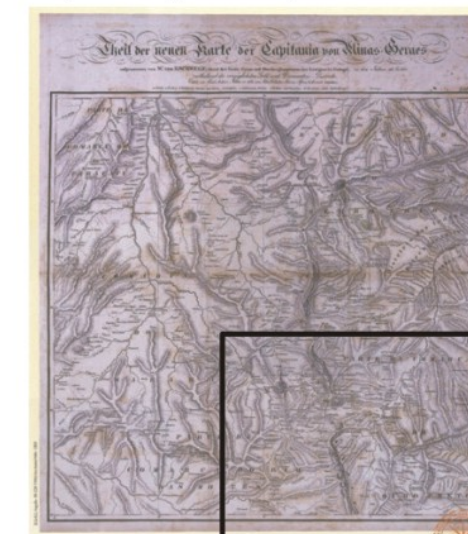
FIGURA 14 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821

Mapa base: ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província.** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso).

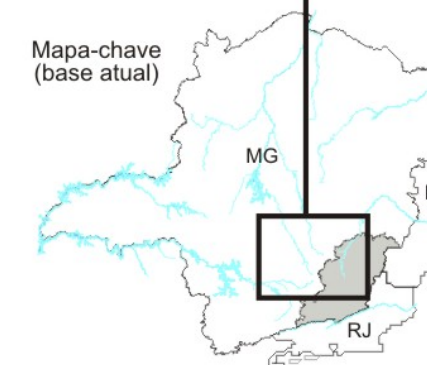
Notas:

1. Este mapa é um extrato de "Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais", elaborado por W. L. von Eschwege e concluído em 1821. O assentamento humano genericamente conhecido nos séculos XVIII e XIX com "Presídio do Cuieté", usado como ponto de referência ao norte na análise de outros mapas, não aparece nessa carta, daí a justificativa para sua ausência;
2. Foram mantidas as denominações originais dos assentamentos humanos. A identificação e correspondência com os topônimos atuais pode ser encontrada na FIG. 19 e no ANEXO 3;
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura destacada apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais. A nomenclatura encontrada na carta de 1821 foi deixada entre parênteses.

Mapa chave (carta 1821)



Mapa-chave (base atual)



LEGENDA:

- | | | | | | |
|----------|--------------------|-------------------|-----------------|---------------|---|
| ▲ Cidade | ▲ Freguesia/capela | ★ Patrulha/guarda | — Caminho Novo | — Caminhos | --- Divisa entre Comarcas |
| ▲ Vila | ● Aldeia indígena | □ Fazenda | — Caminho Velho | — Hidrografia | ■ Zona da Mata atual - delimitação aproximada |

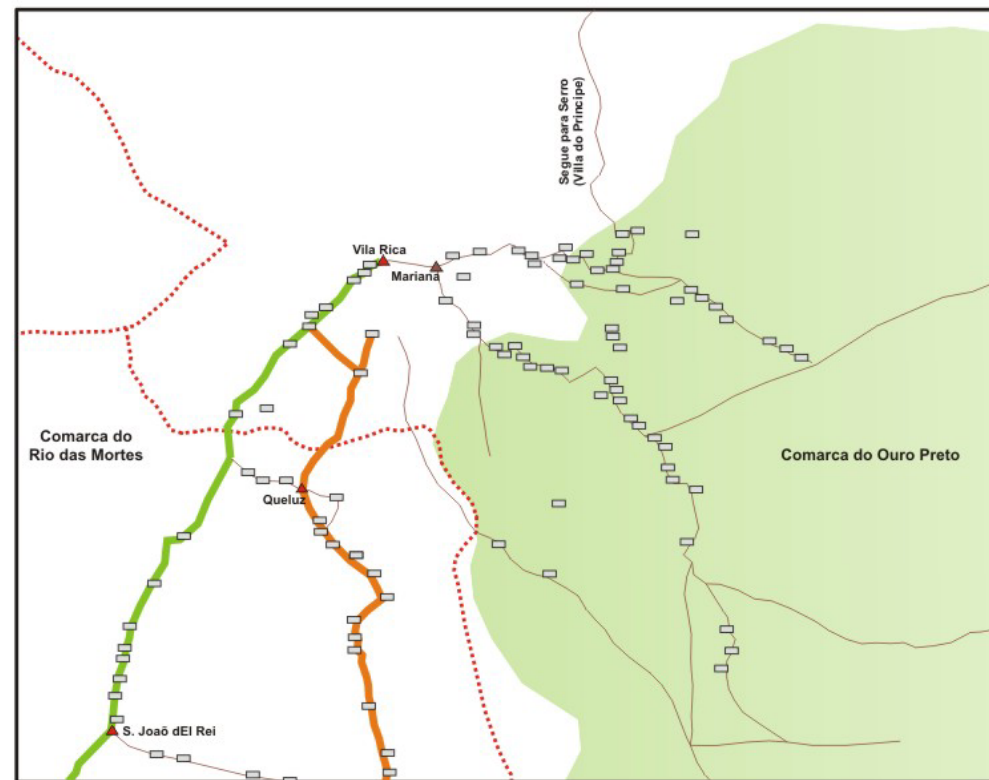


FIGURA 15 - Caminhos, fazendas e vilas na região da Zona da Mata, 1821

Caminhos mantêm sentido de penetração na Mata a partir da região central mineradora. O grande número de fazendas representadas deixa evidente a intensidade da frente de ocupação nas primeiras décadas do século XIX.

Em 1821, ainda não havia sido erigida nenhuma vila no território da atual Zona da Mata. As mais próximas se localizavam ao longo dos Caminhos Velho e Novo, fator indicativo da importância dessas estradas para os fluxos comerciais mineiros.

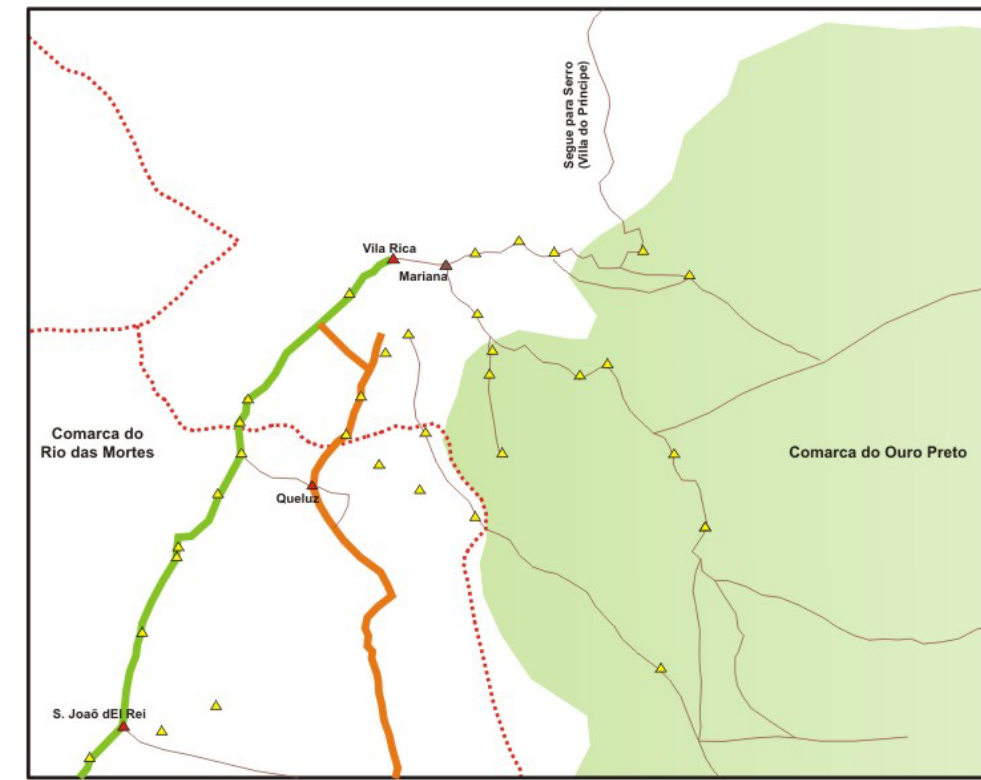


FIGURA 16 - Freguesias/capelas na região da Zona da Mata, 1821

As freguesias/capelas se localizam de forma constante e espaçada ao longo das vias de penetração. Se vinculam de forma estreita ao processo de fixação do povoamento e consolidação dos caminhos.

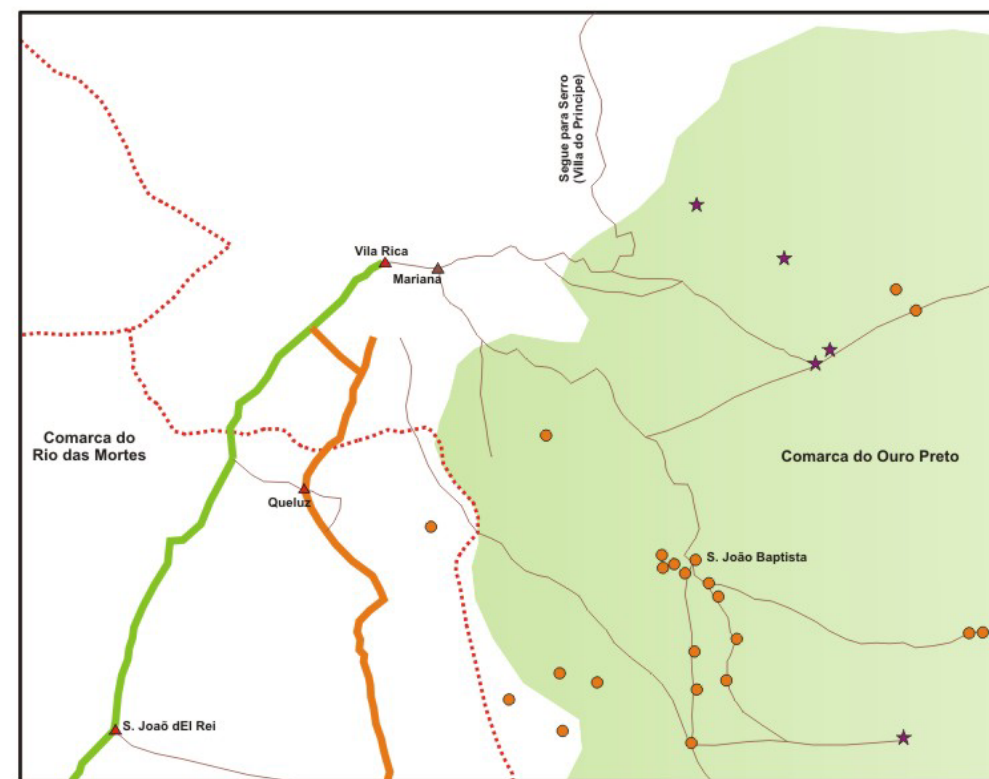


FIGURA 17 - Aldeias indígenas e guardas na região da Zona da Mata, 1821

Grande número de aldeias atesta o alcance da política de aldeamento indígena na região. Ela se localiza na faixa territorial de ocupação mais avançada, estando concentradas na área do Presídio de São João Batista - local de atuação inicial de Marlière.

A implantação das guardas e patrulhas também se vincula à política de pacificação. Além de estabelecerem os primeiros contatos com os grupos nativos, esses assentamentos eram responsáveis pela proteção dos arraiais e fazendas da frente pioneira, evitando possíveis incursões indígenas. Isso explica sua localização nos pontos mais avançados da ocupação territorial.

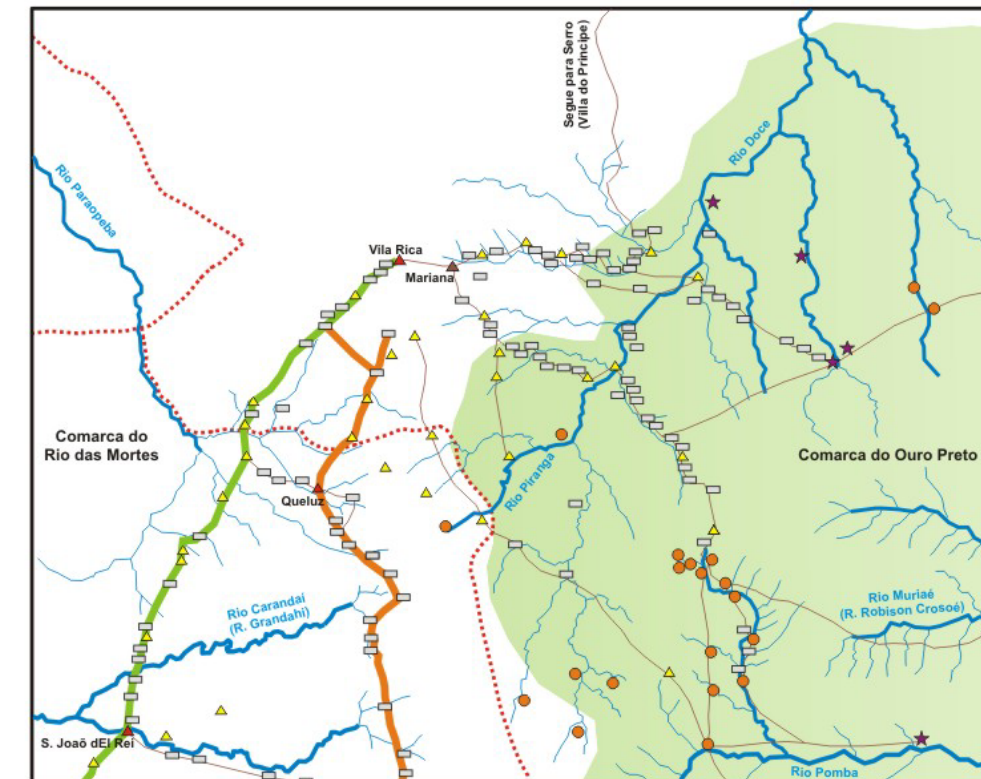


FIGURA 18 - Assentamentos humanos e hidrografia na região da Zona da Mata, 1821

O conjunto de assentamentos humanos evidencia a penetração do povoamento ao longo dos afluentes do rio Paraíba do Sul (rio Pomba e rio Muriaé), transpondo a vertente divisora de águas entre a bacia desse rio e a do rio Doce.

FIGURAS 15 a 18 - Assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821 (análise)

Mapa base: ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed.UFGM, 2002. (mapa em bolso).

Notas:

1. De modo a melhor visualizar o processo de penetração no território da região hoje conhecida como Zona da Mata em 1821 e facilitar a análise da configuração geográfica desse processo, foram elaboradas as figuras ao lado. Elas são, assim, o resultado da decomposição da FIG. 14 em alguns conjuntos de elementos e/ou assentamentos humanos;
2. No intuito de limpar o desenho e evidenciar aspectos geográficos do povoamento, foi suprimido o mapa base que constava no fundo do desenho. Também foram suprimidas as denominações dos assentamentos humanos, mantendo-se, como referência, apenas a nomenclatura das vilas e cidades;
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura exibida apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais. Quando houve divergência entre topônimos antigos e atuais, a nomenclatura encontrada na carta de 1821 foi deixada entre parênteses.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia/capela
- Aldeia indígena
- ★ Patrulha/guarda
- Fazenda
- Caminho Novo
- Caminho Velho
- Caminhos
- Hidrografia
- ... Divisa entre Comarcas
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

Mantendo uma linha de continuidade com o processo de povoamento iniciado durante o século XVIII, os caminhos mantêm seu sentido de penetração na Mata a partir da região de Mariana e Vila Rica, ainda os principais centros urbanos de Minas (FIG. 15). A força de polarização, nesse momento, tem um caráter político saliente. As orientações mais gerais sobre a política de aldeamento vinham de Vila Rica e as reivindicações e os pedidos de apoio material para lá deveriam ser encaminhados. É bastante expressivo o número de fazendas ao longo desses caminhos, o que deixa evidente a intensidade da frente de povoamento nas primeiras décadas do século XIX. Em 1821, quando o mapa é concluído, não havia sido erigida nenhuma vila no território da Zona da Mata, o que mantém coerência com um processo de ocupação ainda em andamento. As vilas mais próximas se localizavam ao longo do antigo percurso do Caminho Velho e do Caminho Novo, o que vem a reafirmar a importância dessas estradas para os fluxos comerciais mineiros.

Frente ao grande volume de informações que deveria reunir para a elaboração de seu mapa, Eschwege optou por fazer algumas simplificações. Uma delas foi o uso do mesmo símbolo iconográfico tanto para as povoações que abrigavam igrejas matrizes, as sedes de paróquia, quanto para aquelas que possuíam apenas capelas filiais. Reuniu, assim, numa mesma categoria todos os povoados que possuíam templo religioso. Embora diminua um pouco as possibilidades interpretativas, esse fato não inviabiliza a análise. A partir da identificação desses assentamentos podemos perceber sua estreita vinculação ao processo de fixação do povoamento e consolidação dos caminhos, uma vez que as capelas se localizam de forma constante e espaçada ao longo das vias de penetração na Zona da Mata (FIG. 16).

No entanto, a maior novidade trazida por essa carta é a inclusão das aldeias indígenas no rol dos elementos representados. Cabe ressaltar que tais aldeias eram aquelas resultantes do processo de aldeamento encabeçado por Guido Marlière, e não os acampamentos originais das populações nativas. Embora Eschwege pareça ter considerado como aldeias todas as povoações onde fossem encontradas famílias indígenas residentes – e não só os aldeamentos levantados exclusivamente com esse fim –, a observação da FIG. 17 deixa transparecer o alcance dessa política na Zona da Mata. Um número considerável de aldeias estava assentado no interior da região, correspondendo à faixa territorial de ocupação mais avançada. Também

pode ser percebida certa concentração de aldeias na área do Presídio de São João Batista, que corresponde justamente ao local de atuação inicial de Marlière.

Uma consequência direta da política de pacificação indígena foi a formação de diversos núcleos urbanos na Zona da Mata. Além da importância desse processo para o crescimento dos arraiais de São Manoel do Pomba e São João Batista do Presídio (atuais sedes dos municípios de Rio Pomba e Visconde do Rio Branco), outras localidades tiveram sua formação inicial diretamente vinculada a esse contexto. “*Recebendo arruamento e habitações de brasileiros, as aldeias caminhariam a passos largos para se tornarem povoados brasileiros, evoluindo para as cidades atuais.*”²⁰⁸ Esse é o caso da cidade de Muriaé, antigo arraial de São Paulo do Manoel-burgo, com núcleo inicial formado a partir de um aldeamento de índios puris, criado em 1819. Também se desenvolveram em torno de aldeamentos de puris os municípios de Miraí e Astolfo Dutra. Guiricema, Ubá e Cataguases tiveram seus arraiais primitivos formados no contexto do processo de pacificação, tendo recebido ajuda de Marlière para erigirem suas capelas e delimitarem seus arruamentos. Guidoal e São Geraldo foram antigas fazendas que se instalaram e cresceram a partir da política de pacificação²⁰⁹.

Outro assentamento humano diretamente vinculado a essa política foram as guardas e patrulhas. Assumindo a função que no século XVIII cabia aos presídios – mas agora com um corpo de soldados regulares –, eram elas que estabeleciam os primeiros contatos com os grupos indígenas, plantando roças e presenteando-os com utensílios diversos, por isso sua localização nos pontos mais avançados da frente de ocupação (FIG. 17). Os praças que compunham o efetivo das forças de cada Divisão Militar estavam divididos entre essas guardas. Esses assentamentos também eram responsáveis pela proteção dos arraiais e fazendas da frente pioneira, evitando possíveis incursões indígenas e permitindo, assim, a intensificação e continuidade do povoamento. As nações de botocudos, considerados grupos mais hostis, habitavam, nesse momento, o vale do rio Doce e as regiões de floresta na porção nordeste de Minas Gerais, o que torna compreensível a concentração das guardas na porção norte do território da Zona da Mata.

²⁰⁸ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 236.

²⁰⁹ Ibidem. p. 235-236; JOSÉ, Oiliam. **Marlière, o civilizador**. Esboço biográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 191-202.

A fim de perceber a configuração e a articulação desses assentamentos humanos frente à totalidade do que é hoje a Zona da Mata, lançamos numa base cartográfica atualizada os assentamentos cujos topônimos atuais puderam ser identificados. Nessa base foram incluídos alguns elementos extraídos do “Mapa do Leste do Brasil”, constante do atlas de viagem de Spix e Martius, de modo a completar o mapa até a divisa com a província do Rio de Janeiro. A identificação dos assentamentos humanos ao longo e na área compreendida entre o Caminho Novo e o Caminho Velho foi prejudicada devido à ilegibilidade dos elementos. Entretanto, isso não invalida a análise uma vez que, conforme visto no capítulo anterior, essa região – correspondente à porção sul da atual Zona da Mata – já se achava com o povoamento relativamente avançado durante a segunda metade do século XVIII. A partir da elaboração da FIG. 19, mais três aldeias puderam ser identificadas como os núcleos iniciais de formação das atuais cidades de Argirita, Matipó e Manhuaçu.

A FIG. 18, associada à 19, deixa evidente o avanço do povoamento ao longo dos afluentes do rio Paraíba do Sul, transpondo a vertente divisora de águas entre a bacia desse rio e a do rio Doce. Embora a ocupação vá ficando mais rarefeita à medida que avança rumo ao sudeste, agora já aparecem caminhos atravessando de forma transversal a totalidade da Zona da Mata. O caminho entre S. Manoel e Porto do Cunha²¹⁰, passando por Rio Pardo, corresponde provavelmente à consolidação de picadas existentes na região desde o final do século XVIII. Já o caminho na direção nordeste, passando pelas aldeias de Abre Campo, Matipó e Manhuaçu, teve sua abertura realizada pela 3ª Divisão Militar do Rio Doce.

Ao contrário do que vigorou ao longo de todo o século XVIII, pela carta régia de 4 de dezembro de 1816, a Coroa ordenou que fosse promovida a comunicação de Minas Gerais com a capitania do Espírito Santo por “*muitas e diferentes estradas*”, quantas se julgasse necessário. Dentro do território mineiro, a 2ª Divisão Militar foi encarregada de abrir a estrada de Minas para Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro, e a 3ª Divisão foi incumbida da estrada para Vitória e, depois, da que se destinava à vila de Itapemirim, ambas no litoral do Espírito Santo²¹¹.

²¹⁰ Porto do Cunha, atual cidade de Além Paraíba, embora representado como Patrulha/guarda, na realidade era um registro, conforme já visto no capítulo anterior. Esse engano parece tratar-se de mais uma simplificação de Eschwege, que reuniu sob uma mesma classificação os assentamentos de caráter fiscal e policial/militar.

²¹¹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 374-375.

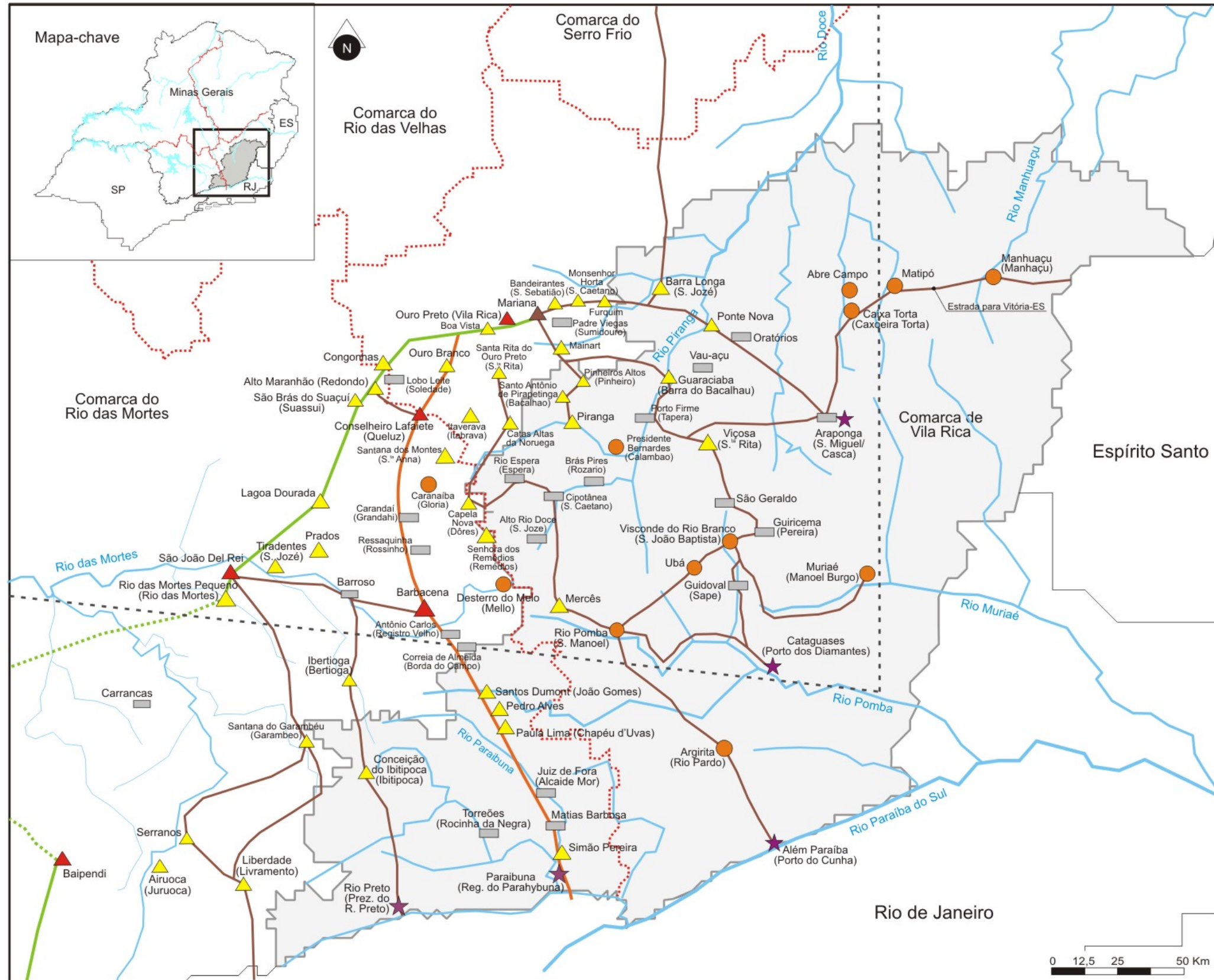


FIGURA 19 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821 (base cartográfica atual)

Fontes: Elaboração a partir de dados de ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso); ESCHWEGE, W. L. von; MARTIUS, C. F. P. von. Mapa do Leste do Brasil. In: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Reise in Brasilien 1817-1820** (Atlas). Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm.-Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967. prancha 44; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007; MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. v.II, p. 358-413; BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382 p.

Notas:

1. Este mapa é resultado da transposição para a base cartográfica atual dos assentamentos humanos existentes na FIG. 14 cujos topônimos atuais puderam ser identificados. De forma a poder completar o que seria a configuração geográfica da ocupação territorial na Zona da Mata em 1821, foram acrescentados certos elementos encontrados no "Mapa do Leste do Brasil", tais como a continuação de alguns caminhos e os assentamentos humanos identificados;
2. A denominação dos assentamentos humanos foi feita por seus topônimos atuais, com grafia também atualizada (ANEXO 3). Quando houve divergência entre topônimos antigos e atuais, a nomenclatura encontrada na carta de 1821 foi inserida entre parênteses;
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura destacada apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais.

LEGENDA:

- | | | | | | |
|----------|--------------------|-------------------|-----------------|---------------|--|
| ▲ Cidade | ▲ Freguesia/capela | ★ Patrulha/guarda | — Caminho Novo | — Caminhos | ■ Zona da Mata atual |
| ▲ Vila | ● Aldeia indígena | □ Fazenda | — Caminho Velho | — Hidrografia | --- Limite da área representada na carta "Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais" |

O caminho que aparece representado na FIG. 19 trata-se, certamente, da estrada para Vitória, embora no mapa original não apareça a continuidade de seu traçado até o litoral – provavelmente ainda não concluído. Ironicamente, a comunicação com o litoral espírito-santense, durante tanto tempo proibida, foi, a partir desse momento, objeto da política provincial mineira. Os planos e determinações para a abertura de estradas para o Espírito Santo passaram, assim, a aparecer com certa regularidade nos relatórios dos presidentes da província.²¹²

Quanto à estrada para Campos, o próprio Eschwege já relatava sua existência quando de sua viagem ao Presídio de São João Batista²¹³, mesmo não a representando em seu mapa. Isso provavelmente se justifica pela precariedade em que se encontrava o caminho nesse momento. Eram muitas as dificuldades de manutenção das estradas que atravessavam os sertões de floresta, principalmente na fase inicial de sua abertura. Além da viagem se realizar, durante alguns dias, por regiões de povoamento escasso – o que representava um problema a mais numa época em que o transporte era feito por animais que precisavam ser alimentados de forma constante –, as chuvas e o rápido crescimento da vegetação impunham uma travessia bastante penosa. Outro fator também limitava a conservação dos caminhos: a inexistência, nesse momento, de um mercado tanto em Campos como no Espírito Santo que dinamizasse o intercâmbio comercial com Minas de maneira a intensificar o tráfego pelas estradas e facilitar sua manutenção. Esse mesmo fator, associado a

²¹² FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da Sessão Ordinária do anno de 1844, pelo Presidente da Provincia Francisco José de Souza Soares D'Andrea. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. p. 36-37; EXPOSIÇÃO feita pelo Tenente General graduado Francisco José de Souza Soares de Andréa, na qualidade de Presidente e Comandante das Forças da Provincia de Minas Geraes, a seu successor o Ill.mo Exm.o Senr. Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, no acto de sua posse em 1º de julho de 1844. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Fundo Presidência da Provincia, Filme 001, negativo F1. p. 18; FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo Presidente da Provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1845. p. 23; RELATÓRIO apresentado pelo engenheiro Julio Borrel du Vernay sobre as estradas em direção à Provincia do Espirito Santo. In: RELATÓRIO que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes appresentou na 2ª Sessão ordinária da 10ª Legislatura de 1855 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1855. (anexo)

²¹³ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil**, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 70.

aspectos da hidrografia, contribuiu para o fracasso do projeto de navegação do rio Doce.²¹⁴

No entanto, mesmo frente a muitas adversidades, o povoamento avançou de forma contínua e intensa. Quanto ao território da Zona da Mata, até a independência foram ocupadas aproximadamente as regiões dos atuais municípios de Juiz de Fora, Ubá, Viçosa e Ponte Nova e iniciada a penetração nas regiões de Cataguases, Muriaé e Manhuaçu (FIG. 20). Tal processo ainda se intensificou até meados do século, preparando o território para a difusão da lavoura cafeeira.

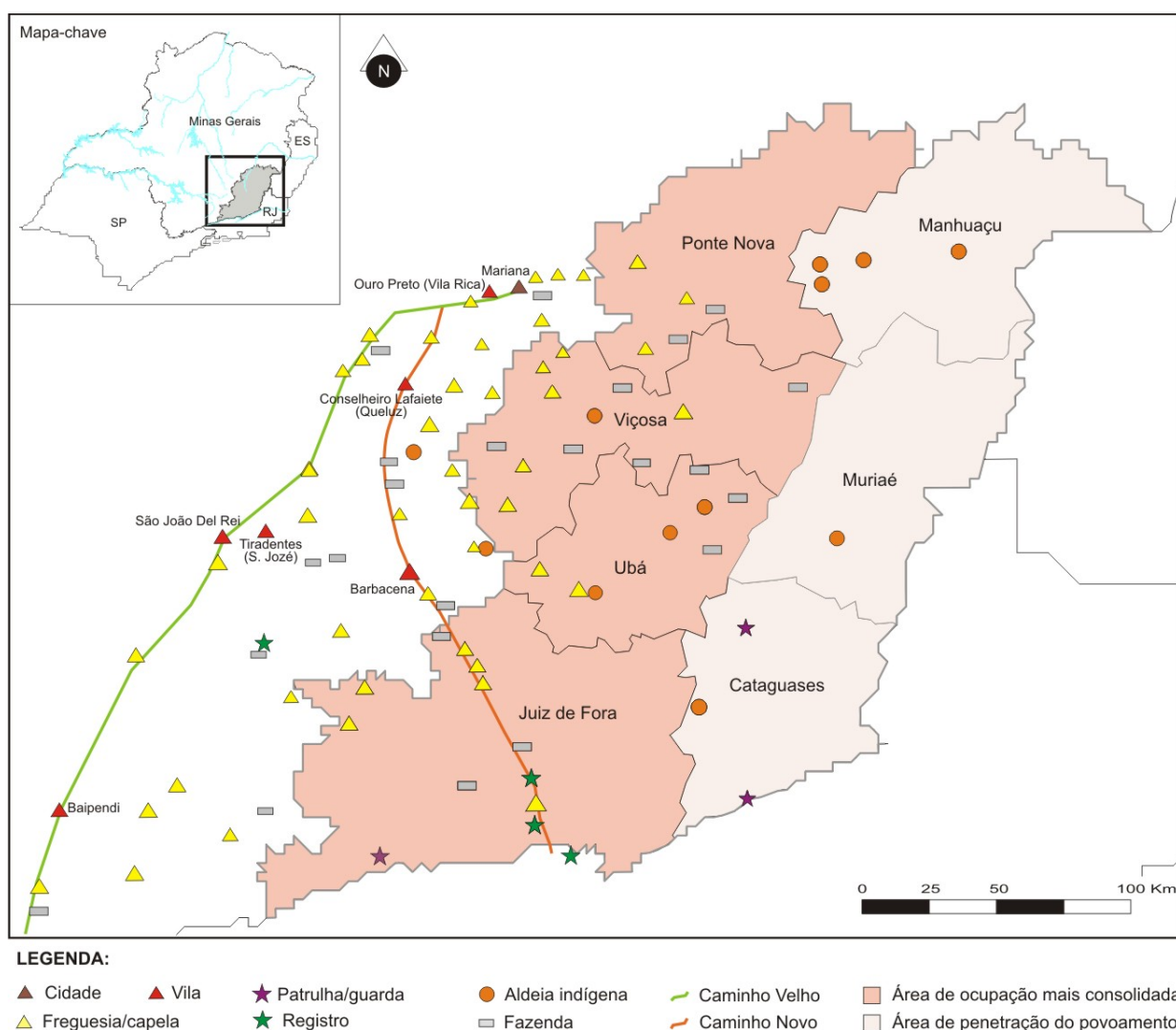


FIGURA 20 – Assentamentos humanos identificados até 1821 e microrregiões da Zona da Mata atual.

Fonte: Elaboração a partir das FIG. 11 e 19, p. 78 e 109, e MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

²¹⁴ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. p. 371-381.

III.3. A chegada do café

Os estudiosos sobre a economia e a sociedade da Zona da Mata são unânimes em reconhecer o vínculo entre o processo de expansão da lavoura cafeeira e o aumento da intensidade do povoamento na região. Sendo assim, faz-se necessário explicitar o modo como a rubiácea aí se difundiu e o que ela representou para o processo de ocupação territorial.

O café foi introduzido como cultura para exportação inicialmente na região do Vale do Paraíba fluminense e logo se expandiu em direção a São Paulo e Minas Gerais, acompanhando o curso natural daquele rio. Desse modo, pela continuidade geográfica, a Mata mineira acabou incorporada ao processo de expansão das fronteiras agrícolas da lavoura fluminense. As notícias mais antigas sobre a cultura cafeeira em Minas Gerais datam de 1809. As primeiras mudas provavelmente foram trazidas do Rio de Janeiro por viajantes e tropeiros que circulavam pelo Caminho Novo. No entanto, embora haja certa divergência entre os estudiosos, a produção de café tornou-se mais comum, sobretudo no sul da Mata, por volta da segunda ou terceira década dos oitocentos. Uma aceleração do cultivo foi sentida entre 1841 e 1850, influenciada, provavelmente, pelo impacto produzido pela lavoura no Vale do Paraíba fluminense. O café alcançava mercados internacionais cada vez mais amplos e preços muito compensadores, tornando-se uma grande oportunidade de investimento²¹⁵.

Conforme pode ser observado pela TAB. 1, a produção cafeeira de Minas Gerais conheceu um forte aumento ao longo do século XIX, consolidando-se como uma das mais rentáveis do Império, sobretudo na segunda metade do século. Contribuíram para esse vigoroso crescimento a relativa facilidade na obtenção de terras apropriadas para o cultivo, a abundância de mão-de-obra proveniente da atividade mineradora e os altos preços do café no mercado internacional.

²¹⁵ Ver MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma Região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 89-90; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 263; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008. p. 222-223.

TABELA 1 – Minas Gerais: valor real das exportações, 1818-1892 (em contos de réis, a preços de 1860)

Ano	Café	Outros produtos	Total	Valor do café sobre o total (%)
1818-19	34	5.732	5.766	0,6
1827-28	285	4.791	5.076	5,6
1839-40	852	4.663	5.515	15,4
1844-45	1.310	4.924	6.234	21,0
1850-51	3.151	5.157	8.308	37,9
1854-55	3.291	5.598	8.889	37,0
1859-60	2.411	4.633	7.044	34,2
1865-66	4.563	5.605	10.168	44,9
1870-71	10.620	6.528	17.148	61,9
1874-75	11.050	6.282	17.332	63,8
1879-80	9.938	6.060	15.998	62,1
1885-86	20.223	8.706	28.929	69,9
1892	15.846	8.284	24.130	65,7

Fonte: Adaptado de MARTINS, Roberto; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1982. p. 4.

Praticamente a totalidade do café exportado por Minas até a década de 1890 era proveniente da Zona da Mata, o que permite inferir a amplitude do impacto econômico da atividade sobre a região. Até meados do século XIX, a expansão da lavoura se deu fundamentalmente na fronteira ao sul da Mata. Em 1847-48, Paraibuna, Mar de Espanha, Pomba e Porto Novo do Cunha aparecem como os únicos distritos exportadores de café. Em 1851, a hegemonia na exportação pertencia aos recém criados municípios de Juiz de Fora e Mar de Espanha e à região do que veio a ser o município de Além Paraíba²¹⁶.

Iniciada no primeiro quartel do século XIX nas circunvizinhanças de Mar de Espanha, Juiz de Fora e Rio Preto, a produção cafeeira de exportação já consolidada nas ribeiras do Paraíba do Sul começou a avançar a partir de 1850 para a parte oeste e norte da área. Pode-se assim caracterizar essa primeira área de Minas a produzir café em larga escala como a sub-região onde se estabeleceram os maiores proprietários de terras e escravos da província. Sua proximidade com a província do Rio possibilitou o estabelecimento de relações econômicas, políticas e matrimoniais entre os fazendeiros de ambas as margens do rio Paraíba, e onde exclusivamente se encontravam todos os titulares do Império da Mata.²¹⁷

²¹⁶ MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma Região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 91.

²¹⁷ CARRARA, Angelo A. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/UFOP, 1999. p. 19-20.

A continuidade geográfica determinou, de certa forma, uma continuidade econômica e social entre o Vale do Paraíba fluminense e o sul da Zona da Mata. As mesmas técnicas de cultivo e o mesmo tipo de força de trabalho, o braço escravo, foram utilizados nas duas regiões, além do predomínio de grandes propriedades e da existência de um intercâmbio de modos de vida e valores culturais. Entretanto, mesmo recebendo influências do Vale do Paraíba, a Mata continuava ligada politicamente ao centro da província de Minas Gerais, captando inclusive os fluxos do comércio de escravos daí proveniente²¹⁸.

Durante o ano de 1841, o botânico e zoólogo inglês, George Gardner, em viagem pela região do médio rio Paraíba, na fronteira entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos deixou um relato sobre as fazendas de café da Zona da Mata, nas proximidades do referido rio:

Na manhã seguinte, depois do almoço, fomos a uma fazenda chamada Barra do Lourical, pertencente ao Coronel Custódio Leite (...). Esta magnífica fazenda produz cerca de 10.000 arrobas de café por ano. (...) No dia seguinte fomos visitar o Capitão Francisco Leite, irmão do coronel, cuja fazenda fica mais ou menos légua e meia ao norte. (...) Informou-me que era natural do distrito da mineração e começara a vida como simples lavrador de ouro; mas, tendo ganho, por felicidade, algum dinheiro, abandonou a profissão e adquiriu, fazia vinte anos, esta propriedade, então inteiramente coberta de florestas. E é agora um dos homens mais ricos senão o mais rico desta parte do país. A plantação de café enriqueceu também muitos outros desta fértil região. Sua propriedade produz-lhe cerca de onze mil arrobas de café, além de considerável quantidade de queijo, açúcar e aguardente, que são mandados principalmente para o mercado do Rio de Janeiro.²¹⁹

Nessa passagem ficam marcadas duas especificidades da fazenda de café na Mata. A primeira diz respeito à origem do fazendeiro. Uma parte significativa daqueles que receberam sesmarias e as transformaram em propriedades cafeicultoras da região de Juiz de Fora provinha das áreas de povoamento mais antigo de Minas Gerais. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira²²⁰, a reunião dos

²¹⁸ BLASENHEIM, Peter. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. Dissertação, Mestrado em Filosofia, Stanford University. Michigan: University Microfilms, 1982. p. 33.

²¹⁹ GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 e 1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 241.

²²⁰ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 260-262.

capitais necessários para a inversão na cafeicultura vinculou-se, historicamente, ao movimento centrífugo de dispersão das elites mineiras dentro dos limites da própria província. Essas elites, que tradicionalmente estavam associadas à mineração, posteriormente vão articular as redes de abastecimento do centro-sul. Ao longo do século XIX, com a incorporação de novas fronteiras, tal classe se apropriará do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos lucros por ela gerados nesse momento. A primeira geração de cafeicultores do sul da Mata tratou-se, assim, de jovens de famílias ricas da Comarca do Rio das Mortes, sobretudo da região do Campo das Vertentes, de Barbacena e São João del Rei:

Esta geração consolidou seu poder com base na propriedade de cativos e terras no nascente núcleo agrário da Mata Mineira. Utilizou sua herança paterna, como o nome, prestígio, boas conexões com a sede da Corte, para dar os primeiros passos na montagem do núcleo agrário cafeeicultor da Mata.²²¹

Outra singularidade da fazenda cafeeicultora da região é sua diversidade produtiva, provavelmente um legado do modo de organização das propriedades rurais em Minas desde o século XVIII. Considerando que o processo de ocupação territorial no sul da Mata já tinha se iniciado desde o início dos setecentos, o avanço da lavoura cafeeira se processou, assim, nos vazios deixados por essa ocupação, promovendo certo intercâmbio entre práticas agrícolas. Além do café, outros gêneros costumavam ser produzidos tanto para a comercialização como para o auto-abastecimento da fazenda²²².

Na área central do que é hoje a Zona da Mata – região dos atuais municípios de Ubá, Viçosa, Senador Firmino – a paisagem rural foi dominada, durante as primeiras décadas do século XIX, pelas plantações de milho, feijão, cana e algodão. A partir da década de 1840, no entanto, o café passou a se difundir nessa área num

²²¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 276.

²²² MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma Região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 70-71; LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 42-43; GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 113-114.

ritmo acelerado²²³. Contudo, a ausência de um sistema viário eficiente limitava a expansão da lavoura. Praticamente a totalidade do café produzido era encaminhado ao porto do Rio de Janeiro. Desse modo, o crescimento da produção estava limitado aos custos do transporte, que nesse momento era feito em lombo de burro. A abertura e o melhoramento das estradas foi uma preocupação constante dos governantes mineiros, reiterada inúmeras vezes em diversos dos relatórios presidenciais dirigidos à Assembléia Legislativa da província ao longo do século XIX. Emblemático, nesse sentido, foi o relato do presidente Bernardo Jacinto da Veiga, no ano de 1839:

Os nossos produtos mais valiosos, como sejam o café, o assucar, e tabaco, não tem deixado de prosperar, porque a fertilidade do solo remunera exuberantemente os cultivadores d'estes ramos, mas a sua exportação não é tão consideravel como poderia ser, pela dificuldade e carestia dos transportes, que tornam muito desfavoravel a posição dos fazendeiros de Minas comparativamente com a de outros vendedores, que concorrem á praça do Rio de Janeiro, nosso principal mercado.²²⁴

À medida que a produção crescia e sua comercialização intensificava o tráfego pelos caminhos, a implementação de melhorias tornava-se urgente. Numa fala dirigida à Assembléia Legislativa no ano de 1847, o presidente Quintiliano José da Silva justifica da seguinte maneira as obras realizadas em algumas estradas da região de Mar de Espanha, Porto Novo e Porto Velho do Cunha:

Julguei conveniente mandar proceder a estes reparos, não só pelo grande comércio que se faz por essas estradas, como porque, segundo informações de pessoas conhecedoras da matéria, só o municipio de S. João Nepomuceno exporta annualmente para mais de duzentas e cincoenta arrobas de cafe, alem de outros generos como toucinho, galinhas, etc.; esperando-se que brevemente esta exportação suba a muito mais do duplo.²²⁵

Como a maior parte da receita provincial era proveniente dos impostos sobre as exportações, a justificativa do presidente torna-se perfeitamente compreensível. O aumento das exportações de café no sul da Mata, associado à precariedade do

²²³ CARRARA, Angelo A. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/UFOP, 1999. p. 43.

²²⁴ FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária do Anno de 1839 pelo Presidente da provincia, Bernardo Jacinto da Veiga. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1839. p. XXXVIII.

²²⁵ FALLA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo Presidente da Provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. p. 43.

tráfego, forçou até mesmo a organização de alguns fazendeiros locais para a realização de melhoramentos que possibilitassem o acesso à Estrada do Paraibuna, principal via de escoamento da produção rumo ao porto carioca²²⁶.

Foi em meio a esse contexto que o empresário Mariano Procópio Ferreira Laje solicitou ao governo imperial a exclusividade para a formação de uma companhia de transportes por carros para os artigos de comércio e diligências para o transporte de pessoas, fazendo o percurso desde Barbacena até a Vila da Estrela, no Rio de Janeiro. Pelo decreto imperial de 27 de agosto de 1852, tal concessão foi sancionada e, em 1853, o governo provincial mineiro cedeu o usufruto da Estrada do Paraibuna, entre Barbacena e o rio Paraibuna, à recém-criada Companhia União e Indústria. Além de fazer os serviços de transporte, a Companhia era responsável pela abertura e manutenção das estradas sob sua concessão²²⁷. A inauguração da Rodovia União e Indústria, em 1861, no trecho entre Juiz de Fora e Petrópolis, contribuiu, assim, para incentivar a continuidade do processo de difusão da cafeicultura na Mata.

Desse modo, podemos afirmar que tanto o crescimento da lavoura pressionou por melhoramentos nas estradas como as iniciativas de melhoria estimularam o crescimento da produção. No bojo desse processo, o povoamento se difundia e se intensificava, fixando uma série de núcleos de apoio para o comércio e a produção agrícola, assim como para a manutenção e difusão de padrões sociais e culturais.

III.4. Configuração do povoamento e dos assentamentos humanos na Mata em meados do século XIX

Com o objetivo de visualizar o avanço do povoamento sobre a Zona da Mata até meados do século XIX, utilizaremos como instrumento de análise a carta que ficou conhecida como o primeiro mapa geral da província de Minas Gerais. Trata-se da “*Carta da Província Brasileira de Minas Gerais*”, elaborada pelo engenheiro Ferdinand Halfeld e pelo desenhista Friedrich Wagner e concluída no ano de 1855. Faz-se importante, no entanto, esclarecer o contexto de produção dessa carta e o

²²⁶ FALLA dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1849 pelo Presidente da Provincia, José Ildefonso de Souza Ramos. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1849. p. 21.

²²⁷ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 68.

que ela efetivamente significou enquanto representação do território mineiro nesse momento.

A independência tornou urgente a necessidade de se conhecer o território nacional e de se construir mecanismos legais e materiais que viabilizassem sua administração. Embora toda uma herança portuguesa estivesse aqui presente, as primeiras décadas do Império corresponderam, literalmente, a um processo de construção administrativa e burocrática do novo Estado e, conseqüentemente, de todos os instrumentos necessários ao seu funcionamento e gestão. No rol dessas iniciativas, destacou-se como questão fundamental a realização de um amplo e atualizado mapeamento do território.

No entanto, além das questões de caráter prático, esse processo de mapeamento também se revestiu de um fundo ideológico. O projeto de nação encampado pelas elites brasileiras tinha como balizas a manutenção da unidade nacional e a constituição de uma identidade para o país recém-criado. Sendo assim, os mapas produzidos ao longo desse período foram uma resposta não só à necessidade de fornecer aparatos materiais para administração imperial e provincial, mas também constituíram-se como instrumentos de afirmação da nacionalidade a partir de um processo de construção política e simbólica do território.²²⁸

Inserida nesse contexto e sendo parte de tal projeto, a província de Minas Gerais tratou de empreender esforços para a elaboração de seu mapa²²⁹. O levantamento da carta geográfica e topográfica da província foi determinado pela lei mineira número 18, de 01 de abril de 1835. Para a realização dessa empreitada foi contratado, em 1836, o engenheiro de minas alemão, Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, que no momento residia em Minas Gerais. Suas atribuições reuniam os serviços de engenheiro de estrada e de cartógrafo. Em 1837, foi instalada uma Comissão de Geografia e contratado o desenhista Friedrich Wagner para auxiliar nos trabalhos de confecção da nova carta.

²²⁸ GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 19-25.

²²⁹ Para mais detalhes sobre o processo de elaboração do mapa de Halfeld e Wagner, descrito sucintamente na seqüência, ver GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 42-49; e MARTINS, Roberto Borges. O mapa de Halfeld-Wagner e o texto de Tschudi. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 35-40.

Embora fossem reconhecidas, no discurso oficial, a importância e a necessidade de se elaborar uma representação cartográfica atualizada, os recursos eram escassos e o aparato disponibilizado pelo governo provincial era claramente desproporcional à magnitude dessa tarefa. Em meio às dificuldades tanto de material e equipamentos quanto de mão-de-obra qualificada e em número adequado para o que se pretendia realizar, a metodologia para a elaboração da carta se afastou das pretendidas observações astronômicas e operações geodésicas previstas em lei. O mapa foi feito, assim, a partir de uma compilação de todos os mapas então existentes, aos quais foram acrescentadas algumas medições e exames mais recentes feitos pelos engenheiros da província em suas viagens.

Frente à escassez de recursos do governo provincial mineiro, a utilização desse método não representou uma peculiaridade e sim um procedimento comum durante todo o período imperial. Ao contrário da maioria das cartas da capitania produzidas ao longo do século XVIII, que foram um produto de investigações de campo, no século XIX os trabalhos de campo foram rarefeitos e pontuais. A carta de Eschwege encerrou, de certa forma, a tradição proveniente dos setecentos. A partir daí os mapas tornaram-se um produto de sucessivas colagens e reinterpretações feitas nos gabinetes de desenho²³⁰. Desse modo, embora o mapa de Halfeld e Wagner tenha sido concluído em 1855, ele é resultado do lento processo de acúmulo de informações ao longo de todo o período de sua elaboração, de 1836 a 1855, sendo também um mosaico de espacialidades anteriores a esse período. Para o caso da Zona da Mata, além da atualização dos dados relativos à região do antigo Caminho Novo – uma vez que as obras da Estrada do Paraibuna estavam, em grande parte, sob responsabilidade do próprio Halfeld – sabemos da existência de alguns levantamentos de campo realizados durante a década de 1840, pelo tenente João José da Silva Theodoro²³¹.

Consideradas suas devidas especificidades, a carta de 1855 mostra-se, no entanto, como um instrumento de análise importante. Nela seguem representados os

²³⁰ GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 39.

²³¹ Tais levantamentos referem-se principalmente à região que, nesse momento, compreendia os municípios do Presídio, Pomba e São João Nepomuceno. (FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. p. 68)

assentamentos humanos e núcleos urbanos com sua hierarquia correspondente, além da delimitação dos caminhos e dos elementos geográficos como rios e serras. Duas versões foram publicadas, uma em Gotha, na Alemanha²³², em 1862, e a outra no Rio de Janeiro, em 1863, litografada pelo Arquivo Militar. Como o conteúdo das duas publicações é o mesmo – embora apresentem diferenças de enquadramento –, optamos por trabalhar com a carta publicada originalmente em 1862, uma vez que o tratamento gráfico da litografia alemã permite maior legibilidade do desenho²³³. A FIG. 21 é, assim, um recorte da porção sudeste do mapa original de Halfeld/Wagner. Nela destacamos os assentamentos humanos da maneira como foram classificados originalmente e alguns elementos geográficos indispensáveis para a compreensão do processo de povoamento, como caminhos e rios.

Um primeiro aspecto que merece ser destacado é o número de assentamentos que esse mapa apresenta. Ao longo das primeiras décadas do Império, a ocupação avançou de forma muito expressiva, alcançando os limites com o território fluminense. O crescimento do fluxo comercial pelo porto de Campos fez urgente a demarcação dos limites entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tornando-a uma questão estratégica para o governo mineiro:

Pende ainda do Corpo Legislativo a decisão definitiva desta questão, que se importa a Provincia do Rio de Janeiro por atalhar conflitos, que todos os dias se reproduzem, muito mais importa a esta, não só por aquelle motivo, como pelo interesse de recuperar uma parte fertillissima de seu territorio, e ainda mais porque enquanto se conservar em vigor a divisa provisoria não temos meios para arrecadar os impostos sobre os generos que se exportão para Campos, e que por isso vão com prejuizo nosso engrossar as rendas da Provincia do Rio. A Recebedoria destinada para a arrecadação desses, e de outros impostos não tem produzido quanto chegue para as despesas da guarda, e empregados; entretanto só a Freguesia da Gloria, onde é nova, como sabeis, a cultura do café, exportou no anno passado, segundo me informão, para mais de trinta mil arrobas de café.²³⁴

²³² Durante o século XIX, a Alemanha foi referência no desenvolvimento das técnicas de representação e impressão cartográfica. Desse modo, diversos mapas produzidos aqui foram levados para serem impressos lá e muitos cartógrafos atuantes no Brasil eram de origem alemã.

²³³ Uma cópia desse mapa foi reproduzida pela Fundação João Pinheiro e publicada em 1998. (HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. mapa em bolso)

²³⁴ RELATORIO que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes appresentou na sessão ordinaria do anno de 1853 o doutor Luiz Antonio Barbosa, Presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1853. p. 14.

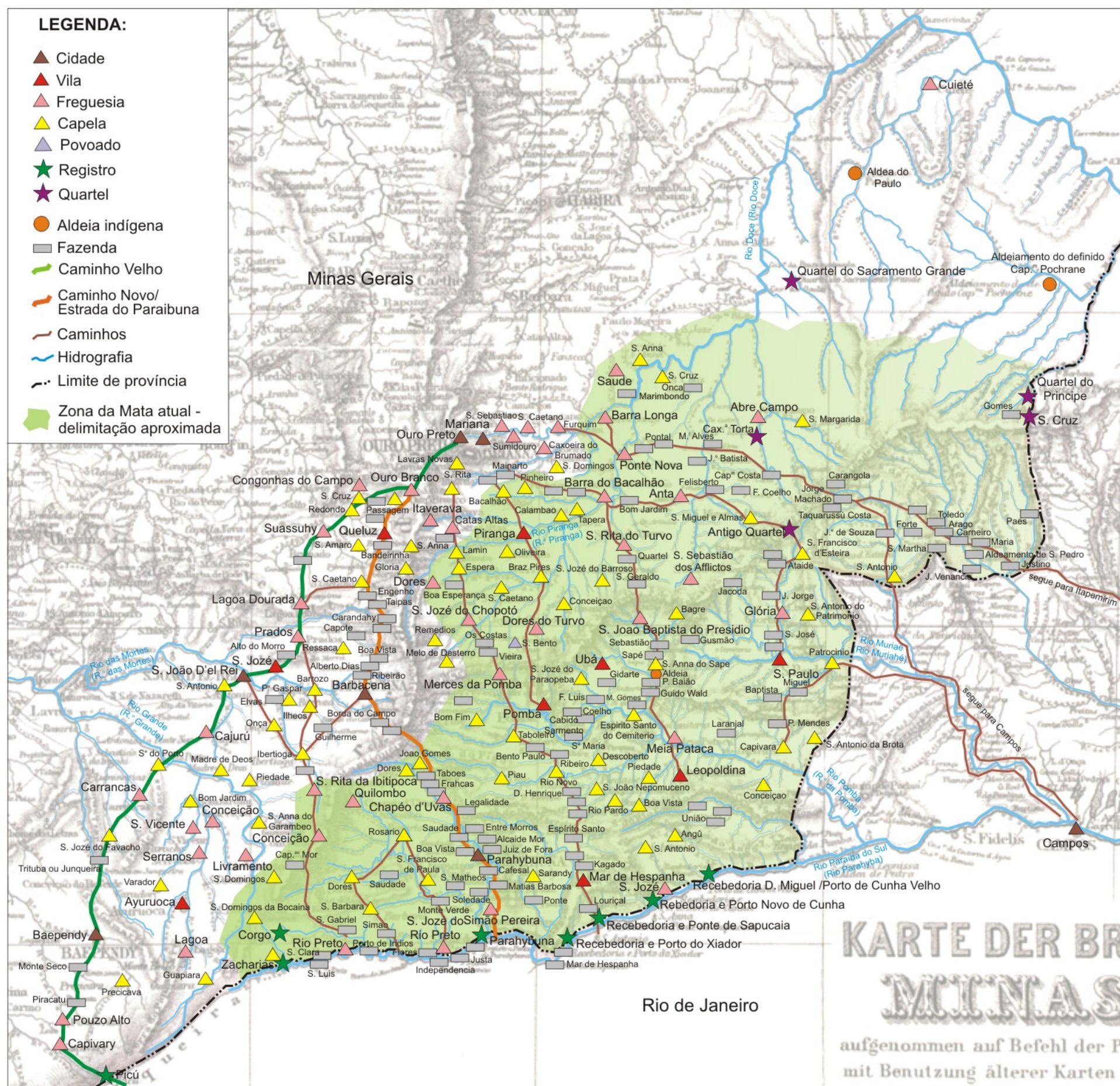


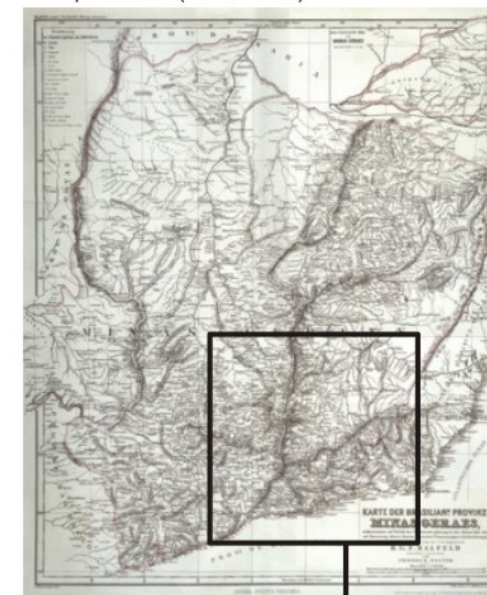
FIGURA 21 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855

Mapa base: HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso)

Notas:

1. Foram mantidas as denominações originais dos assentamentos humanos. A identificação e correspondência com os topônimos atuais pode ser encontrada na FIG. 28 e no ANEXO 4;
2. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura destacada apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais. A nomenclatura encontrada na carta de 1855 foi deixada entre parênteses.

Mapa chave (carta 1855)



Mapa-chave (base atual)

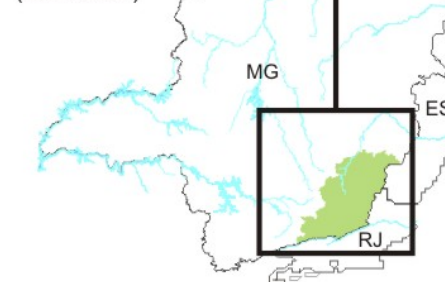




FIGURA 22 - Caminhos e fazendas na região da Zona da Mata, 1855

Continuidade da direção radial adotada pelos caminhos: penetração a partir da antiga região central mineradora em direção à fronteira com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Estradas para Campos-RJ e Itapemirim-ES já aparecem demarcadas. Grande número de fazendas estabelecidas ao longo dos caminhos e no interior da região, atestando o avanço do povoamento na primeira metade do século XIX.

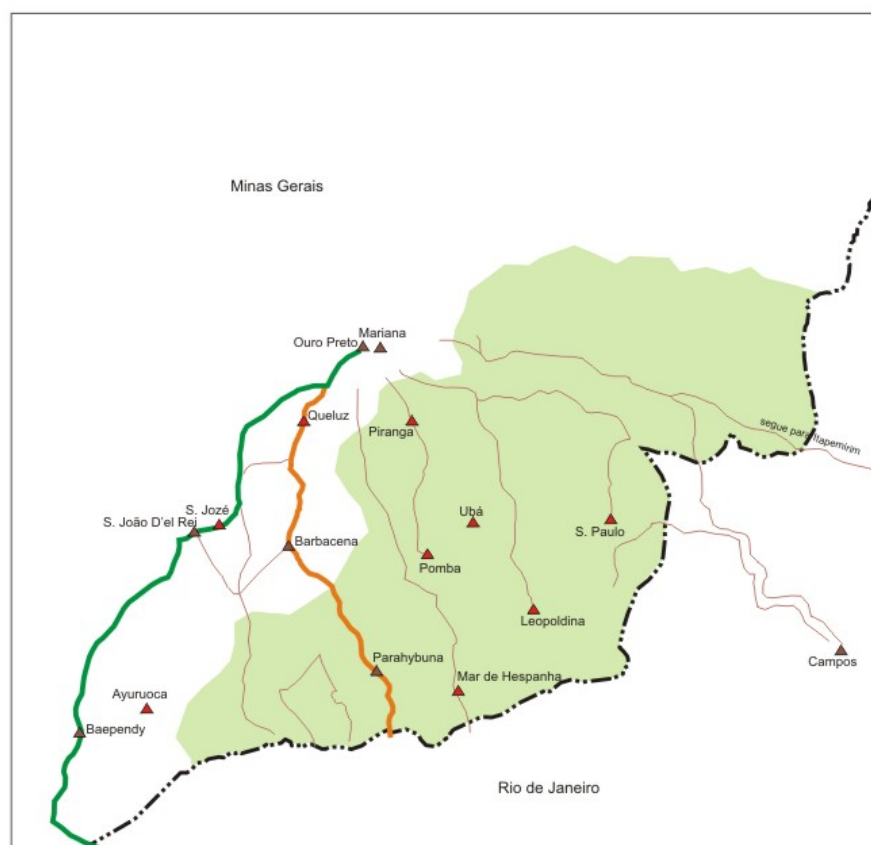


FIGURA 23 - Vilas na região da Zona da Mata, 1855

Importância política do centro de Minas Gerais: caminhos faziam a ligação entre os principais núcleos urbanos estabelecidos na região da Mata, alguns já elevados a vila, e a capital da província.

Únicos núcleos urbanos com título de cidade – dentro do recorte espacial adotado – estavam localizados ao longo de dois dos mais importantes caminhos mineiros: o antigo Caminho Velho e a Estrada do Paraíba. Serviam como pontos de apoio e entrepostos comerciais. Maior dinamismo econômico possibilitou a ascensão na hierarquia urbana. Distribuição espacial das vilas também reflete essa relação de reciprocidade entre os centros urbanos mais importantes e as principais rotas de tráfego.

FIGURAS 22 e 23 - Assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855 (análise)

Mapa base: HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso)

Notas:

1. De modo a melhor visualizar o processo de penetração no território da região hoje conhecida como Zona da Mata até 1855 e facilitar a análise da configuração geográfica desse processo, foram elaboradas as figuras ao lado. Elas são, assim, o resultado da decomposição da FIG. 21 em alguns conjuntos de elementos e/ou assentamentos humanos;
2. No intuito de limpar o desenho e evidenciar aspectos geográficos do povoamento, foi suprimido o mapa base que constava no fundo do desenho. Também foram suprimidas as denominações dos assentamentos humanos, mantendo-se, como referência, apenas a nomenclatura das vilas e cidades;
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura exibida apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais. Quando houve divergência entre topônimos atuais e antigos, a nomenclatura encontrada na carta de 1855 foi deixada entre parênteses.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Capela
- ▲ Povoado
- ★ Registro
- ★ Quartel
- Aldeia indígena
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo/ Estrada do Paraíba
- Caminhos
- Hidrografia
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

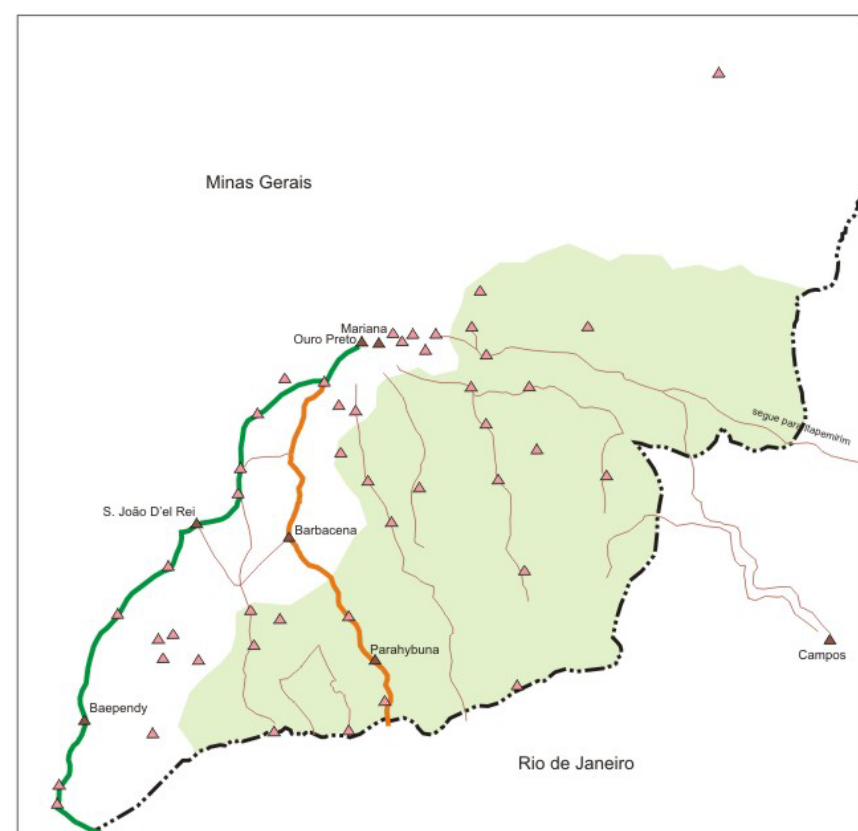


FIGURA 24 - Freguesias na região da Zona da Mata, 1855

Número de freguesias no interior da região aumenta. Embora ainda se mantenha certa concentração desses núcleos entre a Estrada do Paraibuna e o Caminho Velho e nas proximidades da região central, um processo de dispersão pode ser percebido com bastante clareza.

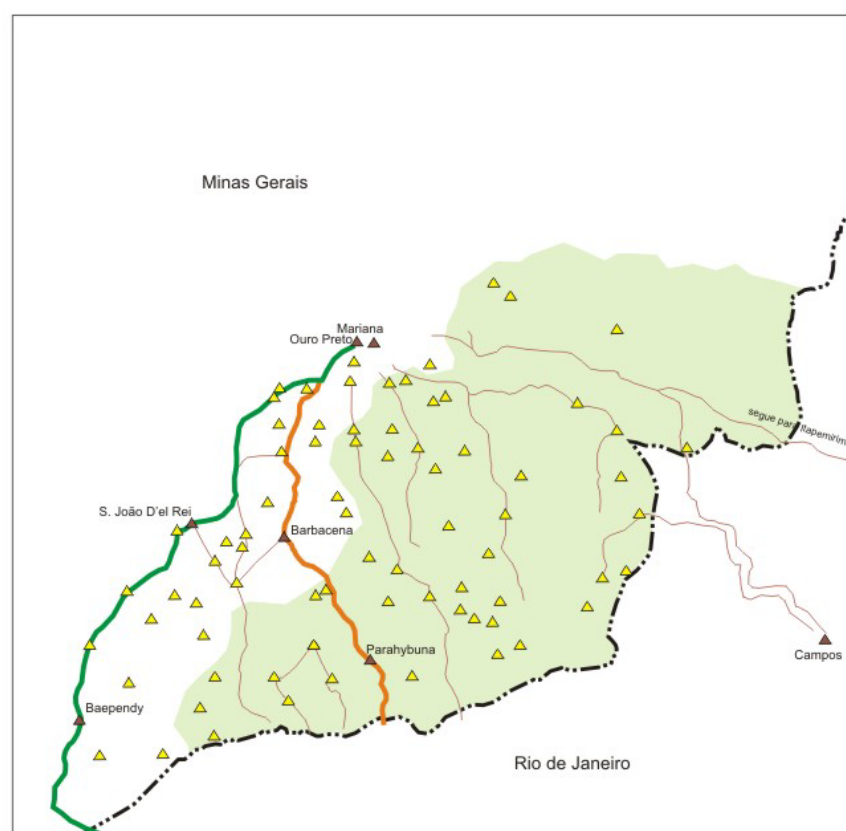


FIGURA 25 - Capelas na região da Zona da Mata, 1855

Distribuição das capelas reforça o sentido de dispersão dos núcleos urbanos pelo interior da região. Tais assentamentos podem ser encontrados inclusive junto à fronteira com o Rio de Janeiro. Seu número vai diminuindo à medida que aumenta a distância em relação à Estrada do Paraibuna no sentido norte, em direção à bacia do médio rio Doce.

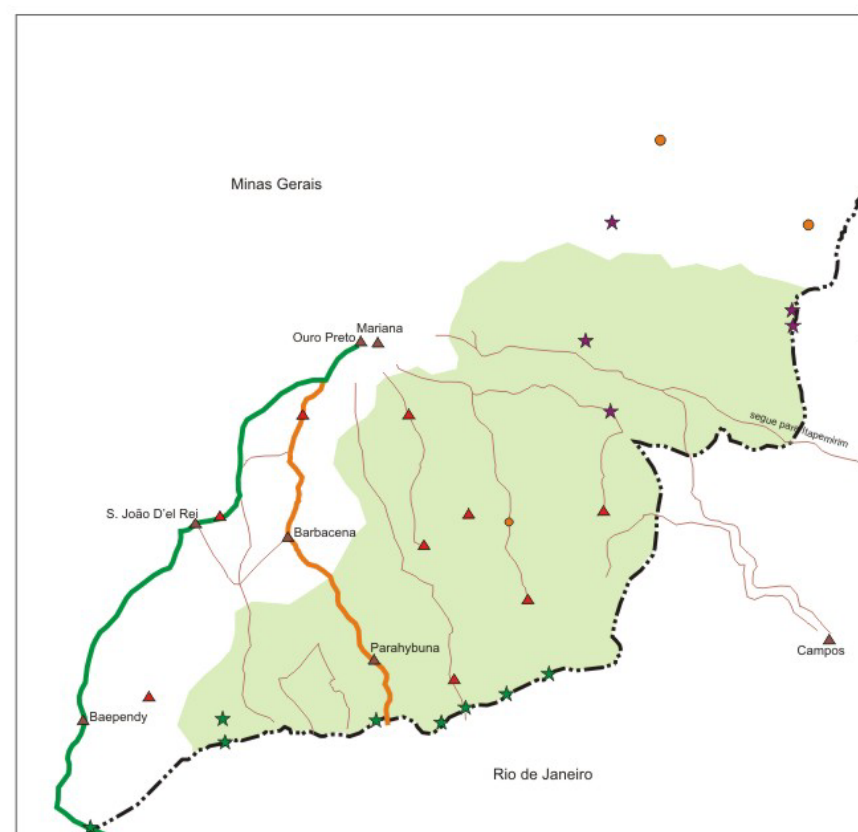


FIGURA 26 - Registros, quartéis e aldeias na região da Zona da Mata, 1855

Distribuição dos registros ao longo dos limites territoriais da província, com visível concentração junto à divisa com o Rio de Janeiro e sobretudo nas proximidades da Estrada do Paraibuna: evidencia a intensidade das relações comerciais entre Minas e o Rio de Janeiro.

Poucas guardas existentes se localizam ao norte da Mata, na fronteira entre a área já ocupada e as regiões de floresta onde ainda se refugiavam populações indígenas. A mesma observação vale para as aldeias indígenas, agora quase inexistentes. O número reduzido desse tipo de assentamento deixa evidente o processo de dizimação étnica ocorrido ao longo da primeira metade dos oitocentos.

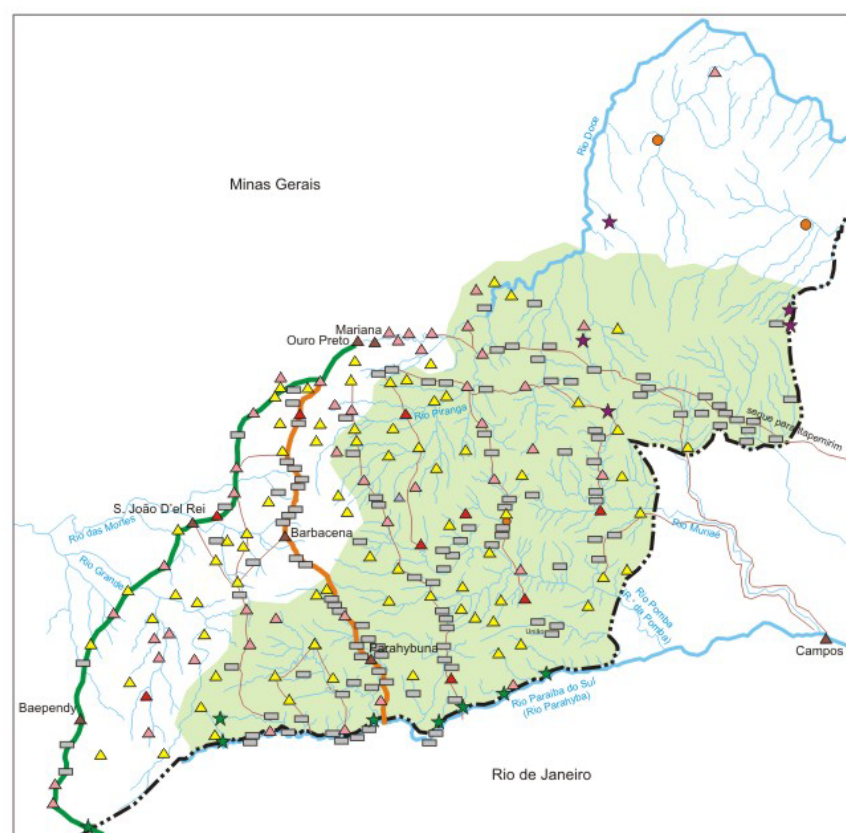


FIGURA 27 - Assentamentos humanos e hidrografia na região da Zona da Mata, 1855

Distribuição espacial do conjunto dos assentamentos humanos: embora a penetração no sentido centro-periferia mantenha sua força, ganha visibilidade o movimento no sentido sul-norte, da região do antigo Caminho Novo rumo ao norte - intensificação do povoamento a partir da expansão da lavoura de café no sul da Mata e reforço da polarização exercida pelo Rio de Janeiro sobre a região. Redução do número de assentamentos humanos junto ao vale do médio rio Doce marca os limites do processo de ocupação até meados do século.

FIGURAS 24 a 27 - Assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855 (análise)

Mapa base: HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso)

Notas:

1. De modo a melhor visualizar o processo de penetração no território da região hoje conhecida como Zona da Mata até 1855 e facilitar a análise da configuração geográfica desse processo, foram elaboradas as figuras ao lado. Elas são, assim, o resultado da decomposição da FIG. 21 em alguns conjuntos de elementos e/ou assentamentos humanos;

2. No intuito de limpar o desenho e evidenciar aspectos geográficos do povoamento, foi suprimido o mapa base que constava no fundo do desenho. Também foram suprimidas as denominações dos assentamentos humanos, mantendo-se, como referência, apenas a nomenclatura das vilas e cidades;

3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura exibida apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais. Quando houve divergência entre topônimos atuais e antigos, a nomenclatura encontrada na carta de 1855 foi deixada entre parênteses.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Capela
- ▲ Povoado
- ★ Registro
- ★ Quartel
- Aldeia indígena
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo/ Estrada do Paraibuna
- Caminhos
- Hidrografia
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

No ano de 1853, tais divisas foram estabelecidas por meio de um decreto²³⁵, o que permitiu sua clara delimitação na carta de 1855. Como pode ser observado nas FIG. 21 e 22, os caminhos para Campos e Itapemirim também foram delimitados. O povoamento já se encontrava bastante avançado ao longo do percurso por eles definido, o que pode ser verificado pela grande número de fazendas aí estabelecidas.

Embora nosso foco de análise seja o território mineiro, as fazendas também se expandiram pelo interior do Espírito Santo, ao longo do caminho para Itapemirim, e pelo Rio de Janeiro, seguindo o curso do rio Paraíba até Campos. A intensidade do povoamento ao longo do trecho exclusivamente fluminense do rio Paraíba foi destacada já no ano de 1815, pelo viajante naturalista príncipe Maximiliano Wied-Neuwied. Seu relato traz descrições dos engenhos, canaviais e das grandes fazendas existentes à beira dos rios Paraíba e Muriaé²³⁶.

Pela FIG. 22 pode ser percebida a continuidade da direção radial adotada pelos caminhos. Eles mantêm o sentido de penetração a partir da antiga região central mineradora em direção à fronteira com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Embora o sentido dos fluxos comerciais tendesse a se voltar cada vez mais para o Rio de Janeiro, a importância da ligação política com o centro de Minas Gerais é bastante clara: os caminhos faziam a ligação entre os principais núcleos urbanos estabelecidos na região da Mata, alguns já elevados a vila, e a capital da província (FIG. 23). Na medida em que foram se consolidando, as vias terrestres tornaram-se um instrumento de grande importância para a expansão do povoamento e para o próprio desenvolvimento dos núcleos urbanos.

Não se trata de coincidência o fato dos únicos núcleos urbanos com título de cidade – dentro do recorte espacial adotado – estarem localizados justamente ao longo de dois dos mais importantes caminhos mineiros: o antigo Caminho Velho e a então retificada Estrada do Paraibuna (FIG. 23). Servindo como pontos de apoio e entrepostos comerciais, esses centros urbanos ganharam maior visibilidade econômica, o que lhes possibilitou a ascensão na hierarquia urbana. A distribuição espacial das vilas também reflete essa relação de reciprocidade entre os centros

²³⁵ RELATORIO que á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1854. p. 5.

²³⁶ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano. **Viagem ao Brasil (1815-1817)**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. v. 1. p. 98, 99, 100, 116.

urbanos mais importantes e as principais rotas de tráfego. O número de caminhos e, principalmente, de picadas existentes deveria ser consideravelmente maior que o indicado no mapa²³⁷, entretanto, a escolha dos caminhos a representar foi pautada, provavelmente, pela intensidade do fluxo e pelas condições de tráfego. As vilas localizavam-se, assim, ao longo das principais rotas (FIG. 23).

O mapa de Halfeld/Wagner também nos mostra a existência de um número maior de freguesias na região da Zona da Mata nesse momento. Embora ainda se mantenha certa concentração desses núcleos entre a Estrada do Paraibuna e o Caminho Velho e nas proximidades da região central, um processo de dispersão já pode ser percebido com bastante clareza (FIG. 24). O que ainda é reforçado pela distribuição das capelas. Um grande número desses assentamentos pontua de forma dispersa o interior da região, chegando inclusive à fronteira com o Rio de Janeiro (FIG. 25). Entretanto, esse número vai diminuindo à medida que aumenta a distância em relação à Estrada do Paraibuna no sentido norte, em direção à bacia do médio rio Doce. Essa configuração, marcada ainda pela distribuição espacial do conjunto dos assentamentos humanos (FIG. 27), deixa explícito um outro sentido de difusão do povoamento: da região do antigo Caminho Novo rumo ao norte. Embora a penetração no sentido centro-periferia mantenha sua força, ganha visibilidade o movimento no sentido sul-norte, recobrando a região imediatamente adjacente à Estrada do Paraibuna com diversos e numerosos assentamentos humanos. Tal aspecto evidencia o processo de intensificação do povoamento a partir da expansão da lavoura de café no sul da Mata, assim como a força de polarização que o Rio de Janeiro exercia sobre a região.

Outro tipo de assentamento que evidencia a intensidade das relações comerciais entre Minas e o Rio de Janeiro são os registros. Embora a representação iconográfica das guardas e registros seja a mesma, a diferenciação pode ser feita a partir da denominação que lhes foi dada pelo cartógrafo. Os registros foram denominados como “recebedorias” e as guardas foram chamadas de “quartéis” (FIG. 21). Pela FIG. 26 percebemos a distribuição dos registros ao longo dos limites

²³⁷ As descrições dos viajantes deixam transparecer a existência de um número maior de caminhos e picadas do que o efetivamente representado tanto no mapa de 1855 quanto no de 1821. Mesmo quanto aos núcleos urbanos podem ser encontradas algumas falhas, inclusive com a omissão de assentamentos que, pelos relatos dos viajantes, já existiam no momento da elaboração das cartas. Ainda assim, esses mapas mantêm sua representatividade por apresentarem as vias mais trafegadas e a grande maioria dos espaços urbanos em formação.

territoriais da província, com uma visível concentração junto à divisa com o Rio de Janeiro, sobretudo nas proximidades da Estrada do Paraibuna.

As poucas guardas existentes se localizam ao norte da Mata, na fronteira entre a área já ocupada e as regiões de floresta onde ainda se refugiavam populações indígenas. A mesma observação vale para as aldeias indígenas, agora quase inexistentes (FIG. 26). O número reduzido desse tipo de assentamento deixa evidente o processo de assimilação e dizimação étnica ocorrido ao longo da primeira metade do século XIX. Sua localização mais ao norte, assim como a redução do número dos demais assentamentos humanos junto ao vale do médio rio Doce (FIG. 27), marca os limites do processo de ocupação nesse momento.

Uma observação comparada entre as FIG. 11, 19 e 28 (FIG. 29) permite verificar o avanço da ocupação territorial sobre a Zona da Mata entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Até meados dos oitocentos a quase totalidade do atual território da Mata já havia sido devassado e ocupado, restando como fronteira de expansão apenas o extremo norte. Se essa configuração geográfica fornece indícios sobre o processo de alargamento da fronteira econômica e territorial, certos aspectos demográficos vêm a confirmar tais indícios. Embora a região apresentasse um contingente populacional pequeno, cerca de 4% da população da província no início da década de 1830 – no entanto condizente com sua extensão territorial na atualidade: cerca de 5% do território mineiro²³⁸ –, alguns dados evidenciam seu caráter de área de expansão econômica e populacional. Nesse momento, a proporção de escravos na população total da Mata era maior que a média da província. A composição por sexo também era discrepante, com o número de homens sempre superior ao de mulheres, tanto entre livres como, principalmente, entre escravos. Além disso, a maior concentração de população cativa na faixa etária produtiva – entre 15 e 44 anos – estava na Mata²³⁹.

²³⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Território**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/lisopcmapa.asp?z=t&o=4>>, acesso em 10/10/2007.

²³⁹ Uma análise elucidativa sobre o caráter de fronteira da Zona da Mata na primeira metade do século XIX foi realizada por Giovanini a partir de dados demográficos compilados por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy. (Ver GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 118-125.)

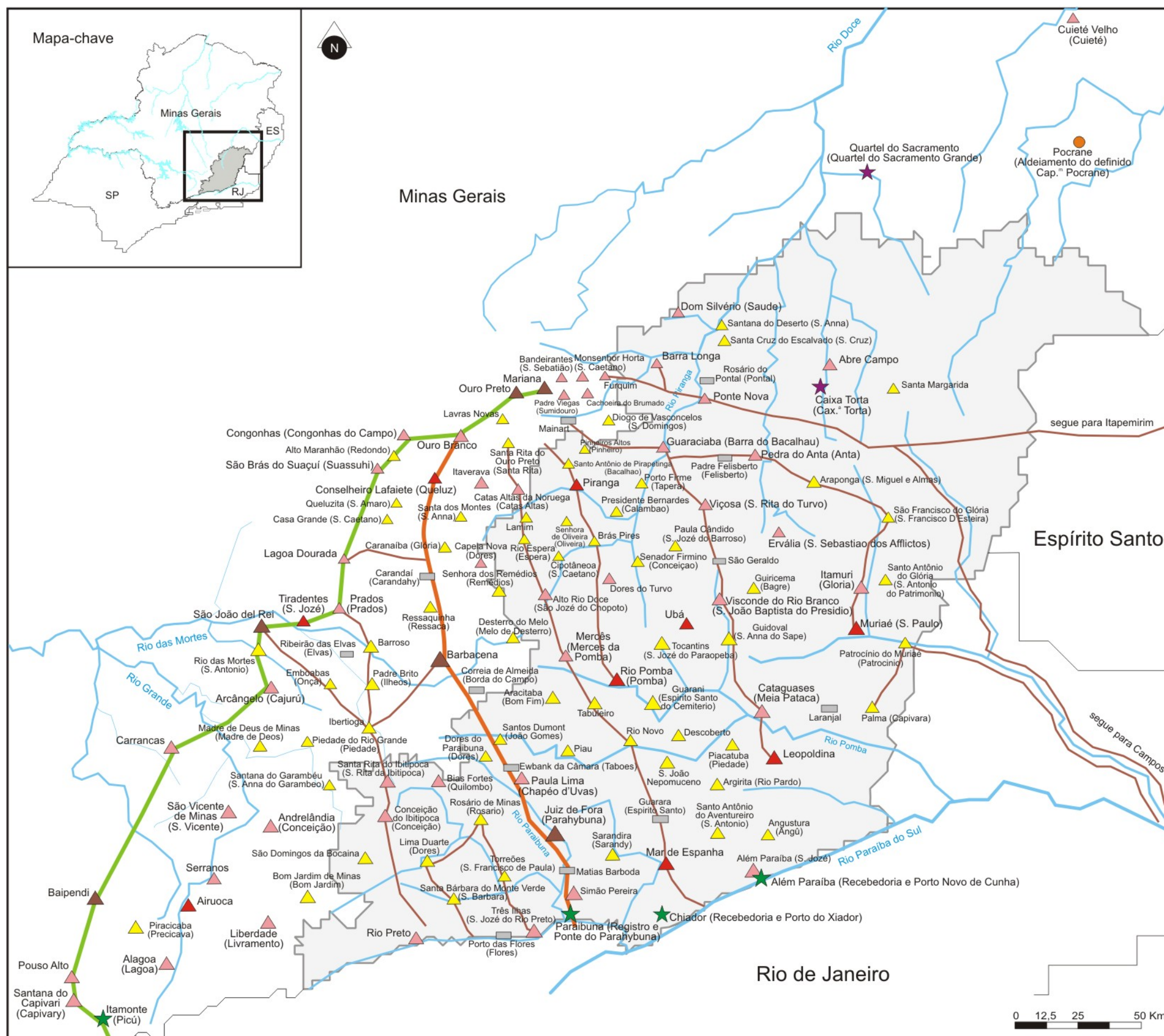


FIGURA 28 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1855 (base cartográfica atual)

Fonte: Elaboração a partir de dados de HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso); MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <http:// www.geominas.mg.gov.br/>, acesso em 14/11/2007; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Carta do Brasil ao Milionésimo. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DEPART; BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382 p.

- Notas:
1. Este mapa é resultado da transposição para a base cartográfica atual dos assentamentos humanos destacados na FIG. 21 cujos topônimos atuais puderam ser identificados;
 2. A denominação dos assentamentos humanos foi feita por seus topônimos atuais, com grafia também atualizada. Quando houve divergência entre topônimos atuais e antigos, a nomenclatura encontrada na carta de 1855 foi deixada entre parênteses. Para mais detalhes e fontes ver ANEXO 4;
 3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura destacada apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Capela
- ▲ Povoado
- ★ Registro
- ★ Quartel
- Aldeia indígena
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo/ Estrada do Paraíba
- Caminhos
- Hidrografia
- Zona da Mata atual

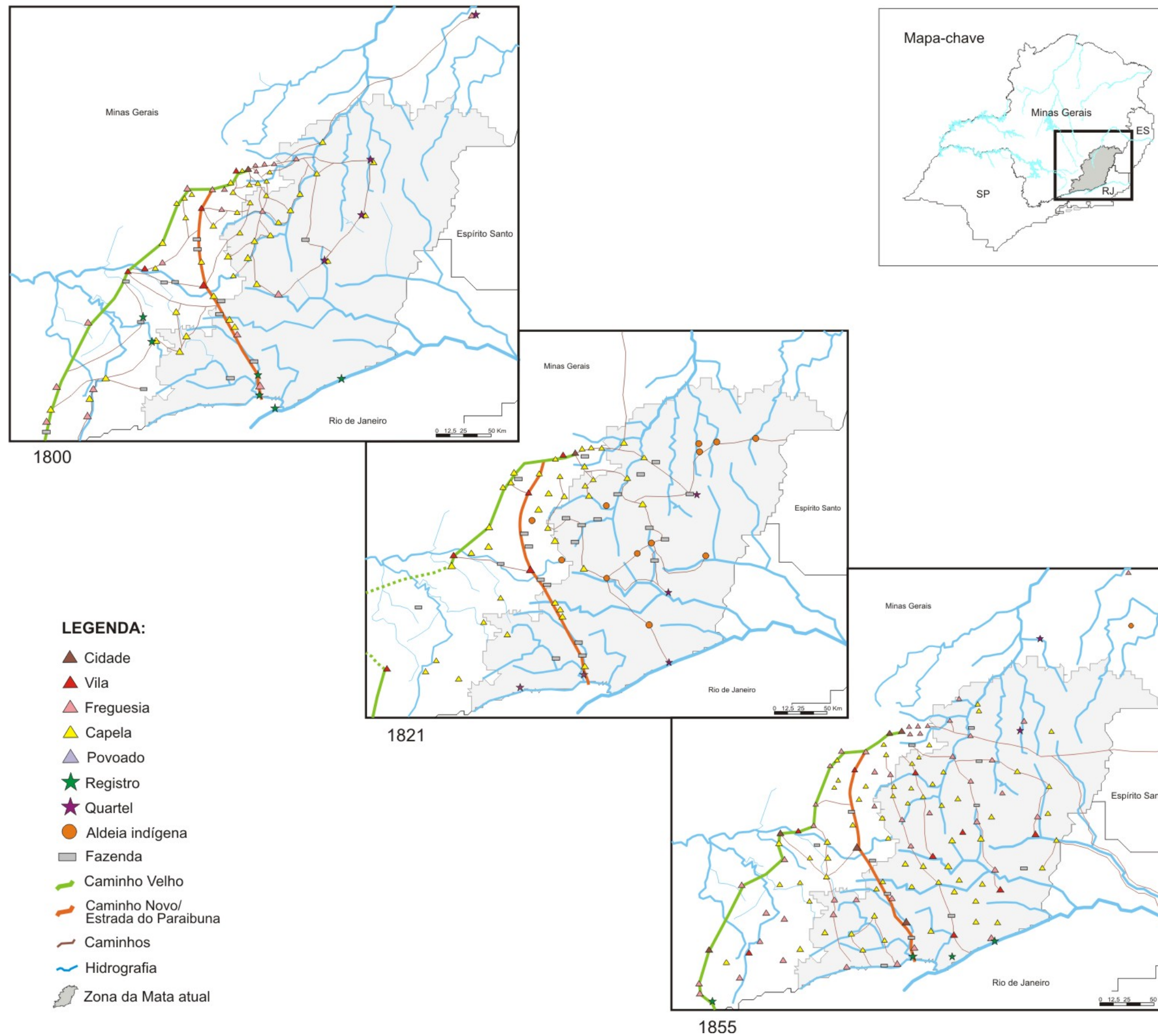


FIGURA 29 - Evolução do povoamento na região da Zona da Mata ao longo da primeira metade do século XIX (base cartográfica atual)

Fonte: Elaboração a partir das FIG. 11, 19 e 28.

Nota:

Esta figura resulta da reunião das FIG. 11, 19 e 28. Para melhor visualização do processo de avanço da ocupação territorial ao longo da primeira metade do século XIX, foram inseridos no desenho apenas os assentamentos humanos e elementos geográficos, sem seus topônimos e demais denominações.

Outro aspecto que a dinâmica espacial do processo de ocupação deixa transparecer é o modo como se conformaram as três sub-regiões apontadas no capítulo anterior. A sub-região sul foi marcada pela abertura do Caminho Novo, que determinou as características do povoamento subsequente. As sub-regiões central e norte tiveram sua ocupação desencadeada pelas migrações provenientes da área de Mariana e Vila Rica. Entretanto, a porção central da Mata foi profundamente impactada pela política de aldeamentos nas primeiras décadas do século XIX. Ocupada de forma intensa, ela acabou por se diferenciar da porção norte, que ainda apresentava um povoamento relativamente reduzido nesse momento. Os mapas nos permitem perceber essas diferenças de temporalidade e de espacialidade. A unidade é construída, no entanto, pela proximidade geográfica, pela referência histórica da vegetação original que cobria toda a região e pelo encontro das frentes de ocupação ao longo do século XIX.

Quanto ao processo de emancipação de municípios, ele foi mais dinâmico durante os oitocentos. O que correspondeu, em parte, ao atendimento de demandas anteriores²⁴⁰, mas também refletiu a estrutura econômica e social da província no século XIX. Grande parte das emancipações ocorreu nas regiões sul e sudeste, as mais ativas economicamente, evidenciando a relação recíproca entre aspectos econômicos e políticos²⁴¹.

No interior da Zona da Mata, onde ainda não havia sido criada nenhuma vila, foram implantadas 10 sedes municipais entre 1831 e 1855 – ano de referência do mapa aqui analisado. A criação das três primeiras vilas está relacionada ao processo mais antigo de crescimento de seus núcleos urbanos. Correspondem, atualmente, aos municípios de Rio Pomba, emancipado em 1831, Visconde do Rio Branco, em 1839, e Piranga, em 1841 (FIG. 30). Os outros sete municípios foram resultado de processos mais contemporâneos, vinculados de forma mais direta ao contexto de transformações econômicas, políticas e territoriais ocorridas na primeira metade do século XIX. Esse é o caso do município de São João Nepomuceno, emancipado em

²⁴⁰ Como no caso do Arraial do Tejuco (atual cidade de Diamantina), que mesmo sendo um dos principais núcleos urbanos mineiros durante o século XVIII só recebeu o título de vila em 1831.

²⁴¹ Ver COSTA, Joaquim Ribeiro. Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, volume X, 1963, p. 69-73; e MORAES, Fernanda Borges de. **Aspectos da formação da rede urbana de Minas Gerais**. São Paulo: 2001. 10p. (mimeo).

1841; de Rio Preto, emancipado em 1844; Juiz de Fora, em 1850; Mar de Espanha, em 1851; Ubá, em 1853; Leopoldina, em 1854, e Muriaé, em 1855.

As vilas de São João Nepomuceno, Mar de Espanha e Leopoldina foram criadas no mesmo ano de suas freguesias; a paróquia de Mar de Espanha foi instaurada um mês antes da vila; a mesma lei elevou Leopoldina a paróquia e vila; e, no caso de São João Nepomuceno, a vila foi criada seis dias antes da paróquia²⁴². Esses episódios evidenciam dois processos, o primeiro é a lenta separação entre as instâncias civil e eclesiástica. Embora ela só ocorra efetivamente com a República, paulatinamente as questões políticas começaram a suplantar as de caráter religioso. O segundo é o aumento do espaço político alcançado pela região devido ao crescimento de sua importância econômica, o que acelerou inclusive as etapas de ascensão na hierarquia urbana. As três vilas citadas já apareciam como produtoras de café em meados do século XIX, assim como Rio Preto, Juiz de Fora e, de forma bastante incipiente, Muriaé. A emancipação era, assim, uma espécie de reconhecimento, por parte do governo provincial, da importância econômica de determinada localidade.

Nota-se, pela FIG. 30, uma visível concentração de vilas emancipadas nas porções sul e centro do que é hoje o território da Zona da Mata. O que mantém relação com o processo de povoamento mais intenso resultante da política de pacificação indígena (no centro) e da expansão da lavoura cafeeira (no sul). No entanto, as constantes supressões e restaurações de vilas (ANEXO 5) atestam tanto o caráter rudimentar das formações urbanas nesse momento quanto as estratégias políticas até então adotadas pelo governo provincial. Num relatório de 1851, o presidente José Ricardo de Sá Rego queixa-se dos inconvenientes da criação de diversos municípios. Como muitos deles não tinham recursos para construir suas câmaras e cadeias, o ônus acabava recaindo sobre os cofres provinciais²⁴³. Na tentativa de evitar tais gastos, vilas eram suprimidas e restauradas, com suas sedes sendo transferidas para núcleos urbanos considerados mais capazes de arcar com tais despesas.

²⁴² Ver ANEXO 5 - Genealogia dos Municípios da Zona da Mata emancipados até 1900.

²⁴³ RELATÓRIO que à Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinária de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, Presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typographia Social, 1851. p. 36.

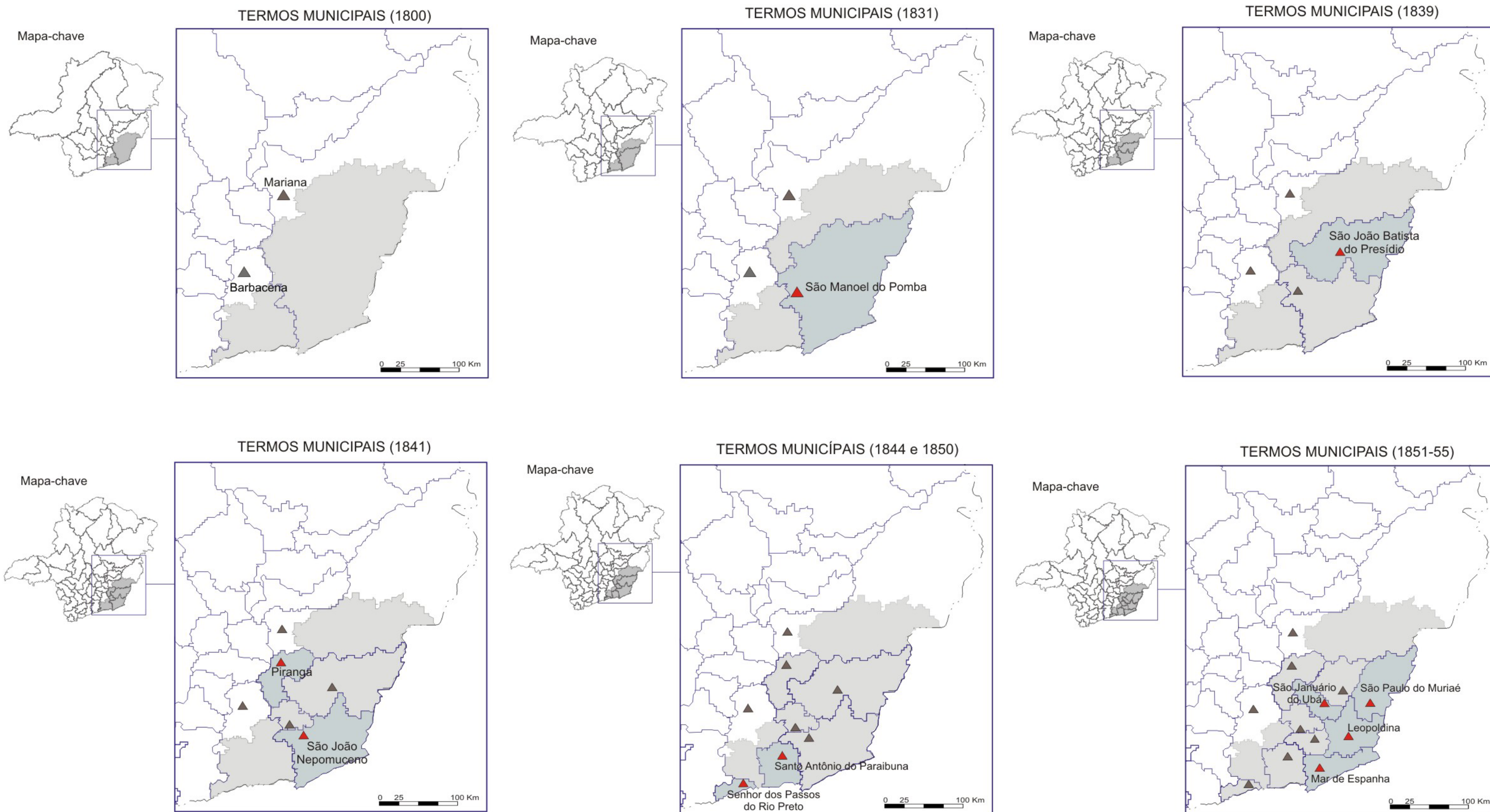


FIGURA 30 - Municípios criados na região da Zona da Mata ao longo da primeira metade do século XIX

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. **Aspectos da formação da rede urbana de Minas Gerais**. São Paulo: 2001. (mimeo) MAPAS 8 a 16, p. 6-8; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

- LEGENDA:**
- ▲ Vilas cujos termos abarcavam o território da Zona da Mata
 - Limite dos termos municipais
 - Zona Mata atual
 - ▲ Vilas criadas
 - Municípios criados

Embora ocorra uma proliferação do número de municípios e de núcleos urbanos no território mineiro, o processo de urbanização no século XIX teve características bastante distintas do ocorrido no século XVIII. Conforme defendido por Alexandre Cunha²⁴⁴, o progressivo crescimento e fortalecimento das atividades agrícolas – concomitante à diminuição dos rendimentos da extração aurífera – deslocou a força dinâmica da economia da mineração para a produção agropecuária. Os núcleos urbanos que se formaram e cresceram nas últimas décadas dos setecentos e ao longo dos oitocentos foram resultado do aumento da significância econômica do espaço rural, que demandava novas centralidades para a organização dos fluxos mercantis intra e inter-provinciais, servindo como entrepostos comerciais e centros de serviços.

A referida urbanização no período não é, desta forma, fenômeno inconciliável com o movimento apontado de ruralização que, com ritmos diversos no interior do território, vai desde o final do século XVIII tomando a frente na dinâmica da produção dos espaços nas Minas, é antes o resultado disto.²⁴⁵

Evidência desse processo é justamente o crescimento do número de espaços citadinos exatamente nas áreas mais ativas da economia de base agropecuária, o sul e o sudeste. No entanto, como eram as áreas rurais os locais mais dinâmicos, os núcleos urbanos do século XIX se caracterizaram por um processo de urbanização mais lento, apresentando um tipo de vida urbana diferenciada da efervescência dos centros mineradores. A partir das descrições dos diversos viajantes que percorreram Minas Gerais nesse período, Cunha também ressalta o caráter pacato desses espaços urbanos. A grande maioria deles adquiria maior movimento nos finais de semana, estando quase abandonados nos outros dias. No ano de 1814, numa descrição sobre a povoação de Santana dos Ferros (atual sede do município de Guaraciaba) Eschwege nos deixa um relato sobre tal característica:

Também o arraial mencionado aqui teve sua origem na mineração de ouro nas margens do rio Piranga, que era extremamente rico, segundo dizem. Hoje em dia, apenas alguns faiscadores ainda trabalham nele, e a decadência total desse arraial teria sido inevitável não fosse a fertilidade da região vizinha, que ofereceu outros meios de sustento. Atualmente, a maior parte dos habitantes dedica-se à lavoura e mora nas fazendas espalhadas

²⁴⁴ CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província**: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. p. 96-121.

²⁴⁵ Ibidem. p. 98.

pela região, mantendo-se suas casas no arraial, para uso aos domingos e feriados, quando vão à igreja. Nos outros dias da semana, esses lugares ficam despovoados.²⁴⁶

Ao longo da primeira metade dos oitocentos, os viajantes que estiveram no interior do que é hoje o território da Zona da Mata nos apresentam núcleos urbanos relativamente pequenos e ainda bastante rústicos. Suas descrições e impressões revelam inclusive alguns dos aspectos do processo primitivo de formação de tais núcleos. Segundo Saint-Hilaire²⁴⁷, em 1822, o arraial de Rio Preto (atual cidade homônima) era constituído de uma única rua paralela ao rio, com uma igreja servida por um capelão. O povoado de Ibitipoca (Conceição de Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte) possuía uma pequena capela e meia dúzia de casas que a rodeavam, *“cuja maioria está [estava] abandonada, além de algumas outras, igualmente miseráveis, construídas na encosta de outra colina.”*²⁴⁸ Santa Rita de Ibitipoca (núcleo inicial do atual município) também se resumia a uma única rua com algumas “bonitas lojas”. Em 1824, o Barão de Langsdorff, ao passar pelo arraial das Mercês (hoje cidade homônima), descreve a existência de uma rua e uma praça aberta, onde ficava a capela²⁴⁹. Gardner, em 1841, relata que esse arraial tinha *“apenas uma rua de cerca de um quarto de milha de comprimento. Em grande praça ao meio do Arraial estão [estavam] umas boas casas de dois andares e uma única igreja”*²⁵⁰. Mesmo a povoação do Presídio de São João Batista, de formação um pouco mais antiga, apresentava um aspecto bastante singelo. Segundo Freyreiss, no início do ano de 1815, *“no presídio, as casas são [eram] de construção pobre, não se vendo prosperidade em lugar nenhum”*²⁵¹. Spix e Martius, que estiveram no povoado pouco tempo depois, assim o descreveram: *“Este lugarejo consta de umas*

²⁴⁶ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 63.

²⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. p. 24, 35 e 36.

²⁴⁸ Ibidem. p. 35.

²⁴⁹ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 64.

²⁵⁰ GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 e 1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 233.

²⁵¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 139.

*trinta casas; era cercado de espessas matas virgens, ou, no sítio onde essas foram desbastadas, cercado de prósperas roças.*²⁵²

No geral, as povoações tinham tamanho bastante reduzido e mesmo os principais centros urbanos mineiros, como Ouro Preto, Mariana e São João Del Rei, aos olhos de hoje eram apenas vilarejos um pouco mais extensos que os demais. Se considerarmos que em muitos desses arraiais parte das residências não eram habitadas durante a semana, seu aspecto torna-se ainda mais pacato. No entanto, esse era o padrão que caracterizava o processo de urbanização no período e alguns dos núcleos urbanos da Zona da Mata, como Piranga e Ponte Nova, possuíam população comparável a centros mineiros importantes, como Barbacena e Queluz (ANEXO 6). Afora seu tamanho reduzido, os núcleos citadinos desempenhavam funções sociais, culturais, econômicas e políticas de grande importância para a sociedade da época. E mesmo a pequenez dos arraiais não era empecilho para a adoção de certos aspectos de urbanidade. Spix e Martius, ao passarem por Santana dos Ferros, ressaltaram tal característica:

O povoado consiste em poucas casas habitadas, na maioria por pretos e mulatos. Mesmo neste lugarejo remoto, notam-se ainda vestígios de costumes da civilização européia: a venda era abastecida não só de alguns dos mais necessários gêneros, tocinho, açúcar, cachaça, fubá, mas também de chitas, rendas, utensílios de ferro e outros artigos.²⁵³

Poucos anos depois, Langsdorff assim nos apresenta esse arraial:

... um local que nos causou boa impressão. A nova capela ainda está inacabada, e todas as casas, a maioria de dois andares, haviam sido pintadas recentemente de branco, o que dava ao lugar uma aparência de riqueza e prosperidade. Desde São João del Rei estávamos sentindo falta disso. Logo depois contaram-nos que todos haviam pintado suas casas de uma só vez para homenagear o bispo quando de sua chegada.²⁵⁴

Outro aspecto destacado pelos viajantes é a importância da construção das capelas para a formação dos arraiais. Em 1824, o mesmo Barão de Langsdorff relata da seguinte maneira o processo de formação urbana do atual município de Mercês:

²⁵² SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 1. p. 237.

²⁵³ Ibidem. p. 235.

²⁵⁴ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 112.

Arraial das Mercês é um povoado que deve seu nascimento, há mais ou menos 25 anos, mais ao acaso que a qualquer outro motivo especial. Proprietários de terra abastados ajudaram um padre a construir uma capela. Tão logo ela ficou pronta, eles acharam por bem construir para si uma casa ou uma pousada nas proximidades da capela, a fim de poderem assistir à missa e às festas da Igreja com mais conforto. Pouco a pouco, vieram também vendeiros, sapateiros, alfaiates e donos de mercearias, de forma que hoje, após 20 anos, existe ali uma aldeia no meio da floresta, totalmente rodeada de morros cultivados e habitada por aproximadamente 300 almas. As casas são quase todas de um só andar, de pau-a-pique, brancas por fora e com portas pintadas de vermelho, o que dá ao conjunto um ar alegre.”²⁵⁵

Do mesmo modo, o processo de constituição do núcleo sede do atual município de Ubá é descrito por Langsdorff como resultado da ereção de uma capela: *“a Aldeia d’Ubá é pequena e insignificante, mas a redondeza é agradável, e o local parece crescer diariamente (considerando-se as muitas casas novas). A capela de São Januário foi construída há seis anos, surgindo com ela a aldeia.”*²⁵⁶ Caso um tanto singular ocorreu nos primórdios da formação urbana da atual cidade de Viçosa. Eschwege, ao passar pelo arraial em finais do ano de 1814, assim o descreveu:

Santa Rita é uma capela pertencente ao padre Manoel Ignácio (...). Ao lado da capela fica a casa do capelão e uma outra construção comprida, destinada à acomodação de pessoas que freqüentam a igreja aos domingos e feriados. O padre mantém aqui uma taberna, onde se pode obter vinho, cachaça e alguns artigos comerciais por altos preços. Como o padre não permite que outras pessoas se estabeleçam perto da capela, todos são obrigados a abrigar-se nessa casa, devendo, assim, tirar bastante lucro disso.²⁵⁷

Pelo relato, o patrimônio da capela não havia sido concedido até então. Como o proprietário das terras não consentia a construção de novas residências junto ao templo, o arraial encontrava-se com o desenvolvimento bastante retardado. Dez anos depois, Langsdorff nos apresenta o resultado dessa contenda:

Esta capela [de Santa Rita] (...) ficou muito tempo isolada, porque o proprietário fundador não quis ceder suas terras. Em função disso, as pessoas estabeleceram-se o mais perto possível, do outro lado de um pequeno córrego, distante da capela cerca de 10 minutos, na encosta de um morro bastante ingrato, que nem água potável oferecia. Mas, quando o proprietário faleceu, a comunidade, com a intervenção do bispo, solicitou aos herdeiros e recebeu o pequeno pedaço de terra onde está a capela, como propriedade da protetora da igreja, Santa Rita. Agora estão

²⁵⁵ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 64.

²⁵⁶ Ibidem. p. 89.

²⁵⁷ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 64-65.

começando a assentar lá as casas do arraial. A localização é muito boa, de forma que vai ser possível construir uma vila bonita e bem organizada, com ruas largas e praças abertas.²⁵⁸

Conforme discutido no capítulo anterior, a capela era um elemento que marcava, fixava a centralidade, daí sua importância para o processo de formação dos arraiais mineiros. Essa centralidade, a princípio simbólica e cultural, paulatinamente aglutinava ações de caráter econômico – tornava-se ponto de apoio à comercialização de gêneros agrícolas, concentrava o oferecimento de serviços e o comércio local –, de caráter político – tornando-se sede de um conselho municipal e centro de reivindicações junto ao governo provincial – e mesmo de caráter social – enquanto local de encontro de um grupo de *status*, como os fazendeiros locais.

Impulsionados pelo povoamento que se intensificava, os arraiais da Mata, mesmo de forma lenta, apresentaram certo crescimento urbano, alguns de maneira até surpreendente. Como o caso de Mercês, que contava, em 1830, com cerca de 80 fogos²⁵⁹ e 464 habitantes (ANEXO 6) e, no ano de 1851, segundo o zoólogo alemão Hermann Burmeister, que por ali passou em viagem exploratória, o povoado totalizava algo em torno de 150 casas e 1.400 habitantes²⁶⁰. A vila de São Manoel do Pomba também apresentou grande crescimento nesse intervalo de tempo. Em 1824, Langsdorff assim a descreveu:

A aldeia da Pomba ficou aquém de nossas expectativas. É o lugar mais miserável que já encontramos até hoje. A igreja é uma das mais antigas da região e agora está em franca decadência. Como todas as outras, ela é de pau-a-pique e fica numa grande praça aberta e livre. O lugar tem várias ruas, as casas são pequenas e térreas.²⁶¹

Já em 1851, Burmeister nos apresenta o seguinte panorama:

... ao dobrar a estrada, que passava ao pé da colina, avistei uma grande cidade, com belas casas, caiadas de branco, e duas igrejas. Agradável surpresa! (...) Um grande quadrado no centro forma a praça principal,

²⁵⁸ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 104.

²⁵⁹ Fogos eram casas ou famílias de que se constituía uma povoação ou determinado território. (MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 2. p. 494)

²⁶⁰ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p.199.

²⁶¹ SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. p. 72.

flaqueada por belas construções de dois andares. A leste vemos a matriz de Santo Antônio e, a norte, a Casa da Câmara com a prisão, um grande edifício de madeira, cujo estuque de barro já estava caindo em vários pontos. (...) No mercado havia ainda três casas comerciais, com mercadorias variadas, freqüentadas, nas horas da tarde, pelas senhoras que ali faziam suas compras, adquirindo fazendas e admirando as últimas criações da moda. Numa rua paralela à nossa, que saía da praça principal, vi uma farmácia e, na sala contígua, uma pequena biblioteca, a primeira que encontrei no interior do país.²⁶²

De uma população de aproximadamente 273 habitantes e 39 fogos em 1830 (ANEXO 6), o arraial de São Manoel passou a 1.000 habitantes e 130 fogos em 1851²⁶³. Tais dados evidenciam o dinamismo do processo de povoamento da região, favorecendo não só à formação de novos núcleos urbanos como também propiciando seu crescimento e consolidação. Ao percorrer parte do atual território da Mata, em 1851, Burmeister relata tanto a rusticidade dos pequenos povoados de formação mais recente quanto a prosperidade de alguns núcleos urbanos melhor servidos pelos caminhos, como no caso de Santa Rita de Meia Pataca, hoje cidade de Cataguases:

A aldeia forma um retângulo em cujo meio se encontra a igreja, por onde passa a estrada que conduz até a ponte e às margens do rio Pomba. As casas eram todas de aspecto agradável e emolduradas por faixas brancas de cal. Havia, mais ou menos, umas 30, inclusive uma farmácia na grande praça onde estava a igreja. (...) O lugar revela certo movimento, e a estrada vinda do interior, atravessando o rio Pomba e seguindo para Cantagalo e Nova Friburgo até o Rio de Janeiro, aumenta-lhe ainda a importância.²⁶⁴

Também o núcleo urbano de Juiz de Fora, atravessado pela Estrada do Paraibuna e recém elevado a vila quando da passagem do viajante, apresentava certo aspecto de prosperidade:

... vimos, numa grande planície, a aldeia de Juiz de Fora como uma longa fila de casas e uma grande igreja de duas torres situada para o lado da encosta. (...) Bonitos sobrados formavam, na continuação, uma longa rua reta, construída em sua maior parte do lado sul. A igreja, de madeira, ainda estava em construção, mormente as torres já tinham telhado mas nenhuma parede ainda. Surpreendi-me ao ver que o telhado era de zinco.²⁶⁵

²⁶² BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 197-198.

²⁶³ Ibidem. p. 198.

²⁶⁴ Ibidem. p. 112.

²⁶⁵ Ibidem. p. 312-313.

Esses relatos ressaltam, mais uma vez, a importância dos caminhos enquanto instrumentos de disseminação e incentivo ao povoamento. Materializando a rota dos fluxos mercantis na região, a estrutura formada pelas estradas e núcleos urbanos se consolidava à medida que tais fluxos se dinamizavam. Esse processo favorecia tanto ao aumento da importância estratégica dos centros urbanos, enquanto pontos de apoio e de articulação do comércio, quanto à melhoria de sua infra-estrutura urbana e certo crescimento de seu contingente populacional.

Enfim, todo o panorama descrito até aqui reflete o dinamismo e a amplitude da abertura territorial ocorrida na primeira metade do século XIX. O processo de incorporação da Mata ao território e à economia mineira ganha maior vigor nesse momento, permitindo a disseminação de núcleos urbanos no interior da região e o encontro das frentes de ocupação desencadeadas durante o século XVIII. Conforme veremos no próximo capítulo, tal processo será ainda potencializado até o final dos oitocentos, consolidando efetivamente a estrutura da rede urbana regional.

CAPÍTULO IV

CAFÉ E PUJANÇA ECONÔMICA

Ao longo deste capítulo, nossa investigação se direciona para a segunda metade do século XIX. A ocupação da Zona da Mata se adensa e se consolida nesse momento. Até o final dos oitocentos, as bases de estruturação da rede urbana regional estariam praticamente completadas e as principais características dessa rede já se fariam sentir sobre o território, chegando inclusive à atualidade.

IV.1. Difusão da lavoura cafeeira

Durante a segunda metade do século XIX, a exportação de café na província de Minas Gerais – e, mais precisamente, na Zona da Mata – cresceu de forma expressiva, alcançando cifras que chegaram a perfazer praticamente 70% do valor total das exportações mineiras (TAB. 1, p. 113). Esse aumento foi sustentado tanto pela expansão das áreas de cultivo rumo ao centro e norte do atual território da Zona da Mata quanto à sua intensificação nas áreas originais onde a cultura foi implantada. A difusão da lavoura impulsionou o adensamento demográfico e o aumento da importância econômica e política da região. Apresentando uma das mais altas taxas de crescimento populacional da província – tanto escrava quanto livre –, a Mata passou de um contingente de aproximadamente 4% do total da população provincial, em 1830, para 16,57%, em 1872.²⁶⁶

Embora haja um consenso entre os estudiosos de que a expansão cafeeira tenha se intensificado a partir de meados do século XIX, existem evidências de que a rubiácea já era plantada no norte da Mata desde o princípio dos oitocentos²⁶⁷. Nesse momento, no entanto, a produção estava voltada fundamentalmente para o auto-abastecimento das unidades rurais e dos núcleos urbanos mais próximos. Quando a expansão mercantil ganhou força, os processos originais de apropriação do solo rural na Mata determinaram modos distintos de implantação da lavoura em suas diferentes sub-regiões.

²⁶⁶ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ UFOP, 1999. p. 22.

²⁶⁷ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 200-208.

A entrada do café no sul foi responsável por um reforço do padrão de concentração fundiária característico de sua ocupação desde a abertura do Caminho Novo. As unidades produtivas correspondiam a glebas territoriais relativamente extensas, em que a mão-de-obra escrava era utilizada de forma intensiva. Pela aquisição de sesmarias ou do lançamento de posses, grandes fazendeiros se instalaram, muitas vezes beneficiados por facilidades e favores obtidos junto ao governo mineiro²⁶⁸. A expansão da lavoura rumo ao centro e ao norte se deu, entretanto, sobre um território que já vinha passando por um processo de povoamento baseado na implantação de pequenas e médias unidades camponesas voltadas para o auto-sustento. Essas unidades possuíam uma produção diversificada e o uso da mão-de-obra escrava era bem menos intenso.

Segundo Carrara²⁶⁹, no momento em que a expansão cafeeira ganhou vigor, a fronteira de ocupação territorial na Mata central já se encontrava praticamente definida. A partir de meados do século XIX, nos inventários da freguesia de São João Batista do Presídio passaram a inexistir expressões como “matos virgens” e “capoeiras”, então substituídas por “pastos”. Em 1831, o termo “sertão” foi usado pela última vez nas confrontações de propriedade. A partir da década de 1840, os inventários também deixaram de registrar propriedades adquiridas por “título de posse”. A aquisição passou a ser feita, a partir de então, fundamentalmente por compra ou herança. Mesmo no vale do Muriaé, onde a fronteira ainda estava em vias de fechamento, o padrão da produção agrária se apresentava mais diversificado e a propriedade do solo, mais pulverizada.

Nesse contexto, a difusão da lavoura se deu, a princípio, a partir de sua incorporação – ou intensificação – nas propriedades de pequeno e médio porte já existentes. As unidades produtivas mantiveram seu caráter diversificado. Os cafezais representavam uma oportunidade do lavrador se inserir na produção

²⁶⁸ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 224-225; CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ UFOP, 1999. p. 19-26.

²⁶⁹ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ UFOP, 1999. p. 34-37.

mercantil de exportação, possibilitando o aumento da renda familiar²⁷⁰. Na realidade, poderíamos dizer que se o cultivo do café na Mata chegou a caracterizar um padrão monocultor, tal padrão só ocorreu de forma efetiva no sul da região. E, conforme já comentado no capítulo anterior, mesmo as fazendas dessa sub-região, sensivelmente mais extensas e com maior número de cafezais, possuíam uma produção agrícola complementar que lhes garantia boa parte de seu auto-abastecimento e ainda permitia a comercialização de outros produtos além do café.

No entanto, a capacidade de manutenção desse sistema agrícola camponês sofreu duras perdas ao longo do século XIX. O crescimento demográfico da região resultou num processo de parcelamento contínuo das propriedades rurais entre os herdeiros, reduzindo suas possibilidades de inserção mercantil e de reprodução de seu modo de vida. Além disso, certa concentração da riqueza foi provocada pela expansão cafeeira, levando o pequeno agricultor a adotar outras formas de produção agrícola, como o arrendamento e a parceria²⁷¹. Embora os fazendeiros do sul da Mata tenham se utilizado amplamente da mão-de-obra escrava até a última hora, no centro e no norte o plantel mancipio decresceu ao longo das duas últimas décadas da escravidão no Brasil. Certamente existiram grandes proprietários escravistas nessas sub-regiões, no entanto, formas intermediárias de proletarização do trabalhador rural foram ganhando espaço mesmo antes da abolição.

O sistema de parceria constituiu-se uma alternativa conveniente, pois supria tanto as necessidades do fazendeiro, dono da terra – que muitas vezes não dispunha de recursos suficientes para o pagamento de salários –, quanto às do parceiro, responsável pelo manejo da lavoura, uma vez que representava a possibilidade de produzir para sua própria subsistência. O cultivo de gêneros de abastecimento, numa porção do terreno ou entre as fileiras do cafezal, era prática

²⁷⁰ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ UFOP, 1999. p. 43-44.

²⁷¹ Ibidem. p. 21-24 e 49-54; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p. 208-212.

consentida pelos proprietários das terras e bastante comum na região. Quando da passagem do trabalho escravo para o livre, a parceria foi utilizada em larga escala²⁷².

Desse modo, diferentemente de São Paulo, a questão da mão-de-obra em Minas foi resolvida com o aproveitamento da população internamente disponível, utilizando o liberto e o nacional. A imigração foi bastante modesta durante o Império e mesmo após a proclamação da República. Só para se ter uma idéia, entre os anos de 1882 e 1884, entraram pelo porto do Rio de Janeiro 70.624 imigrantes. Destes, 27% se dirigiram para São Paulo e apenas 5% para Minas Gerais. Mesmo com a aprovação, em 1885, de uma lei que autorizava o governo mineiro a pagar a passagem dos estrangeiros introduzidos em estabelecimentos agrícolas, a imigração para a província permaneceu reduzida. Em 1886 e 1887, de um total de 77.276 entradas pelo porto carioca, Minas recebeu a cota inexpressiva de 2,9%, enquanto a de São Paulo chegava a 52,5%²⁷³.

Outros fatores, tanto políticos quanto culturais, contribuíram para a pequena participação do imigrante na formação da sociedade e do mercado de trabalho na Mata. A política de imigração da província foi bastante modesta se comparada com São Paulo, faltavam recursos financeiros e interesse por parte dos particulares. Muitos fazendeiros eram contrários à divisão de parte de suas terras entre os colonos, o que dificultava a fixação dos estrangeiros. Não raro os imigrantes recém-chegados a Minas reemigravam para São Paulo, onde o trabalho era melhor remunerado e existiam políticas mais eficientes para sua estabilização²⁷⁴. A cafeicultura na Zona da Mata também não possuía o mesmo nível de produtividade e a mesma capacidade de acumulação encontrada no oeste paulista. A possibilidade de retenção do excedente era limitada por uma estrutura de comercialização sediada no Rio de Janeiro, pelo fechamento da fronteira de expansão agrícola na década de 1890 (já na porção norte da região) e pelo grande número de cafezais velhos com produtividade decrescente²⁷⁵. Frente a tal contexto, as práticas de trabalho agrícola

²⁷² LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985. p. 111-120.

²⁷³ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas, 1889-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974. p. 30.

²⁷⁴ Ibidem. p. 85.

²⁷⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985. p. 143-144.

que já vinham sendo implementadas na região, associadas ao contingente populacional internamente disponível, configuraram-se como alternativas mais viáveis.

Autores como Clélio Campolina Diniz²⁷⁶ e João Heraldo Lima²⁷⁷ dedicaram-se amplamente a retratar o “atraso” do complexo cafeeiro matense se comparado ao paulista. Diniz ressalta que a organização da produção do café em Minas foi feita sob bases capitalistas deficitárias, fator que impediu um desenvolvimento comercial e urbano-industrial no mesmo ritmo que São Paulo. A adoção de relações de produção não assalariadas impossibilitou a formação de um mercado de trabalho e de consumo; a tendência das fazendas para a auto-suficiência era um entrave ao desenvolvimento da produção mercantil de alimentos; e um sistema de comercialização pulverizado, em que o café era vendido na porta da fazenda ou na estação mais próxima, transferia para a cidade do Rio de Janeiro os benefícios do comércio de exportação.

Com o correr do século, fatores ambientais tornariam inevitável a decadência dos cafezais. Herdeiro das técnicas de produção agrícola existentes em Minas desde o início de seu povoamento, o café era plantado após a derrubada e queima da vegetação nativa. A utilização desse método provocou uma impressão distorcida sobre a fertilidade dos solos²⁷⁸. A mata atlântica, como a floresta amazônica, possui plantas adaptadas a solos pobres e chuvas abundantes. Sua nutrição é garantida pela matéria orgânica depositada a partir da decomposição de galhos, folhas e animais. Quando queimadas, as cinzas incorporam alguns nutrientes ao solo, que se somam à camada de matéria orgânica antes sustentada pela floresta. O resultado é um desenvolvimento inicialmente vigoroso dos cafezais, seguido por um declínio relativamente rápido de sua produtividade. Sem a cobertura da floresta, desaparece a reposição natural de nutrientes e o solo, que já era pobre, tem seu potencial agrícola bastante debilitado. Além disso, formas de plantio inadequadas para o

²⁷⁶ DINIZ, Clélio Campolina. O Atraso Mineiro e suas Explicações. In: _____. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. p. 99-120.

²⁷⁷ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981. 105p.

²⁷⁸ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 114-116.

relevo acidentado característico da região levaram à formação de processos erosivos e à lixiviação do solo.

Fatores ambientais e sociais parecem ter atuado de forma conjunta tornando insustentável a economia agro-exportadora então existente na Zona da Mata. Na realidade, a estruturação dessa economia se deu de forma muito desordenada, interagindo de maneira perniciosa com os processos originais de ocupação do solo na região. Sobretudo na Mata central e norte, a cultura agro-exportadora teve que conviver com toda uma estrutura social fundamentada no auto-abastecimento e nas relações de comércio interno, em que os núcleos urbanos eram centros de uma socialização mediada, em grande parte, pela religiosidade e pela necessidade de complementação, através do pequeno comércio, do aparato necessário para a reprodução da vida cotidiana.

Desde os momentos iniciais, o desenvolvimento agrícola da capitania e depois província de Minas Gerais esteve relacionado a uma noção de subsistência muito presente. A introdução de um cultivo agro-exportador foi prejudicial tanto para as formas de produção então existentes, que foram em parte desestruturadas, quanto para a própria lavoura de exportação, pois as técnicas de produção agrícola utilizadas não eram adequadas a um cultivo intensivo. Mesmo a adoção da parceria e a tendência de auto-suficiência das fazendas eram características que se vinculavam ao modo como a sociedade mineira se constituiu ao longo do tempo e assim se expandiu pelo interior da província. O complexo cafeeiro da Mata parece ter configurado, assim, um sistema híbrido, no qual foram mescladas ao setor agro-exportador características herdadas dos modos de vida e de produção agropecuária das Minas antigas.

Num contexto de expansão do sistema agrícola capitalista, esse modelo, em parte fundamentado na tradição, teve êxito apenas por algumas décadas. As técnicas de cultivo não adaptadas à produção intensiva levaram rapidamente à exaustão dos solos. O modo de utilização da mão-de-obra não implicou na formação de uma classe consumidora que dinamizasse os mercados e o sistema de comércio não permitiu a retenção de um excedente capaz de propiciar, por exemplo, um processo de industrialização mais vigoroso. O final do século XIX anunciava, assim, a retração da economia cafeeira na Mata.

No entanto, a complexidade desse processo social resultou numa rede urbana que também desenvolveu algumas especificidades. Uma delas foi a própria alteração dos padrões de urbanização que até então caracterizavam as regiões de economia agro-exportadora no território luso-brasileiro. Segundo Francisco de Oliveira²⁷⁹, as cidades do mundo colonial português, por controlarem a produção agrícola de exportação – intermediando seu contato com o mercado internacional de mercadorias –, desempenhavam a função de sede do capital comercial. Essa característica foi responsável pela formação de polarizações muito fortes: uma economia fundada na monocultura não seria capaz de criar, como na Europa, uma imensa cadeia de aldeias e pequenas cidades. O padrão de urbanização consistia numa rede urbana pobre e fortemente polarizada por poucas e relativamente grandes cidades.

Ao longo de todo o século XIX, a expansão das economias agro-exportadoras, sobretudo aquelas vinculadas ao café, ensejaram um processo de urbanização que manteve alguma continuidade com esse modelo, pois os núcleos urbanos mantiveram e potencializaram a função de articuladores comerciais da produção. A própria polarização exercida pela cidade do Rio de Janeiro sobre a Mata e mesmo o grande crescimento do núcleo urbano de Juiz de Fora²⁸⁰ podem ser entendidos como herdeiros desse padrão colonial. No entanto, o que temos visto ao longo deste trabalho é uma realidade bem mais complexa. A própria inexistência da monocultura em seus moldes clássicos já invalida as generalizações.

É preciso ressaltar que essa economia foi introduzida num território que vinha sendo ocupado desde o século XVIII e, desse modo, já possuía uma rede de núcleos urbanos que vieram a se desenvolver de forma concomitante à expansão da lavoura. Desse modo, tais núcleos distribuíram entre si certas funções junto ao comércio de exportação. Segundo João Heraldo Lima²⁸¹, os municípios cafeeiros da Zona da Mata contavam com um pequeno comércio que incluía grande parte da comercialização da safra de café. As casas comerciais de diversos municípios funcionavam como intermediárias entre os inúmeros produtores e as casas

²⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 6, 1982. p. 37-39.

²⁸⁰ Retomaremos o caso de Juiz de Fora no item IV.2. A hipercentralidade de Juiz de Fora.

²⁸¹ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 61-62.

exportadoras do Rio de Janeiro. Cada uma daquelas pequenas casas (dos municípios) representava um pequeno pólo de atração para onde convergia a produção dos fazendeiros mais próximos. Mesmo em Juiz de Fora, principal centro econômico e de convergência da produção cafeeira, vigorava a mesma estrutura de comércio, ou seja, os seus pequenos comerciantes funcionavam como intermediários entre o produtor e os grandes exportadores e comissários do Rio de Janeiro. Se, por um lado, essa estrutura não possibilitou uma participação mais efetiva de Minas Gerais nos avultados lucros provenientes do comércio de exportação, por outro, permitiu a erradicação de uma estrutura de rede urbana pulverizada no espaço.

Desde o princípio, a conformação dessa rede se caracterizou por um processo relativamente difuso de implantação de assentamentos humanos e pequenos núcleos urbanos de apoio a uma expansão territorial em parte camponesa e em parte mercantil. Durante o século XIX, a densidade dessa rede só fez aumentar. Desse modo, com a introdução do comércio do café, os núcleos urbanos conservaram a função de sede do capital comercial, embora numa escala bem menor que aquela que caracterizou os dois primeiros séculos de colonização da América Portuguesa. Houve, no entanto, uma cidade que se destacou nessa função, merecendo aqui uma atenção mais detida.

IV.2. A hipercentralidade de Juiz de Fora

Ao longo dos últimos dois séculos, o grande crescimento alcançado pela cidade de Juiz de Fora fez dela a maior da Zona da Mata e a quarta de Minas Gerais²⁸². Conforme apontado na introdução deste trabalho, salta aos olhos a forte discrepância entre a concentração populacional do núcleo urbano de Juiz de Fora frente às demais cidades da região. Tal fato pode ser entendido, em grande parte, como resultado do processo de formação da cidade e também do modo como ela se inseriu nas rotas do comércio regional e provincial.

Embora o povoamento da área do município de Juiz de Fora tenha se iniciado de forma simultânea à abertura do Caminho Novo, foi a partir das obras de

²⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo 2000. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 09/06/2005.

retificação e melhoramento desse caminho – dando origem à Estrada do Paraibuna – que o núcleo urbano se formou. Em meados da década de 1830, o arraial de Santo Antônio do Paraibuna principiou seu desenvolvimento à margem da estrada, servindo como ponto de apoio para realização das obras:

A localidade, em sua forma atual, é de origem recente: nascera porque os habitantes da aldeia mais antiga, situada no lado norte do Paraibuna (...), deslocaram-se para o lado sul do rio, a uma distância de meia hora, quando a nova estrada tomou esse rumo.²⁸³

Desfrutando de uma localização privilegiada – na rota obrigatória dos viajantes e comerciantes que circulavam entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro – o povoado conheceu um crescimento relativamente rápido. Em 1850, Santo Antônio foi elevado, pela mesma lei, à paróquia e vila e, em 1856, tornou-se cidade. A denominação de Juiz de Fora, topônimo antigo de uma fazenda no local, veio em 1865²⁸⁴. O núcleo urbano se implantou, assim, de forma central na porção sul do que é hoje a Zona da Mata (ver FIG. 28, p. 127), a meio caminho da travessia das áreas de floresta que então existiam. Era a partir dali que se iniciava a subida da Serra da Mantiqueira para quem ia às Minas e o ponto final da descida, para os que se dirigiam ao Rio de Janeiro.

Ainda na primeira metade do século XIX, a expansão dos cafezais pela bacia do Paraíba do Sul chegou rapidamente à região de Juiz de Fora, que é banhada pelo rio Paraibuna, um dos afluentes da margem esquerda. Grandes fazendas se instalaram. Nesse momento, o centro urbano já era servido pela melhor via terrestre de Minas Gerais, a Estrada do Paraibuna. Como o estado de conservação das estradas na província era sofrível, a passagem por Juiz de Fora era rota quase que obrigatória para as mercadorias que chegavam ou saíam de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Ao longo dos oitocentos, novas melhorias no sistema de transportes vieram a reforçar a centralidade juiz-forana, sobretudo após a construção da Rodovia União e Indústria. Essa rodovia foi considerada uma das melhores estradas de rodagem do Império, sendo a ligação mais rápida e eficiente com a praça carioca:

²⁸³ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 313.

²⁸⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 178.

A estrada que a companhia [União e Indústria] fez construir entre Petrópolis e a cidade do Parahybuna foi aberta ao transito em todo o seo desenvolvimento no dia 24 de junho de 1861 e é sem duvida a melhor deste genero que o Brasil possui; compreendendo 7½ leguas em territorio mineiro desde a recebedoria do Parahybuna até a cidade de mesmo nome (antigamente Juiz de Fôra), forma ella presentemente a arteria principal pela qual a provincia se communica com o Rio de Janeiro.²⁸⁵

A Rodovia também possuía ramais secundários que faziam a ligação entre Juiz de Fora e outros núcleos urbanos da Zona da Mata. Sendo ponto terminal e de integração, a cidade serviu como centro de escoamento da produção regional e local onde primeiro chegavam os produtos importados da Corte e da Europa. Tal posição favoreceu positivamente o desenvolvimento urbano do município. Juiz de Fora tornou-se o principal entreposto comercial de Minas Gerais, ponto de encontro entre tropeiros, comerciantes e fazendeiros. “*A Rodovia União e Indústria revolucionou o sistema de transportes em Minas Gerais e abriria horizontes promissores à produção, ao comércio, à indústria e ao desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora*”²⁸⁶.

Durante a década de 1870, quando se iniciou a penetração das linhas férreas pelo território mineiro, a cidade também saiu privilegiada. Foi uma das primeiras a receber uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1875²⁸⁷, o que permitiu maior intensidade em seu intercâmbio comercial com o Rio de Janeiro. E, ainda em 1881, partiram dali, fazendo conexão com o interior da Zona da Mata, os trilhos da Companhia Juiz de Fora-Piau²⁸⁸, depois encampada pela principal companhia de estradas de ferro da região: a Leopoldina.

O desenvolvimento da economia cafeeira também contribuiu muito para a concentração de capitais em Juiz de Fora. O crescimento da cidade ocorreu de forma simultânea à difusão da lavoura na Mata. Em meados do século XIX, o município já era o maior produtor da região²⁸⁹. Grande quantidade do grão era

²⁸⁵ GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Provincia de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863. p. 46-47.

²⁸⁶ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 34.

²⁸⁷ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 104.

²⁸⁸ RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto: Typ. da Actualidade, 1881. ANEXO 1, p. 73.

²⁸⁹ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 31.

reunido ali e escoado em conjunto para o porto carioca. Ao longo do século XIX, a ligação econômica entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro só fez aumentar, capitaneada pelo comércio de gêneros de abastecimento e depois pelas exportações de café. Tal conjuntura reforçou a polarização exercida pela capital do Império sobre a porção sudeste do território mineiro. Desfrutando de uma localização relativamente próxima e servida por um sistema de transportes considerado a ligação mais eficiente entre Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, Juiz de Fora reuniu condições que a permitiram alcançar um considerável desenvolvimento para a época.

Essa conformação concentrada identifica-se com o padrão colonial apontado no item anterior e pode ser relacionada, em certa medida, à chamada rede urbana dendrítica²⁹⁰, uma das formas espaciais mais simples assumidas pelas redes urbanas. Tal formação tem seu ponto de partida na criação de uma cidade estratégica, localizada junto ou próxima ao mar. Essa cidade é o ponto inicial de penetração no território à sua volta, sendo também sua porta de entrada e saída. Desde o início, ela reúne as principais funções econômicas e políticas, transformando-se num centro desmesuradamente grande em relação aos demais sob sua influência. É, assim, uma “cidade primaz”, onde se concentra o comércio atacadista exportador e importador, assim como a maior parte da renda e da elite regional.

Cabe ressaltar, entretanto, algumas diferenças notáveis. A primeira delas é que a “cidade primaz” da Mata não poderia estar localizada junto ao mar, abrigando um porto, devido à própria especificidade do povoamento mineiro, que se deu a partir do interior do território. Desse modo, poderíamos dizer que tal posto era dividido entre o Rio de Janeiro, a cidade primaz por excelência, e Juiz de Fora, núcleo secundário de influência regional, mas que pela própria facilidade de comunicação com a praça carioca assumia parte de suas funções. Entretanto, alguns núcleos urbanos da Mata, devido a sua localização geográfica e estrutura da rede de transportes, tinham relações comerciais diretas com o Rio de Janeiro. Esse é o caso de Mar de Espanha, Rio Preto e Porto Novo do Cunha, por exemplo.

²⁹⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. p. 72.

Segundo Correia²⁹¹, a rede urbana dendrítica caracteriza-se pelo excessivo número de pequenos centros, o que confere com a organização espacial da Mata, e ausência de centros intermediários, o que é apenas em parte verdade. Embora não comparável ao crescimento de Juiz de Fora, outros núcleos urbanos conheceram certo dinamismo que nos permite chamá-los, nesse momento, de centros intermediários. Além dos citados no parágrafo anterior, também podem ser incluídas nessa categoria as cidades de Leopoldina, Ubá e Ponte Nova, para ficar em alguns exemplos. Na realidade, a organização espacial da região é mais antiga e complexa que aquela que se forja durante o momento de maior vigor de sua produção agro-exportadora, o que lhe conferiu tais especificidades.

No entanto, devemos reconhecer que a estrutura da economia de exportação contribuiu bastante para a concentração de fluxos e capitais em Juiz de Fora. Segundo Fania Fridman²⁹², o complexo econômico e social formado a partir do comércio do café possibilitou uma integração das redes de comunicação e das oligarquias agrárias, o que permitiu, por sua vez, um extravasamento das relações cidade-campo para relações mais complexas entre a cidade e sua região. Inserida nessa economia e desfrutando de uma localização geográfica privilegiada, Juiz de Fora intensificou, nesse momento, seu intercâmbio e influência regional.

O resultado desse processo foi um grande crescimento urbano do município quando comparado aos padrões mineiros e oitocentistas. A população residente na sede passou de um contingente de apenas 600 habitantes em 1855 para 17.622 em 1890²⁹³, um aumento de 28 vezes em 35 anos! A rapidez com que a cidade se desenvolveu pode ser notada pelos relatos de dois viajantes ingleses que por lá estiveram na segunda metade do século XIX²⁹⁴. Em 1867, Richard Burton assim a descreveu:

²⁹¹ CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. p. 72.

²⁹² FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. XI ENCONTRO DA ANPUR. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/XIENANPUR/562.pdf>>, acesso em 26/06/2008.

²⁹³ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 102-103.

²⁹⁴ As expedições estrangeiras em território brasileiro foram relativamente escassas na segunda metade do século XIX. Na medida em que a exuberância da fauna e da flora tropicais deixam de ser novidade, o afluxo de viajantes ao Brasil diminui consideravelmente. Os poucos que estiveram em Minas passaram apenas pela Rodovia União e Indústria ou pela Estrada de Ferro D. Pedro II e seguiram para o centro da província. Quanto ao restante do território que hoje corresponde à Zona da Mata, nenhum registro foi encontrado.

A cidade apresenta a habitual mistura de miséria e esplendor. (...) Juiz de Fora é uma simples rua empoeirada ou lamacenta, ou melhor, uma estrada, ao longo da qual estão plantadas palmeiras aos pares. Seu único mérito é a largura (...). Na calçada tem-se de andar aos pulos. As casas são baixas e pobres, em sua maior parte de 'porta e janela', como se diz. Entre elas, contudo, há grandes e espaçosos sobrados, com ananases dourados nos telhados, bolas de vidro enfeitando as sacadas, gárgulas fantásticas, aves de barro e cimento dispostas nas margens e todos os demais requintes arquitetônicos do Rio de Janeiro. Ali se reúnem os ricos fazendeiros; nas noites de sábado, vêem-se grandes grupos de amigos e famílias, homens, mulheres e crianças, negros, negras e negrinhos, que vão à Igreja.²⁹⁵

Embora Burton se referisse à cidade com certo menosprezo, enfatizando suas deficiências, seu relato destaca também a presença da rica classe de fazendeiros e de seus grandes sobrados, elementos que já operavam mudanças na paisagem urbana. Em 1875, o engenheiro James Wells nos deixa a seguinte impressão:

Eu já estivera nessas paragens três anos antes, e assim, não estranhei a aparência inusitada de Juiz de Fora tanto quanto o meu companheiro de viagem, pois quem quer que a veja pela primeira vez fica muito impressionado com o aspecto organizado e próspero de tudo lá. Boas ruas cercadas de palmeiras, sebes aparadas e cercas bem feitas; chalés bem construídos de aparência suíça; o hotel cômodo e asseado, expressamente planejado e construído para esse propósito; numerosas carroças de quatro rodas à beira das ruas (...).

Desde a visita do Capitão Burton em 1867, houve evidentes sinais de progresso, as construções aumentaram, mais armazéns e algumas fábricas se estabeleceram, especialmente as dedicadas à fabricação da cerveja nacional pela qual Juiz de Fora é famosa.²⁹⁶

Num curto período de oito anos, o crescimento da cidade e os melhoramentos urbanos implantados se tornaram visíveis, modificando a imagem descrita pelos viajantes. Quando se inicia o século XX, o contingente populacional residente na sede do município de Juiz de Fora era cerca de cinco vezes maior que a população dos maiores núcleos urbanos da Mata (TAB. 2), discrepância que se mantém até os dias atuais.

O dinamismo comercial e urbano de Juiz de Fora propiciou, inclusive, o início de um processo pioneiro de industrialização durante o último quartel dos oitocentos, com repercussões nas primeiras décadas do século seguinte. Segundo Giroletti²⁹⁷, a

²⁹⁵ BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 59-60.

²⁹⁶ WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1. p. 67-68.

²⁹⁷ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. 140p.

reunião de quatro fatores foi determinante para o desencadeamento da industrialização juiz-forana: a existência de capital disponível para a inversão na indústria, a consolidação de um mercado para a comercialização dos produtos, a disponibilidade de mão-de-obra livre e com certo grau de especialização e a formação de uma classe empresarial.

TABELA 2 – População em alguns distritos da Zona da Mata, 1905

Município (distrito da sede)	População*		
	Urbana	Rural	Total
Além Paraíba	4.000	15.000	19.000
Palma	1.500	15.000	16.500
S. Paulo do Muriaé	4.000	15.000	19.000
S. Manoel	900	17.500	18.400
Carangola	4.000	10.000	14.000
Leopoldina	3.000	12.000	15.000
Cataguases	2.411	6.000	8.411
Ubá	2.644	13.747	16.391
Rio Branco	3.000	10.000	13.000
Viçosa	1.800	1.500	3.300
Ponte Nova	2.500	6.000	8.500
Rio Preto	1.200	8.800	10.000
Mar de Espanha	1.800	5.500	7.300
Guarará	1.500	6.000	7.500
S. João Nepomuceno	2.200	10.000	12.200
Pomba	4.000	8.500	12.500
Rio Novo	2.289	10.174	12.463
Juiz de Fora	20.000	5.000	25.000

* Valores correspondem à população dos distritos da sede dos municípios. Desse modo, mesmo nos núcleos urbanos onde a população urbana superou a rural (Viçosa e Juiz de Fora), na realidade, se considerado o total municipal – incluindo os demais distritos –, a população rural, nesse momento, ainda é bastante superior à urbana.

Fonte: Adaptado de PRATES, Carlos. **A Lavoura e Indústria na Zona da Mata**. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Secretario das Finanças pelo engenheiro Carlos Prates, Inspector de Indústria, Minas e Colonização. Belo Horizonte: imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906. ANEXO 1, sem paginação.

Relativamente ao fator capital, a difusão do café pela Zona da Mata foi aspecto importante. Além de contribuir diretamente na formação desses capitais, a lavoura possibilitou uma dinamização do mercado interno, uma vez que a renda

gerada estimulava o consumo e incentivava o desenvolvimento do setor de transportes.

(...) Juiz de Fora começou a aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capitais. (...) Esse crescimento econômico se refletiu imediatamente no processo de urbanização da cidade, no aumento da população e da arrecadação municipal, nos melhoramentos urbanos e na ampliação do setor de mercado interno, com efeitos benéficos na economia como um todo.²⁹⁸

O fator mercado também foi dinamizado pelo crescimento do contingente populacional na região, o que possibilitou maior intensidade na circulação das mercadorias produzidas em Juiz de Fora. De uma amplitude local e regional, a cidade passou, num segundo momento, a exportar seus produtos para outras regiões de Minas e também para outros estados, sobretudo Rio de Janeiro, Espírito Santo e mesmo São Paulo²⁹⁹.

Quanto à mão-de-obra, uma particularidade importante esteve a favor do município: a implantação de um núcleo de imigrantes alemães para o fornecimento de mão-de-obra especializada e de apoio à abertura da Rodovia União e Indústria. Embora a imigração na Mata tenha sido relativamente escassa, a Colônia D. Pedro II reuniu, em 1854, 1.162 colonos alemães, entre agricultores, operários e artífices³⁰⁰. A existência precoce de uma classe assalariada permitiu, assim, a dinamização do setor produtivo e também do setor de consumo em Juiz de Fora.

O contingente de imigrantes foi ainda peça importante nas iniciativas de estabelecimento das unidades industriais, sobretudo em sua fase inicial. Os estrangeiros chegaram a perfazer 50% dos empresários do município. Eles instalaram pequenas fábricas e oficinas, de baixa produtividade, usando tecnologia elementar e pequeno número de funcionários. Impulsionaram, desse modo, um processo que permitiria a instalação de empreendimentos maiores no início do século XX³⁰¹. Quando de sua viagem pela Zona da Mata, nos primeiros anos do

²⁹⁸ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 46-47.

²⁹⁹ Ibidem. p. 82-91.

³⁰⁰ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas, 1889-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974. p. 18.

³⁰¹ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 74-80.

novo século, o engenheiro Carlos Prates, funcionário do governo estadual, assim nos apresenta Juiz de Fora:

Idustrialmente, é este o mais importante município do Estado, e é principalmente por este facto que lhe cabe a primazia entre todos. O grande numero, a importancia e a variedade das fabricas e de outros estabelecimentos existentes na sua sede, a cidade de Juiz de Fora, dão á esta vida propria e o aspecto de uma vasta e grandiosa officina, de que a belleza de seus predios e edificios, a riqueza de seus armazéns e o bem estar dos seus habitantes representam justo prêmio do seu grande e fecundo trabalho. Ao que me consta, em proporção á população, é esta a cidade mais industrial do Brasil.³⁰²

Todo esse crescimento urbano e industrial gerou um ambiente de otimismo, permitindo a construção de uma imagem de cidade civilizada e moderna que foi inclusive alimentada pelas elites locais³⁰³. Foi a partir desse momento que se difundiu a alcunha da “*Manchester Mineira*”. A importância de Juiz de Fora no cenário provincial, depois estadual, suscitou até mesmo a indicação de seu nome como um dos locais possíveis para receber a nova capital de Minas Gerais³⁰⁴. No entanto, tal indicação foi logo descartada. Sua localização excêntrica em relação ao território mineiro – que tanto contribuiu para seu desenvolvimento – não se adequou às prerrogativas recomendadas pelos engenheiros responsáveis pela escolha.

Por fim, cabe ressaltar que a centralidade e o prestígio adquiridos por Juiz de Fora podem ser atribuídos, em boa parte, à contingência de sua localização geográfica. A cidade se implantou na rota de circulação obrigatória entre a capital mineira e a capital do Império, estando relativamente próxima desta última. E ainda se inseria de forma central na porção sul do que é hoje o território da Zona da Mata, principal região cafeeira de Minas Gerais durante o século XIX. Esses fatores lhe conferiram a possibilidade de se desenvolver como um grande centro urbano regional e também como uma das principais cidades da província e do estado.

³⁰² PRATES, Carlos. **A Lavoura e Industria na Zona da Mata**. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Secretario das Finanças pelo engenheiro Carlos Prates, Inspector de Industria, Minas e Colonização. Belo Horizonte: imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1906. p. 114.

³⁰³ Ver GOODWIN JUNIOR, James William. **Cidades de Papel**: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese, Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 351p.

³⁰⁴ BLASENHEIM, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. Tese, Doutorado em Filosofia, Stanford University. Stanford, 1982. p. 302.

IV.3. Ferrovias e rede urbana

Ao longo de todo o processo de povoamento e constituição do território mineiro, a abertura e manutenção das vias de transporte foi sempre um assunto estratégico para o governo. Durante o século XIX, o desenvolvimento da lavoura de café potencializou ainda a importância do sistema de transportes para a economia provincial, com destaque para as vias que colocavam em contato as áreas de produção e os portos exportadores. Desse modo, quando a locomotiva a vapor chegou ao Brasil, os esforços foram direcionados no sentido de fazer com seus trilhos chegassem às regiões produtoras, dinamizando, assim, o comércio agro-exportador.

Nesse sentido, o primeiro grande empreendimento ferroviário em solo brasileiro, a Estrada de Ferro D. Pedro II, teve por objetivo não só interligar o município do Rio de Janeiro com as províncias de Minas Gerais e São Paulo, mas viabilizar um escoamento mais eficiente da produção cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. A construção da ferrovia foi autorizada pelo governo imperial em 1855. No mesmo ano também foi constituída uma companhia, a D. Pedro II, para condução das obras. Em 1865, era inaugurada a estação de Barra do Piraí, em território fluminense, de onde partiriam duas linhas: uma para Cachoeira, na província de São Paulo, outra para Porto Novo do Cunha, em Minas Gerais. Em 1867, a D. Pedro II atingiu a localidade de Entre Rios (atual cidade de Três Rios-RJ) e daí prosseguiu, descendo o rio Paraíba do Sul. Em 1869, foi inaugurada a Estação de Chiador, no município de Mar de Espanha, a primeira em território mineiro, e, em 1871, estava em tráfego a linha até Porto Novo do Cunha³⁰⁵.

Para visualizar o processo de evolução da malha ferroviária no território que hoje corresponde à Zona da Mata, lançamos mão da última carta de Minas Gerais produzida no século XIX: o "*Mappa do Estado de Minas Geraes*"³⁰⁶, elaborado pelo engenheiro João Chrockatt de Sá e Castro, cuja data de publicação provável é o ano de 1893. Sua elaboração esteve relacionada à necessidade de se produzir um novo mapa do território mineiro com detalhamento topográfico que permitisse subsidiar o

³⁰⁵ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 97-99.

³⁰⁶ CASTRO, João Chrockatt de Sá e. *Mappa do Estado de Minas Geraes* contendo os do Rio de Janeiro Espirito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

processo de projeto e construção das ferrovias³⁰⁷. Por esse motivo mesmo, tal carta é bastante completa na representação das estradas de ferro. No próximo item voltaremos a ela, pormenorizando a análise dos assentamentos humanos. Para o momento, extraímos apenas as informações necessárias ao entendimento da implantação da malha ferroviária e sua relação com a rede urbana, lançadas nas FIG. 31 e 32.

Ainda em território fluminense, o avanço da D. Pedro II rumo a Minas Gerais resultou numa competição entre a estrada de ferro e a Rodovia União e Indústria. Ambas perfaziam a mesma rota de escoamento da produção cafeeira. Contudo, o transporte ferroviário possibilitava a cobrança de fretes bem mais baratos, inviabilizando a manutenção da estrada de rodagem. A partir de uma negociação com o governo imperial, a União e Indústria foi encampada pela Companhia D. Pedro II, tendo o empresário Mariano Procópio Ferreira Lage assumido sua direção em 1869. Em 1871, iniciaram-se, assim, os trabalhos de construção da linha do centro, que correspondeu a um prolongamento da D. Pedro II pela mesma direção da União e Indústria³⁰⁸. Partindo da estação de Entre Rios, a linha do centro seguiu para o interior de Minas, atravessando a porção sul da atual Zona da Mata pelo mesmo percurso que a cerca de 170 anos atrás era aberto o Caminho Novo (FIG. 31 e 32).

³⁰⁷ GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 89-93.

³⁰⁸ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 101-104.

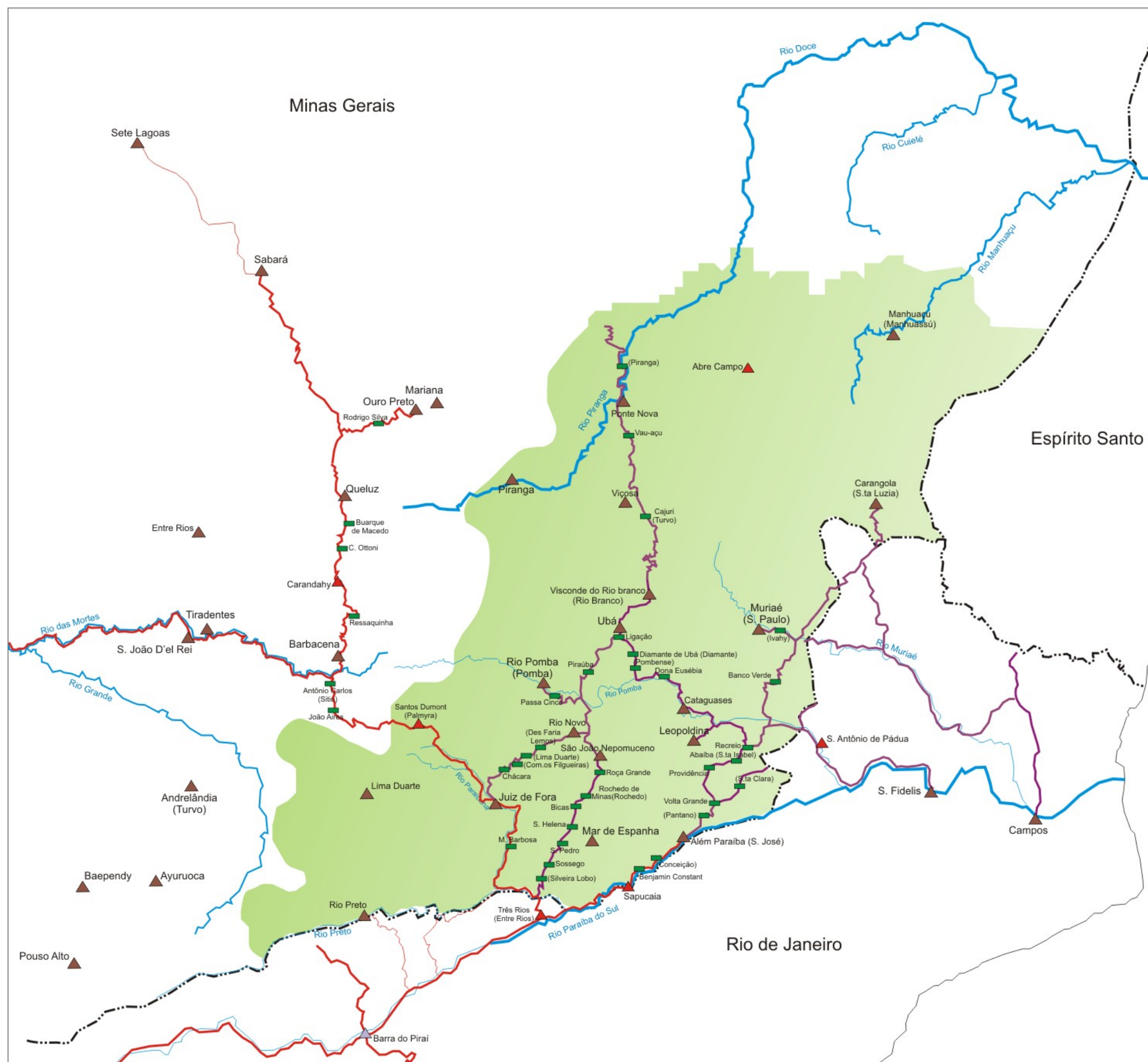
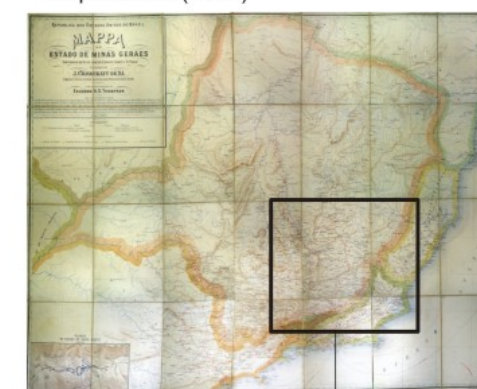


FIGURA 31 - Malha férrea, estações ferroviárias, cidades e vilas na região da Zona da Mata, 1893

Mapa base: SÁ, J. Chrockatt de. Mapa do Estado de Minas Gerais contendo os do Rio de Janeiro Espírito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

- Notas:
1. Para melhor visualização do desenho, foi inserida apenas a nomenclatura das cidades, vilas e estações ferroviárias, nomeadas por seus topônimos atuais, quando identificados. Os topônimos originais da carta de 1893 seguem entre parêntese. Quando houve correspondência entre topônimos foi mantido apenas o atual, com grafia também atualizada. Mais detalhes sobre topônimos e classificação dos núcleos urbanos podem ser encontrados no ANEXO 8;
 2. Para a hidrografia, foram destacados apenas os rios mais importantes, sendo nomeados por seus topônimos atuais.

Mapa chave (1893)



Mapa chave (base atual)



LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Povoação
- Estação ferroviária
- Estrada de Ferro D. Pedro II
- Estrada de Ferro Leopoldina
- Limite de província
- Principais rios
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

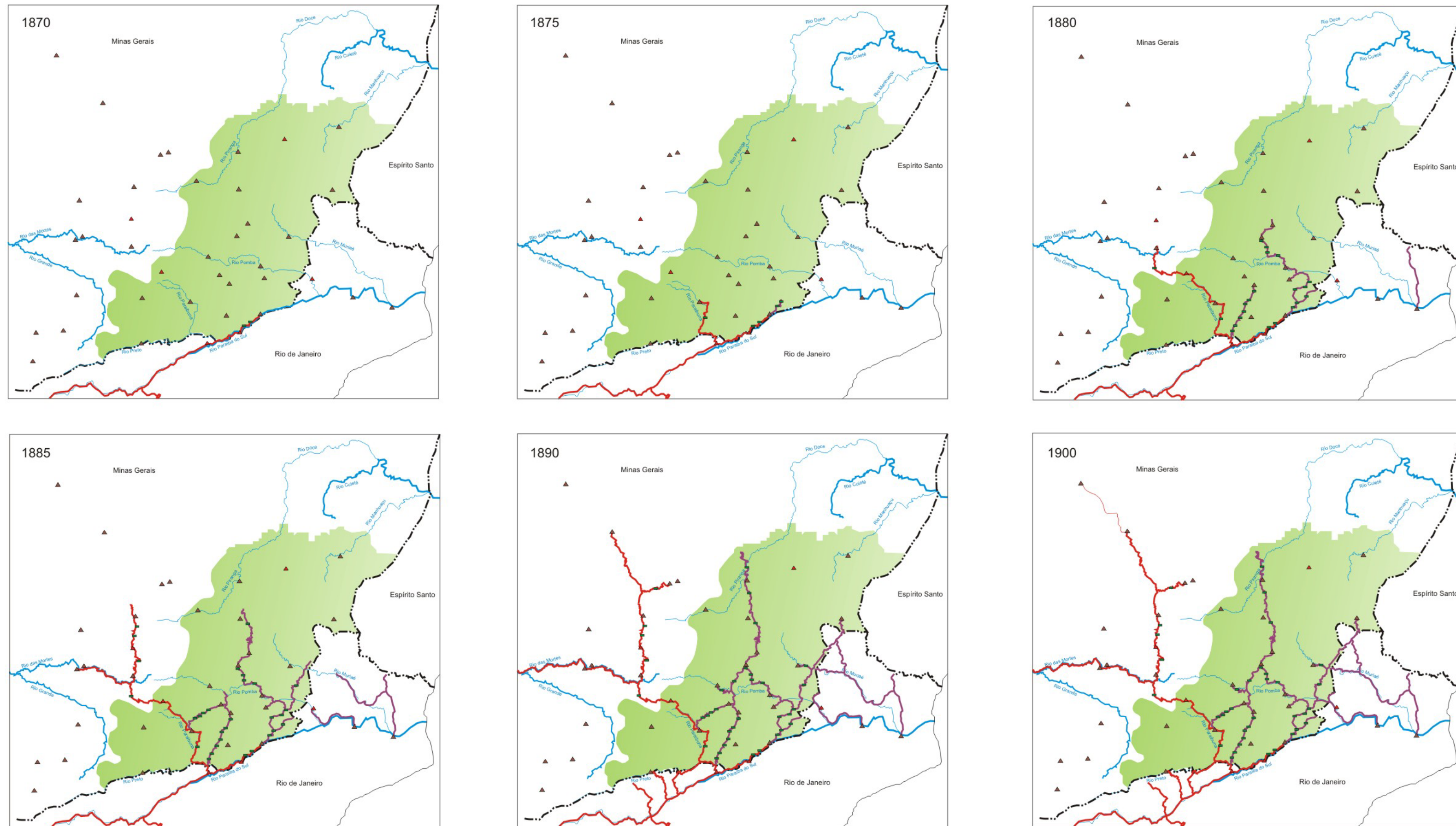


FIGURA 32 - Evolução da malha ferroviária na região da Zona da Mata (1870-1900)

Mapa base: SÁ, J. Chrockatt de. Mapa do Estado de Minas Gerais contendo os do Rio de Janeiro Espírito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

Demais fontes: GIOVANINI, Rafael Rangel. MAPA 11 - Mapa de transportes da Zona da Mata (Adaptado do Atlas do Barão Homem de Melo, 1909). In: _____. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 168; PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 97-106 e 112-114; VEIGA, Jose Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. v. 1 e 2, p. 67-69.

Mapa chave (base atual)



LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Povoação
- Estação ferroviária
- Estrada de Ferro D. Pedro II
- Estrada de Ferro Leopoldina
- Principais rios
- Limite de província
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

Com a penetração da via férrea, as preocupações do governo mineiro, que a princípio se direcionavam para o melhoramento das estradas de rodagem de modo a fazê-las encontrar a ferrovia, passaram a contemplar estratégias que permitissem a extensão da malha ferroviária sobre o território provincial. Em 1867, foi levantada pela primeira vez a necessidade de se realizar um prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II – a partir da estação que se inauguraria em Porto Novo do Cunha – até o município de Leopoldina, devido a sua importância na produção de café³⁰⁹. Em 1871, a Assembléia Provincial autorizou o governo mineiro a subvencionar a construção dessa estrada. No ano seguinte, foi organizada a Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina, capitalizada por fazendeiros do sudeste da Mata. Com o passar dos anos, os diversos prolongamentos, ramais e novas aquisições reunidas à linha original fariam da Leopoldina a principal via férrea da região³¹⁰.

O que se percebe a partir da década de 1870 é uma euforia e um grande otimismo em relação às estradas de ferro e à possibilidade que elas representavam para o crescimento do comércio, da circulação de mercadorias e, conseqüentemente, da agricultura e da indústria. Ao longo das três últimas décadas do século XIX, o governo provincial mineiro autorizou um sem número de concessões de trechos de estradas de ferro, além de subsidiar a construção da maioria esmagadora desses trechos. Ainda em 1873, o presidente Venancio José de Oliveira Lisboa³¹¹ alertava para a necessidade de mais cautela com as concessões e, principalmente, com os gastos em contratos, subvenções e garantia de juros. Atentava também para a urgência em inserir tais concessões num plano maior de desenvolvimento da malha ferroviária provincial.

Embora tal alerta tenha sido reiterado mais algumas vezes por outros presidentes, ele não surtiu o efeito desejado. Mesmo tendo que interromper obras em andamento – de estradas de rodagem e pontes, principalmente – para cumprir o orçamento provincial, alguns presidentes continuaram a deferir novos pedidos de

³⁰⁹ RELATORIO que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes Dr Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho Presidente da mesma Provincia. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. p. 70.

³¹⁰ Ver BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 1996, p. 93-108.

³¹¹ RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliveira Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873. p. 31-33.

concessão subvencionada ao prolongamento das vias férreas existentes ou à construção de novo ramais³¹². A situação chegou a tal gravidade que em 1882 o diretor geral de obras públicas, Julio Cesar de Queiroz Guimarães, recomendou ao governo mineiro, pelo menos por algum tempo, não mais conceder subsídios para a construção de novas estradas de ferro devido ao comprometimento das finanças provinciais³¹³. Quanto ao plano ferroviário, as queixas sobre o prejuízo de sua ausência se repetiam, podendo ser encontradas ainda no relatório provincial de 1888³¹⁴, às vésperas da proclamação da República.

Essa euforia de concessões e subvenções repercutiu de forma direta sobre o território da Mata. Em 1869, o presidente Domingos de Andrade Figueira expôs o modo como os recursos deveriam ser aplicados em Minas Gerais, justificando sua concentração nas regiões sudeste e sul da província:

A côrte do Rio de Janeiro é o grande mercado de toda a provincia, mercado por onde se faz quasi toda a sua importação e para onde se exporta a sua producção; de onde segue-se que melhorar as vias de comunicação para alli, é facilita-las para toda a provincia, que aproveitará as obras feitas nas proximidades da côrte e provincia do Rio de Janeiro.

Accresse que é precisamente nas raias com o Rio de Janeiro, onde demora a vasta e rica região mais productora da provincia, sem duvida igual, pelo menos, em riqueza, a todo o resto de seu territorio; e na impossibilidade de corta-lo em toda a sua extensão de estradas em condições desejaveis, convem concentrar alli os recursos disponiveis em obras regulares, que aproveitando desde logo os importantes interesses creados e utilizando a maior somma de producção já existente, proporcionarão aos cofres provinciais novos recursos com que possa prolonga-las pelo interior.³¹⁵

Supunha-se que a expansão da malha ferroviária nas regiões produtoras provocaria um aumento das exportações e, conseqüentemente, um acréscimo da arrecadação da provincial. Tal acréscimo permitiria, por sua vez, a realização de

³¹² Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o Illm. e Exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a Administração da Província. Ouro Preto: Typ. de José Egydio da Silva Campos, 1878. p. 12, 14 e 16; RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. p. 54 e ANEXO, p. 73.

³¹³ FALLA que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. ANEXO G, p. 5.

³¹⁴ FALLA que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888. ANEXO D, p. 8.

³¹⁵ RELATÓRIO que ao Illm. e Exmo. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1869. p. 30.

investimentos em outras regiões. Desse modo, a relação entre o desenvolvimento da malha ferroviária mineira e a expansão da lavoura de café é bastante clara. Em 1884, quase 60% do total de 1.006 km da rede ferroviária da província estava localizada na Mata, que correspondia a cerca de 5% do território provincial³¹⁶. Quando se observa a evolução da malha férrea na região, percebe-se claramente sua forte vinculação ao mercado carioca (FIG. 32). As linhas se desenvolveram a partir do território fluminense e da Estrada de Ferro D. Pedro II, que tinha como ponto terminal a cidade do Rio de Janeiro. Mesmo em municípios servidos por linhas em direção ao porto de Campos – Carangola e Muriaé, por exemplo – a ligação com o porto carioca permanecia.

A implantação da malha ferroviária também privilegiou os municípios que se inseriam na produção agroexportadora de café. A inexistência de ramais integrando Piranga e Lima Duarte confirma tal inferência, uma vez que esses municípios nunca estiveram entre os principais produtores (FIG.31). Por outro lado, Mar de Espanha e Manhuaçu, centros cafeeiros por excelência – este mais recente, aquele mais antigo –, ainda receberiam, no alvorecer do século XX, ramais que permitiriam a integração de seus núcleos urbanos à rede de viação férrea então implantada.

A falta de um planejamento mais efetivo para a expansão das ferrovias acabou provocando certos conflitos entre as empresas concessionárias. No último quartel do século XIX, além da Leopoldina e da D. Pedro II, mais duas companhias atuavam na Mata: a União Mineira e a Juiz de Fora-Piau, ambas de capital particular. Em 1884, o diretor geral de obras públicas João Chrockatt de Sá Pereira de Castro, em relatório anexo à fala do presidente Antonio Gonçalves Chaves³¹⁷, apontava os prejuízos advindos do excesso de linhas numa mesma região:

A Província de Minas, como todo Imperio, pagou o triste tributo da inexperiencia.

O exame da maior parte das suas estradas de ferro construidas e por construir deixa bem ver que não presidiu á sua concessão o necessário criterio, pagando a Província as consequencias desses erros.

Tal zona foi julgada um manancial inexgotavel de producção e, excepcionalmente dotada de elementos favoraveis para alimentar uma estrada de ferro, parcellarão-na de tal modo, de tal modo cobrirão-na de

³¹⁶ BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 1996. p. 83.

³¹⁷ FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884. ANEXO D, p. 288-289.

vias ferreas, que, em lugar de uma prospera que servisse de animação para outras empresas, que permitisse que o auxilio da Provincia se applicasse a outra zona, teve-se empresas rivaes, hostilizando-se, inutilizando-se umas ás outras, com grave prejuizo pra os cofres públicos.

As estradas Leopoldina e seus ramaes do Alto Muriahe, Pirapetinga e Aventureiro, a União Mineira e seu ramal do Rio Pardo, e, Juiz de Fora a Piau, na matta, são um exemplo tristemente conhecido.

A proximidade de tais linhas acabou levando a uma pulverização dos fretes. De certa forma, a capacidade da região em produzir e consumir bens foi superestimada. O volume de mercadorias transportadas não era suficiente para permitir a existência simultânea – e, principalmente, lucrativa – das três companhias. Como forma de amenizar os prejuízos advindos de tal situação, em 1883 o governo da província determinou o entroncamento da União Mineira e da Juiz de Fora-Piau na malha da Leopoldina. Ainda em 1884, o presidente Antonio Gonçalves Chaves determinava o encampamento da União Mineira pela Leopoldina³¹⁸ e, em 1891, a Juiz de fora-Piau também foi absorvida por esta última³¹⁹.

É fato que a expansão das estradas de ferro contribuiu para o incremento da produção e das exportações de café na Mata. O sistema ferroviário era uma forma mais barata e rápida de se transportar grande quantidade do grão e também de outros produtos, dinamizando inclusive as importações na região. No entanto, o desenvolvimento desse sistema foi bastante tumultuado. A história da Companhia Leopoldina é exemplar da sucessão de erros que permearam tal processo, dentre eles a construção de linhas e ramais sem um planejamento prévio, com traçados que privilegiavam mais a passagem pelas portas das fazendas dos cafeicultores do que a integração regional; as dificuldades impostas pelo relevo acidentado da região; e a adoção de uma desastrosa política de aquisições de linhas menos rentáveis, tanto na Mata como no norte fluminense, cujas bitolas nem sempre eram compatíveis entre si³²⁰. Essa conduta levou a Companhia a enfrentar sérias dificuldades financeiras, o que culminou com sua liquidação e venda a investidores ingleses no ano de 1898.

³¹⁸ FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884. p. 94-95.

³¹⁹ RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Faria Alvim Presidente do Estado de Minas Geraes em 15 de Junho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima Ex-governador do mesmo Estado. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892. p. 35.

³²⁰ BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 1996. p. 106-108.

Segundo João Heraldo Lima³²¹, as ferrovias em Minas Gerais eram francamente deficitárias. O governo – provincial/estadual ou da União – era freqüentemente chamado a intervir no setor. Em 1902, todas as ferrovias mineiras se achavam controladas e/ou administradas pelo estado. Em 1910, em São Paulo, das vinte ferrovias em operação somente três eram de propriedade do governo e uma do capital estrangeiro, as dezesseis restantes pertenciam ao capital privado nacional. Na Zona da Mata, a expansão férrea ligada ao café praticamente se completou até o final da década de 1890. Também a fronteira de expansão da lavoura na região não mais se ampliou a partir de então.

Quanto ao desenvolvimento das cidades, nos núcleos citadinos onde a via férrea estabeleceu suas estações a concentração tanto de atividades comerciais quanto da circulação de pessoas propiciou certo incremento da vida urbana. Entretanto, de forma diferente do caso paulista estudado por Pierre Monbeig³²², na Mata a ferrovia contribuiu relativamente pouco para a formação de novos núcleos urbanos. Segundo esse autor, no interior paulista a expansão cafeeira foi acompanhada – em certos casos até mesmo precedida – pela expansão ferroviária. Desse modo, as estradas de rodagem e os trilhos acabavam criando os sítios favoráveis às fundações urbanas. Muitas vezes os loteadores tinham acesso aos projetos ferroviários, implantando seus empreendimentos de acordo com a previsão de implantação das estações. Em meio a esse processo, diversas cidades no interior paulista surgiram como “bocas de sertão” e “pontas de trilhos”. As primeiras se instalaram na orla das regiões onde o povoamento começava a penetrar, as segundas correspondiam aos terminais provisórios das ferrovias. A cidade pioneira desfrutava, assim, de uma posição chave determinada muitas vezes pelas necessidades técnicas da ferrovia e pelos interesses das companhias das estradas de ferro. Algumas tornaram-se nós de comunicação entre as futuras ramificações do leque ferroviário e/ou rodoviário.

Na Zona da Mata esse processo não chegou a ocorrer. O desenvolvimento da malha ferroviária não acompanhou a franja pioneira porque se instalou num momento posterior à ocupação territorial. A ferrovia fez a ligação entre núcleos

³²¹ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 55.

³²² MONBEIG, Pierre. Capítulo IV: As cidades da franja pioneira. In: _____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984. p. 347-354.

urbanos, centros de produção e mercados já existentes, colocando em contato os principais centros urbanos da região com a capital imperial, dentro em breve capital federal (FIG. 31). No entanto, sobretudo na porção centro-sul da Mata – onde a lavoura cafeeira se desenvolveu com mais vigor –, a implantação de estações ferroviárias fora de áreas urbanas, para atender às fazendas mais próximas, possibilitou o surgimento de novos núcleos urbanos, que cresceram a partir da centralidade adquirida por algumas dessas estações. Esse é o caso das atuais cidades de Rochedo de Minas, Dona Eusébia, Piraúba e Volta Grande, por exemplo (FIG. 31 e ANEXO 8). Tais núcleos urbanos vieram a contribuir, assim, para o adensamento da rede urbana regional.

IV.4. Configuração do povoamento e dos assentamentos humanos na Mata na segunda metade do século XIX

O crescimento populacional na porção sudeste do território mineiro foi notável ao longo de todo o século XIX. Para se ter uma idéia da dimensão desse processo vale observar os dados de densidade demográfica apresentados pelo engenheiro da província, Henrique Gerber, entre os anos de 1854 e 1862 (TAB. 3).

TABELA 3 – Densidade demográfica da província de Minas Gerais por comarcas escolhidas (1854 e 1862)

1854		1862	
Comarcas	Densidade (hab./légua quadrada)	Comarcas	Densidade (hab./légua quadrada)
Ouro Preto	255	Ouro Preto	241
Rio das Mortes	200	Rio das Mortes	165
Muriaé	145	Muriaé	161
Paraibuna	136	Paraibuna	153
Rio Verde	135	Rio Verde	145
Rio das Velhas	96	Rio das Velhas	92
Piracicaba	79	Piracicaba	94
Rio de São Francisco	13	Rio de São Francisco	14
Rio Pomba	*	Rio Pomba	272
Província	54	Província	60

* A comarca de Rio Pomba ainda não existia no ano de 1854. Seu território foi formado a partir do desmembramento de parte das comarcas de Muriaé e Paraibuna.

Fonte: Adaptado de GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863. p. 27 e 28.

Em meados do século, o atual território da Zona da Mata estava dividido entre as comarcas de Muriaé, Piracicaba, Paraibuna e Rio Pomba (FIG. 33). Pela observação da tabela, notamos que nas regiões centrais de Minas Gerais, cujo povoamento se vinculou de forma mais direta ao complexo gerado pela economia mineradora – comarcas de Ouro Preto, Rio das Mortes e Rio das Velhas, por exemplo –, ocorreu uma redução na densidade populacional. Em parte, isso foi resultado da própria subdivisão dos territórios dessas comarcas. Por outro lado, também indica estabilidade e mesmo queda de seu dinamismo econômico. De forma contrária, as comarcas de Muriaé, Piracicaba e Paraibuna experimentaram um processo de adensamento populacional fortemente indicativo da migração favorável para tais regiões. E ainda a comarca de Rio Pomba, no momento em que se formou – a partir dos territórios das comarcas de Muriaé e Paraibuna –, apresentava o mais alto índice de densidade demográfica da província.



FIGURA 33 – Divisão das comarcas da província de Minas Gerais, 1858

Fonte: Adaptado de MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007; MORAES, Fernanda Borges de. **Aspectos da formação da rede urbana de Minas Gerais**. São Paulo: 2001. (mimeo). p. 8.

A intensificação do povoamento e das atividades econômicas na Mata ensejou, inclusive, uma nova rodada de debates em torno da demarcação das divisas na porção sudeste da província. Durante a década de 1860, ainda existiam dúvidas quanto aos limites com o território fluminense pelo lado do município de Campos³²³, principalmente entre as freguesias de Santa Luzia de Carangola, em Minas, e de Natividade, no Rio de Janeiro. Em relação ao Espírito Santo, as divergências ocorriam entre os municípios de São Paulo do Muriaé e Itapemirim³²⁴. Com a expansão cafeeira, um melhor conhecimento e controle sobre essas divisas territoriais representava a possibilidade de aumentar a arrecadação de impostos e, desse modo, também a renda provincial.

Algumas características espaciais do processo de adensamento populacional e da rede urbana na região podem ser observadas pela FIG. 34. Para sua elaboração foi usada como base a “*Carta da Província de Minas Geraes*”³²⁵, elaborada pelo engenheiro alemão Henrique Gerber e publicada em 1862. Gerber foi contratado pelo governo provincial em 1857, como engenheiro de estradas. Conforme comentado no capítulo anterior, o mapa elaborado por Halfeld e Wagner, tão logo concluído, passou a receber críticas quanto à escala adotada e à existência de incorreções. Como os recursos orçamentários da província não permitiam um levantamento completo do território, Gerber foi encarregado de corrigir e ampliar a carta de 1855. Seu trabalho seguiu o mesmo programa cartográfico de Wagner em fundamentos importantes como o enquadramento e a seleção dos conteúdos a representar, tendo adotado também o mesmo processo de compilações sucessivas

³²³ RELATORIO que ao Illm. e Exm. Sr. Commendador Manoel Teixeira de Souza 2º Vice-presidente da Província de Minas Geraes appresentou no acto de passar-lhe a Administração em 22 de Abril de 1860, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1860. p. 12; RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o dezembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma província. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1865. p. 32.

³²⁴ RELATORIO que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o conselheiro João Crispiano Soares, presidente da mesma província. Ouro Preto: Typ. de Minas Geraes, 1863. p. 28.

³²⁵ GERBER, Henrique. *Carta da Província de Minas Geraes*, coordenado por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província, segundo os dados oficiais existentes e muitas proprias observações por Henrique Gerber, engenheiro da mesma província, 1862. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso).

de informações de campo e de mapas anteriores³²⁶. O resultado desse trabalho foi não só a carta publicada em 1862, na Alemanha, mas também uma monografia intitulada “*Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes*”³²⁷. Nesse texto, o engenheiro reuniu uma síntese apurada sobre o conhecimento geográfico, a estrutura produtiva, as atividades econômicas e a administração da província em meados do século XIX.

Embora considerada a melhor carta produzida durante o período provincial³²⁸, o mapa de Gerber apresenta algumas ausências notáveis. A primeira delas é a falta da representação das estradas. Conforme observado por Maria do Carmo Gomes³²⁹, Gerber já trabalhava num plano de estradas para a província. É possível que ele tenha concebido tal mapa como uma base territorial sobre a qual seriam superpostas as estradas existentes e as projetadas. Isso se confirma pela existência de um mapa de estradas, na realidade um croqui instrumental, anexo ao relatório do presidente Joaquim Saldanha Marinho, também elaborado por Gerber em 1867³³⁰. Nesse croqui, cuja base é visivelmente a carta de 1862, estão representadas as estradas existentes e os custos despendidos com sua conservação entre os anos de 1855 e 1865. Para fins de análise, lançamos sobre a FIG. 34 as estradas da porção sudeste de Minas Gerais.

³²⁶ GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 53-67.

³²⁷ GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863. 86p.

³²⁸ GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 66 e 67.

³²⁹ Ibidem. p. 62 e 63.

³³⁰ GERBER, Henrique. Carta da Província de Minas Geraes, com indicação das actuaes estradas, e das despesas com ellas feitas durante o decennio de 1855 a 1865, organizada pelo Engenheiro Henrique Gerber, mandada levantar pelo Exm. Sr. Presidente da mesma Província Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, em Janeiro de 1867. In: RELATORIO que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província de Minas Geraes Dr Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho Presidente da mesma Província. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Anexo 14, Mapa 15. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u265/000484.html>>, acesso em 17/09/2008.

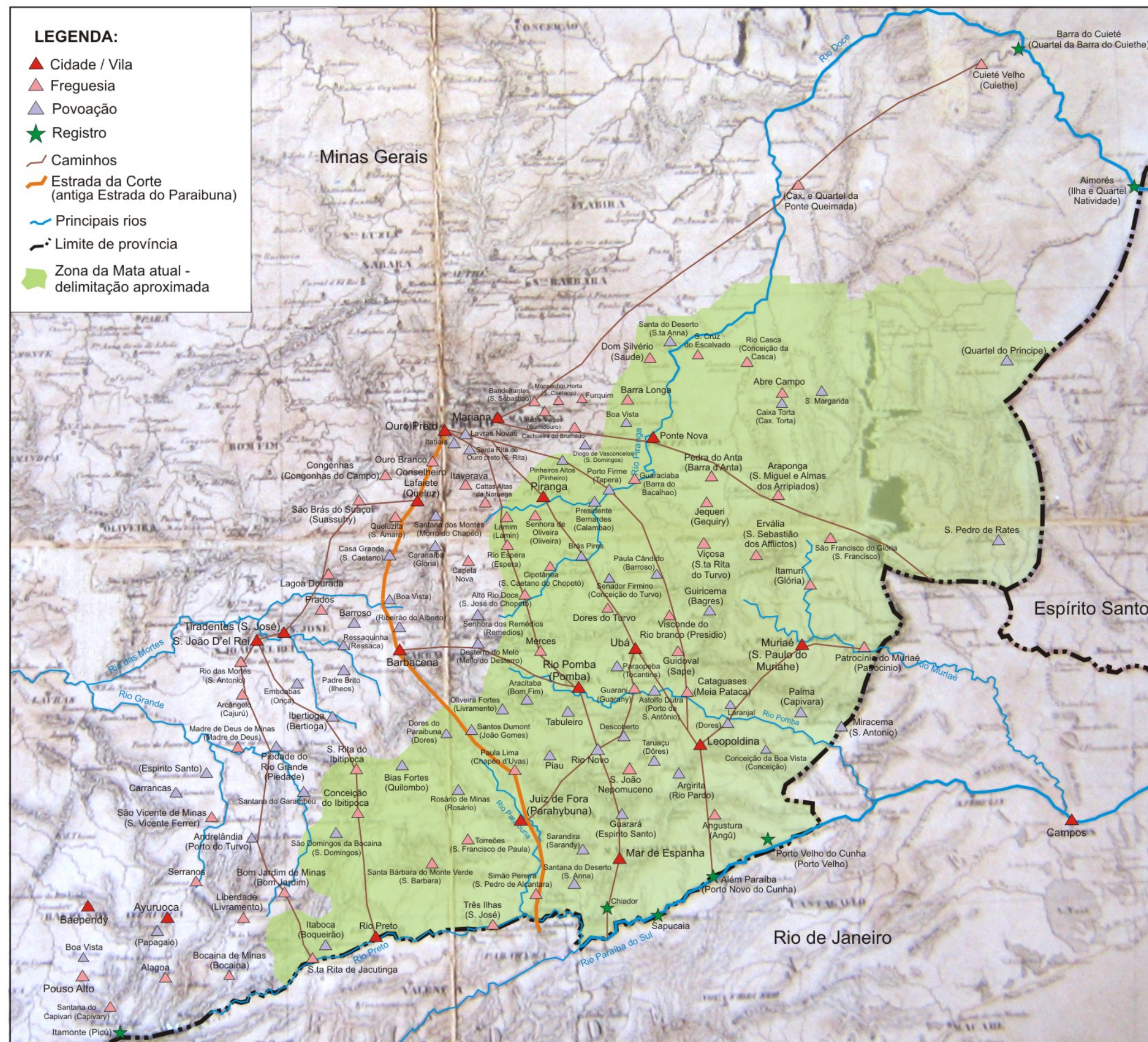


FIGURA 34 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1862

Mapa base: GERBER, Henrique. Carta da Província de Minas Gerais (1862). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapa em bolso);

Fonte complementar: GERBER, Henrique. Carta da Província de Minas Geraes, com indicação das actuaes estradas, e das despesas com ellas feitas durante o decennio de 1855 a 1865. In: RELATORIO que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Província de Minas Geraes Dr Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho Presidente da mesma Província. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Anexo 14, Mapa 15. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u265/000484.html>>, acesso em 17/09/2008.

Notas:

1. Os assentamentos humanos foram nomeados por seus topônimos atuais, quando identificados. Os topônimos originais da carta de 1862 seguem entre parêntese. Quanto houve correspondência entre os topônimos, antigos e atuais, foi mantido apenas o atual, com grafia também atualizada. Mais detalhes sobre topônimos e classificação dos núcleos urbanos podem ser encontrados no ANEXO 7;

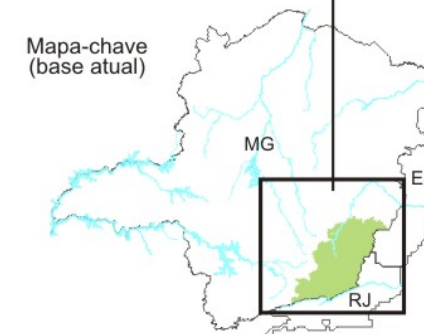
2. Para a hidrografia, foram destacados apenas os rios mais importantes, sendo nomeados por seus topônimos atuais.

3. Embora na carta de Gerber haja diferenciação entre os núcleos urbanos classificados como cidades e vilas, a legibilidade da cópia à qual tivemos acesso não permitiu a distinção de seus símbolos iconográficos. Desse modo, utilizamos o mesmo símbolo para as duas classificações.

Mapa chave (carta de 1862)



Mapa-chave (base atual)



Conforme vínhamos observando ao longo deste trabalho, os caminhos mantêm sua configuração radial, herdando a conformação que caracterizou o processo original de penetração na região que hoje constitui a Zona da Mata. Partindo do centro da província, mais especificamente de Ouro Preto e Mariana, as estradas atravessavam, nesse momento, a totalidade do território da Mata em direção à divisa com o Rio de Janeiro. Certamente, as picadas existentes anteriormente já possibilitavam tal travessia, no entanto, os melhoramentos recebidos permitiram que elas agora fossem lançadas no mapa. A direção geral tomada pelos caminhos deixa explícita sua função de ligação das porções central e sul da Mata com o território fluminense, principalmente com a cidade do Rio de Janeiro. Essa ligação vai, assim, aumentando sua importância ao longo do século, impulsionada pelo incremento das exportações de café.

Mesmo o aparecimento de algumas vias transversais é indicativo do intercâmbio comercial com a praça carioca. A estrada que seguia de Ubá para Juiz de Fora, por exemplo, colocava em comunicação com a Rodovia União e Indústria – a melhor via de acesso à capital do Império – boa parte do centro-sul da Mata. E ainda a vila de São Paulo do Muriaé, que tinha a possibilidade de acesso ao mar pelo porto de Campos, também se comunicava com o porto carioca através da estrada para Leopoldina (FIG. 34).

As diretrizes gerais expostas no Plano Viário da Província, elaborado por Gerber em 1864³³¹, vem a confirmar tal inferência. Percebe-se uma sensível mudança de perspectiva em relação aos fluxos na província, as estradas agora deveriam partir da divisa com o Rio de Janeiro, e não mais da capital provincial, em direção a vários pontos ao norte. Na Mata, uma nova estrada fazia a ligação entre Juiz de Fora e Ponte Nova, passando por Pomba, com variantes para Ubá, Piranga e Mariana. Além disso, o plano contemplava a implantação de acessos alternativos ao litoral, como a estrada de São Paulo do Muriaé a São Fidelis, às margens do rio Paraíba do Sul mas já em território fluminense, com variantes para Leopoldina e Ubá. Embora não implantado – a chegada das ferrovias modificou as prioridades de investimento do governo mineiro – esse plano deixava evidente o interesse oficial em reforçar as ligações da província de Minas Gerais com os portos fluminenses.

³³¹ RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinaria de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1864. ANEXO, p. 10 e 11.

Quanto ao conjunto de assentamentos humanos, a principal mudança que o mapa de Gerber introduz é a ausência da indicação das fazendas. Tal modificação se insere tanto no contexto de desenvolvimento da ciência cartográfica em si quanto no processo de consolidação do povoamento em geral. Paulatinamente os mapas passaram a representar apenas os centros de povoamento mais estável, com destaque para os núcleos urbanos. Também merece nota a mudança da denominação das “capelas” para “povoações”, ou seja, a substituição de uma nomenclatura vinculada à hierarquia eclesiástica por outra de caráter laico (FIG. 34). Essa alteração pode ser considerada um sintoma do processo de dissociação entre Estado e Igreja, instituído juntamente com a República. Em relação ao número total de assentamentos humanos representados, o mapa de 1862 praticamente não avança em relação ao de 1855, ainda que desconsideradas as fazendas indicadas neste último. Pelo contrário, observa-se uma pequena redução nesse número.

A visualização do processo de adensamento da rede de assentamentos humanos foi possibilitada pela análise da carta elaborada pelo engenheiro João Chrockatt de Sá e Castro, publicada por volta do ano de 1893. Em 1886, Chrockatt de Sá, que já havia sido diretor geral de obras públicas da província, foi contratado com a função de elaborar e fazer imprimir uma nova carta, em substituição à de Gerber. Seu programa cartográfico foi reunir e sintetizar o maior número de documentos produzidos nas diferentes instâncias do poder público e também da iniciativa privada. Em 1889, o engenheiro viajou para a Alemanha a fim de acompanhar pessoalmente a gravação do mapa. Embora publicado já no período republicano, esse mapa representou uma síntese do conhecimento acumulado sobre o território da província durante o século XIX. Também foi a primeira e última carta impressa a cores pelo governo provincial mineiro³³².

Do mesmo modo que a carta de 1862, esse mapa também não traz a representação das estradas de rodagem (FIG. 35), embora seja considerado o mais completo em relação à representação das ferrovias. Tal fato evidencia a prioridade com que a questão ferroviária foi tratada, sobretudo a partir da década de 1870, em detrimento dos caminhos de terra. Embora esses caminhos continuem aparecendo nos relatórios presidenciais, paulatinamente as linhas férreas vão ganhando mais

³³² GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 89-93.

espaço, tanto na explanação dos presidentes como no direcionamento dos investimentos públicos. Sintomático desse processo são os adiamentos e cancelamentos de obras de construção e manutenção de estradas e pontes ao mesmo tempo em que novas concessões subsidiadas para ferrovias eram aprovadas³³³.

Ao final dos oitocentos tornou-se perceptível o processo de consolidação de muitos dos núcleos urbanos formados no interior do atual território da Zona da Mata. A ascensão de uma série de capelas a um nível hierárquico superior provocou um sensível aumento do número de freguesias, que agora poderiam ser encontradas de forma difusa pela região, até mesmo no norte (FIG. 37). O resultado desse processo foi uma diminuição dos assentamentos então denominados como “povoações”. Elas passaram a se concentrar principalmente ao longo da fronteira leste e norte, que correspondia às áreas de ocupação mais recente (FIG. 38). Interessante notar também a concentração desses assentamentos ao longo da Estrada de Ferro D. Pedro II, na porção central da província/estado, uma das regiões de povoamento mais antigo de Minas Gerais. Embora considerada área pouco produtiva em relação à atividade agrícola mercantil, a ferrovia aí servia a um grande contingente populacional.

No geral, a configuração da rede de assentamentos humanos aponta para um processo difuso de consolidação de diversos núcleos urbanos. Mais do que uma expansão, tal rede sofre principalmente um adensamento durante a segunda metade do século XIX (FIG. 35 e 39). Ao final dos oitocentos, a grande maioria das atuais cidades da Zona da Mata já tinham iniciado o desenvolvimento de seus primitivos arraiais. Cerca de 80% dessas cidades – na forma de estações ferroviárias, povoações, freguesias, vilas ou cidades – já apareciam na carta de 1893.

³³³ FALLA que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. p. 46, 47, 53-55; FALLA que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigésima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887. ANEXO 8, p. 27. RELATÓRIO que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o Illm. e Exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a Administração da Província. Ouro Preto: Typographia de José Egidio da Silva Campos, 1878. p. 12-16; RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. p. 54-59.



FIGURA 35 - Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1893

Mapa base: SÁ, J. Chrockatt de. Mapa do Estado de Minas Gerais contendo os do Rio de Janeiro Espírito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

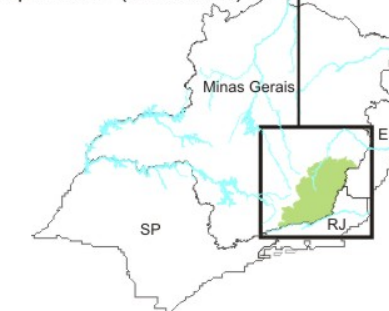
Notas:

1. Os assentamentos humanos foram nomeados por seus topônimos atuais, quando identificados. Os topônimos originais da carta de 1893 seguem entre parêntese. Quanto houve correspondência entre os topônimos, antigos e atuais, foi mantido apenas o atual, com grafia também atualizada. Mais detalhes sobre topônimos e classificação dos núcleos urbanos podem ser encontrados no ANEXO 8;
2. Para melhor visualização do desenho, foi suprimida a nomenclatura das estações ferroviárias. Tal nomenclatura pode ser encontrada no FIG. 31 e no ANEXO 8;
3. Para a hidrografia, foram destacados apenas os rios mais importantes, sendo nomeados por seus topônimos atuais.

Mapa chave (1893)



Mapa chave (base atual)



LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Povoação
- Estação ferroviária
- Estradas de ferro em tráfego
- Principais rios
- Limite de província
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

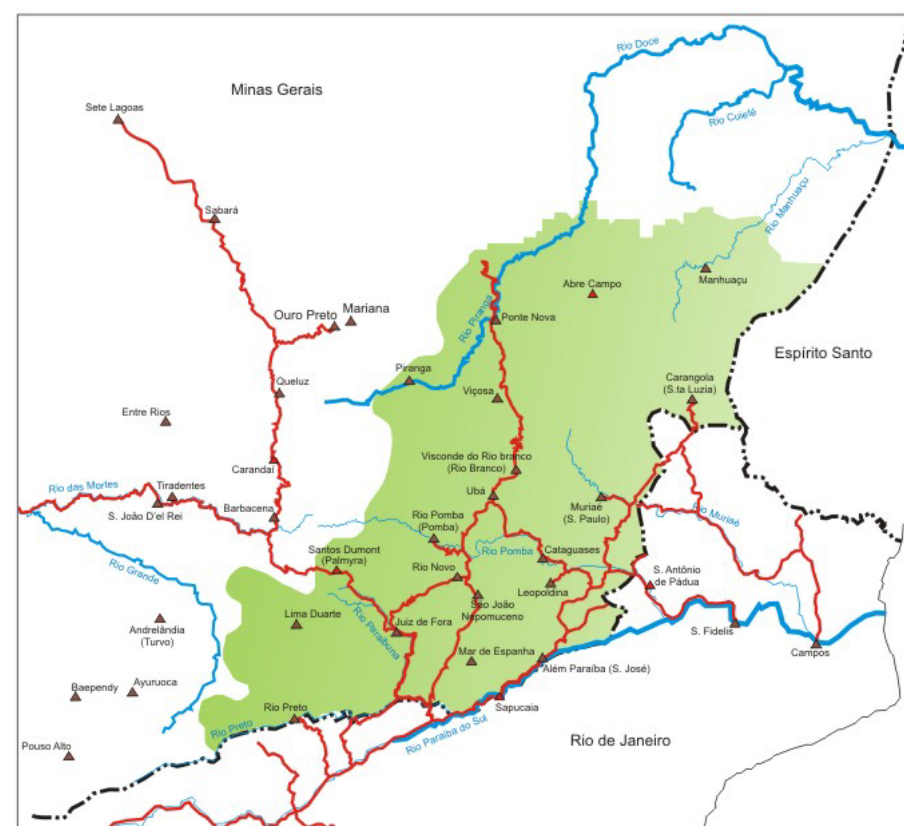


FIGURA 36 - Cidades e Vilas na região da Zona da Mata, 1893

A malha ferroviária fazia a ligação entre os principais centros urbanos da região e o território fluminense, privilegiando os municípios que se inseriam na produção agroexportadora de café.

O modo como essa malha se implantou evidencia a forte polarização exercida pelo praça carioca, que era o porto de embarque de todo o café produzido na Mata. As linhas se desenvolveram a partir do território fluminense e, principalmente, da Estrada de Ferro D. Pedro II, que tinha como ponto terminal a cidade do Rio de Janeiro.

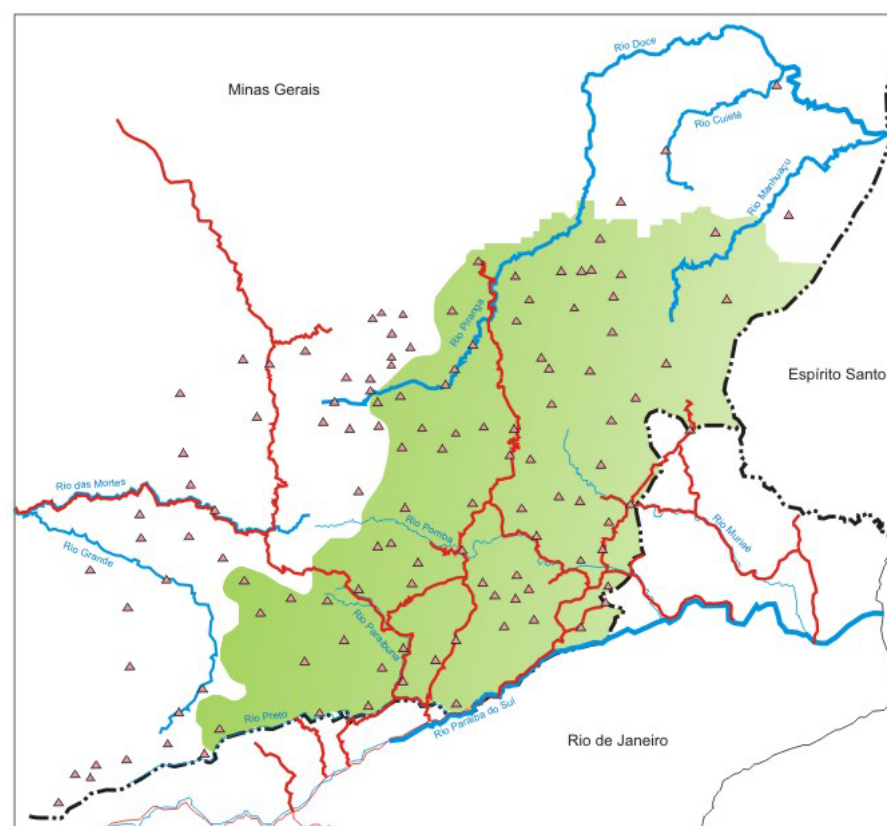


FIGURA 37 - Freguesias na região da Zona da Mata, 1893

Ao final dos oitocentos tornou-se perceptível o processo de consolidação de muitos dos núcleos urbanos formados no interior do atual território da Zona da Mata. A ascensão de uma série de capelas a um nível hierárquico superior provocou um sensível aumento do número de freguesias, que agora poderiam ser encontradas de forma difusa pela região, até mesmo no norte.

FIGURAS 36 a 39 - Assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1893

Mapa base: SÁ, J. Chrockatt de. Mapa do Estado de Minas Gerais contendo os do Rio de Janeiro Espírito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

Notas:

1. De modo a melhor visualizar a configuração do povoamento na região hoje conhecida como Zona da Mata até o final do século XIX e facilitar a análise da configuração geográfica desse processo, foram elaboradas as figuras ao lado. Elas são, assim, o resultado da decomposição da FIG.35 em alguns conjuntos de elementos e/ou assentamentos humanos;
2. No intuito de limpar o desenho e evidenciar aspectos geográficos do povoamento, foi suprimido o mapa base que constava ao fundo. Também foram suprimidas as denominações dos assentamentos humanos, mantendo-se, como referência, apenas a nomenclatura das vilas e cidades;
3. Para a hidrografia, tiveram nomenclatura exibida apenas os rios mais significativos, sendo nomeados pelos seus topônimos atuais.

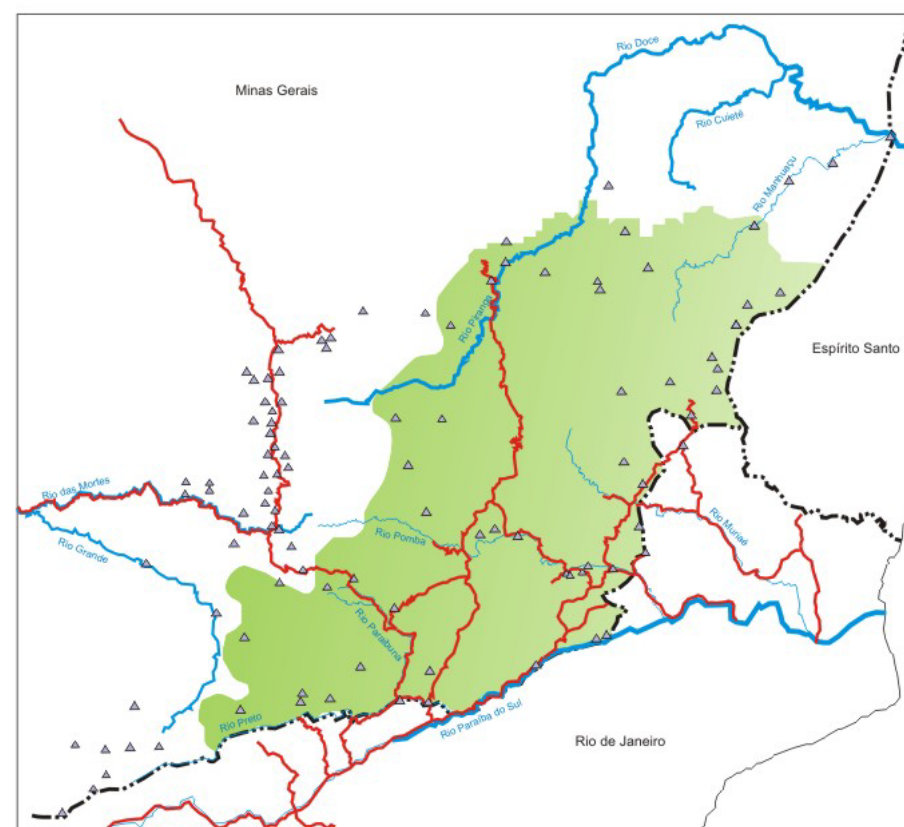


FIGURA 38 - Povoações na região da Zona da Mata, 1893

Como resultado do processo de ascensão das capelas a freguesias, pode ser sentida uma diminuição dos assentamentos então denominados como "povoações". Elas passaram a se concentrar principalmente ao longo da fronteira leste e norte, que correspondia às áreas de ocupação mais recente.

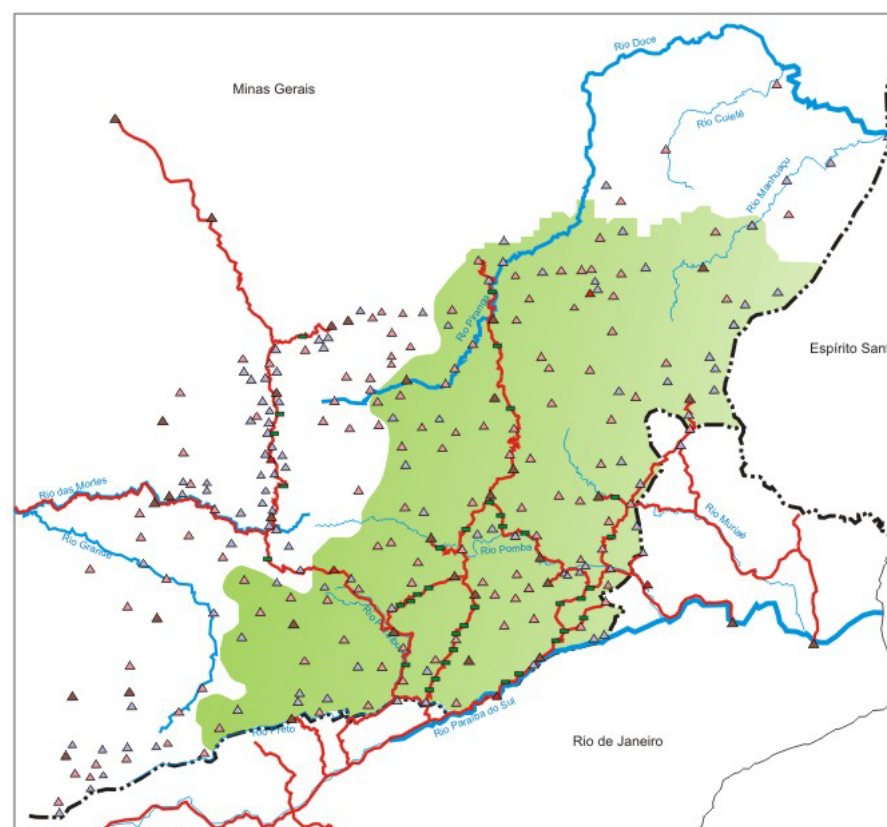


FIGURA 39 - Conjunto dos assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1893

No geral, a configuração da rede de assentamentos humanos aponta para um processo difuso de consolidação de diversos núcleos urbanos. Mais do que uma expansão, tal rede sofre principalmente um adensamento durante a segunda metade do século XIX. Ao final dos oitocentos, a grande maioria das atuais cidades da Zona da Mata já tinham iniciado o desenvolvimento de seus primitivos arraiais. Cerca de 80% dessas cidades – na forma de estações ferroviárias, povoações, freguesias, vilas ou cidades – já apareciam na carta de 1893.

LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Povoação
- Estação ferroviária
- Estradas de ferro em tráfego
- Principais rios
- Limite de província
- Zona da Mata atual - delimitação aproximada

O processo de emancipação municipal manteve, nesse momento, relação direta com a expansão cafeeira. Segundo Blasenheim³³⁴, o crescimento da produção foi responsável por um aumento das reivindicações das lideranças regionais pela autonomia administrativa de seus territórios. Os impostos sobre as exportações de café permitiram uma crescente participação da Mata na geração da receita provincial. A criação de novos municípios era uma forma de reverter esses recursos para a região, isso porque a instituição responsável pelas reivindicações e pelo recebimento dos repasses no nível local eram os conselhos municipais. Desse modo, a localização dos principais centros urbanos na porção centro-sul da região (FIG. 36) e o maior retalhamento dessa porção ao longo do século XIX (FIG. 40) podem ser compreendidos à luz da questão econômica, afinal foi nessa porção do território regional que a lavoura de café conheceu seu maior surto de crescimento.

O dinamismo econômico também foi responsável por certo incremento da vida urbana na região. Embora a produção estivesse centrada no campo, o gerenciamento dos fluxos comerciais era realizado nos centros urbanos. O aumento do volume do comércio – e da renda que ele gerava – permitiu uma dinamização das atividades urbanas e algum crescimento desses centros. Alguns em grandes proporções, como o caso de Juiz de Fora.

Estudando a rede urbana mineira no século XIX, Mario Rodarte³³⁵ nos apresenta um panorama que vem a confirmar tais inferências. Esse autor procurou agrupar os núcleos urbanos mineiros segundo seus níveis de centralidade, medidos através do volume de serviços e bens ofertados. Segundo o autor:

O setor de serviços, a princípio, é o segmento das atividades econômicas mais conveniente para o propósito de se analisar o nível de centralidade de cada lugar. Isto porque os serviços, não raro, determinam pelo menos a centralidade das cidades em relação às respectivas zonas rurais, na medida em que buscam se localizar no centro espacial, como medida de otimização do ponto de oferta. Quando o serviço é mais especializado, ele se restringe a localizar apenas em cidades maiores, ficando voltado para atender as populações residentes no local e em cidades vizinhas de menor dimensão.³³⁶

³³⁴ BLASENHEIM, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906.** Tese, Doutorado em Filosofia, Stanford University. Stanford, 1982. p. 269, 305-309.

³³⁵ RODARTE, Mario M. Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram:** a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação, Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. 179 p.

³³⁶ Ibidem. p. 48.

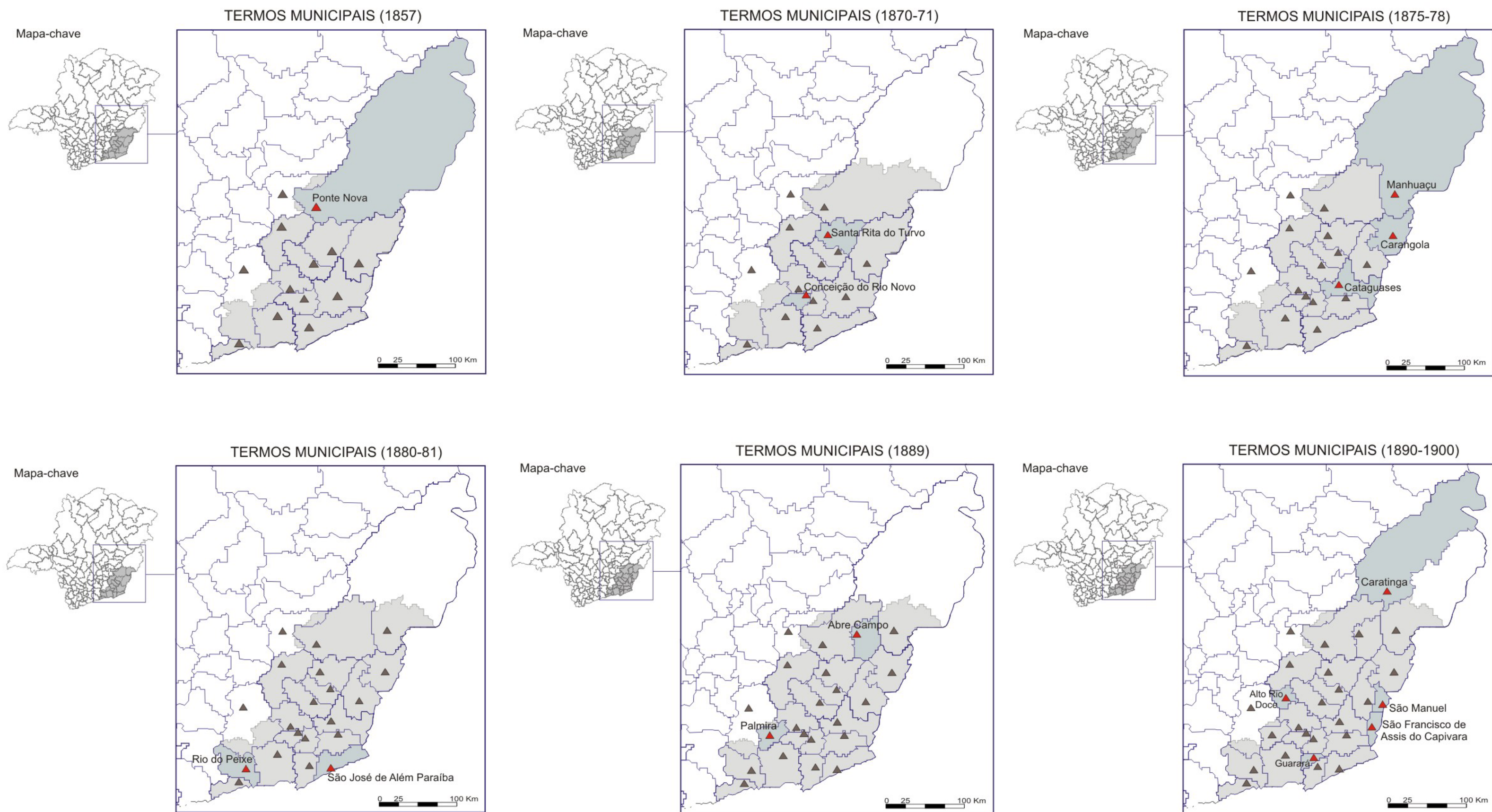


FIGURA 40 - Municípios criados na região da Zona da Mata ao longo da segunda metade do século XIX

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. **Aspectos da formação da rede urbana de Minas Gerais**. São Paulo: 2001. (mimeo) MAPAS 16 a 19, p. 8; MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

- LEGENDA:**
- ▲ Vilas cujos termos abarcavam o território da Zona da Mata
 - Limite dos termos municipais
 - Zona Mata atual
 - ▲ Vilas criadas
 - Municípios criados

Assim, a classificação dos níveis de centralidade foi medida através do número e diversidade das ocupações liberais, dos comerciantes e dos artesãos existentes nos núcleos urbanos, isso para os anos de 1831-40 e 1872. Quatro níveis foram delimitados. Aqueles núcleos enquadrados nos três primeiros foram lançados no mapa de Minas Gerais, de forma a permitir visualizar espacialmente o modo como se distribuíam os principais centros urbanos da província (FIG. 41 e 42).

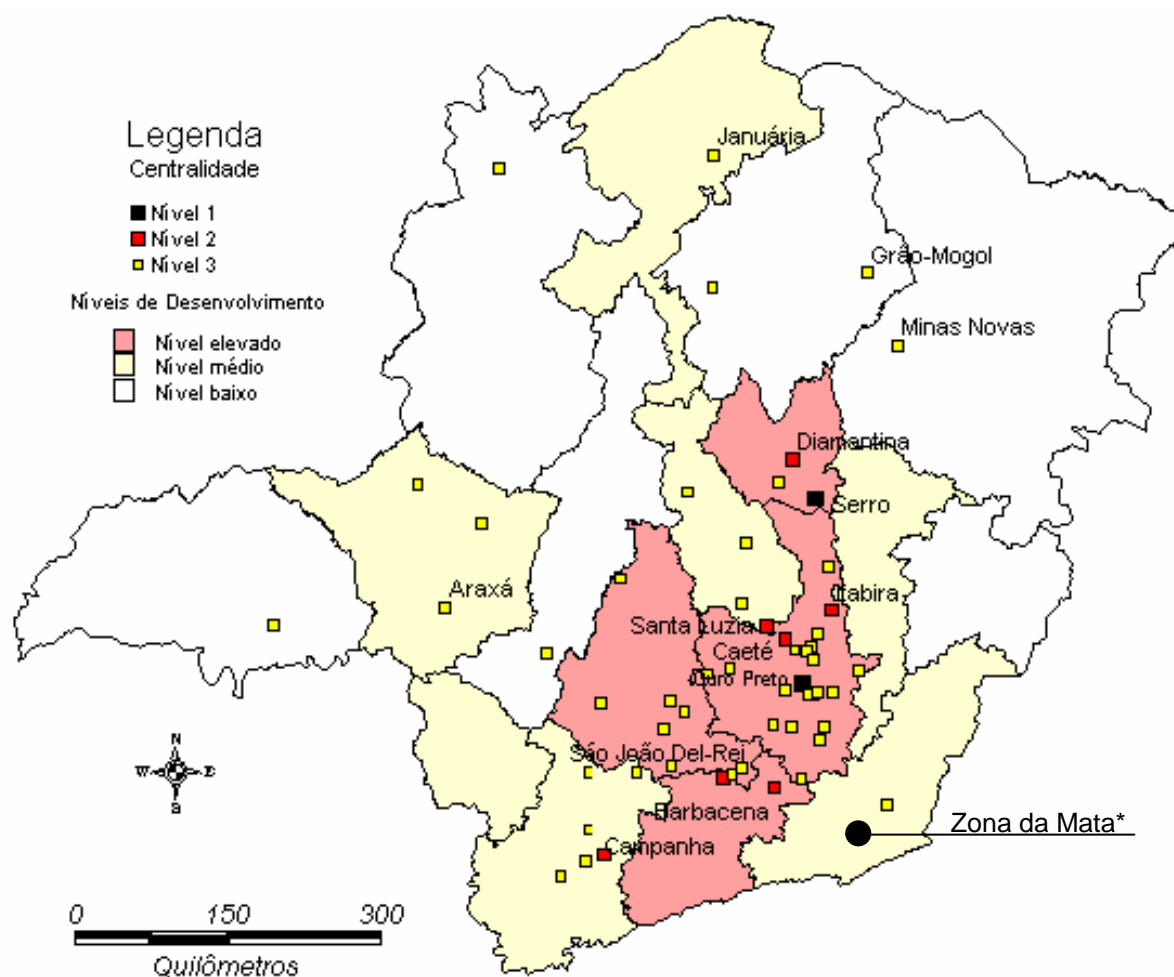


FIGURA 41 - Níveis de centralidade e desenvolvimento (Minas Gerais, 1831-40)

* Esta conformação trata-se de uma regionalização adaptada para primeira metade do século XIX.

Fonte: RODARTE, Mario M. S. **O caso das minas que não se esgotaram**: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação, Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. p. 93.

Na década de 1830, podemos perceber que o território mineiro ainda estava muito polarizado pelos núcleos urbanos do centro minerador. Ouro Preto e Serro eram os núcleos de maior centralidade e os de segundo e terceiro nível apresentavam uma configuração mais concentrada à medida que se aproximavam

desses dois principais (FIG. 41). Para a segunda metade do século, uma expansão da malha urbana pode ser observada, com um aumento significativo dos núcleos de nível 2 e 3 (FIG. 42). Também a conformação da rede urbana se alterou. Os núcleos de nível 1 passaram a se localizar na Mata. Eram Juiz de Fora e Mar de Espanha. Embora a concentração de núcleos de centralidade imediatamente inferior (nível 2) permanecesse na antiga área central mineradora, próximos a esses dois principais passaram a existir diversos centros de nível 3 (FIG. 42).

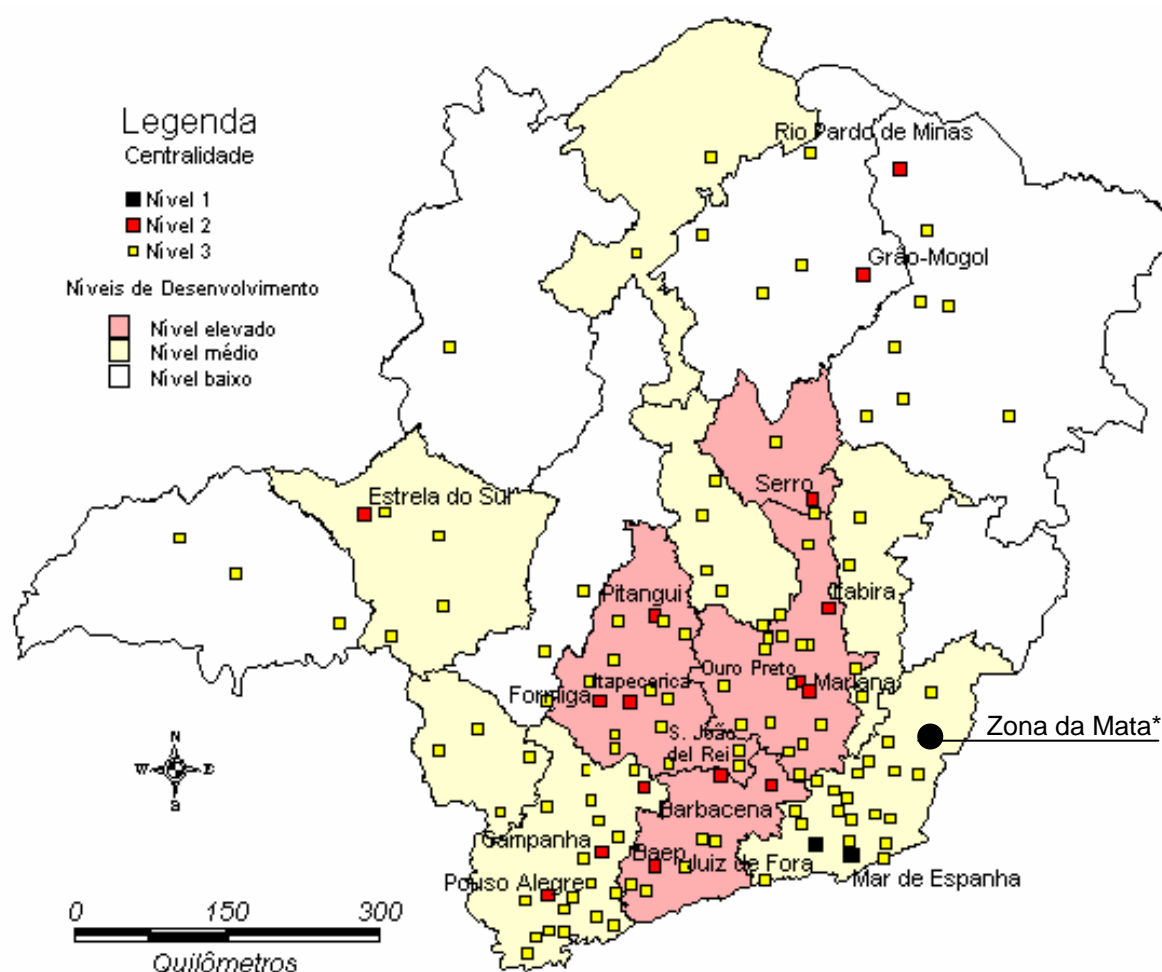


FIGURA 42 - Níveis de centralidade e desenvolvimento (Minas Gerais, 1872)

* Esta conformação trata-se de uma regionalização adaptada para primeira metade do século XIX.

Fonte: RODARTE, Mario M. S. **O caso das minas que não se esgotaram**: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação, Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. p. 102.

Esse deslocamento dos centros hierarquicamente superiores atesta a íntima relação entre crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Juiz de Fora e Mar de Espanha, que despontaram como cidades importantes na segunda metade do

século XIX, floresceram a partir das novas oportunidades criadas pela economia do café, sobretudo a partir da conformação dos fluxos comerciais. Tais centros possuíam uma localização geográfica estratégica: na rota entre as fazendas e o porto carioca, assim como entre os artigos manufaturados e importados vindos Rio de Janeiro e restante do território mineiro. Conforme atentado por Rodarte, era principalmente “*no processo de circulação de mercadoria que a riqueza rural se convertia em riqueza urbana*”³³⁷. A economia cafeeira também contribuiu para a dinamização dos demais núcleos urbanos na Mata, principalmente em sua porção centro-sul. Afora todas as limitações quanto à capacidade da lavoura em promover um desenvolvimento mais sustentado e igualitário da região, no contexto provincial, vários de seus núcleos urbanos tiveram nível de centralidade aumentado (FIG. 42).

O dinamismo econômico permitiu não só esse processo de crescimento e consolidação dos centros urbanos como a própria estabilização de alguns deles enquanto sedes municipais. Reiteradas vezes os presidentes da província dirigiram queixas à Assembléia Provincial quanto aos prejuízos da criação de muitos municípios³³⁸. A pouca autonomia, associada à pequena renda dos conselhos municipais, fazia com que a maioria das obras e melhoramentos em seus territórios, além da própria construção das casas de câmara e cadeia, ficassem a cargo da província, sobrecarregando seus cofres. Conforme comentado no capítulo anterior, uma forma de tentar amenizar tais gastos era, ao contrário de criar mais municípios, transferir as sedes de municípios já existentes para outros núcleos urbanos, cuja população era considerada mais capaz de arcar pelo menos com as despesas de instalação do novo município.

³³⁷ RODARTE, Mario M. Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram**: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação, Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. p. 21.

³³⁸ RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1857. p. 64; RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858. p. 16; RELATORIO que ao Illm. e Exm. Sr. Commendador Manoel Teixeira de Souza 2º Vice-presidente da Provincia de Minas Geraes appresentou no acto de passar-lhe a Administração em 22 de Abril de 1860, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1860. p. 19-21; RELATORIO que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1862 o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1862. p. 8 e 34.

A maioria das vilas erigidas na primeira metade dos oitocentos no interior do atual território da Zona da Mata sofreu, ao longo do século, processos de supressão, restauração e transferência de suas sedes, o que não ocorreu em relação à maior parte daquelas instaladas na segunda metade do século (ANEXO 5). Isso leva a inferir que o crescimento urbano dessas últimas, impulsionado pela renda proveniente da lavoura, permitiu sua estabilidade. Deve ser lembrado, entretanto, que esse crescimento urbano seguiu os padrões do século XIX, mantendo-se fortemente vinculado ao mundo rural. Sendo assim, mesmo as principais cidades da Zona da Mata possuíam, ao final do século XIX, dimensões sensivelmente modestas (TAB. 2, p. 152).

Certamente, um dos principais legados do comércio agro-exportador foi o reforço gradativo da polarização exercida pela cidade do Rio de Janeiro sobre a região. O redirecionamento dos fluxos da ocupação territorial – que antes partiam do centro da província e passaram a vir do sul da própria Zona da Mata – deixou marcas sobre o espaço regional, num processo que foi, em grande parte, estimulado pelo governo provincial através do financiamento do sistema de transportes.

Tais marcas se fazem sentir ainda em nossos dias. As principais cidades da região na atualidade correspondem, em grande parte, àquelas que já possuíam certo dinamismo econômico na década de 1890. Este é o caso de Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Cataguases, Ponte Nova, Leopoldina, Viçosa e Manhuaçu. No entanto, algumas dessas cidades perderam expressão ao longo do século XX. A queda de produtividade da lavoura associada à ausência de outras atividades que permitissem a continuidade de seu desenvolvimento impossibilitou a manutenção do dinamismo. Este é o caso, por exemplo, de Mar de Espanha, Rio Preto e Além Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, o desafio da pesquisa histórica esteve sempre presente. Identificar as fontes primárias que, dentro do tempo disponível para realização da pesquisa, pudessem fornecer dados capazes de subsidiá-la foi tarefa desafiadora, que se impôs desde o primeiro momento e, possivelmente, a que mais influência exerceu sobre o modo como o trabalho foi conduzido e ainda sobre os resultados obtidos.

O uso da cartografia histórica, instrumento ainda pouco explorado pela historiografia, mostrou-se uma fonte viável e bastante instigante. Os mapas são documentos especiais porque, por si só, são produto da evolução de uma ciência. Materializam uma série de experimentações, inferências, e ainda especulações e equívocos. Por isso mesmo, resgatar esse mundo de representações dos espaços passados e manipular os dados que ele oferece nem sempre foi tarefa fácil. O avanço da ocupação e do conhecimento sobre o território mineiro foi simultâneo ao desenvolvimento das técnicas de medição e representação gráfica. Nesse processo, não raro foram omitidos núcleos urbanos sabidamente existentes no momento da elaboração de determinado mapa, também existiram enganos quanto às características do terreno e da hidrografia, além de imprecisões quanto à localização de certos assentamentos humanos. Outra dificuldade foi a identificação da toponímia. Conferir nome a um determinado lugar é tarefa construída socialmente, sendo tão dinâmica quanto o próprio processo social que dá forma aos novos núcleos urbanos. À instabilidade dos primeiros assentamentos correspondeu uma inconstância também em sua nomenclatura, um desafio a mais nessa tentativa de compreender os modos primevos de surgimento das cidades.

Afora tais percalços, os mapas se mostraram muito generosos nas informações que ofereceram. Eles nos permitiram explicitar as características mais proeminentes do processo de ocupação territorial que resultou na formação da rede de cidades que hoje compõe a Zona da Mata mineira. Até o final do século XIX, tal processo foi marcado por pelo menos três momentos históricos que, apesar de distintos entre si, se interpenetraram e interagiram.

O momento inicial foi caracterizado por dois processos diferenciados de penetração humana. O primeiro correspondeu a uma intervenção de caráter oficial,

materializada na abertura do Caminho Novo. O povoamento aí foi rápido e intenso, incentivado mediante a concessão de sesmarias. O fluxo comercial ao longo do caminho possibilitou a instalação de propriedades rurais voltadas para o comércio de gêneros de abastecimento, fornecidos aos viajantes e à população dos arraiais mineradores. Na tentativa de evitar a abertura de rotas alternativas que possibilitassem o contrabando do ouro e das mercadorias comercializadas nas Minas, tão logo o Caminho Novo foi aberto as autoridades metropolitanas procuraram controlar o povoamento em suas imediações, mantendo-o restrito às margens da estrada.

O outro eixo de povoamento do século XVIII foi marcado por frentes de ocupação mais instáveis, que iniciaram a penetração nas áreas de fronteira de dois dos mais importantes núcleos urbanos mineradores: Vila Rica e Mariana. A existência de um contingente populacional numeroso e diversificado permitiu a formação de classes marginais que, na tentativa de promover seu auto-sustento, lançaram posses pelas áreas de floresta limítrofes a tais centros, onde o solo se mostrava propício à produção agropecuária. Tal processo ocorreu à revelia de uma legislação que proibia a entrada nas regiões não povoadas da capitania. Desse modo, as dificuldades de vencer a floresta e os conflitos com os grupos indígenas impuseram um ritmo oscilante a essa frente de povoamento.

Com o correr do século XVIII, o desenvolvimento e a expansão das atividades agrícolas pressionou a penetração pelo interior, tanto nas imediações do Caminho Novo, quanto na fronteira das vilas mineradoras. A queda nos rendimentos da mineração também impulsionou algumas ações oficiais no sentido de ocupar e aproveitar economicamente os territórios de floresta. Ao final do século, uma intensificação das frentes de povoamento possibilitou a fixação de diversos núcleos urbanos no interior do que veio a ser o território da Zona da Mata. Os primeiros contornos de estruturação dessa rede de assentamentos humanos deixaram visível sua forte vinculação à região central mineradora, caracterizando o processo de povoamento centrífugo apontado pela historiografia.

O segundo momento da ocupação territorial ocorreu ao longo da primeira metade do século XIX. Sobretudo a partir de 1808, tal processo ganhou contornos de política oficial. Uma ampla abertura das fronteiras territoriais foi estimulada a partir de ações mais incisivas voltadas à pacificação dos povos indígenas que

habitavam a região. Dando continuidade a um processo desencadeado no século anterior, a política de pacificação se intensificou de maneira expressiva, permitindo uma forte expansão do povoamento. A estrutura de implantação dos núcleos urbanos manteve boa parte das características herdadas dos setecentos. Mariana e Vila Rica continuaram sendo os principais núcleos urbanos polarizadores da rede de assentamentos humanos, que conservou sua configuração radial.

A primeira metade do século XIX também assistiu a um reforço das relações comerciais entre Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, então sede da monarquia portuguesa – depois brasileira – e principal mercado dos produtos mineiros. Cortado pela principal via terrestre de acesso a esse mercado, a ocupação no sul da Mata se adensou concomitantemente ao reforço da centralidade carioca nas rotas do comércio interprovincial. Pela continuidade geográfica com o Vale do Paraíba fluminense, a lavoura de café para exportação também penetrou em Minas Gerais por essa região, conferindo maior intensidade à sua expansão demográfica. Desse modo, em meados do século, a difusão do povoamento a partir do sul da Mata fez com que as duas frentes de ocupação pioneiras desencadeadas no século anterior se encontrassem e se fundissem. Como pontos de apoio material e social a essa população que se expandia pelo território, uma série de núcleos urbanos se instalou, ocupando inclusive a divisa com o território fluminense, e a rede de assentamentos humanos adquiriu configuração mais difusa.

A segunda metade dos oitocentos marcou, enfim, o terceiro momento da ocupação territorial. A continuidade da difusão cafeeira determinou um crescimento populacional vigoroso. Mais que uma expansão, um processo de adensamento da rede urbana regional e de consolidação de muitos de seus núcleos urbanos pôde ser observado. Até o final dos oitocentos, a ocupação praticamente se completou, com o estabelecimento de diversos assentamentos humanos também no norte da Mata. Nesse momento, concluiu-se também a inversão de sentido das principais linhas de força da polarização econômica, antes exercida pelos antigos centros mineradores de Mariana e Ouro Preto e agora centrada na cidade do Rio de Janeiro. Tal aspecto pode ser percebido claramente através da evolução da malha ferroviária e da conformação que ela assumiu. Em nível regional, a cidade de Juiz de Fora se beneficiou amplamente desse processo. Servida pelas principais vias de acesso ao porto carioca e desfrutando de uma localização geográfica privilegiada, a cidade

concentrou capitais e fluxos de comércio que lhe permitiram um significativo crescimento urbano-industrial.

Ao longo do século XIX, o aumento da importância econômica da Mata foi seguido de perto pelo incremento de sua influência política, o que se refletiu no processo de emancipação de seus municípios. Foram criadas 24 vilas na região, 6 na primeira metade do século e 18 na segunda. A distribuição espacial dessas vilas, mais concentradas na porção centro-sul da Mata, também atesta a íntima relação entre as emancipações municipais e o crescimento econômico resultante da expansão cafeeira.

Cabe destacar que a complexidade do processo de ocupação territorial da Zona da Mata e de formação de seus núcleos urbanos só pode ser entendida quando percebemos suas simultaneidades. Nesse espaço se mesclaram e interagiram, desde os primórdios, conjunturas vinculadas tanto a processos externos como internos à economia e à sociedade mineiras, além de ações desencadeadas tanto pela iniciativa oficial do estado quanto pelas contingências do processo histórico. Foi justamente a combinação dessas conjunturas que conferiu originalidade e dinamicidade à ocupação territorial. Embora o tempo tenha nos ajudado a organizar os dados e perceber a evolução do processo em si, foi o espaço que permitiu verificar as sobreposições, os conflitos, as combinações.

No primeiro momento da penetração humana, as ações oficiais estiveram dissociadas dos movimentos internos da sociedade mineira. O modo como se configuraram as frentes de povoamento no século XVIII deixou isso claro: de um lado o Caminho Novo, que se relacionava ao atendimento de uma demanda externa – pois foi aberto para que o ouro fosse encaminhado de modo mais eficiente ao mercado europeu – e, de outro, a penetração pelas áreas limítrofes à região mineradora, correspondendo à demanda interna de uma sociedade que, desde o início, se constituiu numerosa e diversificada. Com o correr do século, os interesses oficiais e particulares começam a se confundir. O refluxo da atividade mineradora conferiu maior amplitude ao processo de expansão agrícola. Um modo de vida mineiro se disseminou pelo interior de boa parte da região. Tal sistema era baseado numa noção de subsistência muito presente e num tipo de socialização que implicava no surgimento de pequenas centralidades no nível local, materializadas nas capelas e nas pequenas vendas que se instalavam próximas a elas. A expansão

desse tipo de povoamento ganhou força com as ações de pacificação dos povos indígenas, ações essas que foram estimuladas e patrocinadas pelos governos provincial e imperial.

No entanto, uma nova rodada de intercâmbio com os mercados externos foi determinada pela expansão cafeeira. Desse modo, a lavoura de café agro-exportadora teve que dividir espaço com os processos de ocupação que já estavam em curso na região. As longevidades dos modos de interação com a terra tiveram que interagir com conjunturas novas, determinando uma estrutura de organização espacial cheia de especificidades. O resultado disso foi uma expansão e, principalmente, uma intensificação do povoamento, consolidando sobre o espaço uma rede de núcleos urbanos que já vinha se configurando bastante pulverizada.

Nossa intenção aqui não foi, obviamente, esgotar o assunto. Esboçamos apenas um panorama geral, cujos pormenores merecem ainda muito esforço investigativo. Outras fontes podem ser reunidas às que aqui foram apresentadas, permitindo um aprofundamento de certas questões e a incorporação de outras. Também fica como objeto de investigações mais detidas todo um contexto intra-urbano, apenas tangenciado em algumas páginas deste trabalho. Acreditamos, no entanto, ter trazido à tona alguns aspectos importantes para o entendimento do processo de formação da Zona da Mata e de sua densa rede de cidades.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS – DOCUMENTOS DIVERSOS

1ª PRÁTICA - Que dá ao R. Pe. Diogo Soares o Capitão-mor Luís Borges Pinto, sobre os descobrimentos da célebre casa da casca compreendidos nos anos de 1726-27 e 28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço D’Almeida [s. d.]. In: TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Sertanistas**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953. p. 161-166.

[Alvará em que se torna proibido a abertura de picadas e caminhos na região das Minas sem a autorização da Coroa Portuguesa - 20 de outubro de 1733]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 5, fls. 149, 149v e 150. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

Bando fixando os limites entre as comarcas de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro do Frio, pela parte do rio Doce – 13 de novembro de 1779. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 7, p. 411-413, jan./jun. 1902.

[Carta de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II, informando que o Caminho Novo estava concluído - 30 de agosto de 1705]. In: Antonil, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 427-430.

[Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro (1697-1702), Arthur de Sá e Menezes ao rei de Portugal, D. Pedro II (1667-1706), informando sobre as conveniências de se construir um novo caminho entre o Rio de Janeiro e as Minas dos Cataguases - 24 de maio de 1698]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, 2a. edição, vol. XVIII, p. 317-318, 1942.

[Carta do governador D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783) à Coroa em que informa sobre uma viagem para o distrito da Mantiqueira, a fim de repartir as terras e verificar se o Registro de Matias Barbosa e as patrulhas do mato são suficientes para evitarem-se os extravios - 03 de Junho de 1781]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 224, fls. 29-31v. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

[Denúncia de um colono sobre a abertura de picadas na região de Ibitipoca, Simão Pereira e rio Paraibuna - 19 de outubro de 1754]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 115, fls. 130 -130v. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

Documentos históricos: XII - Fechamento de caminhos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 6, p. 197-198, jan./mar. 1901.

Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, p. 311-327, abr./jun. 1897.

[Justificativa de dois lavradores da freguesia de Borda do Campo para a abertura de picadas nos matos - 20 de dezembro de 1754]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 115, fl. 138. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

[Ordem do governador D. Lourenço de Almeida (1721-1732) para que se patrulhe o Caminho Novo até o Paraibuna, de modo a impedir o descaminho dos reais quintos - 6 de setembro de 1730]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 27, fls. 74v-75. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

[Ordem do governador D. Pedro de Almeida (1717-1721) ao Coronel D. Rodrigues da Fonseca para que demarque os moradores que vivem desde o Paraibuna até o sítio de vila do Carmo - 18 de novembro de 1718]. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Cód. 11, fl. 76. (Documento transcrito gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG)

PINTO, Luiz Maria da Silva. Relação das cidades, villas e povoações da Provincia de Minas Geraes com declaração do numero de fogos de cada uma [1830]. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 2, n. 1, p.18-28, jan/mar 1897.

Terras mineraes: relação das ordens sobre terras mineraes, que, por copia, foi enviada ao Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 1, p. 707-711, out./dez. 1896.

Varios documentos: I - commissão confiada ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, pelo governador Luiz da Cunha Menezes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 2, p. 345-350, abr./jun. 1897.

FONTES PRIMÁRIAS – FALAS, EXPOSIÇÕES E RELATÓRIOS DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1836-1889)

EXPOSIÇÃO feita pelo Tenente General graduado Francisco José de Souza Soares de Andréa, na qualidade de Presidente e Comandante das Forças da Provincia de Minas Geraes, a seu sucessor o Ill.mo Exm.o Senr. Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, no acto de sua posse em 1º de julho de 1844. Manuscrito, Arquivo Público Mineiro, Fundo Presidência da Província, Filme 001, negativo F1. 28p.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na Sessão Ordinaria do anno de 1839, pelo Presidente da Provincia Bernardo Jacinto da Veiga. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1839. 58p.

FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da Sessão Ordinária do anno de 1844, pelo Presidente da Provincia Francisco José de Souza Soares D'Andrea. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. 74p.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo Presidente da Provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. 70p.

FALLA dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1849 pelo Presidente da Provincia, José Ildefonso de Souza Ramos. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1849. 34p.

FALLA que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. 86p.

FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25.a legislatura em 1.o de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884. 111p.

FALLA que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887. 93p.

FALLA que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888. 75p.

RELATORIO que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinária de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, Presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typographia Social, 1851. 38p.

RELATORIO que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria do anno de 1853 o doutor Luiz Antonio Barbosa, Presidente da mesma Provincia. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1853. 44p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854 o Presidente da Provincia Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1854. 35p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1857. 68p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858. 68p.

RELATORIO que ao Illm. e Exm. Sr. Commendador Manoel Teixeira de Souza 2º Vice-presidente da Provincia de Minas Geraes apresentou no acto de passar-lhe a Administração em 22 de Abril de 1860, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1860. 60p.

RELATORIO que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1862 o coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1862. 40p.

RELATORIO que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o conselheiro João Crispiano

Soares, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. de Minas Geraes, 1863. 29p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão extraordinaria de 1863 o doutor Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1864. 14p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. do Minas Geraes, 1865. 39p.

RELATORIO que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes Dr Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho Presidente da mesma Provincia. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. 99p.

RELATÓRIO que ao Illm. e Exmo. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1869. 48p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliveira Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873. 41p.

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o Illm. e Exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a Administração da Província. Ouro Preto: Typographia de José Egydio da Silva Campos, 1878. 28p.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. 72p.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Faria Alvim Presidente do Estado de Minas Geraes em 15 de Junho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima Ex-governador do mesmo Estado. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892. 63p.

FONTES PRIMÁRIAS – RELATOS DE VIAGEM E ESTUDOS DIVERSOS

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auríferos e diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. 372p.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 366p.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. 408p.

FREYREISS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. 138p.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 e 1841**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 260p.

GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863. 86p.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. 2v.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 225p. (5 mapas em bolso)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. 125p.

_____. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2v.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1. 400p.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Reise in Brasilien 1817-1820** (Atlas). Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm.-Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967. s/paginação.

_____. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 1. 283p.

WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1. 316p.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano. **Viagem ao Brasil (1815-1817)**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. v. 1. 511p.

FONTES PRIMÁRIAS – LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828 - “Dá nova forma às Camaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição e dos Juizes de Paz”. In: COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_19.pdf>, acesso em 17/06/08.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832 - “Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia”. In: COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_18.pdf>, acesso em 17/06/2008.

BRASIL. Lei de 12 de agosto de 1834 - “Faz algumas alterações e addições á Constituições Politica do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832”. In: COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf>, acesso em 17/06/2008.

FONTES PRIMÁRIAS – CARTOGRAFIA

CAPACCI, Domenico; SOARES, Diogo. [Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00' - 21°30' Sul], ca. 1734-35. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso)

ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia**

das Minas Gerais: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

ESCHWEGE, W. L. von; MARTIUS, C. F. P. von. Mapa do Leste do Brasil (1834). In: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Reise in Brasilien 1817-1820** (Atlas). Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm.-Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967. prancha 44.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Carta do Brasil ao Milionésimo. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DECART.

GERBER, Henrique. Carta da Provincia de Minas Geraes, coordenado por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da provincia, segundo os dados oficiais existentes e muitas proprias observações por Henrique Gerber, engenheiro da mesma provincia, 1862. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso).

GERBER, Henrique. Carta da Provincia de Minas Geraes, com indicação das actuaes estradas, e das despezas com ellas feitas durante o decennio de 1855 a 1865, organizada pelo Engenheiro Henrique Gerber, mandada levantar pelo Exm. Sr. Presidente da mesma Provincia Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, em Janeiro de 1867. In: RELATORIO que apresentou ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes Dr Elias Pinto de Carvalho por ocasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho Presidente da mesma Provincia. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Anexo 14, Mapa 15. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u265/000484.html>>, acesso em 17/09/2008.

HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais (1862). In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso)

MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (1804). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província.** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

PLANTA GERAL da Capitania de Minas Gerais (1800). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província.** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapa em bolso)

ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas (1778). In: _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapa em bolso)

ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca de Vila Rica (1778). In _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapa em bolso)

ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778). In _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapa em bolso)

FONTES SECUNDÁRIAS – CARTOGRAFIA

[Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778), com identificação e classificação dos assentamentos humanos], gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG.

MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 3, MAPAS I.2, II.11, IV.10, IV.14 e IV. 19.

[Planta geral da Capitania de Minas Gerais (1800), com identificação e classificação dos assentamentos humanos], gentilmente cedido pelo projeto de pesquisa “*Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica*”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG.

FONTES SECUNDÁRIAS – PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 208p.

ANASTASIA, Carla. **A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 173p.

BADIE, Bertrand. Capítulo 2: A lenta ascensão do princípio da territorialidade. In: _____. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 39-59.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento**. Belo Horizonte: BDMG, 2000. 158p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.

BLASENHEIM, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. Tese, Doutorado em Filosofia, Stanford University. Stanford, 1982. 372p.

BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

BRAUDEL, Fernand. Capítulo 8: As Cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. (As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível). p. 439-480.

_____. **História e ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Presença/ São Paulo: Martins Fontes, 1976. 261p.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. 278p.

CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2)

_____. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. 361p.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999. 181p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. 96p.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. 83p. (28 mapas em bolso)

____ (org.). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 245p.

COSTA, Joaquim Ribeiro. Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais. **Revista do Instituto histórico e Geográfico de Minas Gérias**. Belo Horizonte, v. X, p. 67-94, 1963.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1997. 476p.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província**: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. 334p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva/CIORD, 1997. 124p.

DINIZ, Clélio Campolina. O Atraso Mineiro e suas Explicações. In: _____. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. p. 99-120.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru-SP: EDUSC, 2005. 488p.

FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teoria e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1998. p. 13-28.

FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de minas gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS: 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 2001. p. 769-785.

- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Des terres aux villes de l'or**: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais, Brésil, XVIIIe siècle. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 606p.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 324p.
- FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. XI ENCONTRO DA ANPUR. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/XIENANPUR/562.pdf>>, acesso em 26/06/2008.
- FURTADO, Celso. Fundamentos econômicos da ocupação territorial. In: _____. **Formação Econômica do Brasil**. 18^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. p. 3-38.
- GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983. 236p.
- GEIDER, Pedro P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1963. 462p.
- GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. 204p.
- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. 140p.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios**. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 2v.
- GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. **Mapas e Mapeamentos**: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930. Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. 434p.
- GOMES, Pedro Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GOODWIN JUNIOR, James William. **Cidades de Papel**: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese, Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 351p.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983. 210p.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 4, p. 85-99, jun.1987.

_____. Agricultura e caminhos em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 2, p. 7-36, jun.1986.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial - sua desagregação. In: _____. (dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1965. Tomo II, v. 1: O Brasil monárquico: o processo de emancipação. p. 9-39.

_____. O bandeirismo pesquisador de riquezas. In: _____. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo I, v. I: Do descobrimento à expansão territorial. p. 289-296.

_____. Capítulo 4 - O Semeador e o Ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974.

_____. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo II, v. 2: O Brasil monárquico: dispersão e unidade. p. 364-412.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 09/06/2005.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Território**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/lisopcmapa.asp?z=t&o=4>>, acesso em 10/10/2007.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 137p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Universidade de Campinas - UNICAMP. **Redes urbanas regionais**: Sudeste. Brasília: IPEA, 2002. 168p.

JOSÉ, Oiliam. **Marlière, o civilizador**. Esboço biográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. 217p.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985. 168p.

LEFEVRE, Renee; VASCONCELOS, Sylvio de. **Minas**: cidades barrocas. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976. 86p.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, 1993. 136p.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. 404p.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981. 105p.

MATA, Sérgio da. **Chão de Deus**: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. 304p.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. 55p. (Texto para Discussão nº 10)

MARTINS, Roberto; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (sem paginação)

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991. 143p.

_____. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1988. 219p.

MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico**: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. 266p.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma Região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 135p.

MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>, acesso em 14/11/2007.

_____, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **As Regiões de Planejamento**. Disponível em <<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/minas?op=estruturaConteudo&coConteudo=27160&coSeqEstrutura=394&coEstruturaPai=12>>, acesso em 10/10/2007.

MONBEIG, Pierre. Capítulo IV: As cidades da franja pioneira. In: _____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984. p. 337-387.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A Cidade e o Urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio L. (org.). **As cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 185-197.

_____. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2001. 14p. (Texto para discussão; 164). Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>>, acesso em 15/10/2008.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas, 1889-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974. 213p.

MORAES, Fernanda Borges de. **Aspectos da formação da rede urbana de Minas Gerais**. São Paulo: 2001. 10p. (mimeo)

_____. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, v. 1: O Brasil monárquico: o processo de emancipação. São Paulo: DIFEL, 1965. p. 119-131.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 6, p. 37-54, 1982.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. 2 ed. Brasília: EBRASA, 1971. 344p.

PAIVA, Clotilde. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. 229p.

- PAULA, João Antônio. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.
- PEIXOTO, Léa Q. C. **Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Imprensa Estadual, 1951. 112p.
- PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et al. (org.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 269-298.
- PIMENTA, Demerval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. XIV, 1969-1970. p. 367-392.
- _____. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. 162p.
- PINHEIRO, Eloísa Petti, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. Retrazando percursos: o papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na constituição de um campo de estudos. In: PINHEIRO, Eloísa Petti, GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.). **A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 19-42.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da Colonização. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 19-32.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. 239p.
- ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas**. Ensinando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: HUCITEC, 1998. 174p.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010201882003000200011&lng=en&nrm=iso>>, acesso em 04/05/2006.
- ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 320p.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Região. Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v.8. p. 396-487.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002. 155p.

SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. 180p.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação de centralidade. Salvador: Livraria Progresso, 1959. 28p.

_____. **Por uma geografia nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236p.

SLENES, Robert W. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 324p.

_____. Putting Cities First. In: _____. **Postmetropolis**: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Backwell, 2000. p. 19-49.

TRINDADE, Raimundo. **Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1945. 379p.

VASCONCELLOS, Diogo. **História Media de Minas Gerais**. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 367p.

VASCONCELLOS, Sylvio. Formação das povoações de Minas Gerais. In: _____. **Arquitetura no Brasil**. Pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959. p. 3-6.

_____. **Vila Rica**: Formação e desenvolvimento – Residências. São Paulo: Perspectiva, 1977. 214p.

_____. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. 200p.

VEIGA, Jose Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. v. 1 e 2. 615p.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. **Varia Historia**, Departamento de História da FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999. (Número especial Códice costa Matoso)

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-96.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo:HUCITEC/EDUSP, 1990. 247p.

ANEXO 1

Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 5

Fonte: Elaboração a partir de dados de CAPACCI, Domenico; SOARES, Diogo. [Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00' - 21°30' Sul], ca. 1734-35. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da capitania à província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (mapa em bolso); MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 2, p. 358-413.

NOME	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA*	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
V.a Rica	vila	Ouro Preto (município)
(sem nome)	vila	São João Del Rei (município)
(sem nome)	vila	Tiradentes (município)
Bacalhao	freguesia/capela	Santo Antônio de Pirapetinga (distrito do município de Piranga)
Brumado	freguesia/capela	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Carijos	freguesia/capela	Conselheiro Lafaiete (município)
Carmo	freguesia/capela	Mariana (município)
Congonhas	freguesia/capela	Congonhas (município)
E.o Novo	freguesia/capela	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)
Furquim	freguesia/capela	Furquim (distrito do município de Mariana)
Itaberaba	freguesia/capela	Itaverava (município)
Itatiaia	freguesia/capela	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
Mainarte	freguesia/capela	Mainart (povoado do município de Mariana)
Mello	freguesia/capela	Desterro do Melo (município)
Noruega	freguesia/capela	Catas Altas da Noruega (município)
Novas	freguesia/capela	Lavras Novas (povoado de Ouro Preto)
Ouro Branco	freguesia/capela	Ouro Branco (município)
Pinheiro	freguesia/capela	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Redondo	freguesia/capela	Alto Maranhão (Distrito de Conselheiro Lafaiete)
Registro	freguesia/capela	Antônio Carlos (município)
Ressaca	freguesia/capela	Ressaquinha (município)
S. Caetano	freguesia/capela	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. Seb.ao	freguesia/capela	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)

* Como o mapa base que serviu de fonte para as informações desta tabela se encontra incompleto, não existe legenda indicando a classificação dos assentamentos humanos. No entanto, pela iconografia da carta podem ser identificados pelo menos três tipos de assentamentos humanos diferentes, que possivelmente indicam vilas (símbolo gráfico mais elaborado), freguesias ou capelas (grafadas por um símbolo gráfico menos elaborado, mas apresentando a cruz) e assentamentos sem templo religioso formal, como fazendas, roças ou ranços (símbolo gráfico mais simples).

NOME	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA*	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Soled	freguesia/capela	Lobo Leite (distrito do município de Congonhas)
Sumid.o	freguesia/capela	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Caranday	fazenda/roça/rancho	Carandaí (município)
Paraopeba	fazenda/roça/rancho	Casa Grande (município)

ANEXO 2

Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 11

Fonte: Elaboração a partir de dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. 2 ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. 476p.; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Carta do Brasil ao Milionésimo. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DECART; [Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778), com identificação e classificação dos assentamentos humanos] e [Planta geral da Capitania de Minas Gerais (1800), com identificação e classificação dos assentamentos humanos], gentilmente cedidos pelo projeto de pesquisa “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais da Comarca de Vila Rica”, sob coordenação do prof. João Pinto Furtado, Depto. de História/ FAFICH/ UFMG, e da prof.a Fernanda Borges de Moraes, Escola de Arquitetura/ UFMG; MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes; e PLANTA GERAL da Capitania de Minas Gerais (1800). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. (mapas em bolso); MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 2, p. 358-413 e v. 3, MAPA IV.14 e MAPA IV.19; ROCHA, José Joaquim. Mapa da Capitania de Vila Rica e Mapa da Capitania do Rio das Mortes (1778). In: _____. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (mapas em bolso).

NOME*	CLASSIFICAÇÃO**	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Barbacena	vila	Barbacena (município)
Mariana	cidade	Mariana (município)
Queluz	vila	Conselheiro Lafaiete (município)
S. João	vila	São João Del Rei (município)
S. Jozé	vila	Tiradentes (município)
Vila Rica	vila	Ouro Preto (município)
Baipendi	freguesia	Baipendi (município)
Barra Longa	freguesia	Barra Longa (município)
Carrancas	freguesia	Carrancas (município)
Congonhas	freguesia	Congonhas (município)
Engenho	freguesia	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)
Furquim	freguesia	Furquim (distrito do município de Mariana)
Itaberava	freguesia	Itaverava (município)
Itatiaia	freguesia	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
Jeruoca	freguesia	Airuoca (município)
Lagoa de Jeruoca	freguesia	Alagoa (município)
Ouro Branco	freguesia	Ouro Branco (município)
Piranga	freguesia	Piranga (município)

* Para a elaboração da FIG. 11 foram adotadas, dentre as denominações encontradas nas cartas de 1778, 1800 e 1804, aquelas mais próximas dos atuais topônimos dos assentamentos humanos identificados.

** Essa classificação seguiu as categorias apresentadas por José Joaquim da Rocha em seus mapas de 1778. Foram diferenciados, no entanto, os assentamentos humanos que, em qualquer das cartas aqui reunidas, receberam, pelo menos uma vez, a denominação de presídios.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Pouso Alto	freguesia	Pouso Alto (município)
Prados	freguesia	Prados (município)
S. Caetano	freguesia	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. Sebastião	freguesia	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)
S. Manuel dos Coroados	freguesia	Rio Pomba (município)
Simão Pereira	freguesia	Simão Pereira (município)
Sumidouro	freguesia	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Barra do Bacalhau	capela	Guaraciaba (município)
Barroso	capela	Barroso (município)
Bertioga	capela	Ibertioga (município)
Bichinho	capela	Vitoriano Veloso (povoado do município de Prados)
Boa Vista	capela	Boa Vista (povoado do município de Pouso Alto)
Cachoeira do Brumado	capela	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Calambau	capela	Presidente Bernardes (município)
Capela dos Melo	capela	Desterro do Melo (município)
Espera	capela	Rio Espera (município)
Gupiara	capela	Guapiara (povoado do município de Aiuruoca)
Ibitipoca	capela	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)
João Gomes	capela	Santos Dumont (município)
Lagoa Dourada	capela	Lagoa Dourada (município)
Lavras Novas	capela	Lavras Novas (povoado de Ouro Preto)
Mainart	capela	Mainart (povoado do município de Mariana)
Manja Léguas	capela	Manja Léguas (povoado do município de Piranga)
Mercês	capela	Mercês (município)
Miguel Roiz	capela	Miguel Rodrigues (povoado do município de Mariana)
Morro do Chapéo	capela	Santana dos Montes (município)
Noruega	capela	Catas Altas da Noruega (município)
Passagem	capela	Passagem de Mariana (distrito do município de Mariana)
Pedro Alves	capela	Pedro Alves (povoado do município de Santos Dumont)
Pinheiro	capela	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Redondo	capela	Alto Maranhão (Distrito de Conselheiro Lafaiete)
Registro Velho	capela	Antônio Carlos (município)
Ressaca	capela	Ressaquinha (município)
S. Amaro	capela	Queluzita (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
S. Rita	capela	Santa Rita do Ibitipoca (município)
S. Rita	capela	Santa Rita do Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
Santana do Deserto	capela	Santana do Deserto (povoado do município de Rio Doce)
S. Caetano	capela	Cipotânea (município)
S. José	capela	Alto Rio Doce (município)
S. Sebastião	capela	Ponte Nova (município)
S.ra do Rosário	capela	Brás Pires (município)
Senhora dos Remédios	capela	Senhora dos Remédios (município)
Serranos	capela	Serranos (município)
Soledade	capela	Lobo Leite (distrito do município de Congonhas)
Suaçui	capela	São Brás do Suaçuí (município)
Tapera	capela	Porto Firme (município)
Vargem	capela	Vargem (povoado do município de Ouro Preto)
Abre Campo	presídio/capela	Abre Campo (município)
Arrepiados	presídio/capela	Araponga (município)
Cuieté	presídio/freguesia	Cuieté Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)
S. João Baptista	presídio/capela	Visconde do Rio Branco (município)
Cunha	registro	Além Paraíba (município)
Escura	registro	Três Rios (município-RJ)
Santana do Garambéu	registro/capela	Santana do Garambéu (município)
Matias Barbosa	registro	Matias Barbosa (município)
Paraibuna	registro	Paraibuna (povoado do município de Simão Pereira)
Passagem da Piedade	registro	Piedade do Rio Grande (município)
Borda do Campo	fazenda	Correia de Almeida (distrito do município de Barbacena)
Capivari	fazenda	Santana do Capivari (distrito do município de Pouso Alto)
Carandaí	fazenda	Carandaí (município)
Elvas	fazenda	Ribeirão das Elvas (povoado do município de Prados)
Juiz de Fora	fazenda	Juiz de Fora (município)
Lacerda	fazenda	Bom Jardim de Minas (município)
Mantiqueira	fazenda	Mantiqueira (distrito do município de Santos Dumont)
Paraupéba	fazenda	Casa Grande (município)
Pedro Alves	fazenda	Pedro Alves (povoado do município de Santos Dumont)
Rio das Mortes Pequeno	fazenda	Rio das Mortes (distrito do município de São João del Rei)
Rocinha da Negra	fazenda	Torreões (distrito do município de Juiz de Fora)
S. Jozé	fazenda	Paula Cândido (município)

ANEXO 3

Tabela de assentamentos humanos – FIGURAS 14 e 19

Fonte: Elaboração a partir de dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p.; MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana da Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. v. 2, p. 358-413; ESCHWEGE, W. L. Von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais (ca. 1821). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais**: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapa em bolso); ESCHWEGE, W. L. von; MARTIUS, C. F. P. von. Mapa do Leste do Brasil. In: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Reise in Brasilien 1817-1820** (Atlas). Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm.-Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967. prancha 44.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Mariana	cidade	Mariana (município)
Baipendi	vila	Baipendi (município)
Queluz	vila	Conselheiro Lafaiete (município)
S. Jozé	freguesia	Tiradentes (município)
São João Del Rei	vila	São João Del Rei (município)
Vila Rica	vila	Ouro Preto (município)
Bacalhao	freguesia/capela	Santo Antônio de Pirapetinga (distrito do município de Piranga)
Barra do Bacalhao e de S ^{ta} Anna dos Forros	freguesia/capela	Guaraciaba (município)
Bertioga	freguesia/capela	Ibertioga (município)
Boa Vista	freguesia/capela	Boa Vista (povoado do município de Ouro Preto)
Carreiras	freguesia/capela	Carreiras (povoado do município de Ouro Branco)
Catas Altas da Noruega	freguesia/capela	Catas Altas da Noruega (município)
Chapéu d'Uvas	freguesia/capela	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)
Congonhas	freguesia/capela	Congonhas (município)
Cuieté	freguesia/capela	Não identificado, não coincide com a localização de Cuieté Velho
Dôres	freguesia/capela	Capela Nova (município)
Forquim	freguesia/capela	Furquim (distrito do município de Mariana)
Garambeo	freguesia/capela	Santana do Garambéu (município)
Ibitipoca	freguesia/capela	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)
Itabraba	freguesia/capela	Itaverava (município)
Itatiaia	freguesia/capela	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
João Gomes	freguesia/capela	Santos Dumont (município)
Juruoca	freguesia/capela	Aiuruoca (município)
Lagoa Dourada	freguesia/capela	Lagoa Dourada (município)
Livramento	freguesia/capela	Liberdade (município)
Mainarte	freguesia/capela	Mainart (povoado do município de Mariana)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Mercês	freguesia/capela	Mercês (município)
Olhos d'ágoa	freguesia/capela	Olhos D'Água (antigo Curral de Brumado, atual povoado do município de Entre Rios de Minas)
Ouro Branco	freguesia/capela	Ouro Branco (município)
Pedro Alves	freguesia/capela	Pedro Alves (povoado do município de Santos Dumont)
Pinheiro	freguesia/capela	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Piranga	freguesia/capela	Piranga (município)
Ponte Nova	freguesia/capela	Ponte Nova (município)
Prados	freguesia/capela	Prados (município)
Redondo	freguesia/capela	Alto Maranhão (distrito do município de Conselheiro Lafaiete)
Remédios	sem classificação (arraial)	Senhora dos Remédios (município)
Rio das Mortes	freguesia/capela	Rio das Mortes (distrito do município de São João Del Rei)
S. Antonio	freguesia/capela	Não identificado, próximo a Entre Rios de Minas
S. Caetano	freguesia/capela	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. João	freguesia/capela	Não identificado, coincide com a localização do município Diogo de Vasconcelos
S. Jozé	freguesia/capela	Barra Longa (município)
S. Sebastião	freguesia/capela	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)
S. ^{ta} Rita	freguesia/capela	Viçosa (município)
S. ^{ta} Anna	freguesia/capela	Santana dos Montes (município)
S. ^{ta} Rita (caminho para Catas Altas da Noruega)	freguesia/capela	Santa Rita do Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
S. ^{to} Antonio	freguesia/capela	Rio Acima (município)
Serranos	freguesia/capela	Serranos (município)
Simão Pereira	freguesia/capela	Simão Pereira (município)
Suassui	freguesia/capela	São Brás do Suaçuí (município)
Abre Campo	aldeia indígena	Abre Campo (município)
Aldea do Morro	aldeia indígena	Aldeia extinta nas proximidades de Guidoal
Ant. ^o Luiz	aldeia indígena	Não identificado, próximo a Visconde do Rio Branco
Calambao	aldeia indígena	Presidente Bernardes (município)
Cap. Fonceca	aldeia indígena	Não identificado, próximo a Cataguases
Caxoeira torta	aldeia indígena	Caixa Torta (povoado do município de Abre Campo)
Felipe	aldeia indígena	Não identificado, coincide com a região de Ubá
Fran. ^{co} Homem	aldeia indígena	Não identificado, coincide com a região de Ubá
Gloria	aldeia indígena	Caranaíba (município)
Jeronimo	aldeia indígena	Não identificado, próximo a Visconde do Rio Branco
Manhaçu	aldeia indígena	Manhuaçu (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Manoel Burgo	aldeia indígena	Muriaé (município)
Matipo	aldeia indígena	Matipó (município)
Mello	aldeia indígena	Desterro do Melo (município)
Pao de Ló, Morro do Pao de Ló	aldeia indígena	Não identificado, próximo a Ubá
Rio Pardo	aldeia indígena	Argirita (município)
S. João Baptista	aldeia indígena	Visconde do Rio Branco (município)
S. Manoel	aldeia indígena	Rio Pomba (município)
Uba	aldeia indígena	Ubá (município)
Ajuda	fazenda	Não identificado, próximo a Acaica
Alberto Dias	fazenda	Não identificado
Alcaide Mor	fazenda	Juiz de Fora (município)
Ambrosio	fazenda	Não identificado, próximo a Guaraciaba
Anna Joaquina	fazenda	Não identificado, coincide com o município de Cachoeira de Santa Cruz
Arruda	fazenda	Fazenda Arruda (a noroeste de Viçosa)
Bandeirinha	fazenda	Fazenda Bandeirinha, próximo a Conselheiro Lafaiete
Barca	fazenda	Não identificado, coincide com a região de Barra Longa
Barra Intendente	fazenda	Não identificado, próximo do município de Rio Doce
Barroso	fazenda	Barroso (município)
Bento Glz	fazenda	Não identificado, próximo a Lagoa Dourada
Boa Vista	fazenda	Não identificado, ao sul de Conselheiro Lafaiete
Bom Retiro	fazenda	Não identificado, próximo a Conselheiro Lafaiete
Borda do Campo	fazenda	Correia de Almeida (distrito do município de Barbacena)
Capão do Lana	fazenda	Não identificado, próximo a Miguel Burnier, vila no município de Ouro Preto
Capellanova	fazenda	Não identificado, próximo a Barra Longa
Carrancas		Carrancas (município)
Casa branca	fazenda	Não identificado
Chiqueiro	fazenda	Não identificado
Coronel	fazenda	Não identificado, próximo a Guaraciaba
Cristaes	fazenda	Não identificado, próximo a Mainart e Pinheiros Altos
Engenho	fazenda	Não identificado, ao norte de Carandaí
Espera	fazenda	Rio Espera (município)
Figueiras	fazenda	Não identificado, coincide com a região do município de Coronel Xavier
Gama	fazenda	Não identificado, próximo a Ressaquinha
Gamapuam	fazenda	Não identificado, próximo a Entre Rios de Minas
Grandah	fazenda	Não identificado, ao norte de São João Del Rei
Grandahi	fazenda	Carandaí (município)
Grato	fazenda	Não identificado, próximo a Acaica

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Guido Wald	fazenda	Antiga fazenda de Guido Tomás Malière, extinta atualmente
Joao Carvalho	fazenda	Não identificado
Joaõ Correa	fazenda	Não identificado, próximo a Boa Vista, povoado de Ouro Preto (pode ser Rodrigo Silva, antigo José Correia)
Joaõ Doarte	fazenda	Não identificado, coincide com a região do distrito de Buarque de Macedo, no município de Conselheiro Lafaiete
Jozé Antonio	fazenda	Não identificado, coincide com a região do município de Viçosa
Joze da Costa	fazenda	Não identificado, próximo a Porto Firme
Joze Dino	fazenda	Não identificado
Machadinho	fazenda	Fazenda Machadinho, próximo a Mainart
Malocinha	fazenda	Não identificado, ao norte de São João Del Rei
Matheos	fazenda	Não identificado, próximo a Porto Firme
Mathias Barbosa	fazenda	Matias Barbosa (município)
Morro	fazenda	Não identificado, próximo a Guidoal
Morval	fazenda	Não identificado, ao norte de São João Del Rei
Motta	fazenda	Não identificado, próximo a Porto Firme
Motta (Caminho Velho)	fazenda	Não identificado, próximo a Lagoa Dourada
Olhos d'agoa	fazenda	Fazenda Olhos d'água, próximo a Entre Rios de Minas
Oratorio	fazenda	Oratório (município)
Ourives	fazenda	Não identificado
Ouro-fino	fazenda	Não identificado, próximo a Pinheiros Altos
P.º Ignacio	fazenda	Não identificado, ao sul de Viçosa
Paiol	fazenda	Não identificado, a nordeste de Barra Longa
Paiol Fr.º Jozé	fazenda	Não identificado, próximo a São Geraldo
Paraopeba	fazenda	Não identificado, coincide com a região do distrito de Buarque de Macedo, no município de Conselheiro Lafaiete
Partidário	fazenda	Não identificado, próximo a Acaica
Partilha	fazenda	Não identificado, próximo a Diogo de Vasconcelos
Pereira	fazenda	Guricema (município)
Pinto	fazenda	Não identificado, próximo a Barroso
Pombal	fazenda	Não identificado (pode ser Rosário do Pontal, distrito do município de Ponte Nova)
Registro Velho	fazenda	Antônio Carlos (município)
Ribeirao	fazenda	Não identificado, próximo à vila de Curimataí
Rocinha da Negra	fazenda	Torreões (distrito do município de Juiz de Fora)
Rocinho	fazenda	Não identificado, coincide com a região de Cristiano Otoni
Rodeio	fazenda	Não identificado
Rossinho	fazenda	Ressaquinha (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Rozario	fazenda	Coincide com a localização do município de Brás Pires
S. Caetano	fazenda	Cipotânea (município)
S. Geraldo	fazenda	São Geraldo (município)
S. João	fazenda	Não identificado, coincide com a região do município de Pedra do Anta
S. Joze	fazenda	Alto Rio Doce (município)
S. Miguel	fazenda	Araponga (município)
S. Sebastião da P. ^o Nova	fazenda	Não identificado, coincide com a região de Porto Firme
Sape	fazenda	Guidoval (município)
Saquinho	fazenda	Não identificado
Soledade	fazenda	Lobo Leite (distrito do município de Congonhas)
Sumidouro	fazenda	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Taipas	fazenda	Não identificado, ao norte de Carandaí
Tapera	fazenda	Porto Firme (município)
Teixeira	fazenda	Localização não coincide, mas pode ser Teixeira (município)
Torres	fazenda	Não identificado, próximo a Porto Firme
Trez Cruzes	fazenda	Não identificado, ao sul de Ouro Preto
Tripui	fazenda	Não identificado, próximo a Ouro Preto
Vargem Alegre	sem classificação	Não identificado
Vauaçu	fazenda	Vau-Açú (distrito do município de Ponte Nova)
Venda	fazenda	Não identificado, próximo a Ouro Preto
Casca	patrulha, guarda	Araponga (município)
Leopoldina	patrulha, guarda	Não identificado, coincide com a localização de Jequerí
Porto do Cunha	patrulha, guarda	Além Paraíba (município)
Porto dos Diamantes	patrulha, guarda	Cataguases (município)
Prez. do R. Preto	patrulha, guarda	Rio Preto (município)
Reg. do Parahybuna	patrulha, guarda	Paraibuna (povoado do município de Simão Pereira)
Trindade	patrulha, guarda	Não identificado, fica na região do município de Rio Doce

ANEXO 4

Tabela de assentamentos humanos – FIGURAS 21 e 28

Fonte: Elaboração a partir de dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p.; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Carta do Brasil ao Milionésimo. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DECAR; HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais (1855). In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. **A provincial brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (mapa em bolso).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Baependy	cidade	Baipendi (município)
Barbacena	cidade	Barbacena (município)
Mariana	cidade	Mariana (município)
Ouro Preto	cidade	Ouro Preto (município)
Parahybuna	cidade	Juiz de Fora (município)
S. João D'el Rei	cidade	São João Del Rei (município)
Ayuruoca	vila	Airuoca (município)
Leopoldina	vila	Leopoldina (município)
Mar de Hespanha	vila	Mar de Espanha (município)
Piranga	vila	Piranga (município)
Pomba	vila	Rio Pomba (município)
Queluz	vila	Conselheiro Lafaiete (município)
S. Jozé	vila	Tiradentes (município)
S. Paulo	vila	Muriaé (município)
Ubá	vila	Ubá (município)
Abre Campo	freguesia	Abre Campo (município)
Anta	freguesia	Pedra do Anta (município)
Barra do Bacalhão	freguesia	Guaraciaba (município)
Barra Longa	freguesia	Barra Longa (município)
Cajurú	freguesia	Arcângelo (distrito do município de São João Del Rei)
Capivary	freguesia	Santana do Capivari (distrito do município de Pouso Alto)
Carrancas	freguesia	Carrancas (município)
Catas Altas	freguesia	Catas Altas da Noruega (município)
Caxoeira do Brumado	freguesia	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Chapéu d'uvas	freguesia	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)
Conceição	freguesia	Andrelândia (município)
Conceição	freguesia	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)
Congonhas do Campo	freguesia	Congonhas (município)
Cuieté	freguesia	Cuieté Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)
Dores	freguesia	Capela Nova (município)
Dores do Turvo	freguesia	Dores do Turvo (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Furquim	freguesia	Furquim (distrito do município de Mariana)
Gloria	freguesia	Itamuri (distrito do município de Muriaé)
Itaverava	freguesia	Itaverava (município)
Lagoa	freguesia	Alagoa (município)
Lagoa Dourada	freguesia	Lagoa Dourada (município)
Livramento	freguesia	Liberdade (município)
Meia Pataca	freguesia	Cataguases (município)
Mercês da Pomba	freguesia	Mercês (município)
Ouro Branco	freguesia	Ouro Branco (município)
Ponte Nova	freguesia	Ponte Nova (município)
Pouzo Alto	freguesia	Pouso Alto (município)
Prados	freguesia	Prados (município)
Quilombo	freguesia	Bias Fortes (município)
Rio Preto	freguesia	Rio Preto (município)
S. Caetano	freguesia	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. Joao Baptista do Presidio	freguesia	Visconde do Rio Branco (município)
S. Jozé	freguesia	Além Paraíba (município)
S. Jozé do Chopoto	freguesia	Alto Rio Doce (município)
S. Jozé do Rio Preto	freguesia	Três Ilhas (distrito do município de Belmiro Braga)
S. Rita da Ibitipoca	freguesia	Santa Rita do Ibitipoca (município)
S. Rita do Turvo	freguesia	Viçosa (município)
S. Sebastiao	freguesia	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)
S. Sebastião dos Afflictos	freguesia	Ervália (município)
S. Vicente	freguesia	São Vicente de Minas (município)
Saude	freguesia	Dom Silvério (município)
Serranos	freguesia	Serranos (município)
Simão Pereira	freguesia	Simão Pereira (município)
Suassuhy	freguesia	São Brás do Suaçuí (município)
Sumidouro	freguesia	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Angû	capela	Angustura (distrito do município de Além Paraíba)
Bacalhao	capela	Santo Antônio de Pirapetinga (distrito do município de Piranga)
Bagre	capela	Guiricema (município)
Barrozo	capela	Barroso (município)
Boa Vista	capela	Não identificado, próximo a São João Nepomuceno
Bom Fim	capela	Aracitaba (município)
Bom Jardim	capela	Bom Jardim de Minas (município)
Braz Pires	capela	Brás Pires (município)
Calambao	capela	Presidente Bernardes (município)
Capivara	capela	Palma (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Conceição	capela	Conceição da Boa Vista (distrito do município de Recreio)
Conceição	capela	Senador Firmino (município)
Descoberto	capela	Descoberto (município)
Dores	capela	Lima Duarte (município)
Dores	capela	Dores do Paraibuna (distrito do município de Santos Dumont)
Espera	capela	Rio Espera (município)
Espirito Santo do Cemiterio	capela	Guarani (município)
Gloria	capela	Caranaíba (município)
Guapiara	capela	Guapiara (povoado do município de Aiuruoca)
Ibertioga	capela	Ibertioga (município)
Ilheos	capela	Padre Brito (distrito do município de Barbacena)
Joao Gomes	capela	Santos Dumont (município)
Lamin	capela	Lamim (município)
Lavras Novas	capela	Lavras Novas (povoado do município de Ouro Preto)
Madre de Deos	capela	Madre de Deus de Minas (município)
Melo de Desterro	capela	Desterro do Melo (município)
Oliveira	capela	Senhora de Oliveira (município)
Onça	capela	Emboabas (distrito do município de São João Del Rei)
Passagem	capela	Não identificado, próximo a Ouro Branco
Patrocinio	capela	Patrocínio do Muriaé (município)
Pe. Gaspar	capela	Padre Gaspar (povoado do município de Tiradentes)
Piau	capela	Piau (município)
Piedade	capela	Piedade do Rio Grande (município)
Piedade	capela	Piacatuba (distrito do município de Leopoldina)
Pinheiro	capela	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Precicava	capela	Piracicaba (povoado do município de Baipendi)
Redondo	capela	Alto Maranhão (distrito do município de Conselheiro Lafaiete)
Remedios	capela	Senhora dos Remédios (município)
Ressaca	capela	Ressaquinha (município)
Rio Novo	capela	Rio Novo (município)
Rio Pardo	capela	Argirita (município)
Rosario	capela	Rosário de Minas (distrito do município de Juiz de Fora)
S. Amaro	capela	Queluzita (município)
S. Anna	capela	Santana dos Montes (município)
S. Anna	capela	Santana do Deserto (povoado do município de Rio Doce)
S. Anna do Garambeo	capela	Santana do Garambéu (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
S. Anna do Sape	capela	Guidoval (município)
S. Antonio	capela	Porciúncula (município-RJ)
S. Antonio	capela	Santo Antônio do Aventureiro (município)
S. Antonio	capela	Rio das Mortes (distrito do município de São João del Rei)
S. Antonio da Brota	capela	Miracema (município – RJ)
S. Antonio do Patrimonio	capela	Santo Antônio do Glória (distrito do município de Vieiras)
S. Barbara	capela	Santa Bárbara do Monte Verde (município)
S. Caetano	capela	Casa Grande (município)
S. Caetano	capela	Cipotânea (município)
S. Cruz	capela	Não identificado, próximo a Congonhas
S. Cruz	capela	Santa Cruz do Escalvado (município)
S. Domingos	capela	Não identificado, próximo a São Domingos da Bocaina
S. Domingos	capela	Diogo de Vasconcelos (município)
S. Domingos da Bocaina	capela	São Domingos da Bocaina (distrito do município de Lima Duarte)
S. Francisco D'Esteira	capela	São Francisco do Glória (município)
S. Francisco de Paula	capela	Torreões (distrito do município de Juiz de Fora)
S. Joao Nepomuceno	capela	São João Nepomuceno (município)
S. Jozé do Barrozo	capela	Paula Cândido (município)
S. Jozé do Favacho	capela	Favaxo (povoado do município de Baependi)
S. Joze do Paraopeba	capela	Tocantins (município)
S. Margarida	capela	Santa Margarida (município)
S. Miguel e Almas	capela	Araponga (município)
S. Rita	capela	Santa Rita do Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
S. ^a do Porto	capela	Não identificado, próximo a Carrancas
Sarandy	capela	Sarandira (distrito do município de Juiz de Fora)
Taboleiro	capela	Tabuleiro (município)
Tapera	capela	Porto Firme (município)
Varador	capela	Varadouro (povoado do município de Aiuruoca)
S. Bento	povoado	Não identificado, próximo a Dores do Turvo
Antigo Quartel	quartel	Não identificado, próximo a Araponga
Cax. ^a Torta	quartel	Caixa Torta (povoado do município de Abre Campo)
Corgo	registro	Não identificado, próximo a Rio Preto
Picú	registro	Itamonte (município)
Quartel do Principe	quartel	Não identificado
Quartel do Sacramento Grande	quartel	Quartel do Sacramento (distrito do município de Bom Jesus do Galho)
Recebedoria D. Miguel/ Porto de Cunha Velho	registro	Porto Velho do Cunha (distrito do município de Carmo-RJ)
Recebedoria e Ponte de Sapucaia	registro	Sapucaia (município - RJ)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Recebedoria e Porto do Xiador	registro	Chiador (município)
Recebedoria e Porto Novo de Cunha	registro e freguesia	Além Paraíba (município)
Registro e Ponte do Parahybuna	registro e fazenda	Paraibuna (povoado do município de Simão Pereira)
S. Cruz	registro	Não identificado
Zacharias	registro e capela	Não identificado, próximo a Rio Preto
Aldea do Paulo	aldeia indígena	Não identificado, nas margens do Rio Cuieté
Aldeia	aldeia indígena	Não identificado, próximo a Guidoal (pode se tratar da extinta "Aldeia do Morro")
Aldeamento do definido Cap. ^m Pocrane	aldeia indígena	Pocrane (município)
Alberto Dias	fazenda	Não identificado, próximo a Barbacena
Alcaide Mor	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Aldeamento de S. Pedro	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Alto do Morro	fazenda	Não identificado, próximo a Prados
Arago	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Ataide	fazenda	Não identificado, próximo a São Francisco do Glória
Bandeirinha	fazenda	Fazenda Bandeirinha, próximo a Conselheiro Lafaiete
Baptista	fazenda	Não identificado, próximo a Muriaé
Bento Paulo	fazenda	Não identificado, próximo a Tabuleiro
Boa Esperança	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Espera
Boa Vista	fazenda	Não identificado, próximo a Barbacena
Boa Vista	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Bom Jardim	fazenda	Não identificado, próximo a Guaraciaba
Borda do Campo	fazenda	Correia de Almeida (distrito do município de Barbacena)
Cabido Sarmento	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Pomba
Cafesal	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Cap. ^{ao} Mor	fazenda	Não identificado, próximo a Liberdade
Cap. ^m Costa	fazenda	Não identificado, região de Abre Campo
Capote	fazenda	Não identificado, próximo a Ressaquinha
Carandahy	fazenda	Carandaí (município)
Carangola	fazenda	Não identificado (não corresponde à localização do município de Carangola)
Carneiro	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Coelho	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Pomba
D. Henrique	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Novo
Elvas	fazenda	Ribeirão das Elvas (povoado do município de Prados)
Engenho	fazenda	Não identificado, próximo a Casa Grande
Entre Morros	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Espirito Santo	fazenda	Não identificado, próximo a Mar de Espanha
F. Coelho	fazenda	Não identificado, região de Pedra do Anta
F. Luis	fazenda	Não identificado, próximo a Guarani
Felisberto	fazenda	Padre Felisberto (distrito do município de Amparo da Serra)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Flores	fazenda	Porto das Flores (distrito do município de Belmiro Braga)
Forte	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Frahcas (?)	fazenda	Não identificado, próximo a Ewbank da Câmara
Gidarte	fazenda	Não identificado, próximo a Guidoal
Gomes	fazenda	Não identificado, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo
Guido Wald	fazenda	Antiga fazenda de Guido Tomás Malière, extinta atualmente
Guilherme	fazenda	Não identificado, próximo a Barbacena
Gusmão	fazenda	Não identificado, próximo a Visconde do Rio Branco
Independencia	fazenda	Não identificado, próximo a Belmiro Braga
J. Jorge	fazenda	Não identificado, próximo a Itamuri
J. Venancio	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
J.º de Souza	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
J.º Batista	fazenda	Não identificado, região de Pedra do Anta
Jacoda	fazenda	Não identificado, próximo a Ervália
Jorge Machado	fazenda	Não identificado
Juiz de Fora	fazenda	Fazenda extinta, na região do município de Juiz de Fora
Justa	fazenda	Não identificado, próximo a Belmiro Braga
Justino	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Kagado	fazenda	Não identificado, próximo a Mar de Espanha
Laranjal	fazenda	Laranjal (município)
Legalidade	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Louriçal	fazenda	Fazenda extinta, na região do município de Sapucaia-RJ
M. Gomes	fazenda	Não identificado, próximo a Guarani
M.º Alves	fazenda	Não identificado, região de Abre Campo
Mainarto	fazenda	Trata-se provavelmente de Mainart, povoado do município de Mariana
Mar de Hespanha	fazenda	Não identificado, próximo a Chiador
Maria	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Marimbondó	fazenda	Não identificado, próximo a Dom Silvério
Mathias Barbosa	fazenda	Matias Barbosa (município)
Miguel	fazenda	Não identificado, próximo a Muriaé
Monte Seco	fazenda	Não identificado, próximo a Baependi
Monte Verde	fazenda	Não identificado, próximo a Simão Pereira
Onca	fazenda	Não identificado, próximo a Santa Cruz do Escalvado
Os Costas	fazenda	Não identificado, próximo a Alto Rio Doce
P. Baião	fazenda	Não identificado, próximo a Ubá
P. Mendes	fazenda	Não identificado, próximo a Palma
Paes	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Piracatu	fazenda	Não identificado, próximo a Pouso Alto
Pontal	fazenda	Rosário do Pontal (distrito do município de Ponte Nova)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Ponte	fazenda	Não identificado, próximo a Simão Pereira
Porto de Indios	fazenda	Não identificado, próximo a Belmiro Braga
Quartel	fazenda	Não identificado, próximo a Viçosa
Ribeirão	fazenda	Não identificado, próximo a Barbacena
Ribeiro	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Novo
S. Clara	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Preto
S. Gabriel	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Preto
S. Geraldo	fazenda	São Geraldo (município)
S. José	fazenda	Não identificado, próximo a Muriaé
S. Luis	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Preto
S. Martha	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
S. Matheos	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
S ^a Maria	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Pomba
Sapé	fazenda	Não identificado, próximo a Guidoal
Saudade	fazenda	Não identificado, próximo a Juiz de Fora
Sebastião	fazenda	Não identificado, próximo a Visconde do Rio Branco
Simao	fazenda	Não identificado, próximo a Rio Preto
Soledade	fazenda	Não identificado, próximo a Simão Pereira
Taboes	fazenda	Ewbank da Câmara (município)
Taipas	fazenda	Não identificado, próximo a Carandaí
Taquarussú Costa	fazenda	Não identificado
Toledo	fazenda	Não identificado, região de Espera Feliz
Trituba ou Junqueira	fazenda	Não identificado, próximo a Carrancas
União	fazenda	Não identificado, próximo a Leopoldina
Vieira	fazenda	Não identificado, próximo a Mercês

ANEXO 5 - Genealogia dos Municípios da Zona da Mata emancipados até 1900

Fonte: Elaboração a partir de dados de COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1997. 476p.; BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.

Topônimo atual	Topônimo no momento da elevação à vila	Topônimo antigo	Ano de criação da freguesia	Ano de elevação à vila	Lei de criação da vila	Ano de elevação à cidade	Observações
Rio Pomba	São Manoel do Pomba	São Manoel do Pomba	1767	1831	Decreto imperial de 13/10/1831	1858	-
Visconde do Rio Branco	São João Batista do Presídio	Presídio de São João Batista	1810	1839	Lei 134, de 16/03/1839	1882	Sede do município transferida para São Januário do Ubá em 1853. Restaurada em 1868. Transferida a sede novamente para Ubá em 1871. Desmembrado como município autônomo em 1881.
Piranga	Piranga	Guarapiranga	1724	1841	Lei 202, de 01/04/1841	1870	Suprimida em 1865. Restaurada novamente em 1868.
São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	1841	1841	Lei 202, de 01/04/1841	1881	Vila criada seis dias antes da paróquia. Suprimida em 1851, com sua sede transferida para Mar de Espanha. Restaurada em 1868 e suprimida novamente em 1870, com a sede transferida para Rio Novo. Desmembrada com município autônomo em 1880.
Rio Preto	Senhor dos Passos do Rio Preto	Rio Preto do Presídio	1832	1844	Lei 271, de 15/04/1844	1871	Revogada a criação do município em 1846. Restaurado em 1850. Suprimido novamente em 1854, restaurado em 1857. Transferida a sede do município para Porto do Turvo (atual Andrelândia) em 1864. Restaurada a vila em 1870.
Juiz de Fora	Santo Antônio do Paraibuna	Juiz de Fora	1850	1850	Lei 472, de 31/05/1850	1856	Mesma lei criou a paróquia e a vila
Mar de Espanha	Mar de Espanha	Cágado	1851	1851	Lei 514, de 10/09/1851	1859	Vila criada um mês antes da paróquia
Ubá	São Januário do Ubá	São Januário do Ubá	1841	1853	Lei 654, de 17/06/1853	1857	Suprimido o município em 1868, restaurado em 1871.

Topônimo atual	Topônimo no momento da elevação à vila	Topônimo antigo	Ano de criação da freguesia	Ano de elevação à vila	Lei de criação da vila	Ano de elevação à cidade	Observações
Leopoldina	Leopoldina	Feijão Cru	1854	1854	Lei 666, de 27/04/1854	1861	Mesma lei criou a paróquia e a vila
Muriaé	São Paulo do Muriaé	São Paulo do Manoel Burgo	1846	1855	Lei 724, de 16/05/1855	1865	Sede do município transferida para Patrocínio do Muriaé em 1859, restaurada em 1860.
Ponte Nova	Ponte Nova	São Sebastião da Ponte Nova	1832	1857	Lei 827, de 11/07/1857	1866	-
Rio Novo	Conceição do Rio Novo	Conceição do Rio Novo	1850	1870	Lei 1644, de 13/09/1870	1871	-
Viçosa	Santa Rita do Turvo	Santa Rita do Turvo	1832	1871	Lei 1817, de 30/09/1871	1876	-
Cataguases	Cataguases	Santa Rita do Meia Pataca	1851	1875	Lei 2180, de 25/11/1875	1881	-
Manhuaçu	Manhuaçu	São Lourenço do Manhuaçu	1875	1877	Lei 2407, de 05/11/1877	1881	-
Carangola	Carangola	Santa Luzia do Carangola	1866	1878	Lei 2500, de 12/11/1878	1881	-
Além Paraíba	São José de Além Paraíba	Porto Novo do Cunha	1832	1880	Lei 2678 de 30/11/1880	1883	-
Lima Duarte	Rio do Peixe	Dores do Rio do Peixe	1859	1881	Lei 2804, de 03/10/1881	1884	-
Abre Campo	Abre Campo	Abre Campo	1850	1889	Lei 3712, de 27/07/1889	1892	-
Santos Dumont	Palmira	João Gomes	1867	1889	Lei 3712, de 27/07/1889	1890	-
Alto Rio Doce	Alto Rio Doce	São José do Chopotó	1832	1890	Decreto-Lei 26, de 07/03/1890	-	-
Palma	São Francisco de Assis do Capivara	São Francisco de Assis do Capivara	1864	1890	Decreto 297, de 23/12/1890	1892	-
Guarará	Espírito Santo	Espírito Santo	1868	1890	Decreto 278, de 05/12/1890	-	-
Eugenópolis	São Manuel	São Sebastião da Mata	1870	1891	Decreto 413, de 09/03/1891	-	-

ANEXO 6

População dos núcleos urbanos da Zona da Mata e proximidades - 1830*						
Denominação	Classificação	Termo	Topônimo e classificação atual	Número de fogos	Média habitante/fogo	População estimada
Piranga	Freguesia	Mariana	Piranga (município)	249	5.00	1245
Ponte Nova	Capela	Mariana	Ponte Nova (município)	87	7.50	653
Mercês da Pomba	Capela	Mariana	Mercês (município)	80	5.80	464
Barra Longa	Freguesia	Mariana	Barra Longa (município)	52	8.70	452
S. João Batista	Freguesia	Mariana	Visconde do Rio Branco (município)	84	5.30	445
S. José do Xopotó	Capela	Mariana	Alto Rio Doce (município)	58	7.30	423
Santana dos Ferros	Capela	Mariana	Guaraciaba (município)	37	10.50	389
S. Manoel do Pomba	Freguesia	Mariana	Rio Pomba (município)	39	7.00	273
Cuieté	Freguesia	Mariana	Cuieté Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)	68	3.50	238
Calambao	Capela	Mariana	Presidente Bernardes (município)	24	9.70	233
S. Gonçalo do Ubá	Capela	Mariana	Acaiaca (município)	42	5.40	227
Dores da Pomba	Capela	Mariana	Dores do Turvo (município)	33	6.70	221
Conceição do Turvo	Capela	Mariana	Senador Firmino (município)	32	6.40	205
Bacalhao	Capela	Mariana	Santo Antônio de Pirapetinga (distrito do município de Piranga)	38	5.10	194
St. ^a Rita do Turvo	Capela	Mariana	Viçosa (município)	22	8.10	178
S. Januário do Ubá	Capela	Mariana	Ubá (município)	19	7.60	144
Manja Legoas	Capela	Mariana	Manja Léguas (povoado do município de Piranga)	18	7.00	126
Barroso	Capela	Mariana	Paula Cândido (município)	14	6.80	95
S. Caetano do Chopotó	Capela	Mariana	Cipotânea (município)	8	8.20	66
Abre Campo	Capela	Mariana	Abre Campo (município)	4	15.30	61
Mello	Capela	Mariana	Desterro do Melo (município)	5	7.80	39
Braz Pires	Capela	Mariana	Brás Pires (município)	3	9.30	28
Mestre Campo	Capela	Mariana	Mestre Campo (povoado do município de Piranga)	3	7.40	22
Salto	Capela	Mariana	Salto (povoado do município de Piranga)	3	6.30	19
São Lourenço do Casca**	s/inf.	Mariana	Manhuaçu (município)	32	7.00	224
Remédios	Capela	Barbacena	Senhora dos Remédios (município)	76	6.10	464
R.º Preto	Capela	Barbacena	Rio Preto (município)	56	5.90	330

Denominação	Classificação	Termo	Topônimo e classificação atual	Número de fogos	Média habitante/fogo	População estimada
S. Dom. ^{os} da Bocaina	Capela	Barbacena	São Domingos da Bocaina (distrito do município de Lima Duarte)	18	13.00	234
Dores do Rio do Peixe	Capela	Barbacena	Lima Duarte (município)	13	7.50	98
Ibitipoca	Capela	Barbacena	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)	12	7.70	92
Rio Novo	Capela	Barbacena	Rio Novo (município)	10	6.60	66
Quilombo	Capela	Barbacena	Bias Fortes (município)	9	7.30	66
Simão Pereira	Freguesia	Barbacena	Simão Pereira (município)	2	9.80	20
Engenho do Mato	Freguesia	Barbacena	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)	2	7.90	16
Espera	Capela	Queluz	Rio Espera (município)	68	7.00	476
Lamim	Capela	Queluz	Lamim (município)	37	7.30	270

População de alguns núcleos urbanos de referência - 1830

Denominação	Classificação	Termo	Topônimo e classificação atual	Número de fogos	Média habitante/fogo	População estimada
Ouro Preto/Antônio Dias***	Cidade	Ouro Preto	Ouro Preto (município)	1063/639	4,3/6,2	4.571/3.962
Mariana	Cidade	Mariana	Mariana (município)	515	6.10	3142
Barbacena	Vila	Barbacena	Barbacena (município)	220	5.30	1166
Queluz	Vila	Queluz	Conselheiro Lafaiete (município)	144	5.90	850
São João d'El-Rei	Vila	São João d'El Rei	São João del Rei (município)	891	4.70	4188
S. José	Vila	S. José	Tiradentes (município)	158	4.80	758

* Fonte: A relação dos arraiais com os respectivos números de fogos da área urbana foi obtida em PINTO, Luiz Maria da Silva. Relação das cidades, villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração do numero de fogos de cada uma [1830]. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 2, n. 1, p.18-28, jan/mar 1897; a média habitante/fogo pode ser encontrada em MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v. 1. p. 94-133. Para correspondência de topônimo ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p.

** Cunha Matos não menciona essa povoação em seu relatório. No entanto, de forma a possibilitar, minimamente, uma estimativa para sua população, consideramos a média 6 um padrão razoável, tendo em vista a média habitante/fogo dos arraiais mais próximos.

*** Em 1830, a área urbana sede da cidade de Ouro Preto era constituída por dois núcleos que, ao que parece, ainda não haviam se conurbado de forma explícita, por isso a diferenciação entre Ouro Preto e Antônio Dias.

ANEXO 7

Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 34

Fonte: Elaboração a partir de dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p.; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Carta do Brasil ao Milionésimo**. 2 ed. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 e Folha Rio Doce SE-24. GERBER, Henrique. Carta da Província de Minas Gerais (1862). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapa em bolso).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Ayuruoca	vila/cidade	Airuoca (município)
Baependy	vila/cidade	Baipendi (município)
Barbacena	vila/cidade	Barbacena (município)
Parahybuna	vila/cidade	Juiz de Fora (município)
Leopoldina	vila/cidade	Leopoldina (município)
Mar de Hespanha	vila/cidade	Mar de Espanha (município)
Mariana	vila/cidade	Mariana (município)
Ouro Preto	vila/cidade	Ouro Preto (município)
Piranga	vila/cidade	Piranga (município)
Pomba	vila/cidade	Rio Pomba (município)
Ponte Nova	vila/cidade	Ponte Nova (município)
Queluz	vila/cidade	Conselheiro Lafaiete (município)
Rio Preto	vila/cidade	Rio Preto (município)
S. João D'el Rei	vila/cidade	São João Del Rei (município)
S. Paulo do Muriahe	vila/cidade	Muriaé (município)
S. José	vila/cidade	Tiradentes (município)
Ubá	vila/cidade	Ubá (município)
Abre Campo	freguesia	Abre Campo (município)
Alagoa	freguesia	Alagoa (município)
Angû	freguesia	Angustura (distrito do município de Além Paraíba)
Barra d'Anta	freguesia	Pedra do Anta (município)
Barra do Bacalhao	freguesia	Guaraciaba (município)
Barra Longa	freguesia	Barra Longa (município)
Bocaina	freguesia	Bocaina de Minas (município)
Bom Jardim	freguesia	Bom Jardim de Minas (município)
Cajurú	freguesia	Arcângelo (distrito do município de São João Del Rei)
Capella Nova	freguesia	Capela Nova (município)
Capivary	freguesia	Santana do Capivari (distrito do município de Pouso Alto)
Catas Altas da Noruega	freguesia	Catas Altas da Noruega (município)
Cax. do Brumado	freguesia	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Cax. e Quartel da Ponte Queimada	freguesia	Não identificado, próximo ao município de Bom Jesus do Galho
Chapéu d'Uvas	freguesia	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Conceição da Casca	freguesia	Rio Casca (município)
Conceição do Ibitipoca	freguesia	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)
Congonhas do Campo	freguesia	Congonhas (município)
Cuiethé	freguesia	Cuieté Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)
Dores do Turvo	freguesia	Dores do Turvo (município)
Furquim	freguesia	Furquim (distrito do município de Mariana)
Gequery	freguesia	Jequeri (município)
Gloria	freguesia	Itamuri (distrito do município de Muriaé)
Guarany	freguesia	Guarani (município)
Itaverava	freguesia	Itaverava (município)
Lagoa Dourada	freguesia	Lagoa Dourada (município)
Lamin	freguesia	Lamim (município)
Livramento	freguesia	Liberdade (município)
Madre de Deus	freguesia	Madre de Deus de Minas (município)
Meia Pataca	freguesia	Cataguases (município)
Mercês	freguesia	Mercês (município)
Oliveira	freguesia	Senhora de Oliveira (município)
Ouro Branco	freguesia	Ouro Branco (município)
Patrocínio	freguesia	Patrocínio do Muriaé (município)
Pouso Alto	freguesia	Pouso Alto (município)
Prados	freguesia	Prados (município)
Presidio	freguesia	Visconde do Rio Branco (município)
Rio das Mortes	freguesia	Rio das Mortes (distrito do município de São João Del Rei)
S. Amaro	freguesia	Queluzita (município)
S. Barbara	freguesia	Santa Bárbara do Monte Verde (município)
S. Caetano	freguesia	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. Caetano do Chopotó	freguesia	Cipotânea (município)
S. Cruz do Escalvado	freguesia	Santa Cruz do Escalvado (município)
S. Francisco	freguesia	São Francisco do Glória (município)
S. Francisco de Paula	freguesia	Torreões (distrito do município de Juiz de Fora)
S. João Nepomuceno	freguesia	São João Nepomuceno (município)
S. José	freguesia	Três Ilhas (distrito do município de Belmiro Braga)
S. José do Chopotó	freguesia	Alto Rio Doce (município)
S. Miguel e Almas dos Arripiados	freguesia	Araponga (município)
S. Pedro de Alcantara	freguesia	Simão Pereira (município)
S. Rita de Jacutinga	freguesia	Santa Rita de Jacutinga (município)
S. Rita do Ibitipoca	freguesia	Santa Rita do Ibitipoca (município)
S. Rita do Turvo	freguesia	Viçosa (município)
S. Sebastiao	freguesia	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
S. Sebastião dos Afflictos	freguesia	Ervália (município)
S. Vicente Ferrer	freguesia	São Vicente de Minas (município)
Sape	freguesia	Guidoval (município)
Saude	freguesia	Dom Silvério (município)
Serranos	freguesia	Serranos (município)
Suassuhy	freguesia	São Brás do Suaçuí (município)
Sumidouro	freguesia	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Bagres	povoação	Guiricema (município)
Barroso	povoação	Barroso (município)
Barroso	povoação	Paula Cândido (município)
Boa Vista	povoação	Boa Vista (povoado do município de Pouso Alto)
Boa Vista	povoação	Boa Vista (povoado do município de Diogo de Vasconcelos)
Boa Vista	povoação	Não identificado, próximo a Barbacena
Bom Fim	povoação	Aracitaba (município)
Boqueirão	povoação	Itaboca (distrito do município de Santa Rita do Jacutinga)
Braz Pires	povoação	Brás Pires (município)
Calambao	povoação	Presidente Bernardes (município)
Capivara	povoação	Palma (município)
Carrancas	povoação	Carrancas (município)
Cax. Torta	povoação	Caixa Torta (povoado do município de Abre Campo)
Conceição	povoação	Conceição da Boa Vista (distrito do município de Recreio)
Conceição	povoação	Conceição da Boa Vista (distrito do município de Recreio)
Conceição do Turvo	povoação	Senador Firmino (município)
Descoberto	povoação	Descoberto (município)
Dores	povoação	Dores do Paraibuna (distrito do município de Santos Dumont)
Dores	povoação	Não identificado, próximo a Leopoldina
Dôres	povoação	Taruçu (distrito do município de São João Nepomuceno)
Espera	povoação	Rio Espera (município)
Espirito Santo	povoação	Não identificado, próximo a Carrancas
Espirito Santo	povoação	Guarará (município)
Gloria	povoação	Caranaíba (município)
Ibertioga	povoação	Ibertioga (município)
Ilheos	povoação	Padre Brito (distrito do município de Barbacena)
Itatiaia	povoação	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
João Gomes	povoação	Santos Dumont (município)
Laranjal	povoação	Laranjal (município)
Lavras Novas	povoação	Lavras Novas (povoado do município de Ouro Preto)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Livramento	povoação	Oliveira Fortes (município)
Mello do Desterro	povoação	Desterro do Melo (município)
Morro do Chapéu	povoação	Santana dos Montes (município)
Onça	povoação	Emboabas (distrito do município de São João Del Rei)
Papagaio	povoação	Não identificado, próximo a Aiuruoca
Paraopeba	povoação	Tocantins (município)
Piau	povoação	Piau (município)
Piedade	freguesia	Piedade do Rio Grande (município)
Pinheiros	povoação	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Porto de S. Antônio	povoação	Astolfo Dutra (município)
Porto do Turvo	povoação	Andrelândia (município)
Quartel do Príncipe	povoação	Não identificado, próximo ao município de Manhumirim
Quilombo	povoação	Bias Fortes (município)
Ressaca	povoação	Ressaquinha (município)
Ribeirão do Alberto	povoação	Não identificado, próximo a Barbacena
Rio Novo	povoação	Rio Novo (município)
Rio Pardo	povoação	Argirita (município)
Rosário	povoação	Rosário de Minas (distrito do município de Juiz de Fora)
S. Anna	povoação	Santana do Deserto (município)
S. Anna	povoação	Santana do Deserto (povoado do município de Rio Doce)
S. Anna do Garambeo	povoação	Santana do Garambéu (município)
S. Antonio	povoação	Miracema (município – RJ)
S. Caetano	povoação	Casa Grande (município)
S. Domingos	povoação	Diogo de Vasconcelos (município)
S. Domingos	povoação	São Domingos da Bocaina (distrito do município de Lima Duarte)
S. Margarida	povoação	Santa Margarida (município)
S. Pedro de Rates	povoação	São Pedro de Rates (distrito do município de Guaçuí-ES)
S. Rita	povoação	Santa Rita do Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
Sarandy	povoação	Sarandira (distrito do município de Juiz de Fora)
Taboleiro	povoação	Tabuleiro (município)
Tapera	povoação	Porto Firme (município)
Chiador	registro	Chiador (município)
Ilha e Quartel Natividade	registro	Aimorés (município)
Picú	registro	Itamonte (município)
Porto Novo do Cunha	registro	Além Paraíba (município)
Porto Velho	registro	Porto Velho do Cunha (distrito do município de Carmo-RJ)
Quartel da Barra do Cuiethe	registro	Barra do Cuieté (distrito do município de Conselheiro Pena)
Sapucaia	registro	Sapucaia (município - RJ)

ANEXO 8

Tabela de assentamentos humanos – FIGURA 35

Fonte: Elaboração a partir de dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p.; COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. 2 ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. 476p.; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Carta do Brasil ao Milionésimo**. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DEPART; CASTRO, João Chrockatt de Sá e. Mapa do Estado de Minas Gerais contendo os do Rio de Janeiro Espírito Santo e S. Paulo. Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico, APM_018.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Ayuruoca	cidade	Airuoca (município)
Baependy	cidade	Baipendi (município)
Barbacena	cidade	Barbacena (município)
Cataguases	cidade	Cataguases (município)
Entre Rios	cidade	Entre Rios de Minas (município)
Juiz de Fora	cidade	Juiz de Fora (município)
Leopoldina	cidade	Leopoldina (município)
Lima Duarte	cidade	Lima Duarte (município)
Manhuassú	cidade	Manhuaçu (município)
Mar de Hespanha	cidade	Mar de Espanha (município)
Mariana	cidade	Mariana (município)
Ouro Preto	cidade	Ouro Preto (município)
Piranga	cidade	Piranga (município)
Pomba	cidade	Rio Pomba (município)
Ponte Nova	cidade	Ponte Nova (município)
Pouso Alto	cidade	Pouso Alto (município)
Queluz	cidade	Conselheiro Lafaiete (município)
Rio Branco	cidade	Visconde do Rio Branco (município)
Rio Novo	cidade	Rio Novo (município)
Rio Preto	cidade	Rio Preto (município)
S. João D'el Rei	cidade	São João Del Rei (município)
S. João Nep.no	cidade	São João Nepomuceno (município)
S. José	cidade	Além Paraíba (município)
S. Paulo	cidade	Muriaé (município)
S.ta Luzia	cidade	Carangola (município)
Tiradentes	cidade	Tiradentes (município)
Turvo	cidade	Andrelândia (município)
Ubá	cidade	Ubá (município)
Viçosa	cidade	Viçosa (município)
Abre Campo	vila	Abre Campo (município)
Carandahy	vila	Carandaí (município)
Entre Rios	vila	Três Rios (município - RJ)
Palmyra	vila	Santos Dumont (município)
Sapucaia	vila	Sapucaia (município - RJ)
Alagoa	freguesia	Alagoa (município)
Angustura	freguesia	Angustura (distrito do município de Além Paraíba)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Aventureiro	freguesia	Santo Antônio do Aventureiro (município)
Bacalhao	freguesia	Santo Antônio de Pirapetinga (distrito do município de Piranga)
Bagres	freguesia	Guiricema (município)
Banco Verde	freguesia	Não identificado, próximo a Muriaé
Barra d'Anta	freguesia	Pedra do Anta (município)
Barra Longa	freguesia	Barra Longa (município)
Barroso	freguesia	Barroso (município)
Bertioga	freguesia	Ibertioga (município)
Boa Esperança	freguesia	Não identificado, próximo ao município de Rio Espera
Bocaina	freguesia	Bocaina de Minas (município)
Bom Fim	freguesia	Aracitaba (município)
Bom Jardim	freguesia	Bom Jardim de Minas (município)
Bom Successo	freguesia	Urucânia (município)
Cajurú	freguesia	Arcângelo (distrito do município de São João Del Rei)
Calambao	freguesia	Presidente Bernardes (município)
Capella Nova	freguesia	Capela Nova (município)
Capivara	freguesia	Palma (município)
Capivary	freguesia	Santana do Capivari (distrito do município de Pouso Alto)
Caratinga	freguesia	Caratinga (município)
Carrancas	freguesia	Carrancas (município)
Carrapicho	freguesia	São João do Carrapicho (povoado do município de Conselheiro Lafaiete)
Catas Altas	freguesia	Catas Altas da Noruega (município)
Caxoeira do Brumado	freguesia	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Chapéu d'Uvas	freguesia	Paula Lima (povoado do município de Juiz de Fora)
Coimbra	freguesia	Coimbra (município)
Con.ção de Ibitipoca	freguesia	Conceição do Ibitipoca (distrito do município de Lima Duarte)
Con.ção do Turvo	freguesia	Senador Firmino (município)
Con.ão da Boa Vista	freguesia	Conceição da Boa Vista (distrito do município de Recreio)
Con.ção da Casca	freguesia	Rio Casca (município)
Congonhas do Campo	freguesia	Congonhas (município)
Cuiethé	freguesia	Cuieté Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)
Descoberto	freguesia	Descoberto (município)
Divino	freguesia	Divino (município)
Dôres	freguesia	Taruçu (distrito do município de São João Nepomuceno)
Dores do Turvo	freguesia	Dores do Turvo (município)
Empossado	freguesia	Catagarino (distrito do município de Cataguases)
Esp.to Santo	freguesia	Guarará (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Furquim	freguesia	Furquim (distrito do município de Mariana)
Gequery	freguesia	Jequeri (município)
Gloria	freguesia	Itamuri (distrito do município de Muriaé)
Gramma	freguesia	Santo Antônio do Grama (município)
Guarany	freguesia	Guarani (município)
Itaverava	freguesia	Itaverava (município)
Lagoa Dourada	freguesia	Lagoa Dourada (município)
Lamin	freguesia	Lamim (município)
Laranjal	freguesia	Laranjal (município)
Livramento	freguesia	Liberdade (município)
Livramento	freguesia	Oliveira Fortes (município)
Mello do Desterro	freguesia	Desterro do Melo (município)
Mercês do Pomba	freguesia	Mercês (município)
Morro do Chapéu	freguesia	Santana dos Montes (município)
N. S. da Gloria	freguesia	Caranaíba (município)
Olaria	freguesia	Olaria (município)
Oliveira	freguesia	Senhora de Oliveira (município)
Onça	freguesia	Emboabas (distrito do município de São João Del Rei)
Ouro Branco	freguesia	Ouro Branco (município)
Passa Quatro	freguesia	Passa Quatro (município)
Passa Vinte	freguesia	Passa Vinte (município)
Patrocinio	freguesia	Patrocínio do Muriaé (município)
Pedra Bonita	freguesia	Pedra Bonita (distrito do município de Abre Campo)
Piau	freguesia	Piau (município)
Picú	freguesia	Itamonte (município)
Piedade	freguesia	Piedade do Rio Grande (município)
Piedade	freguesia	Piacatuba (distrito do município de Leopoldina)
Pinheiros	freguesia	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
Pirapetinga	freguesia	Manhumirim (município)
Porto Seguro	freguesia	Porto Firme (município)
Prados	freguesia	Prados (município)
Quilombo	freguesia	Bias Fortes (município)
Rio Pardo	freguesia	Argirita (município)
Rosário	freguesia	Rosário de Minas (distrito do município de Juiz de Fora)
Rosário da Limeira	freguesia	Rosário da Limeira (distrito do município de Muriaé)
S. Amaro	freguesia	Queluzita (município)
S. Antonio	freguesia	Rio das Mortes (distrito do município de São João Del Rei)
S. Antônio do Chiador	freguesia	Chiador (município)
S. Caet.o do Chopotó	freguesia	Cipotânea (município)
S. Caetano	freguesia	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
S. Domingos	freguesia	Diogo de Vasconcelos (município)
S. Francisco D'Esteira	freguesia	São Francisco do Glória (município)
S. Francisco de Paula	freguesia	Torreões (distrito do município de Juiz de Fora)
S. Geraldo	freguesia	São Geraldo (município)
S. José do Barroso	freguesia	Paula Cândido (município)
S. José do Chopotó	freguesia	Alto Rio Doce (município)
S. José do Picú	freguesia	Não identificado. Trata-se, provavelmente, do núcleo urbano do atual município de Itamonte, correspondendo ao assentamento já representado como freguesia do Picú. Caracteriza, assim, um erro de representação.
S. José do Rio Preto	freguesia	Três Ilhas (distrito do município de Belmiro Braga)
S. Miguel e Almas dos Arripiados	freguesia	Araponga (município)
S. Pedro de Alcant.	freguesia	Simão Pereira (município)
S. Rita de Ibitipoca	freguesia	Santa Rita do Ibitipoca (município)
S. Seb.ão do Barreado	freguesia	São Sebastião do Barreado (distrito do município de Santa Bárbara do Monte Verde)
S. Seb.ão do Estrella	freguesia	Estrela Dalva (município)
S. Seb.ão dos Afflictos	freguesia	Ervália (município)
S. Simão	freguesia	Simonésia (município)
S. Vicente Ferrer	freguesia	São Vicente de Minas (município)
S.ta Anna de Pirapetinga	freguesia	Pirapetinga (município)
S.ta Anna do Guaraciaba	freguesia	Guaraciaba (município)
S.ta Anna do Sape	freguesia	Guidoval (município)
S.ta Barbara	freguesia	Santa Bárbara do Monte Verde (município)
S.ta Cruz do Escalvado	freguesia	Santa Cruz do Escalvado (município)
S.ta Helena	freguesia	Caputira (município)
S.ta Margarida	freguesia	Santa Margarida (município)
S.ta Rita de Jacutinga	freguesia	Santa Rita de Jacutinga (município)
S.ta Rita do Glória	freguesia	Miradouro (município)
S.to Ant. do Camapuam	freguesia	Miraí (município)
S.to Ant.o do Jose Pedro	freguesia	Ipanema (município)
S.to Ant.o do Matipoó	freguesia	Granada (distrito do município de Abre Campo)
Sacramento	freguesia	Quartel do Sacramento (distrito do município de Bom Jesus do Galho)
São Pedro dos Ferros	freguesia	São Pedro dos Ferros (município)
Sarandy	freguesia	Sarandira (distrito do município de Juiz de Fora)
Saude	freguesia	Dom Silvério (município)
Serra	freguesia	Amparo da Serra (município)
Serranos	freguesia	Serranos (município)
Soledade	freguesia	Lobo Leite (distrito do município de Congonhas)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Suassuhy	freguesia	São Brás do Suaçuí (município)
Sumidouro	freguesia	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
Tabuleiro	freguesia	Tabuleiro (município)
Thebas	freguesia	Tebas (distrito do município de Leopoldina)
Tocantins	freguesia	Tocantins (município)
Tombos	freguesia	Tombos (município)
Vargem Grande	freguesia	Belmiro Braga (município)
Vermelho Velho	freguesia	Vermelho Velho (distrito do município de Raul Soares)
Alberto Dias	povoação	Não identificado, próximo a Barbacena
Antigo Quartel	povoação	Não identificado, próximo a Araponga
Bandeirinha	povoação	Fazenda Bandeirinha, próximo a Conselheiro Lafaiete
Barra do Pirahy	povoação	Barra do Pirai (município - RJ)
Bichinho	povoação	Vitoriano Veloso (povoado do município de Prados)
Boa Vista	povoação	Boa Vista (povoado do município de Pouso Alto)
Boa Vista	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Boa Vista	povoação	Boa Vista (povoado do município de Diogo de Vasconcelos)
Bom Jesus	povoação	Não identificado, próximo ao município de Bocaina de Minas
Braz Pires	povoação	Brás Pires (município)
Caetano do Paraopeba	povoação	Casa Grande (município)
Campestre	povoação	Não identificado, próximo ao município de Astolfo Dutra
Campo Limpo	povoação	Ribeiro Junqueira (distrito do município de Leopoldina)
Caparaó	povoação	Caparaó (município)
Capote	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Cax. e Quartel da Ponte Queimada	povoação	Não identificado, próximo ao município de Bom Jesus do Galho
Con.ção do Boqueirão	povoação	Itaboca (distrito do município de Santa Rita do Jacutinga)
Conceição	povoação	Não identificado, próximo ao município de Dores do Turvo
Conceição	povoação	Não identificado, próximo ao município de Espera Feliz
Conquista	povoação	Não identificado, próximo ao município de Itamonte
Daniel	povoação	Não identificado, próximo ao município de Astolfo Dutra
Dores	povoação	Dores do Paraibuna (distrito do município de Santos Dumont)
Dores	povoação	Não identificado, próximo a Leopoldina
Dôres	povoação	Não identificado, próximo ao município de Manhumirim
Espera	povoação	Rio Espera (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Ewbank da Camara	povoação	Ewbank da Câmara (município)
Faria Lemos	povoação	Faria Lemos (município)
Ferreira	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Gage	povoação	Gagé (povoado do município de Conselheiro Lafaiete)
Gama	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Garambeo	povoação	Santana do Garambéu (município)
Garg. do Rego d'Agoa	povoação	Não identificado, próximo a Ouro Branco
Gamma	povoação	Não identificado, próximo ao município de Juiz de Fora
Guapiara	povoação	Guapiara (povoado do município de Aiuruoca)
Ilheos	povoação	Padre Brito (distrito do município de Barbacena)
Itatiaia	povoação	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
Jacuiba	povoação	Não identificado, próximo ao município de Caputira
Lambary	povoação	Não identificado, próximo ao município de Rio Preto
Lavras Novas	povoação	Lavras Novas (povoado do município de Ouro Preto)
Madre de Deus	povoação	Madre de Deus de Minas (município)
Magros	povoação	Não identificado, próximo ao município de Bias Fortes
Mantiqueira	povoação	Mantiqueira (povoado do município de Santos Dumont)
Monte Verde	povoação	Não identificado, próximo ao município de Belmiro Braga
Morro Alto	povoação	Barão do Monte Alto (município)
Natividade	povoação	Aimorés (município)
Nogueiras	povoação	Não identificado, próximo ao município de Bocaina de Minas
Parahybuna	povoação	Paraibuna (povoado do município de Simão Pereira)
Passagem	povoação	Não identificado, próximo a Ouro Branco
Passagem	povoação	Assaraí (distrito do município de Pocrane)
Patusca	povoação	Dores de Campos (município)
Picusinho	povoação	Picuzinho (povoado do município de Itamonte)
Piedade	povoação	Piedade da Ponte Nova (município)
Pinheirinhos	povoação	Pinheirinhos (distrito do município de Passa Quatro)
Piracicaba	povoação	Piracicaba (povoado do município de Baipendi)
Pocinho	povoação	Não identificado, próximo ao município de Cristiano Ottoni
Porto de S.to Antônio	povoação	Astolfo Dutra (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Porto do Marinho	povoação	Porto Marinho (povoado do município de Cantagalo-RJ)
Porto Novo do Cunha	povoação	Além Paraíba (município)
Princepe	povoação	Não identificado, próximo ao município de Manhumirim
Redondo	povoação	Alto Maranhão (distrito do município de Conselheiro Lafaiete)
Registro Novo	povoação	Não identificado, próximo ao município de Barbacena
Registro Velho	povoação	Antônio Carlos (município)
Ressaca	povoação	Ressaca (povoado do município de Lagoa Dourada)
Ressaquinha	povoação	Ressaquinha (município)
Rio do Inferno	povoação	Não identificado, próximo ao município de Conselheiro Lafaiete
Rossinha	povoação	Não identificado, próximo ao município de Conselheiro Lafaiete
S. Anna	povoação	Santana do Deserto (município)
S. Ant.o do Silveira	povoação	Silverânia (município)
S. Antonio do Patrimonio	povoação	Santo Antônio do Glória (distrito do município de Vieiras)
S. Cruz	povoação	Não identificado, próximo a Congonhas
S. Domingos	povoação	São Domingos da Bocaina (distrito do município de Lima Duarte)
S. Gabriel	povoação	Não identificado, próximo ao município de Rio Preto
S. João	povoação	Caiana (município)
S. João do Matipó	povoação	Matipó (município)
S. Manoel	povoação	Eugenópolis (município)
S. Manoel	povoação	São Manuel do Carangola (povoado do município de Carangola)
S. Rita	povoação	Santa Rita do Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
S. Seb.ão da Barra	povoação	São Sebastião da Barra (povoado do município de Espera Feliz)
S. Sebastiao	povoação	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)
S. Sebastião	povoação	São Sebastião do Paraíba (distrito do município de Cantagalo-RJ)
S. Sebastião de Entre Rios	povoação	Raul Soares (município)
S. Simão	povoação	Não identificado, próximo ao município de Rio Preto
S.ta Anna	povoação	Não identificado, próximo ao município de Conselheiro Lafaiete
S.ta Anna	povoação	Santana do Manhuaçu (município)
S.ta Anna	povoação	Santana do Deserto (povoado do município de Rio Doce)
S.ta Anna da Matta	povoação	Não identificado, próximo a Laranjal
S.ta Rita	povoação	Não identificado, próximo ao município de Dom Silvério

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
S.to Ant.o do Rio Doce	povoação	Rio Doce (município)
S.to Antônio	povoação	Santo Antônio do Manhuaçu (distrito do município de Caratinga)
Serraria	povoação	Comendador Levy Gasparian (município-RJ)
Taipas	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Tapirussu	povoação	Itapiruçu (distrito do município de Palma)
Torres	povoação	Correia de Almeida (distrito do município de Barbacena)
Ubá	povoação	Acaiaca (município)
Vargem	povoação	Não identificado, próximo a Prados
Venda Grande	povoação	Não identificado, próximo a Barbacena
Ventania	povoação	Não identificado, próximo a Carandaí
Vermelho Novo	povoação	Vermelho Novo (distrito do município de Raul Soares)
Vermelho Novo	povoação	Vermelho Novo (distrito do município de Raul Soares)
Vista Alegre	povoação	Vista Alegre (distrito do município de Cataguases)
B. de Macedo	estação	Buarque de Macedo (distrito do município de Conselheiro Lafaiete)
Banco Verde	estação	Banco Verde (propriedade rural, localidade no município de Palma)
Benjamin Constant	estação	Benjamim Constant (povoado do município de Além Paraíba)
Bicas	estação	Bicas (município)
C. Ottoni	estação	Cristiano Ottoni (município)
Chacara	estação	Chácara (município)
Com.os Filgueiras	estação	Não identificado, próximo a Chácara
Conceição	estação	Não identificado, próximo a Além Paraíba
D. Euzebia	estação	Dona Eusébia (município)
Des Faria Lemos	estação	Não identificado, próximo a Rio Novo
Diamante	estação	Diamante de Ubá (distrito do município de Ubá)
Ivahy	estação	Não identificado, próximo a Cataguases
João Ayres	estação	João Aires (propriedade rural, localidade no município de Antônio Carlos)
Ligação	estação	Ligação (propriedade rural, localidade no município de Ubá)
Lima Duarte	estação	Não identificado, próximo a Chácara
M. Barbosa	estação	Matias Barbosa (município)
Pantano	estação	Não identificado, próximo a Além Paraíba
Passa Cinco	estação	Passa cinco (povoado no município de Guarani)
Piranga	estação	Não identificado, próximo a Rio Doce
Piraúba	estação	Piraúba (município)
Pombense	estação	Não identificado, próximo a Guarani
Providencia	estação	Providência (distrito do município de Leopoldina)
Recreio	estação	Recreio (município)

NOME	CLASSIFICAÇÃO	TOPÔNIMO E CLASSIFICAÇÃO ATUAL
Assentamento humano		
Ressaquinha	estação	Ressaquinha (município)
Roça Grande	estação	Roça Grande (distrito do município de São João Nepomuceno)
Rochedo	estação	Rochedo de Minas (município)
Rodrigo Silva	estação	Rodrigo Silva (distrito do município de Ouro Preto)
S. Helena	estação	S. Helena (propriedade rural, localidade no município de Pequeri)
S. Pedro	estação	Pequeri (município)
S.ta Clara	estação	Não identificado, próximo a Estrela Dalva
S.ta Isabel	estação	Abaíba (distrito do município de Leopoldina)
Silveira Lobo	estação	Não identificado, próximo a Mar de Espanha
Sítio	estação	Antônio Carlos (município)
Socego	estação	Sossego (propriedade rural, localidade no município de Santana do Deserto)
Turvo	estação	Cajuri (município)
V. Grande	estação	Volta Grande (município)
Vaúassú	estação	Vau-açu (distrito do município de Ponte Nova)